

Ayerbe, Luis Fernando. Apresentação. O Ocidente e o "Resto". A América Latina e o Caribe na cultura do Império. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, Argentina. Programa de Becas CLACSO-ASDI. 2003. ISBN: 950-9231-85-1.

Para Nestor, Lia,
Graciana e Gaston
Para Jane, Julia,
Sandro, Mario e
Marcos
Para Maruca.

Apresentação

“A antiga divisão do mundo em dois blocos de poder, Leste e Oeste, já não existe. Hoje, o grande desafio e ameaça é o abismo em matéria de riqueza e saúde que separa ricos e pobres. Esse abismo é freqüentemente descrito em termos de Norte e Sul, porque a divisão é geográfica; mas uma indicação mais correta seria o Ocidente e o Resto, porque a divisão também é histórica”

David Landes (1998)

O fim da União Soviética, além do significado político mais evidente da derrota frente aos Estados Unidos, teve importantes desdobramentos no campo do debate intelectual sobre os caminhos de desenvolvimento empreendidos pelas diversas sociedades ao longo da história.

Para alguns autores, a vitória dos Estados Unidos não representou apenas o fim de um período caracterizado pela bipolaridade nas relações internacionais, mas o reconhecimento inquestionável da superioridade do Ocidente, civilização responsável pela invenção de um modelo político e econômico que se mostrou historicamente insuperável na geração de riqueza, prosperidade e liberdade: o Capitalismo Democrático e Liberal, “ponto de chegada da história universal”¹.

No debate conservador sobre a caracterização da ordem mundial pós-Guerra Fria, ganham destaque análises culturalistas², que comparam as trajetórias de sucesso e insucesso de países, regiões e grupos étnicos na longa e sinuosa caminhada rumo à universalização do modo de vida ocidental³.

Conforme pretendemos mostrar neste livro, história, política e ideologia tornam-se dimensões complementares dessas abordagens, preocupadas com a construção de tipologias sobre os modelos de desenvolvimento, valores e atitudes⁴ que tornaram possível o sucesso dos países do capitalismo avançado, dando sustento teórico à formulação de estratégias de inserção global para as periferias subdesenvolvidas.

Essa perspectiva também está presente na atuação internacional dos Estados Unidos. Para os governos eleitos após o fim da Guerra Fria, a política externa do país está a serviço da promoção de princípios de convivência humana considerados universais: a democracia representativa, a economia de mercado e o império da lei. Esses seriam os pilares fundamentais da consolidação de uma ordem mundial pautada pela paz e pela prosperidade, além de um marco de referência na caracterização dos seus aliados e inimigos.

O viés culturalista perpassa as administrações de Bill Clinton e George W. Bush, e ganha forte nitidez a partir de 11 de setembro de 2001. Os atentados em Washington e Nova York consolidam internamente as posições favoráveis à entronização dos Estados Unidos como principais responsáveis pela vigilância e punição dos inimigos da ordem, já não como guardiões do “mundo livre”, mas como protetores das fronteiras que separam a “civilização” da “barbárie”.

Tendo esse contexto global como marco de referência, nossa análise se concentrará nas relações interamericanas. O ponto de partida é a percepção da América Latina e do Caribe no debate recente sobre o Interesse Nacional dos Estados Unidos, dando destaque às abordagens centradas nos aspectos estratégicos associados à afirmação da herança cultural ocidental, que colocam em questão a existência de uma identidade latino-americana, apostando num processo de disseminação dos valores promotores do sucesso ao norte do hemisfério.

Essa última perspectiva assume contornos bastante nítidos a partir da convergência da maioria dos governos da região na implantação das chamadas reformas liberalizantes, que se consolidam nas últimas décadas do século XX, e nos acordos para a criação da Área de Livre-Comércio das Américas (ALCA) em 2005.

A partir da caracterização da abordagem hegemônica, estabeleceremos um contraponto com algumas posições que se apresentam como críticas da nova ordem, pautadas pela busca de alternativas capazes de recuperar e expressar perspectivas e interesses atualmente subalternos.

O livro está dividido em três capítulos, estruturados de maneira similar: uma apresentação das posições abordadas, buscando expor de forma ilustrativa os principais argumentos, incluindo a reprodução de partes relevantes das fontes documentais e bibliográficas selecionadas, seguida de uma análise dos temas tratados. Na seção final do terceiro capítulo, são sistematizadas as conclusões do trabalho.

O capítulo 1 discute os pontos de convergência entre as abordagens de intelectuais que caracterizam o fim da Guerra Fria como momento que explicita a vitória do Capitalismo Liberal, considerado o principal expoente da superioridade da civilização ocidental, e as análises de instituições que buscam a interlocução com o governo dos Estados Unidos, tendo em vista influenciar processos de tomada de decisões. A partir da discussão mais ampla sobre os significados culturais da Nova Ordem Mundial, são analisadas as diversas caracterizações da inserção latino-americana e caribenha na dicotomia “O Ocidente e o Resto”.

O capítulo 2 estabelece uma comparação entre as abordagens apresentadas no primeiro capítulo e a política externa dos Estados Unidos, a partir da análise de documentos governamentais. A seção final apresenta um balanço crítico da perspectiva do centro hegemônico.

O capítulo 3 faz um contraponto em relação às abordagens anteriores, analisando autores e instituições que colocam em questão a hegemonia norte-

americana e o chamado “pensamento único”, detendo-se nos argumentos que associam a construção de alternativas com o resgate de identidades de caráter regional, social e étnica.

O capítulo começa com uma síntese dos aspectos que consideramos centrais na concepção que orienta a política externa dos Estados Unidos, que serve como parâmetro de contraste com a análise das posturas que colocam em questão a Nova Ordem, orientando a organização das seções. A escolha de autores buscou incorporar, além da representatividade intelectual em relação aos temas definidos, vínculos institucionais com centros de pesquisa, organizações e eventos em que a busca de perspectivas a partir da América Latina e do Caribe está no centro da pauta.

Nas considerações finais, procurou-se resgatar as principais proposições resultantes dessas análises, destacando as possibilidades de convergência na construção de caminhos diferentes.

Este livro apresenta os resultados do projeto “A América Latina e o Caribe na Nova Ordem Mundial: um território sem utopia?”, financiado pelo Programa de Bolsas do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO) e da Agência Sueca para o Desenvolvimento Internacional (Asdi), nos marcos do concurso “Culturas e identidades na América Latina e no Caribe”.

Tendo em vista o foco da pesquisa, centrado na sistematização de posições favoráveis e críticas da atual ordem hegemônica em torno da percepção da identidade latino-americana e caribenha, a análise dos autores e instituições selecionados teve como principal preocupação o dimensionamento da sua racionalidade. Não buscamos fazer uma crítica dos pressupostos teóricos do pensamento conservador, ou determinar critérios de inclusão e exclusão de autores no campo dos “verdadeiros” opositores do sistema, mas colocar em relevo a adequação de sentido entre os argumentos esgrimidos pelas diversas abordagens, os interesses envolvidos e as posturas políticas decorrentes.

Vivemos um processo de transição, tanto na postura da única superpotência, como dos setores negativamente afetados pela hierarquia mundial do poder. Se bem do lado dos Estados Unidos há um projeto cristalizado, no campo oposto, o descontentamento generalizado ainda não produziu sua alternativa sistêmica. Entre os fatores que explicam essa diversidade de situações, nossa análise colocou em primeiro plano as habilidades desenvolvidas pelo Império no exercício do poder, dando destaque àquela que consideramos particularmente desafiadora: a capacidade de tornar difusas ou explícitas –dependendo dos interesses em jogo– as fronteiras com o Resto, favorecendo a ampliação das suas alianças e o isolamento dos seus adversários.

* * *

Considero um privilégio ter tido acesso à generosa bolsa do Programa CLACSO-Asdi, especialmente levando em consideração as restrições pelas quais passa o financiamento da pesquisa na América Latina e no Caribe, o que torna cada vez mais importante a continuidade e ampliação desse tipo de iniciativa. Agradeço às duas instituições por essa oportunidade.

Agradeço também aos colegas do CLACSO, especialmente à Atilio Boron, Secretário Executivo, e à Bettina Levy e Natalia Gianatelli, do Programa Regional de Bolsas, pelo apoio recebido em todas as etapas do trabalho.

A Werner Ackermann, antigo Diretor de FLACSO-Brasil, Ayrton Fausto, atual Diretor, e à Ricardo Ribeiro, também colega da UNESP, que avalizaram o projeto junto à CLACSO.

Ao Departamento de Economia da minha universidade, que me concedeu afastamento das atividades docentes durante o primeiro semestre de 2001.

Aos professores, pesquisadores e alunos do GEICD, pelo rico e permanente intercâmbio de idéias e experiências.

A Assunção Cristóvão, que revisou cuidadosamente a primeira versão do livro.

Ao parecerista anônimo(a) convidado pelo CLACSO para avaliar o relatório final, cujas observações críticas foram de grande auxílio nesta nova revisão.

À minha querida família brasileira e argentina, sempre presente nos momentos fundamentais.

Aos espíritos amigos, que me mantêm em sintonia com o desafio inesgotável de honrar a vida.

Muito obrigado.

Capítulo I

Cultura e hegemonia na Nova Ordem Mundial

“No mundo flui uma importante e promissora corrente intelectual concentrada na cultura e nas mudanças culturais, que têm relevância tanto para os países pobres como para as minorias pobres dos países ricos... Oferece uma visão importante sobre a razão pela qual a alguns países e grupos étnicos e religiosos se saíram melhor do que a outros, não só em termos econômicos, como também com respeito à consolidação das instituições democráticas e a justiça social”

Lawrence Harrison (2000)

Historiadores de diversas vertentes coincidem em situar na Revolução Industrial a consolidação do processo de ruptura estrutural nas trajetórias de desenvolvimento da Europa, especialmente Inglaterra, e do resto do mundo⁵. Apesar de reconhecerem a relevância desse aspecto, alguns autores conservadores identificam condicionantes de significado mais profundo, que se situam no campo da cultura.

Tomando como principal parâmetro de referência o caso da China, civilização com um padrão invejável de realizações econômicas, científicas e militares, e aparentemente melhor preparada para um salto qualitativo no seu desenvolvimento do que as principais potências europeias, sua decadência é apresentada como exemplo paradigmático da bifurcação de caminhos entre o Ocidente e o Resto. As diferentes posturas na abertura em relação ao mundo, à livre iniciativa e ao pluralismo político, seriam os grandes fatores de contraste⁶.

Na tradição ocidental, a atitude imperial de permanente conquista de novos mercados e territórios impulsiona a descoberta científica –com aplicações nas comunicações, na indústria e na guerra– e contribui para a formação de uma elite empreendedora capaz de formular estratégias de expansão de alcance mundial. A imposição de limites ao poder da monarquia, com dois marcos importantes na Inglaterra com a Carta Magna de 1215 e a revolução de 1689, inaugura um processo de demarcação de espaços políticos e de direitos garantidos por escrito, abrindo possibilidades ilimitadas para a ampliação da liberdade, dependendo apenas da capacidade criadora e organizativa da sociedade civil. O fortalecimento das cidades europeias como áreas protegidas contra o poder dos senhores feudais proporciona um clima propício ao empreendimento e à livre iniciativa.

No sistema chinês, em que meios de produção e pessoas faziam parte da propriedade do imperador, dificilmente alguém tomaria a iniciativa de empreender um esforço adicional ao exigido, projetando uma produção de

excedentes a serem aplicados em proveito de um futuro enriquecimento pessoal ou familiar. A auto-suficiência da elite chinesa, que influencia uma postura internacional isolacionista, é um dos fatores desencadeadores do processo de decadência. A confiança na superioridade inquestionável e inabalável do seu modo de vida desestimula a curiosidade em relação ao que acontece no resto do mundo. Qual seria o interesse em empreender relações com povos bárbaros que nada têm a oferecer e têm tudo a ganhar com as realizações do Império do Meio?

Essas abordagens dos contrastes entre a ascensão do Ocidente e o declínio do Oriente têm um alcance muito maior do que a simples explicação de percursos históricos diferenciados. As mudanças impulsionadas pela Revolução Industrial, além de criarem um abismo intransponível entre a Europa e o resto, decretam a morte anunciada de qualquer modelo de desenvolvimento que coloque estruturalmente o Estado como ator central da economia⁸.

A partir do século XIX, o impulso colonizador europeu tenderá cada vez mais a associar a divisão internacional do trabalho com a racionalidade capitalista, beneficiando-se das vantagens adquiridas na aplicação da inovação tecnológica à produção para o consumo civil e militar. Inicialmente com a Inglaterra na vanguarda, cedendo passo posteriormente para os Estados Unidos, a evolução do desenvolvimento mundial será associada a uma disputa permanente entre o Capitalismo Liberal e diversas variantes de estatismos (fascismos, militarismos, populismos, comunismos).

Essa disputa se define na segunda metade do século XX, a partir da consolidação de três tendências: 1) com a derrota do nazi-fascismo, as potências capitalistas assumem a democracia representativa como forma de governo; 2) com o fim da Guerra Fria, encerra-se a etapa de conflitos sistêmicos com Estados não-capitalistas; 3) a globalização da economia acentua a expansão do mercado em detrimento do Estado, inclusive nos países governados por partidos comunistas.

Configurada a vitória, a caracterização dos lineamentos fundamentais do modo de vida vencedor passa a assumir maior destaque, transformando-se em modelo de emulação.

Tomando como exemplo a Inglaterra do século XIX, David Landes delimita as características ideais do que seria “a sociedade teoricamente mais bem preparada para alcançar o progresso material e o enriquecimento geral” (1998: 241). Nessas características, inclui as capacidades de inovação, produção e adaptação para lidar com o desenvolvimento tecnológico; a transmissão de conhecimentos pela educação; e escolhas na alocação dos recursos humanos que valorizam a competição, o mérito e a iniciativa, proporcionando oportunidades de sucesso compatíveis com a capacidade empreendedora demonstrada.

“Esses padrões envolvem certos corolários: igualdade dos sexos (duplicando, por conseguinte, o *pool* de talento); nenhuma discriminação na base de critérios irrelevantes (raça, sexo, religião etc.);

também uma preferência pela racionalidade científica (meios-fim) sobre a magia e a superstição (irracionalidade)” (Landes, 1998: 242).

Algumas condições institucionais complementam favoravelmente as características apontadas: garantias aos direitos de propriedade privada, à liberdade pessoal contra qualquer forma de arbítrio, à obediência dos contratos e a um governo estável, “mais de leis do que de homens” (op. cit.: 242), sensível às críticas e sugestões da opinião pública, honesto e impermeável aos privilégios, austero e eficiente nos gastos.

Mesmo reconhecendo que não existem exemplos de sociedades em que estejam presentes todas as características apontadas, “esse paradigma, não obstante, dá destaque à direção da história ... e não se trata de uma coincidência que a primeira nação industrial tenha sido a que mais cedo se aproximou dessa nova espécie de ordem social” (op. cit: 243).

A existência de regras de jogo explícitas de competição política e econômica, que expressam a legalidade construída pela sociedade organizada através da sua representação institucional, é condição estrutural de estímulo ao empreendimento. Nesse contexto, o sucesso e o fracasso expressam basicamente a justa retribuição da competência e do esforço na busca do reconhecimento⁹.

Para Landes, a enumeração das características positivas do sistema inglês não significa desconhecimento dos problemas.

“A Inglaterra estava longe de ser perfeita. Tinha seus pobres. Conheceu abusos e privilégios, assim como o prazer da liberdade, distinções de classe e de *status*, concentrações de riqueza e de poder, sinais de preferência e de favoritismo. Mas tudo é relativo e, em comparação com as populações do outro lado do Canal, os ingleses eram livres e afortunados” (1998: 245).

A relativização da pobreza, tomando como parâmetro de referência a subjetividade dos atores na percepção das suas condições de vida e a comparação com outras sociedades, é um aspecto metodológico central na caracterização de situações de desigualdade e exploração por parte do culturalismo conservador. Para essa perspectiva, o principal fator a levar em conta é a tendência. A escravidão, o colonialismo e demais experiências históricas de dominação pela violência representam, em termos de longa duração, momentos de uma trajetória evolutiva. Pode-se condenar o tráfico de escravos patrocinado por potências européias, mas essa prática também estava presente em boa parte das culturas originais da América, Ásia e África. O dado relevante é que coube à Inglaterra, no século XIX, a iniciativa de questionar o sistema escravista¹⁰.

“A história dos primórdios da industrialização é invariavelmente uma crônica de trabalho árduo por baixo salário, para não falar em exploração. Uso esta última palavra, não no sentido marxista de pagar ao trabalho menos do que o seu produto (de que outro modo o capital receberia a sua recompensa?), mas no sentido significativo de obter

mão-de-obra compulsória de pessoas que não podem dizer “não” –de mulheres e crianças, escravos e semi-escravos (os involuntários servos da gleba)” (Landes, 1998: 427).

O desenvolvimento do capitalismo traria consigo a substituição paulatina das formas compulsórias de trabalho pela livre contratação de mão-de-obra, com base em critérios de competência. Desta forma, em sociedades em que vigoram plenamente a economia de mercado e a democracia representativa, a denúncia da exploração perde fundamento. Essa mesma perspectiva aplica-se às relações internacionais. A globalização otimiza a alocação dos recursos de acordo com as vantagens comparativas regionais, nacionais e locais. Existindo instituições multilaterais eficientes e confiáveis na formulação e aplicação de padrões globais de concorrência, e um clima de convivência internacional baseado no respeito à legalidade, as condições estariam dadas para que os atores participantes do sistema adotem as políticas adequadas à otimização dos seus interesses.

De acordo com essa perspectiva, em termos de tendência, o mundo caminha nessa direção. Nas palavras de Lawrence Harrison, “Marx estava errado, Weber estava certo”:

“Marx interpretou o capitalismo no século dezenove como um processo no qual uns poucos afluentes exploravam muitos miseráveis. Lênin estendeu esta interpretação para explicar por que alguns poucos países eram ricos e muitos eram pobres: a afluência nacional era o fruto do ‘imperialismo’. Os países pobres eram o ‘proletariado’ explorado das nações do mundo. ... Hoje, não há nenhuma ideologia que conteste seriamente o domínio e popularidade crescente do capitalismo democrático como o melhor modelo capaz de ir ao encontro das aspirações das pessoas para uma boa vida, até mesmo em regiões inexperientes como a Europa Oriental, África Sub-saariana, e América Latina” (1992: 3-4).

O contexto de referência de Harrison é o processo de liberalização política e econômica que atinge, a partir dos anos 1980, grande parte dos países do Terceiro Mundo, com especial destaque para a América Latina e o Caribe, estendendo-se, posteriormente, aos antigos países do bloco soviético. Como consequência, estariam sendo criadas as condições institucionais para a disseminação dos valores do capitalismo liberal à escala global.

Ronald Inglehart e Marita Carballo, com base nos resultados da Pesquisa Mundial de Valores¹¹, adotam perspectiva similar à de Harrison.

“A Pesquisa Mundial de Valores foi projetada para testar a hipótese de que o desenvolvimento econômico conduz a mudanças específicas, funcionalmente relacionadas com mudanças nos valores e sistemas de crenças em grande escala. Nós não assumimos que todos os elementos de cultura mudarão, conduzindo a uma cultura global uniforme.... Mas certas culturas e mudanças políticas parecem *realmente* estar logicamente associadas com a dinâmica de um processo de modernização que envolve urbanização, industrialização, especialização profissional, e a expansão

generalizada da alfabetização. Isto implica que o desenvolvimento econômico, a mudança cultural, e a mudança política acontecem de forma vinculada, em padrões coerentes e, até certo ponto, previsíveis”(1997: 35).

A pesquisa sobre mudança de valores assume como referência metodológica a teoria da modernização, no entanto, Inglehart faz uma demarcação de diferenças em relação a algumas abordagens vinculadas a essa perspectiva, questionando quatro pontos: 1) a linearidade da mudança, no sentido das análises do “fim da história”; 2) os determinismos econômico e cultural das tradições marxista e weberiana; 3) o etnocentrismo que associa modernização com ocidentalização; 4) o vínculo entre democracia e modernização, relativizado quando se consideram as experiências do fascismo e do comunismo.

Nesse último aspecto, Inglehart destaca a emergência de uma nova fase, a pós-modernização, na qual a democracia torna-se um componente imprescindível do progresso econômico.

“Nas sociedades industriais avançadas a direção predominante do desenvolvimento mudou nas últimas décadas, girando da modernização para a pós-modernização. Essa nova trajetória reduz a importância da racionalidade funcional característica da sociedade industrial e aumenta a importância da auto-expressão e da qualidade de vida. À medida em que se propagam os valores pós-modernos aumenta a probabilidade de que se produzam várias mudanças societárias, desde a igualdade de direitos para as mulheres até a criação de instituições políticas democráticas e a diminuição dos regimes socialistas de estado” (1998: 426).

De acordo com Inglehart, no capitalismo avançado, a crescente prosperidade e a percepção de segurança econômica contribuem para a disseminação de valores pós-materialistas, que deslocam o eixo das preocupações existenciais da acumulação de riqueza para a qualidade de vida. Neste processo, perde relevância a agenda política da sociedade industrial, centrada no conflito econômico:

“Os conflitos econômicos compartilham cada vez mais a cena com novas questões que uma geração atrás quase não eram relevantes: na atualidade, a proteção ao meio-ambiente, o aborto, os conflitos étnicos, a questão da mulher e a emancipação dos gays e das lésbicas são assuntos candentes, enquanto que o núcleo do programa marxista, a nacionalização da indústria, passou para o esquecimento” (1998: 435).

Isso tem implicações na caracterização da dicotomia esquerda-direita. O autor considera que está havendo uma inversão nas bases sociais que sustentam cada postura. Os movimentos associados à insegurança material, que questionam a propriedade dos meios de produção e a distribuição da renda, tendem a dar sustento à nova direita, enquanto os da agenda pós-materialista, centrados na autonomia dos estilos de vida, fortalecem a nova esquerda:

“Historicamente, o apoio à esquerda encontrava-se na classe trabalhadora, enquanto que a direita obtinha seu apoio principalmente das classes média e alta. Hoje em dia o apoio à esquerda procede cada vez

mais de pós-materialistas de classe média, enquanto a nova direita obtém seu apoio de segmentos menos seguros da classe trabalhadora. A nova divisão opõe as forças culturalmente conservadoras e xenófobas –apoiadas principalmente pelos materialistas– aos movimentos e partidos orientados à mudança que se preocupam com questões culturais e de gênero e da proteção do meio-ambiente –desproporcionalmente fomentadas pelos pós-materialistas” (Inglehart, 1998: 435).

Num artigo posterior, que apresenta os resultados da versão 1995 da pesquisa, Inglehart desenvolve de forma mais conclusiva a tese que relaciona insegurança material e atitudes autoritárias:

“Em política, a insegurança conduz à xenofobia, à necessidade de lideranças fortes e decididas e deferência para a autoridade. Desta forma, a Grande Depressão deu impulso à política xenofóbica e autoritária em muitas sociedades ao redor do mundo. A sensação de segurança básica tem os efeitos opostos. Valores pós-modernos enfatizam a auto-expressão em vez da deferência à autoridade e são tolerantes com outros grupos e até mesmo consideram as coisas exóticas e a diversidade cultural como estimulantes e interessantes, não ameaçadoras” (2000: 223).

O otimismo com a tendência favorável à disseminação de valores pós-modernos não elimina as preocupações com a permanência de culturas resistentes ao progresso em diversas partes do chamado Terceiro Mundo. Para a abordagem da modernização, nas sociedades em que a sobrevivência representa a principal preocupação da maioria das pessoas, a continuada frustração em termos de desenvolvimento econômico pode contribuir para fortalecer comportamentos tradicionais. Considerando que a ampliação do abismo entre a riqueza e a pobreza é uma das tendências da atual realidade sobre a qual existe bastante consenso¹², na perspectiva culturalista do *establishment* conservador, as percepções sobre os fatores responsáveis pelas disparidades serão influenciadas fundamentalmente pelos valores predominantes em cada sociedade.

Edward Luttwak¹³ é um dos autores que expõe com maior clareza essa posição. Para ele, no processo de retirada do Estado das atividades econômicas, a privatização, a desregulamentação e a globalização representam as três principais forças motoras do turbocapitalismo, denominação que utiliza para caracterizar o processo de aceleração do ritmo de transformação estrutural do capitalismo, que adquire especial visibilidade no setor financeiro. “O turbocapitalismo pode ou não acelerar o crescimento econômico, mas suas três forças motoras aceleram o crescimento das finanças ... atividades bancárias de todos os tipos e mercados de ações crescem com muito mais rapidez do que a ‘economia real’ de fazendas, fábricas e lojas” (2001: 29).

Embora convicto do significado historicamente progressivo do processo de destruição criadora promovido pelo turbocapitalismo, Luttwak reconhece que sua disseminação pelo mundo tende a aumentar a polarização entre ganhadores e perdedores. Isso se deve principalmente ao fato de que a

importação desse modelo de desenvolvimento, genuinamente estadunidense, não pode ser incompleta, devendo incorporar dois elementos que são componentes essenciais do seu sucesso nos Estados Unidos: o sistema legal do país e a forte influência dos valores calvinistas.

Em relação ao primeiro aspecto, destaca o acesso dos pobres à assistência legal na defesa contra abusos originários do poder econômico e o “empenho do governo de fazer cumprir as leis que limitam o comportamento dos negócios privados em favor do bem público” (Luttwak, 2001: 26). Isso contribui para contrabalançar efeitos sociais negativos presentes em todo processo que combine acirramento da concorrência com desregulamentação dos mercados.

No plano dos valores que favorecem comportamentos compatíveis com a disseminação do turbocapitalismo nos Estados Unidos, Luttwak identifica três regras calvinistas que se aplicam, respectivamente, aos vencedores no topo da pirâmide social, ao conjunto dos trabalhadores, independentemente da diversidade de situações econômicas, e aos perdedores “não calvinistas”, que rejeitam a ética do sistema.

A regra número um valoriza o comportamento puritano da elite econômica, no qual a não dissociação entre a busca sistemática da riqueza e a virtude vem acompanhada de dois imperativos éticos de forte impacto: 1) o não desfrute pleno da riqueza, mas, ao contrário, a persistência no “trabalho duro para tornar-se ainda mais rica, abstando-se de lazer e diversões sexuais de seus pares não calvinistas da Europa, América Latina ou Sudeste da Ásia” (Luttwak, 2001: 38); 2) tendo em vista que o sucesso nos negócios é um resultado do esforço e do sacrifício individual, com a benção divina, a riqueza decorrente não deve ser transferida automaticamente aos descendentes sem que fossem capazes de demonstrar as mesmas virtudes do empreendedor original. O resultado dessa postura é a preocupação dos ricos em utilizar boa parte da sua fortuna no financiamento de instituições de bem público nas áreas de educação, ciência, saúde e demais setores considerados essenciais à disseminação e permanência dos valores fundamentais da sociedade norte-americana.

“O efeito global da Regra Número Um é legitimar, moral e socialmente, o acúmulo de riqueza. O efeito ulterior é reduzir fortemente a inveja e, assim, sua expressão política ou mesmo violenta. Por que os pobres deveriam invejar os que enriquecem, se estes nem desfrutam dessa riqueza nem a mantêm toda para suas famílias?” (op. cit.: 41).

A regra número dois explica por que a maioria dos pobres aceita seu destino e não se revolta contra o sistema: “O fracasso não é o resultado de infortúnios ou injustiças, mas de desfavor divino. Assim como a habilidade de se tornar muito rico está próxima à santidade, a inabilidade de fazê-lo está perto do pecado” (idem).

Um desdobramento dessa postura é a impossibilidade histórica de constituição de um partido socialista com forte inserção entre os trabalhadores, como aconteceu na Europa. Neste caso, o autor ressalta a peculiaridade de um

sistema político em que não há expressão organizada dos perdedores enquanto tais. A vergonha de reconhecer-se como fracassado impõe uma barreira não explícita à construção de opções e à viabilização de candidaturas que se identifiquem abertamente com os que não conseguem vencer.

No entanto, o comportamento acima descrito não é generalizado; existem exceções, para as quais se aplica a regra número três:

“aqueles que não aceitam a Regra Número Dois, que não ficam paralisados pela culpa e também não têm condições de expressar seu ressentimento legalmente, estão fadados a terminar atrás das grades. ... Só a tristemente empobrecida e caótica Federação russa tem uma proporção tão grande de cidadãos na prisão quanto os ricos e bem governados Estados Unidos - 1,8 milhão na última contagem” (op. cit.: 42-43).

Para Luttwak, há uma lógica de interconexão entre as três regras, constituindo o que ele denomina “sistema calvinista”, no qual “os vencedores diminuem a inveja pela auto-restrição, a maior parte dos perdedores culpa somente a si mesmos por seu destino, e ambos dão cobertura para suas frustrações, exigindo a punição severa dos perdedores rebeldes” (op. cit.: 45).

O processo de implantação do turbocapitalismo nos outros países implica em custos de adaptação, cujo principal resultado é o aumento da concentração da riqueza e o conseqüente aprofundamento da polarização entre ganhadores e perdedores. Embora o autor reconheça o alto preço que está sendo pago pela maioria dos setores sociais e por países que não conseguem uma inserção positiva no novo sistema, não há como se contrapor a ele, o que coloca claramente um impasse a ser resolvido, frente ao qual não se vislumbram propostas concretas de caráter abrangente¹⁴. Nesse sentido, alerta para os problemas decorrentes da sua importação incompleta, incorporando apenas a dimensão econômica (privatização + desregulamentação + globalização), sem considerar que os sistemas legal e calvinista são também componentes fundamentais, cuja ausência tende a acentuar os efeitos sociais e políticos desagregadores.

Para o autor, os dois países onde mais avançou o turbocapitalismo na América Latina são Argentina e Chile, seguidos da Bolívia, Peru e Equador. “Hoje, as economias deles são consideradas de livre mercado, ao lado das de Costa Rica e do Panamá, que nunca foram estatistas” (op. cit.: 312).

No caso da Argentina, alguns comportamentos dos seus trabalhadores seriam um forte indicador da importação incompleta do sistema. Em debate sobre as feições políticas e culturais da Nova Ordem Mundial após a guerra de Kosovo, promovido pelo jornal *Prospect*, Edward Luttwak e Francis Fukuyama estabelecem um diálogo que ilustra bem o ponto em discussão:

“Luttwak – ... fora dos Estados Unidos, não há um espírito calvinista que faça os perdedores se sentirem culpados no sistema competitivo darwinista. Em outros países, os perdedores sentem raiva, não culpa, e o menos que isso pode acarretar é um desastre da política fiscal. Os perdedores não destróem o sistema, mas com certeza podem causar distorções.

Fukuyama – Mas não é isso que está acontecendo na Ásia. Os tailandeses estão sancionando novas leis de regulação bancária; os sul-coreanos estão adotando a transparência e assim por diante.

Luttwak – É verdade, e algo semelhante ao calvinismo está agindo por lá. Mas na Argentina, por exemplo, quando as pessoas são despedidas, elas não ganham peso como os americanos¹⁵ nem se culpam pelo fato; elas simplesmente vão às ruas. O modelo age de forma muito diferente em lugares diferentes” (Cooper, 2000: 8-9).

De acordo com essa perspectiva, apesar dos riscos envolvidos na disseminação do turbocapitalismo, não há possibilidade de que os perdedores se tornem agentes da destruição do sistema. Ampliando a análise para o conjunto de autores abordados nesta seção, o ponto consensual é que não existem alternativas estruturais ao sistema. No entanto, a ascensão dos valores tradicionais nos países em que a modernização econômica não avança, junto ao surgimento e disseminação de movimentos fundamentalistas capazes de atingir as imensas platéias globais de perdedores, são percebidos como fontes de conflito características da Nova Ordem. A análise dessa percepção será o objeto das próximas seções.

Cultura e interesse nacional nos Estados Unidos

O reconhecimento da supremacia política, econômica e militar do Ocidente como realidade inquestionável da Nova Ordem Mundial, abre espaço para um processo de debates nos Estados Unidos que tem como eixos a caracterização da nova etapa e a formulação de uma estratégia internacional adequada. A substituição do paradigma da Guerra Fria nas relações exteriores do país requer uma redefinição dos interesses nacionais, desafios e ameaças a enfrentar.

Uma iniciativa relevante nesse sentido, pela capacidade de desenvolver uma abordagem de grande impacto nos debates sobre o tema, foi o projeto *The Changing Security Environment and American National Interests*, coordenado por Samuel Huntington junto ao *John M. Olin Institute for Strategic Studies* da Universidade de Harvard, para onde convergiram funcionários dos governos do período Reagan a George W. Bush, acadêmicos de diversas instituições de prestígio, e nomes expressivos da comunidade intelectual¹⁶.

Para Huntington, as principais fontes de conflito na ordem em configuração não serão políticas, ideológicas ou econômicas, elas virão das linhas que separam as diversas culturas e civilizações: ocidental, confuciana, japonesa, islâmica, hindu, eslava ortodoxa, latino-americana e africana¹⁷.

Nesse novo contexto, a afirmação de identidades adquire especial relevância. No caso dos Estados Unidos,

“as tentativas de definição do interesse nacional pressupõem uma concordância quanto à natureza do país cujos interesses devem ser

definidos. O interesse nacional decorre da identidade nacional. Precisamos saber quem somos antes de podermos saber quais são os nossos interesses" (1997[a]: 12).

No entanto, como o mesmo autor reconhece, "nós só sabemos quem somos quando sabemos quem não somos e, muitas vezes, quando sabemos contra quem estamos" (1997[b]: 20).

Para Huntington, os dois pilares que dão sustento à identidade dos Estados Unidos, a cultura e o credo, estariam enfrentando um processo de fragilização.

"a cultura` compreende os valores e as instituições dos primeiros colonos ... Essa cultura incluía ... a língua inglesa e as tradições relativas tanto ao relacionamento entre a Igreja e o Estado como ao lugar do indivíduo na sociedade.... O segundo componente da identidade americana foi um conjunto de idéias e princípios universais, expressos nos documentos fundadores escritos pelos primeiros líderes americanos: liberdade, igualdade, democracia, constitucionalismo, liberalismo, governo limitado e iniciativa privada" (1997[a]: 12).

Com o fim da Guerra Fria, desaparece o "outro" que encarnava a negação dos princípios do Credo e justificava a necessidade de uma postura nacional coesa e militante. As transformações demográficas, com novas ondas migratórias predominantemente de população de origem hispânica e asiática, influenciam mudanças raciais, religiosas e étnicas que podem colocar obstáculos à tradicional capacidade do país de assimilar outras culturas. Nessa perspectiva, a afirmação da identidade requer uma nova demarcação das fronteiras em relação aos outros.

Essa tarefa tem dimensões internacionais e domésticas. O mundo das civilizações é um campo de muitas incertezas, no qual a ação dos atores responde a diversos tipos de racionalidades, muito mais complexas do que a lógica bipolar da Guerra Fria. Conhecer-se e conhecer os outros exige cautela. Na política externa, Huntington recomenda uma postura não intervencionista. Os Estados Unidos devem reconhecer os espaços civilizacionais e os seus respectivos Estados-núcleos, evitando o envolvimento nos conflitos internos das outras civilizações.

"A sobrevivência do Ocidente depende de os norte-americanos reafirmarem sua identidade ocidental e de os ocidentais aceitarem que sua civilização é singular e não universal, e se unirem para renová-la e preservá-la diante de desafios por parte das sociedades não-ocidentais. Evitar uma guerra global das civilizações depende de os líderes mundiais aceitarem a natureza multicivilizacional da política mundial e cooperarem para mantê-la" (1997[b]: 19).

Na área doméstica, além dos efeitos da imigração já apontados, Huntington dá destaque à postura de intelectuais e movimentos sociais que, em nome do multiculturalismo, atacam a filiação dos Estados Unidos ao Ocidente e defendem programas de cotas no acesso ao emprego e à educação,

apoiando-se em critérios que favorecem grupos que se consideram historicamente discriminados pela elite branca, anglo-saxônica e protestante (WASP).

“Em vez de tentar identificar os Estados Unidos com outra civilização, porém, eles desejam criar um país de muitas civilizações, o que equivale a dizer um país que não pertence a nenhuma civilização e que carece de um núcleo cultural. ... Uns Estados Unidos multicivilizacionais não serão os Estados Unidos, e sim as Nações Unidas. Os multiculturalistas também contestaram um elemento fundamental do Credo norte-americano, ao substituir os direitos dos indivíduos pelos direitos dos grupos, definidos sobretudo em termos de raça, etnia, sexo e preferência sexual” (1997[b]: 389-90).

Complementando a proposta de uma postura de retração internacional para os Estados Unidos, o autor defende políticas internas que limitem a imigração, e a criação de programas de americanização capazes de promover maiores laços de identificação dos imigrantes com a identidade nacional (1997[a]: 19).

Analisando a inserção internacional dos Estados Unidos após o fim da Guerra Fria, Huntington identifica três etapas: 1) um breve momento unipolar, tipificado na ação unilateral na Guerra do Golfo, 2) um sistema unimultipolar em andamento, que prepara a transição para uma 3) etapa multipolar. Nessa perspectiva, faz referência à caracterização de Zbigniew Brzezinski (1998), dos Estados Unidos como primeira e última superpotência global, num mundo que transita entre uma ordem centrada nos Estados-nação e um futuro ainda incerto, em que a influência de atores globais será cada vez mais decisiva¹⁸.

Para Huntington, existe uma contradição entre o atual sistema unimultipolar e a política externa adotada a partir do governo Clinton, que mantém características típicas da unipolaridade, numa postura imperialista que provoca a insatisfação dos aliados tradicionais e estimula a solidariedade entre os adversários. Apesar de extensa, dada a representatividade do autor, vale a pena reproduzir o perfil que traça dessa política:

“Nos últimos anos os Estados Unidos têm, entre outras coisas, tentado, ou ao menos dão a impressão de estar tentando, mais ou menos de forma unilateral, fazer o seguinte: pressionar outros países a adotarem valores e práticas norte-americanas no que diz respeito aos direitos humanos e à democracia; evitar que outros países adquiram capacidade militar que possa constituir um desafio à superioridade de seu arsenal de armas convencionais; impor o cumprimento de suas próprias leis fora de seu território a outras sociedades; atribuir classificações aos países de acordo com seu grau de aceitação aos padrões norte-americanos no que concerne a direitos humanos, drogas, terrorismo, proliferação de armas nucleares e de mísseis ou, mais recentemente, liberdade de religião; aplicar sanções aos países que não atendam tais padrões; promover os interesses empresariais norte-americanos sob a

bandeira do livre comércio e da abertura de mercados; influenciar as políticas do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional segundo esses mesmos interesses corporativos; intervir em conflitos locais de pouco interesse direto para o país; impor a outros países a adoção de políticas econômicas e sociais que beneficiarão os interesses econômicos norte-americanos; promover a venda de armas para o exterior ao mesmo tempo procurando evitar vendas de natureza semelhante por parte de outros países” (2000: 15).

O Estado frente aos atores globais

A perda do “outro” é apresentada por Huntington como um dos fatores que tenderiam a fragilizar a coesão cultural dos Estados Unidos. Neste sentido, conforme salienta Michael Desch, pesquisador do *John M. Olin Institute*, a Guerra Fria representava o tipo perfeito de ameaça: “nunca se transformou numa grande guerra –apesar da ‘ação policial’ coreana, a guerra do Vietnã e numerosas crises– mas era séria o bastante para ser um fator de unificação” (1995: 25).

Para Desch, o grau de coesão dos Estados e a abrangência da sua atuação estão diretamente relacionados com as ameaças externas à sua sobrevivência. O confronto com ambientes hostis contribuiu para a formação de Estados fortes e coesos na Europa Ocidental e nos Estados Unidos. A situação inversa explicaria em grande parte a fraqueza dos Estados da maioria dos países do Terceiro Mundo, cujas principais ameaças têm origem interna. “Os Estados do Terceiro Mundo geralmente caracterizam-se por terem governos fracos, pouco controle efetivo da economia, um baixo nível de institucionalidade política e instabilidade política crônica” (1995: 10). Neste caso, a exceção corresponde justamente àqueles que enfrentam permanentes desafios externos, como Israel, Cuba, Coreia e China.

O fim da “ameaça perfeita” afeta o sistema estatal, mas, para Desch, isso não representa seu questionamento, mas a emergência de aspectos problemáticos num contexto de menores tensões internacionais. Nos Estados mais consolidados do capitalismo avançado, poderá haver uma redução nas competências e na liberdade de ação. Naqueles cuja existência justificava-se essencialmente pelas pressões externas do alinhamento bipolar, ou que têm uma composição populacional multiétnica, e que enfrentam, na maioria das vezes, problemas crônicos de subdesenvolvimento, as mudanças poderão influenciar situações conflitivas com possibilidades de desencadear o colapso ou a desintegração.

“O ambiente externo de ameaça decrescente reduzirá a coesão interna de estados que enfrentam profundas divisões. Isto conduzirá alguns deles à desintegração violenta ou ao seu engajamento em guerras diversivas para manterem sua frágil unidade, o que poderia ser uma fonte importante de instabilidade internacional futura” (Desch, 1995: 41).

Michael Lind, Editor Executivo da revista *The National Interest* e membro do Comitê Assessor do projeto coordenado por Huntington, analisa as possibilidades de interlocução dos Estados com a multiplicidade de atores que interagem nos espaços nacionais na era global. Para ele, o mundo transita de uma ordem bipolar para uma multipolar, “na qual preocupações com lucros econômicos relativos –em parte suprimidas por razões estratégicas durante a Guerra Fria– estão crescendo, tanto nos Estados Unidos como na Europa e Japão” (1993: p. 1). Lind acredita na continuidade dos Estados-nação como atores privilegiados das relações internacionais. A transferência de poder e autoridade para atores não-estatais de natureza subnacional e supranacional não é estrutural, mas circunstancial, como parte de um processo de transição e conseqüente reestruturação do Estado.

No capitalismo avançado, Lind visualiza a convergência em torno de uma nova modalidade, o Estado catalisador,

“O Estado catalisador é aquele que busca suas metas confiando menos em seus próprios recursos do que agindo como um elemento dominante em coalizões de outros estados, instituições transnacionais, e grupos do setor privado, enquanto retém sua identidade distintiva e suas próprias metas. Como um catalisador, este tipo de Estado é aquele que busca ser *indispensável* ao sucesso ou direção de determinadas coalizões estratégicas enquanto permanece independente dos elementos da coalizão, quer sejam governos, empresas, ou até mesmo populações estrangeiras e domésticas”¹⁹ (1993: 21).

Para Lind, essa forma de Estado tem maiores chances de sucesso a curto prazo nos Estados Unidos, dadas as virtudes do liberalismo anglo-americano em relação às tradições mais intervencionistas do Japão, do leste da Ásia e da Social Democracia européia. Em relação aos ex-países socialistas e ao mundo “em desenvolvimento”, o diagnóstico difere.

“Esses países, que não podem aspirar num futuro próximo a serem Estados catalisadores tecnológico-intensivos e inovadores, têm menos probabilidades de se tornarem democracias liberais capitalistas do que versões do “Estado desenvolvimentista”, no qual elites semiautônomas de segurança e setores econômicos protegidos pelo Estado mantêm uma coexistência difícil com as elites mais liberais, orientadas para o mercado, sob o guarda-chuva da democracia plebiscitária ou do pretorianismo” (1993: 2).

Nos casos do Estado catalisador e do Estado desenvolvimentista, o autor visualiza uma tendência ao fortalecimento de formas não liberais de gestão, influenciadas pelo incremento da concorrência global em todos os níveis. Nos países mais vulneráveis, a variante Desenvolvimentista apresenta-se como alternativa de sobrevivência do Estado-Nação; no capitalismo avançado, a variante Catalisadora transfere poder para elites tecnocráticas, com maior agilidade e autonomia para articular os interesses do Estado e do mercado.

“Tanto nos Estados catalisadores e desenvolvimentistas, versões nacionalistas, populistas e comunitárias de democracia podem

prevalecer sobre versões individualistas e liberais. O futuro, que muitos acreditam que pertencerá ao capitalismo e à democracia, pode pertencer ao capitalismo não-liberal e à democracia não-liberal”²⁰ (Lind, 1993: 46).

Tanto para Desch como para Lind, o centro das atenções sobre os desafios da competição global se dirige à avaliação da capacidade de ação dos Estados. Esse viés politicista, também presente em boa parte dos estudos das novas agendas de segurança, de conflito e de governabilidade, sustenta-se em argumentos consistentes, que analisamos a seguir.

Apesar da diversidade de diagnósticos entre os intelectuais orgânicos do *establishment* sobre a nova estrutura das relações internacionais, existe um pressuposto comum: o poder representa uma categoria chave para entender o comportamento dos Estados-nação, considerados os atores centrais de um ambiente global anárquico²¹.

Nessa perspectiva, a globalização é apresentada como fenômeno cuja principal tendência é a crescente autonomia dos atores privados em relação aos Estados. Isso, no entanto, está longe de ser considerado um fator de questionamento da hegemonia do modo de vida ocidental, ao contrário, verifica-se o seu fortalecimento. Conforme destaca Thierry de Montbrial (2000), diretor do Instituto Francês de Relações Internacionais (IFRI), na sua intervenção no encontro de Tóquio da Comissão Trilateral²²:

“A globalização é a tendência, para um número crescente de atores, de considerar o mundo inteiro como seu tabuleiro de xadrez, ou teatro de operações, usando o termo militar. Este é claramente o caso para muitos agentes econômicos e para muitas organizações não-governamentais. (E, a propósito, todos os manifestantes em Seattle que são contra a globalização são atores da globalização). Este é um dos paradoxos da situação. Muitos assuntos são globais por sua natureza, como os assuntos ambientais e o crime transnacional. E todos nós sabemos que a globalização vem acompanhada da importância crescente da sociedade civil, um conceito Ocidental”²³.

Zalmay Khalilzad, da Rand Corporation, assessor para temas de segurança nacional do presidente George W. Bush²⁴, argumenta na mesma direção. Ao mesmo tempo em que reforça a idéia de autonomia do processo de globalização, destaca os benefícios obtidos pelos Estados Unidos.

“A prosperidade dos Estados Unidos no período do pós-guerra, e especialmente nos últimos 20 anos, foi subscrita pelo fenômeno mais amplo da globalização. Globalização, neste contexto, refere-se à idéia de que fluxos crescentes através das fronteiras de bens, dinheiro, tecnologia, pessoas, informação e idéias estão criando progressivamente uma única e integrada economia global. É claro que a consolidação desse mercado global implica ainda num longo caminho, mas as tendências nessa direção são claras. O governo dos Estados Unidos não criou o fenômeno de globalização, nem ele é o motor principal da integração econômica. A globalização é o trabalho

de uma numerosa e não coordenada multidão de atores privados através do mundo” (2000: 9-10).

A última frase de Khalilzad sintetiza a questão central da abordagem em discussão: a realidade global diz respeito basicamente a atores privados, movidos por inúmeras agendas, favoráveis ou críticas à ordem hegemônica, que interagem por meio de redes, sem controle centralizado, mas partilhando (explícita ou implicitamente) valores “ocidentais” de competição baseados no pluralismo, liberdade de expressão e respeito da legalidade.

Esse aspecto é destacado em estudo da Rand Corporation sobre a emergência das Guerras em Rede (Netwars), fenômeno considerado característico da era da informação, que inclui, entre as modalidades principais, o terrorismo, o crime organizado e os movimentos sociais. O foco da análise é o levantamento Zapatista no México, associado à terceira modalidade. A inusitada projeção internacional de um movimento de raízes indígenas, localizado numa região marginal do país, é atribuída à ação de redes globais de Organizações Não Governamentais (ONG's).

“Sem (as ONGs), o EZLN provavelmente teria se estabelecido numa forma ou organização e comportamento mais parecida com a insurreição clássica ou conflito étnico. Realmente, a capacidade do EZLN e do movimento Zapatista como um todo de montar operações de informação, uma característica essencial das guerras sociais em rede, dependeu fortemente da atração das ONGs para a causa do EZLN, e da habilidade das ONGs para impressionar a mídia e usar fax, e-mail, e outros sistemas de telecomunicações para espalharem-se pelo mundo” (Ronfeldt et al., 1998: 26).

Não nos deteremos aqui na discussão sobre os significados políticos do movimento zapatista, um dos temas a serem abordados no capítulo 3. O estudo da Rand chama a atenção para dois aspectos centrais das questões em debate nesta seção: 1) a atribuição às ONGs de um papel legitimador dos princípios “ocidentais” de convivência internacional, como agentes da construção de uma sociedade civil global; 2) a necessidade de redimensionamento do Estado, incorporando capacidades de interlocução com os atores privados emergentes.

Em relação ao primeiro aspecto, os autores destacam a desvinculação da luta dos zapatistas da ação política tradicional, que coloca como alvo central a conquista do poder, com a conseqüente valorização da organização partidária como meio mais eficaz. Apesar da natureza esquerdista atribuída ao movimento, reconhece-se que a mensagem contra o neoliberalismo tem na sociedade civil seu interlocutor privilegiado, buscando ampliar a conscientização e a mobilização em favor da mudança social no México, atraindo a atenção global para uma cruzada de alcance universal, capaz de unificar o conjunto dos excluídos e descontentes²⁵. Nesse sentido, o papel moderador das ONGs é considerado crucial na delimitação do raio de ação desse e de outros movimentos críticos do *status quo*:

“Algumas das ONGs ativistas eram mais radicais e militantes que outras, e algumas estavam mais afetadas por velhas ideologias do que outras. Mas, em conjunto, a maioria concordava basicamente em que não estavam interessados em obter poder político ou ajudar outros atores a obter poder. Ao invés disso, eles quiseram promover uma forma de democracia na qual os atores da sociedade civil seriam fortes o bastante para contrabalançarem o Estado e os atores do mercado e poderiam representar papéis centrais na tomada de decisões em políticas públicas que afetam a sociedade civil. Essa instância ideológica relativamente nova, um subproduto da revolução da informação, apenas estava emergindo na véspera da insurreição do movimento EZLN, mas nós presumimos que teve ímpeto suficiente entre os ativistas para ajudar a dar coerência à efervescência que se precipitaria no México, buscando ajudar a pacificar como também a proteger o EZLN” (op. cit.: 36).

Independentemente do reconhecimento do significado essencialmente democrático e pluralista da ação das ONGs em relação aos movimentos sociais de natureza pacífica, o estudo centra-se na emergência de um fenômeno caracterizado como bélico, que inclui, conforme apontamos, o terrorismo e o crime organizado, frente aos quais, cabe ao Estado desenvolver políticas de prevenção e de contenção.

Para Ronfeldt et al., as *netwars* colocam em ação redes descentralizadas que muitas vezes bloqueiam a capacidade de resposta das instituições governamentais responsáveis pela manutenção da ordem, baseadas numa estrutura hierárquica. Seu enfrentamento requer uma organização equivalente.

“Isso leva a lutas de redes contra redes –realmente, a hierarquia governamental pode ter que organizar suas próprias redes para prevalecer contra redes adversárias... A melhoria da coordenação e da cooperação civil-militar, entre serviços, e intramilitar, tornam-se tarefas essenciais” (op. cit.: 79-80).

Numa perspectiva similar à adotada pelo estudo da Rand, o relatório do projeto *Globalization and National Security*, coordenado pelo Institute of National Strategic Studies da National Defense University, do Departamento da Defesa, apresenta desenvolvimentos importantes em relação à delimitação das esferas de atuação do Estado e do Mercado:

“O sistema global emergente está corroendo rapidamente as velhas fronteiras entre assuntos estrangeiros e domésticos, como também entre economia e segurança nacional... Apesar do poder dos mercados, o papel do governo continua crucial. Realmente, um clima pacífico de segurança deve ser criado em primeiro lugar na maioria das regiões antes que a globalização possa assumir caminhos que tragam prosperidade econômica, democracia, e a construção de uma comunidade multilateral. A criação de tal clima de segurança é, primeiramente, o trabalho da diplomacia, da política externa, e do planejamento da defesa –não é o trabalho dos mercados, do comércio, e das finanças” (INSS, 2001).

A partir dessa delimitação de esferas de atuação, o relatório aponta linhas de ação prioritárias na redefinição de estratégias governamentais:

“A era global requer um processo de tomada de decisões do governo dos Estados Unidos que seja dinâmico, flexível e integrado, adaptado à Era da Informação e capaz de responder depressa a crises externas em rápido movimento ... Políticos e planejadores militares precisam estar mais atentos a aspectos históricos, tecnológicos, culturais, religiosos, ambientais, e demais assuntos mundiais que terão pela frente. Mais pessoas com perícia em áreas pouco convencionais deveriam ser contratadas e utilizadas em posições convencionais. Atores não governamentais de todas as áreas deveriam ser consultados rotineiramente pelos diplomatas e planejadores militares” (op. cit.).

Conforme analisaremos no próximo capítulo, a emergência de novas formas de terrorismo, especialmente a partir dos atentados de 1998 contra as embaixadas dos Estados Unidos no Quênia e na Tanzânia, desencadeiam um processo de reestruturação do serviço exterior, orientado por uma concepção organizacional que segue de perto as recomendações das instituições vinculadas à defesa acima abordadas.

Como se pode perceber, o reconhecimento da globalização como tendência inerente ao capitalismo, que fortalece principalmente a capacidade de ação do setor privado, não reduz a perda de perspectiva em relação à relevância do Estado. Nesse sentido, há uma continuidade, sob novas bases, do processo desencadeado pela Guerra Fria, na qual a política externa de “portas abertas” dos Estados Unidos representou um fator adicional de impulso à expansão do mercado. O objetivo da derrota do comunismo incorporava uma forte pressão pró-abertura econômica sobre os países dependentes de ajuda externa, chancelada pelas instituições multilaterais de crédito criadas em Bretton Woods (FMI e Banco Mundial)²⁶.

A crescente autonomia do setor privado para definir estratégias globais que não levam em conta os eventuais impactos negativos das decisões de investimento nos Estados-nação (incluindo os Estados Unidos) é uma consequência previsível do processo acima descrito. Nesse contexto, o desafio maior na formulação de uma agenda de segurança não é econômico, mas político, por três razões básicas: 1) há convergência de interesse nas questões fundamentais entre o setor estatal e o setor privado; 2) no mundo pós-Guerra Fria, considera-se superada a antiga controvérsia sobre a importância do mercado e da livre iniciativa na geração de riqueza e prosperidade; a competição global está instalada e a questão mais relevante é a conquista de novas parcelas de mercado, seja pela expansão do consumo ou pela expulsão de concorrentes; 3) não há como competir nesse campo com o capital global, que detém os principais recursos de poder.

O desafio político passa pela capacitação do Estado para defender os interesses nacionais num contexto em que a origem das turbulências se afastou bastante do eixo capitalismo-comunismo. Na raiz do viés politicista das análises apresentadas, está a crescente preocupação com novas fontes de conflito que embora não coloquem em questão o sistema, podem afetar a governabilidade.

Parte importante das críticas de Huntington à política externa dos Estados Unidos se dirige aos efeitos contraproducentes, para a posição internacional do país, da ação integrada entre o governo, o setor privado e os organismos multilaterais. A imposição de modelos econômicos, que, em nome da liberdade de mercado, promovem basicamente a maximização dos lucros das empresas norte-americanas no exterior, pode ter conseqüências danosas nos países e regiões com menor capacidade de adaptação à competição global.

Essa postura marca uma diferenciação explícita entre os ideólogos do mercado e da segurança. Na reunião de Tóquio da Comissão Trilateral, Henry Kissinger (2000) coloca o acento nessa questão, mostrando as diferenças de mentalidade e de interpretações da realidade mundial entre as três gerações que dirigem o país desde a Segunda Guerra. A primeira, no comando no período da Guerra Fria, em processo de retirada, “era uma geração que não sentia nenhuma ambivalência sobre o uso do poder americano e que, em geral, acredita que tenha sido usado para propósitos construtivos e benéficos”. A que está atualmente no comando, marcada pela crise de confiança da guerra de Vietnã, acredita em “aqueles assuntos não relacionados com o exercício do poder americano, ou separados dele tanto quanto possível, como o meio-ambiente ou os direitos humanos. Eles têm a tendência, que me espanta, de se desculpar frente à nações estrangeiras por nossa conduta prévia”²⁷. A geração Internet, cuja influência decorre do seu vínculo direto com o setor privado, assume o discurso ideológico da globalização,

“Eles acreditam... que a globalização resolve todos os problemas e, então, se você tem um mundo globalizado perfeito, ele será automaticamente pacífico... Assim, deve-se lidar com uma classe política que é nacional e não muito reflexiva na política externa, e com uma classe econômica que é global em sua perspectiva, mas que não entende as relações políticas” (op. cit.).

Para Kissinger, o desencontro entre as diversas perspectivas (e gerações) pode ter repercussões problemáticas no processo decisório do Estado e nas relações internacionais do país. Nessa direção, a análise de Huntington representa uma racionalidade estratégica de longo alcance que nos parece extremamente relevante, como veremos a seguir.

Sintetizando os pontos convergentes entre os autores abordados nas seções anteriores sobre a caracterização da Nova Ordem Mundial, quatro aspectos se destacam: 1) a derrota do principal inimigo do capitalismo, promotor de um sistema econômico que questionava a propriedade privada dos meios de produção; 2) a disseminação global da lógica do mercado e da democracia representativa; 3) o controle das instituições econômicas multilaterais (FMI, Banco Mundial, OMC) pelos países do capitalismo avançado; 4) a conquista da superioridade militar por parte da OTAN. A partir do reconhecimento dessa situação, o consenso aponta para a necessidade de manutenção do *status* atingido e o dissenso se concentra na definição da política externa mais adequada para os Estados Unidos.

Para Huntington, na ausência de uma superpotência inimiga do sistema, os apoios incondicionais e a noção de “guardião do mundo livre” perdem significado. Os assuntos mundiais ganham outra dimensão, perdas e danos na

concorrência por mercados, ou situações de desequilíbrio político geradoras de conflitos regionais, deixam de ser vistas com lentes ideológicas. Nesse contexto, assumir perspectivas missionárias pode levar a última superpotência a um processo de isolamento. A administração da hegemonia exige um cuidadoso trabalho de geração de novas alianças e tratamento negociado das divergências, buscando amenizar ou, no melhor dos casos, eliminar o caráter antagônico das contradições, o que torna contraproducentes as posturas arrogantes e intervencionistas. Após as vitórias da Guerra Fria, não há nada decisivo a ser conquistado. Numa perspectiva histórica de longa duração, o novo desafio é evitar o destino do Império Romano²⁸. Isso explica sua grande preocupação com a fragilização dos pilares de sustentação da identidade dos Estados Unidos, que ameaçariam a continuidade da nação.

É com base nessa percepção que critica explicitamente a abordagem do “fim da história”, típica da tradição imperial do Ocidente, que prescreve ao resto do mundo modos universais de convívio humano, ao mesmo tempo em que estimula internamente um clima intelectual propício à acomodação no desfrute da vitória e à perda de vigilância em relação aos inimigos.

Os novos desafios à segurança nacional

Paralelamente à constatação do caráter irreversível da globalização e dos seus efeitos positivos na economia dos Estados Unidos, começa a tomar corpo nas análises sobre a segurança nacional a preocupação com os fatores de desagregação, junto com os seus prováveis desdobramentos políticos. Dois exemplos nessa direção são o *Strategic Assessment 1999*, do *Institute for National Strategic Studies (INSS)*, e o *Bipartisan Report to the President Elect on Foreign Policy and National Security*, elaborado no ano de 2000 pela Rand Corporation.

De acordo com o relatório do INSS, fortemente influenciado pelas crises financeiras na Ásia (1997), Rússia (1998) e Brasil (1998-99),

“a globalização econômica é amplamente consistente com a segurança internacional dos Estados Unidos e com os interesses da sua política externa. Facilita a integração, promove a abertura, encoraja a reforma institucional e nutre a nascente sociedade civil internacional. Mas os choques associados à globalização abrupta, especialmente aos fluxos financeiros de curto prazo, podem exacerbar problemas políticos e sociais, fomentar a instabilidade, incitar o antiamericanismo e alargar brechas internas e entre países” (Frost, 1999: 19).

O relatório da Rand, preparado no processo prévio às eleições presidenciais de 2000, com o objetivo de apresentar à nova administração os desafios associados com as relações exteriores e a segurança nacional, aponta para a necessidade dos Estados Unidos assumirem a iniciativa política nos assuntos mundiais, num contexto em que começa a solidificar-se um movimento crítico dos efeitos negativos da globalização, de forte conteúdo anti-norteamericano:

"O ressentimento com a globalização está em alta e está produzindo antiamericanismo, porque Washington é considerado como seu arquiteto e beneficiário. O momento é adequado para construir um consenso em relação ao desenho do papel dos Estados Unidos no mundo. Tal desenho guiaria a nação e daria a ela um propósito em sua política externa. Sem tal propósito, seria difícil fixar prioridades" (Carlucci et al., 2000: 3-4).

As crescentes manifestações antiglobalização que acompanham os encontros dos organismos multilaterais e os fóruns de debate das elites orgânicas do capitalismo liberal ascendem o estado de alerta sobre o retorno, com novas bandeiras, da agitação política dos anos 1960-70, quando a maioria dos movimentos, independentemente da agenda –contracultura, revolução social, discriminação racial e sexual, pacifismo– assumia como palavra de ordem comum a denúncia do imperialismo norte-americano.

Diferentemente de Huntington, que prega a retração dos Estados Unidos na política internacional, os dois documentos citados defendem uma postura ativa, de "engajamento global" (INSS) e de "liderança global seletiva" (Rand). Em ambos os casos, há uma posição cautelosa em relação ao unilateralismo, dando-se ênfase à necessidade do suporte multilateral para enfrentar os novos desafios.

Na perspectiva do INSS, a segurança, a prosperidade econômica e a democracia compõem as três metas da estratégia de engajamento. A primeira exige capacidade para lidar com as diversas modalidades de conflitos políticos; a segunda está associada ao aprofundamento da liberalização comercial –considerado como principal fator de integração econômica mundial– e à garantia de acesso às fontes de energia; a terceira complementa a segunda no processo global de convergência em favor dos valores Ocidentais:

"A democracia liberal e o capitalismo de mercado permanecem como os valores dominantes do Ocidente, e sua expansão é a principal esperança para um século 21 pacífico.... Muitas culturas não aceitam os valores Ocidentais nem se beneficiam das condições subjacentes que permitem que estes valores se desenvolvam. Em muitos lugares, o autoritarismo persiste, mesmo na ausência de uma racionalidade que o impulsione. Alguns temem que o estatismo em estado cru, o nacionalismo abusivo, o fascismo corporativista e culturas antiocidentais estejam ganhando força" (Kugler, 1999: 2).

A estratégia de Liderança Global Seletiva defendida no documento da Rand, propõe ao novo presidente o desenvolvimento de oito áreas de trabalho conjunto entre os Estados Unidos e seus aliados:

"... integrando a Rússia e a China no sistema internacional atual e fortalecendo relações com a Índia; encorajando a transformação dos grandes Estados que assumem crescente influência, em membros responsáveis da comunidade internacional; constrangendo os criadores de problemas regionais; continuando a representar o papel de pacificador; adaptando-se à nova economia global e indo ao encontro

da agenda plena de problemas apresentada pela globalização; promovendo a democracia e os valores humanos fundamentais; buscando a redução de armas de destruição em massa (WMD) e mísseis –especialmente os que estão nas mãos de Estados hostis; e protegendo os Estados Unidos, suas forças e seus aliados das WMD e de ataques com mísseis” (Carlucci et al., 2000: vii).

Apesar das diferenças, a perspectiva de retração (Huntington) e a de engajamento (INSS, Rand) partem do mesmo pressuposto: a convicção da superioridade do modo de vida ocidental, ameaçado pela ação afirmativa de culturas refratárias ao progresso.

Na definição de políticas, as prescrições se situam teoricamente no mesmo campo, o debate realista entre equilíbrio de poder e hegemonia. Para Huntington, o Estado deve exercer suas atribuições legais no âmbito interno para fortalecer a cultura ocidental, promovendo a assimilação dos imigrantes e combatendo o multiculturalismo. Na política externa, deve consolidar o bloco ocidental, evitando interferir nos assuntos internos das outras civilizações. Num mundo que tende à multipolaridade, a busca do equilíbrio do poder torna-se um objetivo indispensável. A outra visão, que é a predominante nos setores mais próximos do processo decisório do Estado, parte da noção de hegemonia. Num mundo cada vez mais interdependente, basicamente em função da disseminação dos valores ocidentais, a governabilidade global depende da capacidade da única superpotência de garantir, com o apoio dos seus aliados, a continuidade do processo, projetando a reprodução do sistema nas regiões que apresentam maiores resistências.

Nas percepções de ameaça definidas pelas duas posturas, o ressentimento produzido pelo fracasso apresenta-se como núcleo comum das motivações atribuídas aos movimentos com potencial desestabilizador da Nova Ordem. Essa caracterização da cultura dos “perdedores” –seus valores, atitudes e grau de conflitividade– será objeto de análise na próxima seção.

Etnicidade e fundamentalismo

Frente aos fatores estruturais que tendem a gerar fontes de conflito no mundo “em desenvolvimento”, os pesquisadores da Rand Jennifer Morrison Taw e Bruce Hoffman destacam dois aspectos: o crescimento populacional e a migração do campo para os centros urbanos²⁹.

Para eles, “problemas de crescimento populacional, pobreza e fome não são novos para o mundo menos desenvolvido e têm sido ao longo da história o sustentáculo da guerra, da revolução e da subversão” (op. cit.: 225). No entanto, a rápida transformação desses países de agrários em urbanos, traz consigo uma grande variedade de complicações, que tendem a gerar novas situações conflituosas³⁰.

“Os refugiados (que migram através das fronteiras internacionais) e as pessoas internamente deslocadas (que migram dentro de seus próprios

países), freqüentemente mudam-se sem ajuda, e podem não sobreviver. Eles podem carregar doenças, ampliar ou criar novas favelas, e exacerbar preconceitos raciais, religiosos e étnicos. Eles drenam os recursos limitados do governo anfitrião, local ou nacional, para serviços sociais, desenvolvimento de infra-estrutura, e policiamento, criando freqüentemente ressentimentos que podem conduzir à violência” (op. cit.: 226).

Os conflitos internos aos Estados, embora não representem um fenômeno novo, têm adquirido enorme importância no período recente, com repercussões na política externa dos Estados Unidos. Entre 1989 e 1998, apenas sete, entre os 108 conflitos armados deflagrados no mundo, foram de natureza interestatal (Szayna, 2000: 1). Desde o fim da Guerra Fria, de acordo com dados de Ashley Tellis et al., cobrindo o período até 1997, as Forças Armadas dos Estados Unidos envolveram-se em 25 operações de paz (1997: 2).

Há controvérsia entre os analistas da política externa norte-americana sobre a real necessidade de envolvimento em conflitos dessa natureza quando acontecem em regiões localizadas longe das fronteiras do país, que não possuem recursos naturais estratégicos ou investimentos importantes de empresas nacionais. É o caso das chamadas operações humanitárias empreendidas na Somália, Ruanda e Burundi. A freqüência cada vez maior desse tipo de situações coloca como questão inevitável a definição de critérios orientadores das decisões de intervenção³¹.

No documento da Rand anteriormente citado (Carlucci et al., 2000), Richard Haass, Diretor de Planejamento de Políticas do Departamento de Estado na gestão Collin Powell, descarta a viabilidade de se formular uma doutrina com possibilidades de aplicação a todas as situações; no entanto, aponta quatro condições em que o envolvimento humanitário seria recomendável:

“(1) Se cresce o provável ou efetivo custo humano de permanecer indiferente ou de limitar a resposta norte-americana a outros instrumentos políticos, especialmente quando se aproxima do genocídio; (2) se uma missão pode ser projetada para salvar vidas sem provocar baixas americanas significativas; (3) se é possível contar com outros países ou organizações para ajudar financeiramente e militarmente; e (4) se outros interesses nacionais mais importantes não seriam danificados pela intervenção ou pela não intervenção” (Haass, 2000: 168).

Em relação ao processo de tomada de decisões, a recomendação de Haass é clara: “A autorização do Conselho de Segurança da ONU para administrar uma intervenção humanitária deveria ser julgada desejável, mas não essencial” (op. cit.: 168).

Com o objetivo de compreender os processos que levam ao desencadeamento de conflitos intraestatais, facilitando uma ação de caráter preventivo, a Rand desenvolveu o projeto *Ethnic Conflict and the Process of State Breakdown*, sob o patrocínio do *staff* de Inteligência do Exército dos Estados Unidos.

De acordo com a análise apresentada no relatório final da pesquisa, um aspecto-chave na diferenciação entre os conflitos inter e intraestatais está na condução do processo de resolução. “Diferentemente das guerras interestatais, onde a maioria delas termina em um acordo negociado, a maioria dos conflitos intraestatais termina com o extermínio, expulsão ou rendição completa de um dos lados” (Szayna, 2000: 3).

No caso dos conflitos comunitários, em que a afirmação de identidades representa um dos fatores causais principais, as barreiras para estabelecer formas permanentes de convivência multiétnica num mesmo Estado tornam-se muitas vezes insuperáveis.

Para os autores, existem dois caminhos básicos para a regulação de conflitos étnicos:

“(1) eliminando as diferenças (há quatro métodos para realizar isto: genocídio, transferência forçada de população, partição/secção, e integração/assimilação); (2) administrando as diferenças (novamente, quatro métodos principais: controle hegemônico, arbitragem através de uma terceira parte, cantonização/federalização, e consórcio/poder compartilhado)” (op. cit.: 2000: 4).

Partindo do pressuposto de que toda ação social contém uma racionalidade, que leva em conta a adequação entre meios e fins, a pesquisa assume como premissa a factibilidade da prevenção ou da resolução de conflitos étnicos. A compreensão dos fins facilita o caminho da predição.

O desvendamento de aspectos comuns presentes nos diversos processos de construção da etnicidade pode permitir a elaboração de modelos que ajudem na caracterização dos conflitos, conduzindo a um melhor planejamento e execução das intervenções.

A pesquisa distingue três abordagens principais de etnicidade. Uma delas é a “primordialista”, para a qual as diferenças são um fenômeno natural, baseado em características biológicas, raciais e culturais, definidas *a priori* do processo de socialização. A diversidade não é percebida como problema, senão como condição normal da pluralidade própria de todo agrupamento social. Nessa perspectiva, conflitos podem acontecer em situações de desigualdade na distribuição de poder e bem-estar que explicitem a discriminação de setores com base em critérios étnicos. No entanto, a abordagem “primordialista” não coloca a violência como aspecto significativo das relações entre as diversas etnias.

A segunda abordagem destacada é a “epifenomenalista”, associada principalmente com a tradição marxista, para a qual a base do conflito está nas desigualdades de classe, institucionalizadas em estruturas de poder que legalizam relações sociais de exploração. Comparativamente à abordagem primordialista, em que a etnicidade desempenha um papel relevante, aqui “somente funciona como uma ‘máscara’ que obscurece a identidade de algumas formações de classe que lutam pelo poder político ou econômico” (Szayna, 2000: 21). Na perspectiva “epifenomenalista”, movimentos de classes

subalternas, embandeirados em reivindicações de natureza étnica, seriam característicos de fases pré-políticas, em que a falsa consciência é fator predominante.

A terceira abordagem, "atributiva", que orienta metodologicamente a pesquisa, tem como principal referência teórica a sociologia compreensiva de Max Weber, valorizando a política e a subjetividade na regulação da vida social.

"A política cria a etnicidade, que força os indivíduos a descobrirem recursos comuns em suas lutas pela sobrevivência. O papel fundamental da política implica na etnicidade como um fenômeno que só se torna real por causa das construções subjetivas de indivíduos sob certas circunstâncias, e não porque ela existe a priori, como alguma solidariedade intrinsecamente permanente que liga um conjunto de indivíduos no tempo e no espaço" (Szayna, 2000: 26).

A opção por essa perspectiva não é excludente em relação às outras; "a maioria dos teóricos sociais hoje admitiria que uma abordagem atributiva incorporando *insights* marxistas e weberianos seria o caminho mais frutífero para o entendimento do problema maior da exclusão e da dominação na sociedade" (Szayna, 2000: 30).

O modelo elaborado pelos autores considera três estágios na análise de um conflito étnico. O primeiro tem como objetivo desvendar o potencial desencadeador de violência étnica das modalidades de fechamento³² existentes em determinada sociedade. Nesse momento, a utilização integrada de categorias weberianas e marxistas assume destaque. Além dos fatores intersubjetivos que explicam a dominação, examinam-se as relações de produção, as relações entre a estrutura de classes e a distribuição da riqueza e do poder, e o papel do Estado na reprodução das relações sociais dominantes.

O segundo estágio procura entender o processo que pode transformar situações de descontentamento em conflitos abertos. Alterações no equilíbrio de poder associadas à ascensão ou declínio de determinados setores, ocasionadas por transformações na forma de produção e de apropriação da riqueza ou por mudanças nas regras do jogo político, podem desencadear manifestações violentas (atentados e outras formas de agressão) por parte daqueles que se consideram perdedores. Contextos como esse podem constituir um campo fértil para que empreendedores étnicos, capazes de dar condução e organicidade às mobilizações, capitalizem politicamente a situação. A obtenção de recursos e respaldo político pela criação de laços de apoio internos e externos completam o quadro da viabilização do conflito étnico (Szayna, 2000: p. 52).

O terceiro estágio corresponde à avaliação das capacidades de negociação e barganha política do Estado e dos grupos organizados, permitindo caracterizar situações de ameaça estrutural à governabilidade.

Em relação ao poder do Estado, são avaliadas três dimensões: flexibilidade da estrutura institucional para responder politicamente às

demandas, permitindo a abertura de espaços para acomodar a diversidade de interesses; saúde fiscal e acesso a financiamento, capazes de ampliar as possibilidades de oferta de alternativas no processo de negociação; e capacidade de utilização da coerção na eventualidade de se optar pela resolução violenta do conflito.

Em relação à capacidade dos grupos mobilizados, destacam-se:

“sua habilidade para adaptar-se *vis à vis* com outras formações sociais concorrentes, incluindo o Estado; sua habilidade para sustentar a campanha política pela atenção das suas demandas; e sua habilidade para manter a coesão da identidade emergente do grupo” (Szayna, 2000: 61).

Apesar de incorporar no seu instrumental metodológico categorias marxistas, utilizadas no mapeamento da base econômica das sociedades analisadas, a pesquisa não inclui entre os movimentos sociais com potencial desestabilizador os de natureza anticapitalista. Isso decorre, na nossa interpretação, de dois fatores: um de natureza empírica, associado ao refluxo do socialismo, outro de natureza teórica, relacionado com a utilização do conceito de “fechamento”, determinante na caracterização da desigualdade que tende a motivar o conflito.

Quando ocorre fechamento, explicitam-se formas de dominação, culturalmente construídas, com desdobramentos objetivos em termos de acesso diferenciado a bens e poder decisório. O exercício abusivo do poder em ações que tornam visível a discriminação e a percepção de afinidades entre setores que se consideram vítimas dessas ações podem desencadear um processo de conflito.

As premissas dessa abordagem são as mudanças objetivas que desequilibram uma situação considerada estável e a percepção subjetiva de perda de poder político e/ou econômico. O problema central está associado à exclusão, e a tarefa é fortalecer ou recompor –dependendo da gravidade da situação– a legitimidade do Estado e seu monopólio do uso da força.

Os conflitos classistas, cuja origem é a tomada de consciência em relação a uma condição de exploração considerada intrínseca ao capitalismo, independentemente de situações conjunturais mais ou menos críticas, apresentam especificidades que a abordagem “atributiva” não contempla.

Em processos de radicalização política, cuja motivação central é o questionamento da estrutura social, não há fundamentação racional para a negociação de condições permanentes de convívio entre classes dominantes e subalternas. A utilização ou não de métodos coercitivos por parte do Estado dependerá do poder de mobilização de movimentos cuja agenda antecipa, como desfecho inevitável da conquista do poder, a exclusão das antigas classes dominantes. No acervo do governo dos Estados Unidos existe evidência histórica, produção teórica e experiência acumulada suficiente sobre as formas de resolução desse tipo de conflito: no limite, deve-se impor a rendição incondicional, sem restrição na utilização dos meios disponíveis.

O novo terrorismo

Em comparação com o período da Guerra Fria, o atual panorama mundial é percebido pelo *establishment* da segurança nacional como menos perigoso em termos de tensões de alcance global, o que não significa que esteja livre da violência organizada. Conforme salienta Ian Lesser, em estudo da Rand,

“as fontes de conflito frente às quais as instituições militares devem planejar tornaram-se mais diversas e menos previsíveis, ainda que menos perigosas no pior dos casos.... Colocando em termos mais simples, muitas das distinções tradicionais entre cenários estão sendo corroídas sob a pressão de desafios inter-regionais –de migração e terrorismo até o contínuo crescimento de sistemas de armas disponíveis no mundo inteiro” (Khalilzad e Lesser, 1998: 1-2).

Os conflitos típicos da era bipolar, apesar de manterem os setores responsáveis pela política externa em permanente estado de alerta, não deixavam de apresentar aspectos vantajosos em relação ao contexto posterior. A lógica custo-benefício que predominava na esquerda favorecia o processo de análise e prevenção. Para as organizações políticas e os governos do bloco soviético, ações terroristas contra alvos civis eram consideradas contraproducentes na conquista do apoio da opinião pública para as causas que defendiam.

Referindo-se aos atentados contra o World Trade Center e o Pentágono de setembro de 2001, Lesser delinea as diferenças entre o que denomina “velho” e “novo” terrorismo:

“Na época do velho terrorismo, havia grupos conhecidos com propostas políticas bem definidas. Geralmente assumiam seus atos. Os países que os patrocinavam não costumavam esconder o fato da comunidade internacional. Os grupos que melhor traduziram esse modelo foram o IRA (Exército Republicano Irlandês), em sua época áurea, a Frente Popular para a Libertação da Palestina, as Brigadas Vermelhas ... Hoje, a situação é completamente diferente. Existem várias formas de terrorismo... E os ataques a Washington e a Nova York são típicos: enorme número de vítimas fatais, alvos simbólicos, ataques suicidas e demora em assumir a autoria” (2001: 14).

No que se refere às motivações, Lesser não atribui ao novo terrorismo um objetivo político preciso. “É mais uma motivação contra o sistema. Nada a ver com a independência de um país ou com a intenção de fazer uma chantagem política específica. É uma expressão de fúria. Por isso a tática usada e as consequências são diferentes” (op. cit.).

De acordo com dados do governo dos Estados Unidos, após o fim da Guerra Fria diminuiu o número de ataques terroristas. Entre 1981 e 1990, a média anual de incidentes foi de 536, e entre 1991 e 2001, de 417. Em 2001, houve uma redução em relação ao ano anterior: 348 contra 426 (U.S.D.S., 2002). No entanto, a mudança no perfil das organizações que promovem ações dessa natureza –nas quais motivações religiosas começam a assumir destaque– e o maior acesso a armas de destruição em massa, tendem a complicar o panorama.

Para os analistas de segurança, a inspiração religiosa presente em algumas das manifestações do novo terrorismo não deve ser atribuída às religiões tradicionais, institucionalizadas e com presença mundial, mas aos cultos. Nessa variante, perdem importância as justificativas terrenas para ações contra inimigos baseadas em crenças diferentes ou de vingança contra outros grupos étnicos e civilizações por humilhações sofridas no passado, independentemente do tempo transcorrido. Conforme assinala Mark Kauppi,

“os extremistas religiosos diferem das organizações seculares em que a audiência que eles estão tentando impressionar é Deus, ao invés de um segmento do público. Conseqüentemente, convicções religiosas supostamente facilitam o engajamento em ações que causam altos números de mortes quando o ato é feito em nome de Deus, e supostamente com Sua bênção”³³ (1998: 25).

O relatório do projeto do INSS *Globalization and National Security* chama a atenção para esse problema, destacando os componentes de instabilidade associados ao processo de globalização:

“Mais do que destruindo a religião, a globalização está facilitando a expansão de idéias religiosas.... Boa parte da violência que, às vezes, é descrita como religiosa, de fato provém de uma articulação política contra a globalização por parte de instigadores que utilizam a religião para seus próprios fins.... A politização do Islã coloca um desafio particular neste aspecto, mas não é a única. Uma articulação amplamente difundida está sendo construída contra valores e práticas ocidentais que são freqüentemente percebidos como humilhantes, decadentes, indulgentes, e abusivos” (INSS, 2001).

No caso dos atentados de 11 de setembro de 2001, a invocação da religião como fonte inspiradora de uma ação terrorista dirige-se contra os Estados Unidos, colocado como símbolo máximo da ameaça à sobrevivência do modo de vida islâmico. Para alguns analistas, cabe uma urgente reflexão sobre os fatores que influenciam esse ódio manifesto contra o país, profundamente arraigado em setores da juventude do mundo árabe. Conforme salienta Judith Kipper, pesquisadora do Council on Foreign Relations³⁴:

“Embora não haja absolutamente nenhuma justificativa possível para esses atos de terror, é imperativo que os Estados Unidos, em nosso próprio interesse de segurança nacional, examinem o que é que cria tal fúria abrasadora que conduz, principalmente os jovens, a ferirem os americanos” (2001)³⁵.

Na avaliação de Kipper, a ausência de um ambiente pautado pelos valores de convivência característicos do modo de vida americano é uma das fontes principais do radicalismo, sendo que parte da responsabilidade por essa situação cabe à política externa dos Estados Unidos, voltada basicamente para interesses econômicos e estratégicos.

“A separação entre os governos da região e os jovens, que vêem tão poucas oportunidades, como também o que parece ser um conflito israelense-palestino não resolvido, projetou a imagem de uma América

ameaçadora. ... Eles são criminosos, mas não nasceram assim. Eles são um produto do seu próprio ambiente, que não os expõe a valores tão familiares para os americanos, como apoiar a sociedade civil e respeitar os direitos humanos e a dignidade de todo indivíduo. Eles percebem uma falta de sensibilidade, um materialismo e farisaísmo na América. Tudo isso tem uma influência tão profunda em suas vidas que não é apenas inaceitável, mas, para alguns, intolerável” (op. cit.).

Referindo-se às motivações que estariam na base dos atentados, Huntington também destaca o vínculo entre a faixa etária de boa parte dos militantes fundamentalistas, seu nível educacional e o ressentimento em relação ao Ocidente:

“As pessoas envolvidas nos movimentos fundamentalistas, islâmicos ou outros, com frequência são pessoas com formação superior. A maioria delas não se torna terroristas, é claro. Mas esses jovens ambiciosos e inteligentes aspiram empregar sua formação em uma economia moderna, desenvolvida, e ficam frustrados com a falta de empregos, com a falta de oportunidades. Eles também são pressionados pelas forças da globalização e o que consideram como imperialismo ocidental e dominação cultural. Obviamente eles se sentem atraídos pela cultura ocidental, mas também são repelidos por ela” (Steinberger, 2001)³⁶.

No entanto, apesar desse reconhecimento das contradições presentes no processo de globalização, Huntington, diferentemente de Kipper, não vê possibilidades de alteração do quadro a partir de uma mudança na postura dos Estados Unidos. Para ele, o apoio a regimes democráticos que respeitem os direitos humanos pode resultar contraproducente:

“No mundo islâmico há uma tendência natural em resistir à influência do Ocidente, o que é compreensível dada a longa história de conflitos entre o Islã e a civilização ocidental. Obviamente, há grupos na maioria das sociedades muçulmanas que são favoráveis à democracia e aos direitos humanos, e acho que devemos apoiar tais grupos. Só que assim entramos nesta situação paradoxal: muitos dos grupos que lutam contra a repressão nessas sociedades são fundamentalistas e antiamericanos. Nós vimos isso na Argélia” (Steinberger, 2001).

Os receios expressados por Huntington remetem para uma situação de difícil equacionamento: os fundamentalistas do islamismo e do *american way of life* partilham da mesma percepção sobre o vínculo entre a universalização da democracia e a ocidentalização do mundo.

A hierarquia dos Estados-nação

Nas seções anteriores, ficou caracterizada a diversidade de situações vivenciadas pelos países que enfrentam crises de governabilidade e os que atingiram uma fase de prosperidade com estabilidade política. Tomando como referência essa polarização, o *Strategic Assessment 1999*, do INSS,

apresenta uma classificação dos diferentes Estados-nação, chamando a atenção para os elementos geradores de estabilidade e conflito presentes em cada modalidade.

Nessa classificação, que não difere, no essencial, da que é utilizada pelo Departamento de Estado, conforme analisaremos no próximo capítulo, o modelo a partir do qual se estabelece o contraste entre os graus de aproximação e diferenciação é o “Núcleo democrático”, que congrega os países do capitalismo avançado com regimes de democracia representativa e economia de mercado. A ampliação ou retração do “núcleo” torna-se um indicador da estabilidade política mundial: “aumentando a comunidade democrática pode-se ampliar a cooperação internacional e ao mesmo tempo reduzir a instabilidade fora do país” (Kugler e Simon, 1999: 189).

O segundo grupo de países corresponde aos “Estados em transição”, no qual a China, a Índia e a Rússia são apontados como atores-chave.

“Quando essa década de transição começou, esses Estados foram em direção à democracia de mercado. Hoje, seus destinos são menos certos. Ainda, seu grande tamanho, localização geográfica e tradição histórica lhes assegura um papel influente em regiões chave –o leste da Ásia, o sul da Ásia, e a Europa Central e Oriental. Seu sucesso ou fracasso afetará essas regiões significativamente” (Garnett, 1999: 205).

O terceiro grupo é formado pelos “Estados fora-da-lei”, afastados do “Núcleo democrático” e promotores de ações desestabilizadoras da ordem mundial, como o suporte ao terrorismo. Embora a lista dos países incluídos nessa categoria esteja sempre sujeita a mudanças, conforme a evolução do seu posicionamento em relação ao “Núcleo”, em 1999 situavam-se nessa classificação Iraque, Irã, Coreia do Norte e Sérvia. Em termos de tendência, a perspectiva é pessimista:

“É provável que o número de Estados ou movimentos hostis a interesses norte-americanos cresça. Aumentarão os Estados impossibilitados de se beneficiarem da globalização. Melhorias tecnológicas e deterioração dos regimes de não proliferação estão proporcionando a esses grupos Armas de Destruição em Massa de alta precisão e longo alcance. Impossibilitados de terem sucesso desafiando diretamente as forças militares norte-americanas, é provável que Estados e organizações fora-da-lei recorram cada vez mais ao terrorismo. Juntos, Estados fora-da-lei e proliferação serão uma ameaça central a interesses de segurança dos Estados Unidos” (Schake, 1999: 228).

A quarta, e última categoria, é formada pelos “Estados falidos”, cujas características principais analisamos na seção anterior. Na perspectiva do *Assessment*, a ajuda aos Estados que entram em processo de falência, além dos aspectos humanitários, envolve a questão estratégica da ampliação do “Núcleo democrático” em detrimento do grupo de “Estados fora-da-lei”. A ausência de governabilidade torna-se campo fértil para experimentos totalitários. “Nesse contexto global, a segurança nacional dos Estados Unidos

sustenta-se mais efetivamente pela consolidação de regimes democráticos e pela expansão de economias de mercado prósperas” (Dziedzic, 1999: 243).

O Hemisfério Ocidental e o “Núcleo Democrático”

As abordagens do *establishment*, conforme analisamos, apresentam as democracias do capitalismo avançado como estágio culminante de uma trajetória universal de modernização. Quando o olhar se volta para a posição da América Latina e do Caribe nesse processo, a questão mais recorrente é a disparidade entre o desenvolvimento do norte e o subdesenvolvimento do sul do hemisfério, atribuída a diferenças culturais cujas origens remontam ao passado colonial.

Para Harrison, nos Estados Unidos e Canadá teria prevalecido a influência anglo-protestante, orientada para valores que estimulam o mérito, a frugalidade, o trabalho, a educação, a justiça e o sentido de comunidade. Na América Latina e no Caribe, predominou a influência da cultura ibero-católica tradicional.

“Essa cultura está focada no presente e no passado às custas do futuro; no indivíduo e na família às custas da sociedade maior; nutre o autoritarismo; propaga um código ético flexível; cultua a ortodoxia; e é desdenhosa do trabalho, da criatividade, e da poupança” (1997: 24).

Na distinção que estabelece entre culturas progressivas e regressivas, Harrison identifica dez fatores que estariam presentes nas trajetórias de sucesso dos países ocidentais e do leste da Ásia, assim como em grupos migratórios judeus e asiáticos: “orientação para o futuro, ética do trabalho, frugalidade, educação, mérito, comunidade, um código ético rigoroso, justiça, autoridade difundida e secularismo” (1997: 261). Para ele, o desenvolvimento latino-americano dependerá do fortalecimento desses valores.

Na introdução ao livro *A cultura é o que importa*, que reúne textos dos participantes do simpósio *Os valores culturais e o progresso humano*, realizado na Universidade de Harvard em abril de 1999³⁷, Harrison amplia o foco da sua análise das trajetórias diferenciadas entre as regiões norte e sul do continente, incluindo a performance econômica e educacional das comunidades hispânicas em comparação a outras minorias no interior dos Estados Unidos. Na mesma linha dos seus trabalhos anteriores, a explicação descarta fatores externos como elementos causais principais:

“Trinta por cento dos hispânicos estão abaixo da linha da pobreza, e a taxa de desistência da escola secundária também está perto dos 30 por cento, mais do que o dobro da taxa de desistência dos negros. Os imigrantes hispânicos sofreram discriminação, mas seguramente menos do que os negros e provavelmente não mais do que os imigrantes chineses e japoneses, cuja educação, renda e riqueza excedem substancialmente as médias nacionais” (Harrison, 2000: 25).

Apesar da avaliação desfavorável à América Latina e o Caribe nos aspectos macro e micro destacados na comparação, quando a análise incorpora como

fator principal a tendência do processo em curso, a perspectiva do autor é bastante otimista.

“Há várias forças modificando a cultura da região, incluindo a nova corrente intelectual descrita neste capítulo, a globalização das comunicações e da economia, o incremento do protestantismo evangélico pentecostal (na atualidade, os protestantes representam mais de 30 por cento da população da Guatemala e ao redor de 20 por cento no Brasil, Chile e Nicarágua)” (op. cit.: 389).

Harrison chama a atenção para a emergência de um novo paradigma explicativo do desenvolvimento centrado na cultura, que considera ainda pouco perceptível no interior dos Estados Unidos, mas com forte influência na América Latina, onde destaca a importância de intelectuais como Mariano Grondona, Carlos Alberto Montaner, Plinio Apuleyo Mendoza e Álvaro Vargas Llosa.

Na sua análise dos fatores culturais do desenvolvimento, Grondona coloca em relevo as fronteiras que separam valores progressivos e regressivos, enfatizando as dimensões existenciais.

“Da perspectiva de um sistema favorável ao desenvolvimento econômico, a vida é o que farei. Da perspectiva de um sistema de valores resistente ao desenvolvimento, a vida é *o que me acontece* ... No primeiro caso, eu escrevo o argumento da minha vida. A vida é portanto um plano de vida: o meu. Poderei cumpri-lo ou não, mas me julgarei a mim mesmo e serei julgado pelos demais segundo a qualidade do meu plano e o seu cumprimento efetivo. No segundo caso, o argumento da minha vida foi escrito por *Outro*, e meu único dilema é resignar-me ou não ao seu poder abrasador”³⁸ (1999: 328).

Para essa corrente de pensamento, o sentido regressivo da vida é parte constitutiva fundamental do equipamento cultural do “perfeito idiota latino-americano”, para quem os Estados Unidos seria o *Outro* que escreve a história de insucesso da região³⁹.

A Teoria da Dependência, uma das contribuições internacionalmente reconhecidas das ciências sociais latino-americanas, é apresentada como um indicador inequívoco de identidade regional. Atribuir a fatores externos a responsabilidade por uma trajetória de (sub)desenvolvimento revela a mentalidade predominante entre as elites intelectuais que influenciaram os corações e mentes das principais lideranças políticas nas décadas da Guerra Fria. De acordo com Grondona,

“O que fizeram os autores da teoria da dependência ... foi transferir a doutrina da mais-valia de uma relação de produção “interna”, como a que imaginou Marx entre patrões e trabalhadores para uma relação “internacional”, na qual os sujeitos ativo e passivo da acumulação e da injustiça já não são as classes sociais mas as nações, cumprindo, neste caso, as nações desenvolvidas, o papel que tem o patrão e as subdesenvolvidas o papel que tem o trabalhador no esquema de Marx” (1999: 65).

Para o economista brasileiro e ex-ministro do regime militar Roberto Campos, a cultura da dependência gerou um conjunto de “ismos” extremamente perniciosos para o desenvolvimento da região: o nacionalismo, o populismo, o estatismo, o estruturalismo e o protecionismo⁴⁰. Na mesma linha, Mendoza, Montaner e Vargas Llosa realçam seu papel na obliteração da capacidade latino-americana para perceber o “óbvio e simples” caminho do sucesso.

“É uma fórmula ao alcance de todas as sociedades, que nada tem de secreta, e que consiste numa soma relativamente simples de políticas públicas, um enérgico esforço em matéria educativa, legislação adequada, e um sossegado clima político, econômico e social que propenda à criação de riquezas, estimule a poupança e gere montantes crescentes de investimento” (1998: 13).

Para essa abordagem, a liberalização política e econômica que se inicia nos anos 1980 tende a criar as condições institucionais favoráveis para que a cultura do empreendimento desabroche na região. O exemplo considerado emblemático da mudança de valores em curso é a postura do ex-presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, um dos principais teóricos da dependência nos anos 1960-70 que, a partir do ingresso ao governo, aprofunda o processo de ruptura com a tradição protecionista brasileira. De acordo com Landes;

“Esse protecionismo foi justificado por interesse nacional ou por ideologias anticolonialistas que, se levadas à sua conclusão lógica, sugeririam o fim de todo o intercâmbio com as nações industriais mais avançadas do globo. (A América Latina tem sido um campo de perspectivas dicotômicas: centro versus periferia, neocolonialismo versus vítimas, maus versus bons moços). Felizmente, isso não aconteceu. Tais exercícios de razão (ou sem-razão) pura são mais adequados para estudos de *scholars* do que para os palácios de governo, como descobriu agora o presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, outrora um porta-bandeira da escola da dependência” (1998: 557).

A percepção de mudança cultural também é enfatizada por Inglehart na apresentação dos resultados da versão 1995 da Pesquisa Mundial de Valores, que mostra, em alguns países da América Latina, o fortalecimento da democracia e dos valores pós-modernos, numa comparação que favorece a região em relação ao leste europeu:

“O desenvolvimento econômico parece conduzir às condições sociais e culturais sob as quais é provável que a democracia possa emergir e sobreviver. Se a perspectiva atual é desencorajadora na maior parte da antiga União Soviética, a evidência... sugere que várias outras sociedades estão mais próximas da democracia do que geralmente se suspeita. Por exemplo, o México parece maduro para a transição para a democracia; sua posição no eixo dos valores pós-modernos é aproximadamente comparável à da Argentina, Espanha, ou Itália” (2000: 228).

No caso da ex-União Soviética, a pesquisa capta os sinais de insatisfação da população no contexto de crise econômica pós-transição capitalista, o que representaria um caso atípico. Na perspectiva do autor, pode-se afirmar que a atual tendência no mundo em desenvolvimento acompanha, nos seus principais lineamentos, o processo anterior de modernização econômica e política dos países do capitalismo avançado. Em algum momento no futuro, poderá também ser atingido seu atual patamar de prosperidade e predomínio de valores pós-materialistas.

Cultura e relações interamericanas

A percepção positiva das mudanças políticas e econômicas é consensual entre os analistas vinculados ao *establishment* da política externa. Isso não significa que a América Latina e o Caribe tenham deixado de apresentar riscos para a segurança dos Estados Unidos.

Para Huntington, “estimular a ‘ocidentalização’ da região e, no máximo que for possível, um estreito alinhamento dos países latino-americanos com o Ocidente” (1997[b]: 397) é do interesse dos Estados Unidos e da Europa. Indicadores importantes de “ocidentalização” seriam a liberalização política e econômica e a ascensão do protestantismo.

O caminho empreendido pelo México a partir das reformas implementadas por Carlos Salinas de Gortari, especialmente a abertura econômica e o ingresso ao Tratado de Livre-Comércio da América do Norte (NAFTA), apontaria uma opção explícita de parte importante das elites mexicanas para transformar o país de “latino-americano em país norte-americano” (op. cit.: 186).

No entanto, embora os aspectos acima mencionados mostrem uma tendência a ser encorajada no conjunto da região, Huntington identifica algumas áreas de atrito.

“As principais questões conflituosas entre a América Latina e o Ocidente, este último significando, na prática, os Estados Unidos, são imigração, drogas e terrorismo relacionado com drogas, e integração econômica (isto é, admissão de países latino-americanos no NAFTA versus expansão de agrupamentos latino-americanos, como o Mercosul e o Pacto Andino). Como indicam os problemas que surgiram com respeito à participação do México no NAFTA, o casamento das civilizações latino-americana e ocidental não será fácil, devendo provavelmente ir tomando forma por boa parte do século XXI e podendo jamais se concretizar” (op. cit.: 304-305)

Em *working paper* elaborado para o projeto do *John M. Olin Institute* de Harvard, Elliot Abrams, Diretor Sênior para Democracia, Direitos Humanos e Operações Internacionais do Conselho de Segurança Nacional no governo de George W. Bush⁴¹, chama a atenção para a revolução intelectual em curso na América Latina e no Caribe, que estaria redefinindo o antigo nacionalismo e

adotando uma perspectiva inspirada nos Estados Unidos: "construindo a riqueza da nação, ao invés de declarar suas queixas contra os outros, e construindo a riqueza da sociedade, ao invés da riqueza e o poder do Estado" (1993: 6).

Para Abrams, pela primeira vez na história das relações interamericanas os Estados Unidos não têm que se preocupar com ameaças originárias de interesses hegemônicos de potências extracontinentais, fator que, para ele, teria justificado o intervencionismo do passado. O momento é propício para implementar políticas de integração econômica que estimulem as exportações e favoreçam um maior acesso do país aos recursos energéticos da região.

Em relação às prevenções, Abrams situa os problemas principais na área andina, onde identifica diferença de prioridades entre os interesses dos Estados Unidos e os dos países da região:

"Enquanto a prioridade-chave dos Estados Unidos para a região andina é parar o fluxo de drogas ilícitas para os Estados Unidos, os interesses americanos lá transcendem o controle de narcóticos. O acesso continuado ao petróleo venezuelano e a produção crescente de petróleo da região andina são necessários para diminuir a dependência dos Estados Unidos em relação ao petróleo do Oriente Médio. Nossa outra preocupação na região –insurreições, estabilidade, democracia e comércio– sobrepõem-se aos interesses dos países andinos. Os interesses dos Estados Unidos e dos países andinos opõem-se, em ordens de prioridade, por suas preocupações principais em relação ao desenvolvimento econômico e político" (op. cit.: 24).

Embora o *paper* tenha sido escrito no início dos anos 1990, refletindo o otimismo com as reformas de mercado anterior à crise financeira do México, não há diferenças essenciais em relação às análises mais recentes sobre os temas principais da agenda e a caracterização das áreas sensíveis para o interesse nacional dos Estados Unidos. A mudança mais visível relaciona-se com o grau de preocupação em relação à evolução do quadro latino-americano em três áreas ressaltadas por Abrams: a estabilidade política, especialmente na região andina, os desdobramentos das reformas econômicas liberais e a integração regional.

O capítulo dedicado pelo *Assessment 1999* do INSS ao hemisfério ocidental identifica seis problemas que afetam a continuidade do processo de democratização: pobreza, crescimento populacional, criminalidade, governos fracos, comportamentos associados a culturas tradicionais e globalização.

Para John Cope, a abertura dos mercados latino-americanos à concorrência global e a privatização tiveram impacto pouco significativo no crescimento da economia e dos salários, gerando maior desemprego numa região que apresenta a pior distribuição de renda do mundo⁴². Embora a taxa de crescimento anual da população tenha diminuído de 2,1 para 1,5% nos últimos 20 anos, a composição por faixa etária revela a existência de uma alta porcentagem de jovens, gerando uma demanda de emprego acima da oferta disponível.

A disparidade na distribuição da renda, a precária infra-estrutura urbana, o consumo e o tráfico de drogas, a corrupção da polícia e o descrédito do sistema judiciário são fatores apontados como principais responsáveis pelo aumento da criminalidade no período posterior às reformas liberais. Dois indicadores preocupantes são o número de assassinatos, que atingiu uma taxa seis vezes maior à média mundial, e o de seqüestros, índice no qual a Colômbia responde por 50% do total mundial.

Duas entre outras dificuldades destacadas no *Assessment* são atribuídas à identidade cultural da região. A primeira refere-se às limitações das elites governamentais para lidar de forma competente e honesta com os assuntos públicos.

“Nos sistemas ibérico-latinos tradicionais, os que estão no poder, mais do que servir a sociedade, obtêm benefícios dos encargos e taxas cobradas pelos serviços prestados pelo governo. Essa tendência continua. Regulações excessivas e burocracia podem facilmente sobrepujar práticas de suborno. Conceitos tais como serviço civil profissional e coordenação intergovernamental ainda não são práticas comuns” (Cope, 1999: 177).

A segunda está associada a mentalidades tradicionais fortemente disseminadas na sociedade.

“Nas sociedades latino-americanas, as atitudes em torno dos sistemas constitucional, legal e de regulação são vagas; as raízes remontam ao período colonial O comportamento do tipo ‘obedeço mas não cumpro’ (I obey but do not comply) leva a uma silenciosa mas obstinada resistência em relação aos que estão no poder. Para que a modernização tenha sucesso, essa mentalidade tem que mudar” (op. cit.).

Em relação aos efeitos desagregadores da globalização, as crises financeiras na Ásia e na Rússia colocaram em evidência a vulnerabilidade das economias latino-americanas, extremamente dependentes dos fluxos internacionais de capitais. Aqui se destaca o impacto do Brasil, considerado um Estado-pivô: sua crise tem um enorme efeito desestabilizador, seu crescimento pode impulsionar um círculo virtuoso de desenvolvimento com impactos tanto na região sul-americana como nas exportações dos Estados Unidos⁴³.

O novo quadro exige uma mudança na abordagem tradicional da segurança, que enfatizava as ameaças ao equilíbrio do poder no hemisfério originárias de atores estatais internos e externos à região. Os atuais desafios provêm do interior dos Estados, onde os problemas antes apontados podem levar a uma situação de ingovernabilidade. As ameaças são divididas em três categorias:

- Desastres naturais, inclusive as conseqüências, que podem ser piores do que o próprio desastre, e a degradação do meio-ambiente.
- Ameaças domésticas, como a pobreza, a desigualdade sócio-econômica, o crime comum, a violência social e a migração ilegal.

– O desafio de atores privados –facções terroristas, crime organizado internacional (tráfico de drogas, armas, bens, pessoas) e exércitos não-estatais (organizações ideologicamente focadas, grupos paramilitares e piratas modernos buscando riqueza e poder pessoal)” (Cope, 1999: 178).

Pela natureza dos desafios, que tendem a afetar a estabilidade regional, com repercussões nos Estados Unidos⁴⁴, a abordagem proposta enfatiza a colaboração entre os Estados do hemisfério, destacando três áreas: criação da Área de Livre-Comércio das Américas; construção de confiança, tornando mais transparentes as políticas de defesa, melhorando o acesso à informação e à cooperação local; e segurança cooperativa, promovendo a institucionalização do diálogo entre os Ministérios da Defesa pela criação de espaços de trabalho conjunto.

No capítulo sobre o Hemisfério Ocidental produzido para o relatório *Strategic Challenges for the Bush Administration*, do INSS, Cope mantém os principais lineamentos do estudo apresentado no *Assessment 1999*; no entanto, há uma preocupação em complementar a análise com sugestões para a política externa e de defesa do novo chefe de Estado.

Em relação à região sul-americana, o autor retoma a argumentação do documento anterior sobre a crescente relevância estratégica do Brasil⁴⁵, especialmente levando em consideração o agravamento da crise na região andina. Nesse sentido, sugere uma abordagem por parte do governo dos Estados Unidos baseada em cinco elementos:

“(1) tratar o tema como um assunto sub-regional e enfatizar consultas genuínas e antecipadas com Estados que estão dispostos a se envolver; (2) explorar o potencial de liderança do Brasil entre essas nações; (3) oferecer troca real de informação, com transparência nas comunicações entre vizinhos; (4) trabalhar diretamente com o Brasil para prover assessoramento especializado aos vizinhos da Colômbia; e (5) buscar cooperação diplomática e militar adicional onde for possível” (Cope, 2001: 59).

No âmbito mais amplo da agenda regional, há uma crítica a dois aspectos da abordagem vigente nos últimos anos: a ambigüidade da noção de democracia, apresentada como remédio único e abrangente, e a ênfase quase que exclusiva no livre-comércio. Em relação ao primeiro aspecto, embora a expansão, o aprofundamento e a defesa da democracia devam estar permanentemente presentes na definição das políticas para a região, a noção do que significa democracia torna-se muito vaga quando aplicada à diversidade de situações críticas que enfrenta o hemisfério. Nesse sentido, democracia “deve ser interpretada em termos que provejam lógica, direção e coerência a políticas dos Estados Unidos que sejam ao mesmo tempo genéricas e específicas para cada país, tornando-as compreensíveis e menos ameaçadoras aos vizinhos” (op. cit.: 60). Em relação ao segundo aspecto, a busca da cooperação multilateral deve ampliar-se para além do regionalismo econômico, incorporando as dimensões política e de segurança.

“A melhor garantia a longo prazo de estabilidade e paz nas Américas é prosseguir com dois objetivos de política externa: o reforço de governos democráticos responsáveis e o desenvolvimento de um hemisfério indiviso e que trabalha em conjunto para realizar interesses em comum” (Cope, 2001: 60).

A preocupação com a reorientação da agenda hemisférica, acompanhando a mudança de administração, também está presente no documento da Rand anteriormente analisado (Carlucci et al., 2000), no qual são definidos dois desafios principais: a confecção da arquitetura das relações dos Estados Unidos com a região e as ameaças à democracia nos países andinos, especialmente na Colômbia.

A análise dos desdobramentos econômicos negativos da globalização e os impactos nos Estados Unidos da instabilidade na região acompanham a linha de argumentação do INSS. No entanto, o documento da Rand avança em algumas recomendações importantes na política externa.

Em relação à instabilidade política, o principal receio é com a regionalização do padrão colombiano de falência sistêmica, que poderia atingir o México, em processo de transição após a derrota do Partido Revolucionário Institucional:

“Alguns indicadores –corrupção relacionada às drogas, infiltração das instituições de segurança e judiciais pelos cartéis da droga, níveis de violência, e a atividade de terroristas e grupos insurgentes– mostram a deterioração e apontam para uma diminuição da capacidade do Estado para exercer o controle” (Rabasa, 2000: 115).

A outra variante complicada, também originária da região andina, é a emergência de novas formas de populismo que capitalizam o descontentamento da população com os resultados das reformas liberais. O exemplo emblemático é o “neoperonista” Hugo Chavez, que estaria ressuscitando uma cultura política tipicamente latino-americana. Tendo em vista os acontecimentos de abril de 2002, com o frustrado golpe de Estado promovido por setores militares com apoio de grandes grupos empresariais do país, e o indisfarçado beneplácito demonstrado pela administração Bush frente à deposição do presidente eleito, vale a pena reproduzir a análise da RAND quase dois anos antes, apontando quatro cenários possíveis para a evolução da situação na Venezuela:

“O melhor cenário seria se Chavez implementasse uma ‘revolução democrática’ que preserve o caráter democrático da sociedade venezuelana e satisfaça a expectativa das pessoas venezuelanas em favor de menos corrupção e distribuição mais equitativa de receita nacional. Um segundo cenário envolveria a consolidação de um sistema político autoritário, possivelmente da variante Peronista populista e militar. Terceiro, poderia haver um desarranjo político, se a economia piorasse e Chavez falhasse em satisfazer as expectativas de melhoria econômica do seu eleitorado entre os setores mais pobres da população. Um quarto

cenário seria um golpe militar, se as forças armadas julgarem que Chavez avançou além dos limites aceitáveis” (Carlucci et al., 2000: 118).

Para lidar com os focos de instabilidade na América Latina e no Caribe, a recomendação é uma postura mais ativa da nova administração, criando uma arquitetura para as relações hemisféricas que, embora mantenha como eixo a democracia e o livre-mercado, possa incorporar algumas importantes novidades.

No campo da integração econômica, propõe-se o estímulo à padronização monetária com base no dólar, o que diminuiria os riscos de crises financeiras.

“Os Estados Unidos também deveriam encorajar uma decisão do México de se orientar para a dolarização ou para um arranjo ao estilo da Argentina de conversibilidade, estabelecendo uma taxa de câmbio fixa de peso-para-dólar. ... A dolarização diminuiria o custo do capital, encorajaria a disciplina fiscal, reduziria os custos de transação do comércio internacional e das finanças, aumentaria a confiança dos investidores e aprofundaria a integração hemisférica” (op. cit.: 121).

Paralelamente à integração econômica, propõe-se a criação de uma comunidade hemisférica de segurança, inspirada no sistema da OTAN, que possibilite a adoção de mecanismos coletivos de intervenção nas crises regionais.

“A OEA e demais instituições relacionadas, como a Junta Interamericana de Defesa (IADB), não estão em posição de lidar efetivamente com desafios de segurança tais como o colapso ou o quase colapso do governo colombiano, a contaminação do conflito colombiano para Estados vizinhos, o controle de um Estado em uma ilha caribenha por forças vinculadas a redes criminosas internacionais, ou um final de jogo violento em Cuba” (op. cit.: 122).

Uma alternativa que complementaria essa abordagem seria a criação de estruturas sub-regionais. O exemplo considerado bem sucedido é o sistema de cooperação entre as forças armadas do Cone Sul, considerada a zona mais estável da região.

A América Latina e o Caribe na Nova Ordem Mundial: do “socialismo utópico” ao “capitalismo democrático”

Para as abordagens culturalistas do *establishment* conservador, o mercado, a democracia e a sociedade civil representam os três pilares fundamentais do modo de vida ocidental, indicando o caminho do desenvolvimento para as sociedades em fase de modernização.

O bom funcionamento do mercado, com a vigência plena da livre concorrência, sem intervencionismos que alterem o equilíbrio da economia, libera as forças da criatividade e do empreendimento, gerando o clima apropriado para a geração de riqueza. O bom funcionamento do sistema

democrático, com regras de jogo explícitas e transparentes, com o império da lei e o respeito ao pluralismo, cria um ambiente institucional favorável ao exercício da liberdade. A existência de uma sociedade civil forte e independente dinamiza o sistema, estimulando a expressão organizada da pluralidade de interesses, limitando espaços para práticas que promovam o arbítrio, a discriminação ou o privilégio.

Nas sociedades em que vigoram essas condições, as diferenças entre riqueza e pobreza deixam de ser atribuídas a desigualdades impostas, mas ao equipamento cultural de cada indivíduo ou grupo étnico e social.

Na América Latina e no Caribe, as reformas econômicas liberais são apresentadas como opção irreversível pela privatização do desenvolvimento. Isso significa que as decisões de investimento dependem cada vez mais de avaliações de lucro e de risco de empresas nacionais e globais. A vigência do Estado de Direito criaria um ambiente mais livre e transparente de competição política e econômica, completando o cenário institucional favorável ao desenvolvimento.

O tratamento de eventuais desdobramentos problemáticos do processo de liberalização passa para a esfera de responsabilidade dos agentes privados, a sociedade civil, “um complexo e confuso aglomerado de instituições intermediárias, incluindo companhias, associações voluntárias, instituições educacionais, clubes, sindicatos, mídia, entidades beneficentes e igrejas” (Fukuyama, 1996: 18). Sua capacidade para apontar e corrigir distorções será diretamente proporcional à qualidade do capital social acumulado: grau de confiança, de espírito cooperativo e visão construtiva da realidade.

Esses aspectos, vinculados intimamente ao tema da identidade⁴⁶, ainda não estariam devidamente incorporados às práticas políticas e sociais da região. Para os autores analisados, não existem valores tipicamente latino-americanos a partir dos quais possa construir-se uma base cultural para o desenvolvimento. A “identidade latino-americana” é geralmente invocada em exemplos pontuais de concepções e atitudes resistentes ao progresso. Mesmo nos estudos direcionados a delimitar fronteiras entre culturas e civilizações, a indefinição permanece.

Inglehart e Carballo, em artigo que coloca em discussão a existência da América Latina como região cultural, tomando como base o agrupamento de conjuntos de países por afinidades detectadas na Pesquisa Mundial de Valores, chegam a uma conclusão pouco esclarecedora:

“Empiricamente, existe um agrupamento latino americano –mas seria fácil de estender os limites desse agrupamento para incluir a Espanha e Portugal. Dessa forma, nós teríamos um agrupamento hispânico, pois Espanha e Portugal são tão próximas do México e Argentina quanto os últimos são para o Chile e o Brasil. Além disso, a Itália (uma grande fonte de imigração para a América Latina) também tem localização próxima. Finalmente, nós também poderíamos fundir o agrupamento latino americano com o agrupamento da Europa católica e partes da

Europa Oriental, para criar um amplo, embora razoavelmente compacto, agrupamento católico contendo todas as sociedades historicamente católicas. Teoricamente e empiricamente, todos esses agrupamentos se sobrepõem. A América Latina existe –mas reflete a interseção de uma variedade de influências econômicas, religiosas e históricas” (1997: 42-43).

Na sua tese sobre o Choque de Civilizações, Huntington insiste em delimitar a existência de uma civilização latino-americana, mas não apresenta uma caracterização sistemática das suas especificidades:

“Ela teve uma cultura corporativista, autoritária, que existiu em muito menor grau na Europa e não existiu em absoluto na América do Norte. A Europa e a América do Norte sentiram, ambas, os efeitos da Reforma e combinaram as culturas católica e protestante. Historicamente, embora isso possa estar mudando, a América Latina sempre foi católica. A civilização latino-americana incorpora culturas indígenas, que não existiram na Europa, foram efetivamente eliminadas na América do Norte e que variam de importância no México, América Central, Peru e Bolívia, de um lado, até a Argentina e o Chile, de outro ... A América Latina poderia ser considerada ou uma subcivilização dentro da civilização ocidental ou uma civilização separada, intimamente afiliada ao Ocidente e dividida quanto a se seu lugar é ou não no Ocidente” (1997[b]: 52).

Apesar das indefinições na caracterização cultural da região, não há muitas dúvidas no diagnóstico do destino: a democratização, a abertura econômica e a convergência de interesses nas relações com os Estados Unidos são passos concretos na direção do Ocidente. No entanto, tratando-se de países em processo de desenvolvimento, devem ser contabilizados alguns custos de transição. Estes são associados a fatores objetivos, dadas as dificuldades estruturais de adaptação à competição aberta –o que aumenta conjuntamente a taxa de exclusão social–, e subjetivos, pela presença de valores tradicionais que ainda exercem forte resistência.

Na ausência do equipamento cultural adequado, a ênfase recai no estabelecimento de controles que limitem as possibilidades de desvios de rota. Nas recomendações de política externa das instituições vinculadas à defesa, a ajuda proposta à região passa justamente pela construção de uma institucionalidade que facilite o acompanhamento do processo de transição. No âmbito econômico, busca-se aprofundar a interdependência pela disseminação do mercado e pela criação de instrumentos de supervisão. No caso da ALCA, a expansão do comércio entre os países do hemisfério tenderá a ser acompanhada pelo aumento das exportações das empresas dos Estados Unidos e pela ampliação da sua presença na região. O estabelecimento de um padrão monetário único baseado no dólar, sob a jurisdição do *Federal Reserve Bank*, além das vantagens anunciadas, permitiria um controle mais eficiente da utilização dos recursos por parte dos Estados latino-americanos, facilitando o combate à corrupção e à lavagem de dinheiro. No campo da

segurança, busca-se comprometer as forças armadas latino-americanas com as prioridades da agenda dos Estados Unidos, estabelecendo acordos sub-regionais de cooperação que permitam distribuir responsabilidades nas eventuais crises de governabilidade.

No levantamento dos fatores geradores de conflito na região, a persistência (ou aprofundamento) de um capitalismo tradicionalmente excludente –com impactos alarmantes na urbanização, no aumento da marginalidade, do crime e da emigração– aparece como fator de alerta principal. Não se visualizam no horizonte novos inimigos do sistema. As últimas décadas do século XX teriam selado o destino da esquerda “materialista”: houve a derrota política e militar das organizações nacionalistas e comunistas; as reformas econômicas mudaram o perfil do capitalismo, afetando as bases sociais dos movimentos trabalhistas tradicionais; a cultura da dependência perdeu seu fascínio. Apesar das crises próprias de uma transição incompleta, a tendência aponta para um destino único e, por isso, inevitável: o “capitalismo democrático”⁴⁷. Nesse caminho, conforme apontam os autores do *Manual do Perfeito Idiota Latino-Americano*, as possibilidades estruturais da política estão bem delimitadas.

“Ao terminar este século XX, as noções de esquerda e direita, nascidas da Revolução Francesa, perderam seu perfil inicial. São, provavelmente, um anacronismo num mundo que já não põe em julgamento a democracia e a economia de mercado. Daí porque um Fukuyama fale do fim da História. No âmbito dos países desenvolvidos, a diferença entre esquerda e direita pode subsistir, mas dentro do liberalismo. A separação se estabelecerá na melhor maneira de combinar solidariedade e eficácia, e não na escolha de sistemas econômicos, pois terminou o confronto entre socialismo e capitalismo com o virtual desaparecimento e quebra do primeiro. Atualmente só existe uma opção de sociedade viável: o capitalismo democrático” (Mendoza et al., 1997: 126-27).

Apesar de afirmações tão inequívocas sobre o enterro definitivo da esquerda tradicional, cujas propostas de transformação são associadas a um utopismo próprio da fase industrial da modernização, chama a atenção nos textos analisados a insistente preocupação em demarcar os contornos das diferenças entre as abordagens centradas na exploração e as que enfatizam a cultura do empreendimento, entre Marx e Weber.

Essa insistência traz embutida uma clara mensagem sobre os limites de tolerância do sistema para práticas reivindicatórias: independentemente do poder de arregimentação e da capacidade de mobilização de recursos, os fundamentalismos antiocidentais, os movimentos sociais e as organizações não-governamentais críticas da globalização, questionam basicamente os desajustes da transição. A revolta expressa o ressentimento com a exclusão. Expandir o acesso e a inclusão torna-se um dos desafios estratégicos do “Ocidente”. Diferentemente, as abordagens centradas na exploração colocam o acento da crítica na forma de extração e de apropriação do excedente. A ausência de perspectiva de lucro eliminaria a principal motivação do espírito

empreendedor. Questionar esse aspecto essencial do funcionamento do sistema, além de irracional, seria incompatível com os valores universais do “capitalismo democrático”.

Capítulo II

Perspectivas culturalistas na política externa dos Estados Unidos

“Desde que tomei posse, tenho enfatizado minha convicção de que os Estados Unidos têm uma oportunidade histórica de ajudar a aproximar o mundo em seu conjunto dos princípios básicos da democracia, mercados abertos, lei e compromisso com a paz. Se nós aproveitarmos essa oportunidade, poderemos garantir que nossa economia possa continuar crescendo, nossos trabalhadores terão acesso a empregos melhores e nossa liderança será sentida em qualquer lugar em que os interesses dos Estados Unidos estiverem envolvidos”

Madeleine Albright (1997)

Na condição de primeiro governo eleito no contexto posterior à Guerra Fria, a administração Clinton assumiu como tarefa importante da sua política externa a formulação de uma nova concepção sobre a inserção internacional do país, num processo que implicou em profundo debate sobre a caracterização de interesses nacionais e metas estratégicas.

Embora não exista divergência entre as orientações fundamentais dos dois períodos presidenciais, consideramos que no segundo mandato de Clinton, sob a direção de Madeleine Albright no Departamento de Estado, consolida-se o novo perfil da política externa, com uma definição clara de objetivos de curto, médio e longo alcance.

Fazendo um balanço da sua gestão, em discurso na John F. Kennedy School of Government, da Universidade de Harvard, Warren Christopher, Secretário de Estado durante o primeiro mandato, destaca dois aspectos que considera marcantes da sua passagem pelo governo: o crescente envolvimento internacional do país, buscando dar resposta a uma agenda emergente de novos desafios, e o corte de recursos orçamentários para assuntos internacionais.

“Quando a nossa administração assumiu, em 1993, enfrentamos uma série de desafios que exigiram atenção urgente. A democracia da Rússia estava em crise; sua economia estava próxima do colapso. O arsenal nuclear da antiga União Soviética foi disseminado entre quatro novos países, com poucas garantias. A guerra na Bósnia estava no cume da sua brutalidade e ameaçando espalhar-se. A Coreia do Norte estava desenvolvendo armas nucleares. O processo de paz no Oriente Médio estava paralisado; as negociações estavam obstruídas. A repressão no Haiti estava empurrando os refugiados para as nossas praias. A autorização para o NAFTA era duvidosa, ameaçando nossas relações com o hemisfério inteiro” (1997).

Na avaliação de Christopher, a Nova Ordem Mundial requer uma postura de maior engajamento dos Estados Unidos: "Por causa do nosso poder militar e econômico, porque confiam em nós para defender valores universais, existem ocasiões em que só América pode liderar" (op. cit.). Para atender aos requerimentos dessa liderança, é necessário contar com os recursos adequados. No entanto, de acordo com os dados apresentados pelo Secretário, que tomam como base o ano de 1985, houve uma redução real de 50% nos gastos com assuntos internacionais⁴⁸. Em relação aos programas de ajuda externa, os gastos reduziram-se em 37%. Na crítica aos cortes no orçamento, dirigida especialmente aos defensores do isolacionismo, o Secretário faz uma síntese da relevância da política externa no equacionamento de problemas que afetam a ordem interna do país:

"Os americanos estão orgulhosos, nós somos a nação líder do mundo e eles sabem que a liderança traz responsabilidades. Eles vêem a evidência que os isolacionistas deixam escapar: que a segurança da nossa nação depende da prontidão de nossos diplomatas como nossa primeira linha de defesa; que a segurança das nossas ruas depende da nossa luta contra as drogas e o terror no exterior; que os nossos empregos em casa dependem da saúde da economia global" (op. cit.).

Em contraste com a escassez de recursos enfrentada por Christopher, Albright destaca o aumento de 17% obtido na sua gestão, deixando para o seu sucessor a situação orçamentária mais favorável desde o início dos anos 1990 (2000[a]).

A reversão da tendência de declínio na atribuição de recursos governamentais para assuntos internacionais foi considerada uma das principais prioridades da gestão Albright. A argumentação apresentada ao Congresso sobre a necessidade de aumentar a dotação orçamentária para o ano 2001 revela de forma concisa os principais lineamentos da política externa do período Clinton.

"Embora nossa economia seja forte e nossas forças armadas incomparáveis, permanecem sérios perigos para os nossos interesses. Esses perigos incluem terroristas, possíveis conflitos em regiões chave, o risco de outra crise financeira, tráfico de drogas, e a expansão de armas nucleares, químicas e biológicas. Além das ameaças, há oportunidades favoráveis para os interesses norte-americanos, no sentido de reunir as nações em torno dos princípios básicos da democracia, mercados abertos, o império da lei e o compromisso para a paz" (U.S.D.S., 1999[a]).

Em consonância com esses lineamentos, há uma mudança na abordagem da ajuda externa. Os gastos com o engajamento global não são contabilizados como fundos perdidos em causas cujo impacto na qualidade de vida dos cidadãos do país é incerto. Na justificativa de cada programa formulado pelo Departamento de Estado estão claramente definidos os interesses nacionais em jogo.

A proposta orçamentária para 2001 apresenta bons exemplos da contabilidade de perdas e ganhos característica da nova postura, articulando numa mesma linha de ação temas como a promoção de acordos comerciais, da democracia e de combate a formas de exploração do trabalho consideradas desumanas.

Em relação ao livre-comércio,

“Desde que o Presidente Clinton assumiu o cargo, temos negociado mais de 300 acordos para ajudar a reduzir tarifas na venda de bens e serviços americanos. Hoje, o comércio é responsável por mais de 11 milhões de empregos nos Estados Unidos. As exportações dos Estados Unidos para o mundo em desenvolvimento –nosso sócio comercial de mais rápida expansão– totalizaram \$275 bilhões só em 1997” (U.S.D.S., 1999[b]).

No tema da promoção da democracia,

“Um objetivo-chave de política externa dos Estados Unidos é promover valores que refletem os interesses, o caráter, e os ideais do povo americano. Nós fazemos isso porque é correto, mas também porque é inteligente. Comparadas às ditaduras, as nações democráticas têm mais probabilidade de serem estáveis, mais capazes de lidar com o estresse financeiro; são sócios comerciais mais confiáveis e com menor probabilidade de gerar refugiados ou contribuir para outros problemas globais” (U.S.D.S., 1999[c]).

Vinculado a esse tema da agenda, destaca-se o combate às condições desumanas de trabalho:

“Nós também temos a liderança no esforço global para proibir as piores formas de trabalho infantil e estabelecer padrões para prevenir a exploração de trabalhadores no exterior, enquanto proporcionamos aos trabalhadores americanos um melhor nível de competição. Nós continuamos argumentando que os impactos do trabalho deveriam ser considerados quando os acordos comerciais são negociados” (op. cit.).

O aumento na captação de recursos orçamentários é um componente fundamental de uma estratégia maior de valorização do papel do Departamento de Estado na defesa do *American way of life*. Como parte desse processo, houve um importante investimento intelectual dirigido a sistematizar o conjunto de oportunidades e ameaças originárias da realidade global, demonstrando a relevância de contar com um serviço exterior à altura das novas exigências.

Na próxima seção, analisaremos três documentos que consideramos exemplares da estratégia da gestão Albright: *America's Overseas Presence in the 21st Century*, de novembro de 1999; *U.S. Department of State Strategic Plan*, de setembro de 2000, e *Final Report from The White House Conference on Culture and Diplomacy*, de novembro de 2000.

Interesses nacionais e metas estratégicas

Os atentados terroristas contra as embaixadas do Quênia e da Tanzânia, em 7 de agosto de 1998, contribuíram para desencadear um processo de reflexão sobre a função e a estrutura do serviço exterior dos Estados Unidos. O Departamento de Estado tomou a iniciativa de criar uma comissão assessora, *The Overseas Presence Advisory Panel*, formada por figuras representativas dos setores diplomático, empresarial, militar, político e de organizações não governamentais, com o objetivo de repensar o sistema de representação externa do país. Após a visita a 23 postos diplomáticos situados em países dos diversos continentes, o relatório da comissão considera que a situação chegou a um estado crítico:

“Instalações inseguras e freqüentemente caducas, tecnologia de informação obsoleta, práticas administrativas e humanas antiquadas, distribuição insatisfatória de recursos, e concorrência do setor privado pelo pessoal mais talentoso ameaçam danificar a capacidade de ação externa da nossa nação, com conseqüências de longo alcance para a segurança nacional e a prosperidade” (U.S.D.S., 1999[d]: 5).

Fazendo um balanço dos riscos a que estão submetidos os representantes diplomáticos, o relatório apresenta dados considerados preocupantes: evacuação de 145 postos entre 1988 e 1999, em oito oportunidades devido a catástrofes naturais, e o restante ocasionado por razões de segurança, e assassinato de 92 funcionários lotados em embaixadas entre 1969 e 1999. A conclusão é que o serviço exterior, especialmente no caso dos Estados Unidos, tornou-se um trabalho de alta periculosidade: “De fato, desde o fim da Guerra de Vietnã, mais embaixadores perderam suas vidas em ações hostis do que generais e almirantes” (op. cit.: 38).

Para a comissão, a estrutura da representação diplomática do país é uma excrecência da Segunda Guerra e da Guerra Fria, quando os Estados Unidos tinham como prioridades influenciar o alinhamento dos outros países e a contenção do comunismo. Apesar de bem sucedida para lidar com os desafios da época, essa abordagem torna-se obsoleta com o fim da União Soviética e o aprofundamento do processo de globalização.

“O ambiente global mais dinâmico de hoje implica em que a diplomacia deve prestar atenção a uma extensa clientela no interior das nações, desde partidos políticos minoritários até corporações poderosas, a imprensa e grupos de interesse público. Realmente, muitos dos nossos mais importantes interesses de política externa não poderão avançar sem que sejam construídas coalizões com esses novos jogadores” (op. cit.: 24).

Para lidar com uma realidade global em que a interação com atores privados apresenta-se como componente essencial do trabalho diplomático, o processo de modernização inclui a adoção de práticas características do mundo empresarial: disputa pelos recursos humanos mais qualificados, oferecendo remunerações compatíveis com os padrões do mercado, e incorporação de culturas organizacionais baseadas na estrutura de rede, aplicadas com sucesso pelos principais protagonistas da globalização.

“Muitas corporações multinacionais moveram-se de um paradigma tradicional, centralizado, para uma abordagem de rede na qual as subsidiárias no exterior podem colaborar com organizações locais e entre si, assim como o fazem com a sua sede tradicional. A representação americana no exterior tem que fazer o mesmo” (op. cit.: 34).

Retomando a análise realizada no capítulo anterior sobre a emergência do Estado catalisador, percebe-se que a interação entre o setor público e o privado é aspecto considerado essencial na promoção dos interesses nacionais do país. Acompanhando a perspectiva das empresas, que concebem o mundo como espaço sem fronteiras para a expansão dos negócios, o documento da comissão também confere à política externa dos Estados Unidos uma aura de universalidade:

“esta época nos trouxe mais perto do mundo ideal para o qual trabalhamos tanto tempo. É uma herança que a América sempre defendeu em nossas relações internacionais –liberdade, democracia, economias baseadas no mercado, e um mundo cada vez mais interconectado e em rede... Que a promessa desta época seja percebida e suas novas ameaças contidas dependem em grande parte da efetividade da política externa americana: sua habilidade para projetar confiantemente nossos valores, engajar outros países no diálogo e cooperação com a América, e construir novas alianças democráticas entre países, como também instituições democráticas no interior dos países” (op. cit.: 68).

Concomitantemente aos estudos sobre a reforma organizacional do serviço diplomático, em agosto de 1999 o Departamento de Estado constituiu um grupo de trabalho com o objetivo de atualizar e aperfeiçoar o Plano Estratégico da instituição. O resultado final é o documento *U.S. Department of State Strategic Plan*, que define e articula interesses nacionais e metas estratégicas adequadas aos novos tempos. Na análise das transformações operadas a partir dos anos 1990, delineiam-se os contornos da nova agenda. Um dos argumentos centrais da defesa do engajamento é a crescente diluição das demarcações entre os assuntos domésticos e internacionais.

“Definida em referência ao passado, a era pós-Guerra Fria tem como seu atributo mais significativo a ausência de qualquer ameaça imediata, vital, para a segurança nacional. O desaparecimento da União Soviética deixou os Estados Unidos como o poder mundial proeminente e investido de responsabilidades de liderança e oportunidades inigualáveis. Mas o fim da competição entre superpotências também eliminou a estratégia unificada para a política externa dos Estados Unidos. Agora, além de assuntos de segurança regional, uma série de ameaças –proliferação de armas, terrorismo, conflito étnico e religioso, crime organizado, tráfico de drogas e degradação ambiental– desafia interesses dos Estados Unidos e embaça as linhas divisórias tradicionais entre assuntos domésticos e externos” (U.S.D.S., 2000[a]: 13).

O documento define sete interesses nacionais: Segurança Nacional; Prosperidade Econômica; Os cidadãos americanos e as fronteiras dos Estados

Unidos; Império da lei; Democracia; Resposta Humanitária e Assuntos Globais (Quadro 1). Cada interesse articula-se com metas estratégicas específicas, num total de dezesseis, cujo alcance temporal pode atingir um período maior que cinco anos.

Quadro 1

Interesses nacionais e metas estratégicas dos Estados Unidos

Interesses Nacionais	Metas Estratégicas
Segurança Nacional	<ul style="list-style-type: none">• Prevenir instabilidades regionais afastando ameaças aos interesses nacionais vitais dos Estados Unidos.• Reduzir a ameaça das armas de destruição de massa (WMD) para os Estados Unidos e seus aliados.
Prosperidade Econômica	<ul style="list-style-type: none">• Abertura dos mercados externos para aumentar o comércio e liberar o fluxo de bens, serviços, e capital.• Ampliar as exportações dos EUA para \$1.2 trilhões no começo do século 21.• Aumentar o crescimento econômico global e a estabilidade.• Promover o crescimento nas economias em desenvolvimento e em transição para elevar os padrões de vida, reduzir a pobreza e as disparidades de riqueza dentro e entre países.
Os cidadãos americanos e as fronteiras dos Estados Unidos	<ul style="list-style-type: none">• Proteger a segurança de cidadãos americanos que viajam e vivem fora do país.• Facilitar a viagem para os EUA de visitantes estrangeiros, imigrantes, e refugiados, ao mesmo tempo em se que coíbe a entrada daqueles que abusam ou ameaçam nosso sistema.
Império da Lei	<ul style="list-style-type: none">• Minimizar o impacto do crime internacional nos Estados Unidos e seus cidadãos.• Reduzir a entrada de drogas ilegais nos Estados Unidos.• Reduzir a incidência e a severidade dos ataques terroristas internacionais, particularmente contra os cidadãos e os interesses americanos.
Democracia	<ul style="list-style-type: none">• Abertura dos sistemas políticos e das sociedades para as práticas democráticas, o império da lei e o respeito aos direitos humanos.
Resposta humanitária	<ul style="list-style-type: none">• Prevenir ou minimizar os custos humanos do conflito e dos desastres naturais.
Assuntos globais: meio-ambiente, saúde, e população	<ul style="list-style-type: none">• Afiançar um meio-ambiente global sustentável para proteger os cidadãos e os interesses dos EUA dos efeitos da degradação ambiental internacional.• Ter uma população mundial saudável e sustentável.• Fortalecer as capacidades sanitárias internacionais.

Fonte: U.S.D.S., 2000[a]: 11-12.

Tendo em vista o foco do nosso estudo, será concentrada a análise no conteúdo das metas estratégicas vinculadas aos interesses nacionais denominados Prosperidade Econômica, Império da Lei, Democracia e Assuntos Globais.

Conforme mostra o Quadro 1, a busca da prosperidade econômica assenta-se em quatro metas que incluem a abertura dos mercados externos, a expansão das exportações, crescimento e estabilidade da economia global e o combate à pobreza e à desigualdade no mundo em desenvolvimento.

Com o avanço do processo de liberalização das economias nas décadas de 1980-90, a abertura dos mercados promoveu avanços significativos na diminuição de barreiras à livre circulação de mercadorias e de capitais. Após a vitória na definição da tendência, a agenda passa a priorizar ajustes localizados. Destacaremos três que incidem especialmente nas relações com a América Latina e o Caribe: 1) estender as regras e os acordos internacionais para áreas novas como serviços, corrupção e padrões trabalhistas, intensificar o trabalho da OMC (Organização Mundial de Comércio) na agenda comercial e ambiental; 2) promover uma maior abertura dos mercados para todos os bens e serviços nas economias em desenvolvimento e em transição; 3) obter do Congresso a renovação da autoridade para acordos comerciais, incluindo o *Fast Track* (U.S.D.S., 2000[a]: 26 e 28).

O último objetivo não será atingido pela administração Clinton. Rebatizado pelo governo de George W. Bush como Trade Promotion Authority (TPA), será aprovado pelo Congresso e sancionado pelo presidente em agosto de 2002.

A meta de expansão das exportações é mais específica em termos da definição de objetivos. Projeta-se um salto de 930 bilhões de dólares em 1998 para 1,2 trilhões no início do século XXI, com um impacto na criação de novos empregos equivalente a 13.000 para cada bilhão de dólares em exportações. A base de cálculo considera que um de cada sete empregos origina-se das exportações, que, em 1998, correspondem a 12% do Produto Interno Bruto (U.S.D.S., 2000[a]: 31).

Para o sucesso dessa meta, três estratégias são definidas: 1) promover as exportações em mercados ao redor do mundo, especialmente nos não tradicionais; 2) dar suporte ao investimento externo do país como um dos meios de aumentar as exportações; 3) focalizar os diversos instrumentos de diplomacia econômica na promoção de esforços nos mercados emergentes (U.S.D.S., 2000[a]: 31-32).

A meta de crescimento e de estabilidade da economia global tem como pressupostos a continuidade do processo de globalização, com o aprofundamento da interdependência, e o incremento dos investimentos externos do setor privado, fatores considerados benéficos para a prosperidade nacional, em que se atribui papel importante ao envolvimento do governo. Nesse sentido, são definidas quatro estratégias: 1) encorajar outros países a adotarem ou manterem a orientação para o mercado no âmbito macroeconômico, do comércio, do investimento, da taxa de câmbio, da legalidade e das regulamentações destinadas a dar sustento ao crescimento econômico; 2) fortalecer o sistema financeiro internacional para alcançar a estabilidade financeira global e regional, e facilitar os fluxos internacionais de capital privado; 3) fortalecer as instituições financeiras internacionais (IFIs) e

trabalhar pela garantia da promoção de objetivos da política externa dos Estados Unidos; 4) desenvolver melhores mecanismos de advertência para evitar crises financeiras em mercados emergentes (U.S.D.S., 2000[a]: 34-35).

A meta de promoção do crescimento, combinado com o combate à pobreza e à desigualdade no mundo em desenvolvimento, tem incidência direta não apenas na prosperidade nacional, mas torna-se um aspecto destacado da agenda de segurança.

“Os americanos se beneficiam na medida em que as economias das nações em transição e em desenvolvimento se expandem e seus mercados se abrem. O crescimento econômico nesses países reduzirá a pobreza e proverá oportunidades econômicas, contribuindo para a estabilidade política e reduzindo a imigração ilegal. A cooperação internacional pode ajudar a melhorar problemas globais como o alto crescimento da população, a expansão de doenças infecciosas e a degradação ambiental” (U.S.D.S., 2000[a]: 37).

Seis estratégias são definidas para a realização dessa meta: 1) promover transições do estatismo para economias baseadas no mercado em todas as partes do mundo, levando em conta a necessidade de estruturas de proteção social adequadas; 2) fortalecer os mercados e as instituições nas nações em transição e em desenvolvimento, promovendo o bom governo, a liderança responsável, a responsabilidade fiscal e o desenvolvimento do mercado financeiro; 3) colaborar com outras nações e organizações multilaterais, promovendo a ajuda a países em transição e em desenvolvimento como forma de apoio à sua transformação em democracias socialmente mais estáveis e orientadas para a liberdade de mercado; 4) utilização do perdão da dívida externa para estimular o crescimento e reduzir a pobreza; 5) aumentar as oportunidades econômicas para os pobres, incluindo programas que promovam o desenvolvimento de pequenas e micro-empresas, de políticas sociais e a obediência a padrões trabalhistas; 6) apoio e encorajamento à expansão dos investimentos em intercâmbios, treinamento, educação e outras modalidades de formação de recursos humanos (U.S.D.S., 2000[a]: 37-39).

O interesse nacional vinculado ao império da lei define como metas o combate ao crime internacional e ao terrorismo. Os principais itens associados ao crime referem-se à lavagem de dinheiro, contrabando, tráfico de drogas, desrespeito à propriedade intelectual, tráfico de veículos roubados e de pessoas, fabricação e tráfico de armas, e desrespeito à legislação ambiental.

No tratamento desses temas, a estratégia se concentra na obtenção de acordos multilaterais que permitam a cooperação no combate às diversas formas de crimes transnacionais e a promoção, especialmente no mundo em desenvolvimento, de formas institucionais eficientes de coerção. O pressuposto, neste caso, é a limitada capacidade desses Estados, independentemente da eventual boa vontade dos governos em termos de colaboração, para responder eficientemente ao poder de ação de organizações criminosas, especialmente na questão da corrupção.

No caso do narcotráfico, item mais importante nesse tema em relação à América Latina e ao Caribe, duas estratégias assumem destaque, dada sua incidência na autonomia política dos outros países: 1) a redução dos cultivos de coca, ópio e maconha, especialmente quando destinadas aos Estados Unidos, junto com a limitação à produção e à importação de outras drogas ilegais, produtos químicos e demais substâncias utilizadas na manipulação de narcóticos; 2) utilização do processo de certificação anual do governo dos Estados Unidos, que classifica os países de acordo com sua política em relação às drogas, estabelecendo punições na forma de corte de programas de ajuda e pressões nos organismos financeiros multilaterais contra aqueles considerados omissos no combate ao narcotráfico (U.S.D.S., 2000[a]: 53).

Em relação ao terrorismo, conforme destacamos anteriormente, as estatísticas do Departamento de Estado mostram um declínio no número de incidentes em relação ao período da Guerra Fria. De acordo com o relatório do ano 2000⁴⁹, diminuiu o número de Estados que patrocinam o terrorismo e aumentou o cerco aos grupos e países considerados terroristas. Em termos de ação internacional preventiva, o *Strategic Plan* propõe a pressão e o isolamento dos Estados considerados base de apoio de organizações terroristas, com o objetivo de forçar uma mudança de comportamento.

Para atender o interesse nacional associado à promoção e defesa da democracia, o documento define cinco estratégias: suporte aos processos de transição política democrática; reconhecimento e aceitação da democracia como direito humano universal; promoção do respeito aos direitos humanos; promoção do respeito e vigência dos direitos trabalhistas, e apoio e assistência preferencial aos países com sistemas políticos democráticos. O documento preocupa-se em delinear claramente os aspectos considerados relevantes na caracterização do que representa a opção pela democracia:

“Pela disseminação internacional da ajuda e do intercâmbio, se encoraja o desenvolvimento –de cima para baixo e de baixo para cima– de sistemas políticos democráticos que desfrutem de eleições justas; respeito pelos direitos humanos; uma sociedade civil robusta; o império da lei, caracterizados por instituições políticas vibrantes, constitucionalismo e um judiciário independente; uma mídia independente capaz de mobilizar os cidadãos informados; liberdade de religião e de crença; mecanismos para salvaguardar as minorias do domínio opressivo da maioria; e total respeito pelos direitos das mulheres e dos trabalhadores” (U.S.D.S., 2000[a]: 62).

Em relação ao interesse nacional vinculado a Assuntos Globais, o documento define quatro áreas de atuação: 1) identificação de situações potenciais de conflito ou predição de desastres naturais que possam desencadear deslocamentos em massa de populações, destruição de recursos econômicos, doenças e fome; 2) combate ao processo de degradação ambiental estimulando acordos multilaterais, assistência aos países em desenvolvimento, cooperação em ciência e tecnologia e reforma das instituições internacionais; 3) criação de mecanismos eficientes de controle

do crescimento populacional no mundo em desenvolvimento, com destaque aos programas de planejamento familiar e saúde reprodutiva e à promoção do acesso das mulheres à educação; 4) estabelecimento de formas de cooperação internacional na área de saúde, combatendo a emergência e a disseminação de doenças infecciosas, especialmente AIDS, malária e tuberculose.

Como podemos observar da análise do relatório sobre a reforma do serviço diplomático e do *US Department Strategic Plan*, o denominador comum é a defesa da expansão do envolvimento internacional dos Estados Unidos, em função da qual define-se uma vasta gama de desafios. A formulação de interesses nacionais e metas estratégicas de médio alcance sinaliza a aliados e inimigos os principais lineamentos estruturais da inserção internacional do país, numa perspectiva que se apresenta como suprapartidária. Acima das divergências entre Democratas e Republicanos está a defesa do *American way of life*, o que situa a cultura como eixo transcendente de uma política externa que associa o engajamento global com a promoção de valores considerados universais.

Os vínculos entre cultura e diplomacia foram objeto de discussão da conferência promovida pela Casa Branca no final do mês de novembro de 2000, sob a coordenação da Secretaria de Estado, da qual participaram, além do Presidente e da primeira dama, figuras representativas do mundo artístico e cultural.

Na sua intervenção, o presidente Clinton chama a atenção para a relação entre globalização e diversidade, destacando o papel da diplomacia na percepção de identidades e de diferenças culturais, e na promoção de valores que são comuns à humanidade:

“é importante que nós entendamos e apreciemos nossas diferenças, e então reconheçamos, tão importante quanto são, que de alguma maneira nós temos que achar um modo de elevar nossa condição humana comum. É aí onde começa a diplomacia cultural.... A globalização, no final, não será uma força para a uniformidade, mas para a diversidade” (U.S.D.S., 2000[b]).

Para Albright, a compreensão da diversidade cultural nas relações internacionais é componente essencial do trabalho diplomático. Conhecer o Outro e ser reconhecido ajuda a tornar claros os interesses em jogo.

“Quando eu penso em cultura, penso nas diferenças de história, língua, costumes e indumentárias que distinguem os cidadãos de um lugar para outro..... Bem, a globalização obscureceu muitas tradições nacionais e culturais, mas não as apagou. De fato, a cultura continua influenciando muitos dos nossos desafios internacionais mais complexos, da manutenção da paz e do comércio à biotecnologia e ao trato das mulheres. Como resultado, uma política externa bem-sucedida dos EUA requer a compreensão das culturas estrangeiras. Sem isso, nós falharíamos em interpretar corretamente o que o outro fala, e falharíamos em transmitir claramente aos outros o que nós pretendemos” (op. cit.).

O reconhecimento de identidades e diferenças assume especial destaque no tratamento dos problemas enfrentados pelo mundo “em desenvolvimento”, principal área de expansão das exportações e dos investimentos e, ao mesmo tempo, fonte mais freqüente de conflitos. Na próxima seção, analisaremos os argumentos que fundamentam a necessidade de expansão dos programas de ajuda para essas regiões.

Governabilidade e ajuda externa: os países “em transição”

Em sua intervenção na conferência *Promoting Democracy, Human Rights, and Reintegration In Post-Conflict Societies*, promovida pela Agência para o Desenvolvimento Internacional (USAID), organismo vinculado ao Departamento de Estado, em outubro de 1997, a Secretária Albright divide o mundo em quatro categorias de países:

“aqueles que participam como membros plenos do sistema internacional; aqueles que estão em transição e buscam participar mais plenamente; aqueles que rejeitam as regras sob as quais o sistema está baseado; e, finalmente, os Estados que estão impossibilitados –por razões de subdesenvolvimento, catástrofe ou conflito– de desfrutar dos benefícios e travar conhecimento das responsabilidades que acarreta a participação plena no sistema” (2000[b]: 22).

Paralelamente aos temores com a emergência de situações conflitivas no mundo em “transição e em desenvolvimento”⁵⁰, há uma percepção positiva associada ao potencial de expansão dos negócios. Neste aspecto, a ajuda externa vem ao encontro de diversos interesses do país:

“Nós temos um interesse econômico em abrir novas oportunidades para o comércio americano e em prevenir novas demandas sobre os recursos de que dispomos para o alívio de emergências e de refugiados. Nós temos um interesse orçamentário e social em ajudar as pessoas de outros países a construir seu próprio futuro em casa... Nós temos um interesse político em ajudar sociedades pós-conflito a abraçarem a democracia e a se tornarem parte da solução de ameaças globais como proliferação (de armas), poluição, narcóticos ilegais, e crime transnacional. Finalmente, nós temos um interesse humanitário em ajudar aqueles que sobreviveram ao caldeirão da guerra ou –em casos como o Haiti, à crueldade da repressão– a revitalizarem suas sociedades” (op. cit.: 23).

O Plano Estratégico da USAID, elaborado em 1997 e atualizado em 2000, busca dar resposta à combinação de interesses e compromissos com a ajuda externa delineados por Albright, definindo sete metas associadas à promoção do desenvolvimento sustentável⁵¹: 1) encorajamento do crescimento econômico, com ênfase na agricultura, meio de vida principal das populações nos países mais pobres; 2) fortalecimento da democracia e do bom governo; 3) capacitação humana com base na educação e no treinamento, estimulando uma mudança na distribuição dos fundos públicos em favor da educação

básica; 4) estabilização da população mundial e proteção à saúde humana; 5) proteção do meio ambiente considerando a sustentabilidade de longo prazo; 6) assistência humanitária às vítimas de catástrofes naturais ou de violência; 7) manutenção da USAID como principal agência bilateral de ajuda ao desenvolvimento, dotando-a da infra-estrutura adequada.

A última meta está associada à solicitação de aumento de recursos para o ano fiscal de 2001, buscando reverter o corte de 30% na dotação orçamentária dos últimos seis anos. O Quadro 2 destaca o volume total de recursos gastos com as seis primeiras metas em 1999 e 2000.

Quadro 2

Metas da USAID e recursos destinados (1999 - 2000)

Metas centrais	FY 1999	FY 2000
Encorajar o amplo crescimento econômico e o desenvolvimento agrícola no exterior	\$2.979	\$3.320
Fortalecer a democracia e o bom governo	495	350
Construir capacidade humana através da educação e do treinamento	294	125
Estabilizar a população mundial e proteger a saúde humana	1.048	1.437
Proteger o meio-ambiente para uma sustentabilidade de longo prazo	612	448
Promover a assistência humanitária	824	1.056
Receitas menores não atribuídas a programas	(3)	(6)
Custo líquido das operações	\$6.249	\$6.730

Fonte: USAID, 2001: x.

Nos deteremos na análise dos programas vinculados à segunda meta, dada a relevância atribuída à democracia no discurso do engajamento global da administração Clinton, um dos pilares, junto com o mercado livre, da agenda para o desenvolvimento dos países em "transição".

O trabalho em torno do fortalecimento da democracia e do bom governo baseia-se em quatro objetivos, aos quais estão vinculadas as iniciativas aplicadas⁵²: 1) império da lei e respeito aos direitos humanos, especialmente das mulheres, com iniciativas voltadas para o fortalecimento das instituições do poder judiciário e das possibilidades de acesso dos cidadãos à Justiça; 2) encorajamento de processos políticos pautados pela credibilidade e pela competitividade, com iniciativas de suporte a reformas eleitorais, programas de educação para votantes e fortalecimento dos partidos políticos; 3) desenvolvimento de uma sociedade civil⁵³ politicamente ativa, com iniciativas voltadas para o aumento da participação dos cidadãos nos processos políticos, fiscalização das instituições públicas, fortalecimento institucional e financeiro das organizações da sociedade civil, estímulo à livre circulação das informações e à cultura política democrática; 4) encorajamento da

transparência e da responsabilidade nas instituições governamentais, com iniciativas que promovam a descentralização das funções e dos processos decisórios, fortalecendo o poder legislativo, a unidade do governo e as relações entre civis e militares.

Para avaliar o grau de adesão ao sistema democrático em escala internacional, a USAID toma como base o *ranking* anual da Freedom House, organização privada que classifica os países em três categorias: livre, parcialmente livre, não livre. O critério de classificação é a vigência ou não da liberdade individual, definida com base na Declaração Universal dos Direitos Humanos, formalmente aceita por todos os países membros das Nações Unidas, com destaque para o artigo 19: “Todo mundo tem o direito à liberdade de opinião e expressão; esse direito inclui liberdade para sustentar opiniões sem interferência e buscar, receber, e fornecer informação e idéias por qualquer meio, independentemente das fronteiras” (Freedom House, 2001: 10).

A partir do *ranking* da Freedom House, faz-se um contraste com a situação política dos países onde são aplicados programas da USAID, avaliando seu impacto. De acordo com o relatório do ano 2000, os resultados são considerados satisfatórios:

“Desde 1995, período base da atuação da Agência, até o fim de 1999, 36 países onde a USAID está presente (41 por cento) tornaram-se mais livres, enquanto 14 tornaram-se menos livres, de acordo com pontuações combinadas da Freedom House para direitos políticos e liberdades civis. De 64 países apontados no campo oposto da meta estratégica da USAID de democracia e bom governo, 24 mostraram melhorias nas pontuações da Freedom House, enquanto 12 caíram durante o mesmo período de quatro anos” (USAID, 2001: 20).

O Quadro 3 mostra as mudanças de *status* na classificação da Freedom House entre 1998-1999, em países que recebem auxílio da USAID.

Quadro 3

Freedom House Classificação de Países (1998 - 1999)

Mudança de <i>status</i>	Países
Não livre para Parcialmente livre	Iugoslávia (Sérvia/Montenegro) Timor Leste*
Parcialmente livre para Não livre	Eritreia, Paquistão
Livre para Parcialmente livre	Malawi, Honduras, Nicarágua

Fonte: USAID, 2001: 20.

*Não classificada no relatório como destinatária de assistência da USAID.

Na América Latina e no Caribe, tendo em vista a avaliação positiva das mudanças operadas na direção da liberalização política e econômica, a ênfase da USAID passa a ser a implementação das reformas da “segunda geração”, voltadas para o aprofundamento da democracia. No campo político, são

focalizados quatro aspectos: império da lei, descentralização das decisões e das práticas democráticas na direção dos governos locais, criação de condições para o fortalecimento da sociedade civil e garantias para a liberdade de imprensa. Essas ações são consideradas estratégicas para os interesses nacionais dos Estados Unidos na região⁵⁴.

“Para reduzir a pressão dos pobres da região da América Latina e do Caribe (ALC), que buscam refúgio e melhores oportunidades nos Estados Unidos, e aumentar a estabilidade política e a prosperidade econômica na totalidade das Américas, é crucial que o governo dos Estados Unidos assegure que os países da ALC continuem suas transições do conflito para a paz e a reconciliação, das ditaduras para a democracia, e das economias controladas com iniquidade massiva para mercados abertos e esforços determinados para aliviar a pobreza” (USAID, 2000[c]).

Nessa direção, são propostas três áreas de ação prioritárias: 1) fortalecimento de mecanismos regionais para a promoção dos direitos humanos e o império da lei, especialmente através do Instituto Interamericano para os Direitos Humanos (IHR), onde se destaca o oferecimento do Curso Interdisciplinar em Direitos Humanos (USAID, 2000[b]); 2) promoção de uma abordagem regional em favor da legitimação do setor público, fortalecendo mecanismos de transparência, prestação de contas na gestão do Estado e descentralização decisória na direção dos governos municipais (op. cit.); 3) fortalecimento de mecanismos regionais em favor do pluralismo⁵⁵.

O desenvolvimento dessas ações não se dá de forma unilateral; há uma preocupação em vinculá-las às decisões coletivas das Cúpulas das Américas.

“A Segunda Cúpula das Américas em Santiago culminou um longo esforço de um ano de compromissos presidenciais nos assuntos hemisféricos. Na reunião, os chefes de Estado de 34 democracias na região organizaram iniciativas regionais que podem ser completadas durante os próximos três a cinco anos. Essas iniciativas foram focadas numa “segunda geração” de reformas destinadas a aprofundar a tendência na direção de uma governança democrática na região e a remoção das barreiras à participação dos pobres na vida nacional dos seus países” (op. cit.).

A seguir, analisaremos mais profundamente o significado das Cúpulas no processo de elaboração da agenda hemisférica dos Estados Unidos, especialmente nos temas vinculados à governabilidade, comparando as orientações predominantes nos governos Clinton e Bush.

A arquitetura das relações hemisféricas

Conforme apontamos na seção anterior, na percepção da política externa dos Estados Unidos, o hemisfério ocidental apresenta-se como região em transição⁵⁶, em que a paz entre as nações, a democracia política e a liberdade

econômica despontam como tendências inquestionáveis. Em termos da consolidação dessa trajetória, conforme afirma Luis J. Lauredo, representante dos Estados Unidos na OEA, o problema está nos detalhes: “é nos detalhes da democracia, nos detalhes dos direitos humanos e nos detalhes de uma economia de mercado livre que todos nós temos que trabalhar para assegurar que o Hemisfério Ocidental não escorregue no precipício em direção à ditadura e, em última instância, à guerra” (2000).

A preocupação com os detalhes do processo de transição conduz a uma redefinição dos parâmetros que orientam as relações hemisféricas, levando à construção de uma nova arquitetura cujo palco principal são as Cúpulas das Américas, inauguradas pelo governo Clinton em 1994.

“A Cúpula das Américas, que começou como um encontro informal de Líderes em Miami em 1994, evoluiu para uma valiosa estrutura na qual os participantes solucionam assuntos políticos, econômicos e sociais comuns, num ambiente de respeito mútuo e cooperação. Em poucas palavras, ela incorpora o programa de trabalho hemisférico dos nossos líderes para o futuro. É a nova arquitetura de relações hemisféricas baseadas em valores comuns de democracia, livre comércio, e na partilha de responsabilidades em defender ativamente esses valores” (Lauredo, 2001[a]).

A afirmação da comunidade de valores entre os países participantes das cúpulas apresenta-se como principal argumento da institucionalização de mecanismos de negociação, formulação de políticas, acompanhamento e controle da trajetória conjunta. Conforme afirmamos anteriormente, a busca do interesse nacional transcende a origem democrata ou republicana da administração eventualmente no poder. Embora existam diferenças de abordagem entre os governos Clinton e Bush, não há divergência na definição dos pilares básicos que devem nortear a convergência hemisférica: democracia liberal e economia de mercado.

A partir do estabelecimento de um consenso básico entre os participantes das cúpulas sobre esses dois aspectos, o processo de negociações envolvendo os detalhes da nova arquitetura trabalha com uma agenda bem ampla:

“estamos desenvolvendo políticas para tornar os governos do hemisfério mais transparentes, acessíveis e menos corruptos. Nós estamos procurando formas de promover a administração de justiça, o incremento do respeito aos direitos humanos, e fortalecermos o império da lei. Nós estamos buscando formas de melhorar a capacidade dos países de se preparar e responder a desastres naturais e melhorar o acesso das pessoas à saúde de qualidade e a uma educação de qualidade. Nós estamos procurando maneiras de melhorar as condições de trabalho e do meio ambiente no hemisfério. Nós também estamos discutindo formas de transpor a divisão digital dentro do nosso hemisfério e assegurar que a promessa das tecnologias de informação beneficie os nossos povos” (Lauredo, 2000[a]).

Na perspectiva de identificar, nas justificativas das iniciativas propostas pelo governo dos Estados Unidos, os argumentos que tornam mais explícita a percepção cultural da América Latina e do Caribe, agruparemos os principais temas da agenda em torno de dois eixos: governabilidade econômica, que envolve especialmente a proposta da ALCA, e governabilidade política, associada à negociação de mecanismos coletivos de acompanhamento e controle da transição.

A proposta de criação de uma Área de Livre Comércio das Américas a partir de 2005, data sancionada na Cúpula de Quebec de abril de 2001, dá continuidade à Iniciativa das Américas, formulada em 1990 pelo presidente George Bush. Em termos de antecedentes históricos nacionais, o ponto de partida reivindicado pelo governo é a proposta do Secretário de Estado James Blaine, na primeira conferência pan-americana de 1889, de criação de uma União Aduaneira.

Em março de 1998, no processo de preparação da Cúpula de Santiago, a Secretária Albright apresentou um marco histórico mais abrangente, incorporando, nos fundamentos da identidade hemisférica, referências hispano-americanas:

“Simon Bolivar queria que as Américas não fossem valoradas por sua vasta área e por sua riqueza, mas ‘por sua liberdade e sua glória’. Hoje, aquela visão está mais próxima da realidade do que jamais tenha estado. Na situação em que nos encontramos, com uma exceção⁵⁷, todo governo no hemisfério é livremente eleito; toda economia liberou seu sistema para o investimento e o comércio” (1998: 1).

No entanto, entre as duas referências citadas, a que marca mais profundamente a iniciativa dos Estados Unidos é o pan-americanismo inaugurado por Blaine. Conforme salienta o Representante Comercial dos Estados Unidos do governo George W. Bush, Robert Zoellick, em intervenção junto ao Conselho das Américas em que faz um balanço da Cúpula de Quebec: “Hoje, quando olho as Américas, vejo um propósito condutor: uma convicção na democracia e na liberdade, e um redescobrimiento da visão que motivou aqueles que convocaram para o primeiro Congresso Pan-americano, há mais de 100 anos atrás” (2001: 7-8).

Referindo-se à mudança de perspectiva estratégica nas relações das grandes potências com seus vizinhos, Zoellick destaca os contrastes entre a realidade dos séculos XIX e XXI:

“No século 19, muitos países fortes queriam vizinhos fracos que pudessem dominar. No século 21, países fortes se beneficiarão de vizinhos democráticos saudáveis, prósperos e confiantes. Vizinhos problemáticos exportam problemas como imigração ilegal, dano ambiental, crime, narcóticos, e violência. Vizinhos saudáveis criam fortes regiões com integração econômica e cooperação política de lado a lado” (op. cit.: 5).

O exemplo regional destacado por Zoellick é o NAFTA, que promoveu um aumento do comércio entre Estados Unidos e México de 81 bilhões de dólares

em 1993 para 247 bilhões em 2000 e levou o volume das exportações para o Canadá a um nível equivalente ao que se destina à Europa (respectivamente 179 e 187 bilhões em 2000). Nesse processo, foram gerados 2,2 milhões de empregos no México, 1,3 milhões no Canadá e 13 milhões nos Estados Unidos (op. cit.).

Em relação às projeções econômicas associadas à criação da ALCA, o prognóstico é extremamente favorável. De acordo com dados apresentados pelo Bureau de Assuntos Hemisféricos do Departamento de Estado, desde 1995, as exportações para a América Latina e o Caribe crescem a uma taxa anual de 10%, o dobro em relação à Europa (Gutierrez, 2000).

Referindo-se aos críticos internos da ALCA, que receiam a perda de empregos nos Estados Unidos, Lauredo é enfático na defesa da iniciativa:

“Os países latino-americanos têm algumas das tarifas mais altas do mundo –em média, quatro vezes mais altas que as tarifas dos Estados Unidos. A ALCA eliminará a maioria das tarifas, fazendo com que se torne mais lucrativo para as companhias americanas exportarem à região. Mais exportações americanas significam mais empregos americanos. Segundo... a América Latina é o nosso mercado de exportação em crescimento mais rápido, respondendo por dois terços do crescimento das exportações mundiais dos Estados Unidos e 40% do total de exportações de mercadorias dos Estados Unidos. Terceiro, na medida em que se incrementam as taxas de crescimento e a inflação cai, aumenta a demanda de produtos e serviços entre consumidores na América Latina... Se os E.U.A. não tirarem proveito do crescimento do mercado latino, nossos competidores na Europa e Ásia o farão. Quarto, o livre comércio traz benefícios não-econômicos para os Estados Unidos. O comércio promove vínculos entre o nosso povo e economias regionais estáveis no trabalho contra o tráfico de drogas e a migração, porque as pessoas podem achar empregos legítimos em seus países” (2001[b]).

Em relação ao quarto aspecto apontado por Lauredo, o consenso nas análises governamentais é que o aprofundamento da interdependência econômica ajuda a governabilidade. Conforme destaca Zoellick,

“Acordos de comércio como o NAFTA e a ALCA promovem o bom governo, criando obrigações em relação à transparência no governo e à adesão ao império da lei. ... De forma semelhante, o comércio encoraja a cooperação política.... Realmente, nós temos visto em toda a América Latina que o crescimento da integração econômica conduz a uma diminuição das antigas suspeitas e tensões regionais, seja entre o Chile e a Argentina ou entre o Peru e o Equador. O comércio também estimula melhorias na educação. Assim que as pessoas iniciam negócios, e companhias estrangeiras investem seu capital, os padrões educacionais se elevam, indo ao encontro das demandas da nova economia” (2001).

Os dados apresentados sobre o potencial impacto da ALCA no crescimento das exportações e do nível do emprego nos Estados Unidos deixam poucas dúvidas sobre o papel da América Latina e do Caribe na viabilização das metas

do *Strategic Plan* do Departamento de Estado vinculadas à Prosperidade Econômica. Paralelamente, há o reconhecimento de que o processo de liberalização pode contribuir para desencadear situações de instabilidade numa região "em transição". Conforme explicita a Secretária Albright,

"Nem a democracia nem a prosperidade podem durar, a menos que elas tenham bases amplas. As políticas de mercados livres e abertura aos investimentos, que são as chaves para o crescimento contínuo, são vulneráveis a ameaças se muita gente se sente excluída ou deixada para trás. E como nós temos visto em partes da Ásia, uma economia próspera pode mudar rapidamente para o inverso se problemas de corrupção e falta de responsabilidade não forem encaminhados" (1999: 9).

Essa preocupação esteve presente nas Cúpulas de Santiago do Chile, em Abril de 1998, e a de Quebec, em abril de 2001, onde paralelamente às discussões sobre a implementação da ALCA, definiram-se iniciativas destinadas a ajustar a agenda da governabilidade política, revelando fortes identidades entre os representantes governamentais dos Estados Unidos e dos demais países participantes. Na área de Educação, são estabelecidas metas de acesso e permanência na escola primária de 100% dos menores, e à educação secundária de 75% dos jovens até o ano 2010. Na área de Preservação e Fortalecimento da Democracia, Justiça e Direitos Humanos, destacam-se as iniciativas voltadas para o desenvolvimento local, através do fortalecimento das administrações municipais e regionais, estimulando a participação da sociedade nos processos de tomada de decisões; para o combate à corrupção, com a adoção de programas, no marco da OEA, de estímulo à probidade administrativa e à ação legal contra a lavagem de dinheiro; prevenção e controle do consumo e tráfico de drogas ilegais; para o combate e eliminação do terrorismo, e fomento à confiança e à segurança entre os Estados, fortalecendo institucionalmente o sistema interamericano. Na área de Erradicação da Pobreza e da Discriminação, destacam-se o fomento às micro, pequenas e médias empresas; o respeito aos direitos trabalhistas com base nos parâmetros da OIT; e equidade de gênero, promovendo a igualdade jurídica e de oportunidades entre mulheres e homens.

Em discurso no Conselho das Américas, Albright apresenta uma boa síntese das decisões da Cúpula de Santiago vinculadas à governabilidade política:

"Houve iniciativas... para fortalecer os governos locais e assim ampliar as oportunidades para a participação política. Houve estratégias para formalizar direitos de propriedade, incluindo os bens dos pobres, como casas ou terras. Houve programas para reforçar o império da lei, incluindo a criação de centros de estudos de justiça hemisférica. Houve apoio à Convenção Interamericana Contra a Corrupção⁵⁸ ... E houve propostas, nas quais a USAID está participando ativamente, para aumentar o apoio às micro-empresas, o que é particularmente importante para a capacitação econômica das mulheres" (op. cit.: 9-10).

Fazendo um balanço das decisões da Cúpula de Quebec, no mesmo local, o Secretário de Estado Colin Powell destaca a combinação entre iniciativas

voltadas a atender situações regionais mais urgentes, especialmente na área andina e no Caribe –considerado como terceira fronteira junto com Canadá e México– com a afirmação dos dois pilares centrais da agenda interamericana, democracia e mercado livre:

“Algumas das coisas que fizemos em Quebec foram regionais. Nós fizemos medicina preventiva para ajudar os vizinhos da Colômbia a se defenderem contra o alastramento da atividade da narcoguerrilha. Fizemos isso anunciando e dando nosso apoio a uma iniciativa andina regional... não só para enfocar o narcotráfico na Colômbia, mas para ver o problema como um problema regional e investir em atividades de direitos humanos, investir em desenvolvimento de infra-estrutura, investir em oportunidades econômicas que encorajarão as pessoas a se afastarem para longe do narcotráfico. ... E aprovamos uma forte iniciativa sobre HIV-AIDS e outros assuntos relacionados às nações das ilhas caribenhas... O que nós temos descrito aqui nos Estados Unidos como uma terceira iniciativa fronteiriça... Mas todas essas iniciativas regionais aconteceram dentro do contexto de uma visão maior... De que os mercados abertos e o bom governo são estreitamente ligados, e que, mesmo gerando investimento e criando empregos, nós precisamos trabalhar em favor de instituições democráticas responsáveis e de práticas democráticas” (2001[a]).

Se não há diferenças entre os governos Clinton e Bush na valorização do modo de vida como principal fundamento da noção de comunidade hemisférica, existem ênfases diferentes em termos da definição de prioridades.

Na proposta orçamentária para assuntos internacionais para o ano 2002, Powell solicita aumento de 2% em relação ao exercício anterior, cuja principal justificativa é a percepção de maiores níveis de instabilidade no mundo em transição.

A proposta delimita as seguintes áreas prioritárias: reforma da USAID; assistência econômica bilateral; controle internacional de narcóticos e império da lei; assistência à migração e a refugiados; não-proliferação, antiterrorismo, desativação de campos minados; assistência militar; e programas multilaterais de ajuda econômica.

Destacaremos na análise do documento as mudanças de abordagem em relação à gestão Albright, apontando os principais itens vinculados à agenda da governabilidade política na América Latina e no Caribe.

No que se refere à reestruturação da USAID, apresentado como principal tema da justificativa do novo orçamento, há uma redefinição do foco de ação da Agência, que assume como eixos centrais da assistência internacional a globalização e a prevenção de conflitos⁵⁹, direcionando recursos e atividades para três programas centrais: Crescimento econômico e agricultura, Saúde global, e Prevenção de conflitos e apoio ao desenvolvimento.

Os dois primeiros mantêm no essencial a mesma orientação da administração anterior. No caso da agricultura, além do seu papel destacado

como atividade econômica à qual está vinculada a população mais pobre da maioria dos países em desenvolvimento, parte importante dos conflitos nessas regiões está enraizada nas zonas rurais. Nesse sentido, o programa tem como principais objetivos a ampliação de oportunidades econômicas, estimulando a expansão da propriedade, a melhoria da produtividade e da eficiência no gerenciamento dos recursos naturais, a promoção de atividades de treinamento e educação.

“Sem crescimento econômico e segurança alimentícia, nenhum esforço de desenvolvimento é sustentável. Nós aumentaremos o apoio para o crescimento econômico e os programas de agricultura que reduzem a pobreza e a fome, enquanto achamos formas melhores de mobilização e de associação com o setor privado. O desenvolvimento de micro-empresas tem um papel crescentemente importante na criação de empregos e de oportunidades econômicas” (Natsios, 2001).

O terceiro programa é o que melhor ilustra as principais mudanças de enfoque, subordinando à temática do conflito as ações que anteriormente faziam parte de uma meta específica do Plano Estratégico, o “fortalecimento da democracia e do bom governo”. Incorporam-se também a esse programa as iniciativas vinculadas à Assistência Humanitária. Conforme argumenta Powell;

“Dado o número crescente de Estados falidos e de conflitos internos no período pós Guerra Fria, alguns dos quais tornaram-se pontos focais da política externa dos Estados Unidos, a USAID empreenderá maiores esforços na prevenção, administração e resolução de novos conflitos. Essa iniciativa integrará o *portfolio* existente de programas sobre democracia da USAID, com novas abordagens para antecipação de crises, análise de conflito e avaliação compreensiva, e proverá novas metodologias para ajudar as partes em conflito a solucionar pacificamente seus assuntos” (2001[b]).

Os recursos solicitados para a USAID –7,7 bilhões de um total de 23,9 bilhões do orçamento para assuntos internacionais– representam um incremento de 129 milhões em relação ao ano anterior. Em termos de distribuição por regiões, a América Latina e o Caribe recebem 878,6 milhões, África 1.055 milhões, a Ásia e o Oriente Próximo 2.340 milhões, a Europa e a Eurásia 1.460 milhões.

Os argumentos apresentados pelo diretor da USAID, Andrew Natsios, na justificativa dos fundos solicitados para a América Latina e o Caribe, sintetizam bem a percepção da região na política externa do país:

“Dado que os países ajudados pela USAID na América Latina e Caribe (ALC) são os nossos vizinhos, seu desenvolvimento econômico, social e político têm uma extrema importância para a nossa própria segurança e bem-estar. A América se beneficia diretamente quando as economias em desenvolvimento dos países da ALC se expandem e seus mercados se abrem. Desde 1990, o número de empregos nos Estados Unidos vinculados às exportações para a região aumentou 2,3 milhões. Mas

quando as nações nessa região enfrentam instabilidade política e falência econômica, os Estados Unidos sentem as conseqüências diretamente pelo aumento da imigração ilegal e do tráfico ilegal de narcóticos. Também não podemos ignorar a disseminação fronteiriça de doenças transmissíveis como TB e HIV/AIDS. Finalmente, a degradação ambiental e a poluição podem afetar diretamente os Estados na fronteira norte-americana e também agravar a instabilidade regional e a migração, como também aumentar o risco de morte e de destruição por desastres na região” (op. cit.).

Em relação à distribuição de recursos para cada um dos três programas definidos como prioritários pela nova administração, 398 milhões são destinados para Crescimento Econômico e Agricultura, 153 milhões para Saúde global e 327,5 milhões para Prevenção de Conflitos e Apoio ao Desenvolvimento.

Além das reformas na USAID, outros três itens da agenda internacional, priorizados na proposta do orçamento, têm impactos importantes na América Latina e no Caribe:

No item “Controle internacional de narcóticos e império da lei”, há uma solicitação de 731 milhões de dólares para a *Iniciativa Andina Antidrogas*, anteriormente mencionada, que destina recursos para Colômbia, Peru, Bolívia, Equador, Brasil, Venezuela e Panamá. As metas da *Iniciativa* incluem a redução de 30% na produção de coca na Colômbia e sua eliminação na Bolívia num prazo de dois anos. Esse programa complementa o apoio ao Plano Colômbia do presidente Pastrana, para o qual o governo Clinton destinou 1.300 milhões de dólares do orçamento de 2001⁶⁰.

No item “Não-proliferação, antiterrorismo, desativação de campos minados”, as iniciativas que incluem a América Latina e o Caribe destinam-se ao controle de armas de pequeno porte e desativação de minas nas regiões de maior conflito durante a Guerra Fria, com um volume de recursos solicitados de 2 milhões de dólares. Os atos terroristas na região estão associados principalmente aos conflitos internos na Colômbia, para os quais existem programas específicos. Em menor escala, há preocupação com a presença de extremistas religiosos na tríplice fronteira Argentina-Brasil-Paraguai, vinculados com os atentados contra alvos judaicos em Buenos Aires, junto com setores remanescentes das organizações guerrilheiras peruanas e grupos emergentes no Equador.

Conforme mostram os dados do Quadro 4, baseados no relatório do Departamento de Estado correspondentes à 2001, em termos de número de atos terroristas, a América Latina e o Caribe apresentam a maior incidência, seguidos pela Europa Ocidental, a Ásia, o Oriente Médio, a África, a Eurásia, e a América do Norte. Considerando o número de vítimas fatais, a ordem muda, ficando a África em primeiro lugar, seguida pela Ásia, América do Norte, Oriente Médio, Europa Ocidental, América Latina e o Caribe, e Eurásia.

Quadro 4

Ataques terroristas e número de vítimas por região 1996-2001

Año	África		Ásia		Eurásia		América Latina		Oriente Médio		América do Norte		Europa Ocidental	
	A ^a	V ^b	A	V	A	V	A	V	A	V	A	V	A	V
1996	11	80	11	1.507	24	20	84	18	45	1.097	0	0	121	503
1997	11	21	21	344	42	27	128	11	37	480	13	7	52	17
1998	21	5.379	49	635	14	12	111	195	31	58	0	0	48	405
1999	53	185	72	690	35	8	122	9	26	31	2	0	85	16
2000	55	100	98	898	31	103	192	20	20	78	0	0	30	4
2001	33	150	68	651	3	0	194	6	29	513	4	3.315 ^c	17	20

Fonte: Elaborado com base nas informações do relatório *Patterns of global terrorism 2001* (U.S.D.S., 2002).

a Número de ataques. b Número de vítimas. c Dada a inexistência de informação precisa sobre o número de vítimas dos atentados de 11 de setembro, os dados correspondem a estimativas do governo dos Estados Unidos.

No item “Assistência militar”, foram solicitados 18 milhões de dólares para fortalecer a capacidade das forças armadas envolvidas no combate ao tráfico de drogas⁶¹, ao contrabando e à manutenção da paz e da segurança regional, assim como para os países que participam de operações internacionais de manutenção da paz, como Chile, Argentina, Bolívia e Uruguai.

Unilateralismo versus Multilateralismo: a Doutrina Bush

Os documentos analisados na seção anterior mostram um mesmo fio condutor em termos da defesa de uma postura de liderança internacional por parte das administrações Clinton e Bush. No entanto, há uma mudança de ênfase por parte do governo republicano no tema da governabilidade política, na qual a prevenção e a resolução de conflitos assumem maior destaque. Diferentemente dos discursos enfáticos da era Clinton-Albright, quando a democracia era enaltecida como fim último da conquista da paz e da prosperidade, os do período Bush-Powell enfatizam seu significado operacional, como um dos meios a serviço da ordem.

Durante o primeiro semestre de 2001, algumas iniciativas do governo Bush, redefinindo a posição do país frente a importantes tratados internacionais, começam a sinalizar diferenças mais profundas entre as duas administrações. A decisão de maior impacto na comunidade internacional foi a não ratificação do protocolo de Kyoto, acordo assinado em dezembro de 1997, que prevê o corte de 5,2% das emissões de gases-estufa por parte dos países industrializados, tomando como referência os níveis de 1990. Esse índice corresponde a reduções de 7% para Estados Unidos, responsáveis por 22,2% da emissão mundial de carbono, e 8% para a União Européia. Na

conferência sobre o clima realizada no mês de julho de 2001 na cidade de Bonn, negociou-se um acordo alternativo sem a participação dos Estados Unidos, que implicaria numa redução da meta anterior de emissões para um nível próximo dos 2%⁶².

De acordo com os argumentos apresentados pela representante dos Estados Unidos na conferência, Paula Dobriansky, o país pretende enveredar por uma via alternativa, decidida unilateralmente:

“Embora os Estados Unidos não tenham ratificado o Protocolo de Kyoto, não abdicaremos das nossas responsabilidades. Reconhecemos que a comunidade internacional está interessada em saber mais a respeito da nossa abordagem sobre mudança de clima. Quando formos desenvolver iniciativas adicionais, consultaremos ativamente nossos amigos e aliados. ... Nosso objetivo é assegurar que nossa nova abordagem providencie uma solução a longo prazo que seja ambientalmente efetiva, economicamente sustentável, e justa” (2001).

Outras duas posturas do governo Bush, geradoras de controvérsias, foram a relutância em ratificar a criação do Tribunal Penal Internacional (TPI) e a proposta de revisão do tratado Anti-Mísseis Balísticos (AMB), assinado com a União Soviética em 1972.

O TPI, previsto pelo Tratado de Roma de 1998 para começar a funcionar em 2002, com sede permanente em Haia, foi assinado por Clinton no final do seu mandato. Após a ascensão de Bush, começaram a surgir fortes relutâncias, acompanhadas de exigências, aos signatários do tratado, de exclusão da jurisdição da corte dos funcionários militares e civis dos Estados Unidos enquanto não fosse ratificado pelo país.

No caso do AMB, o governo dos Estados Unidos passou a considerá-lo obsoleto para atender satisfatoriamente os novos desafios da defesa. A ameaça de ataques com mísseis ao território americano por parte de “Estados fora-da-lei” torna-se o principal argumento da proposta de criação de um escudo antimísseis, cuja concretização levaria ao questionamento dos limites impostos pelo AMB. Além da posição contrária à iniciativa por parte de Rússia e China, houve uma reação pouco favorável entre os países da OTAN. Na reunião da organização ocorrida em maio na cidade de Budapeste, a falta de acordo levou à não inclusão do tema no documento final. No entanto, isso em nada influenciou a posição do presidente Bush, que em 13 de dezembro anuncia a retirada dos Estados Unidos do tratado.

Em debate promovido pelo Council on Foreign Relations com ex-Secretários de Estado, em abril de 2001, as posições do governo Bush em relação aos tratados internacionais são colocadas em questão por Madeleine Albright.

“Eu não entendo como podemos caminhar unilateralmente no controle climático e em assuntos como o Tribunal Penal Internacional. Basicamente, nós estamos avançando para uma era de maior interação global e a idéia de que há uma variedade de regimes internacionais dos

quais fazemos parte, que podemos melhorar de forma consensual, me atrai mais como tendência para o futuro do que a retirada unilateral do tratado” (CFR, 2001[a]).

Nesse sentido, Albright manifesta preocupação com a possibilidade de que a nova abordagem imperante tenha como um dos seus pressupostos a simples negação do que foi feito pela sua administração:

“Eu penso que é perfeitamente possível, razoável e necessário fazer revisões. Todos nós fizemos isso quando entramos em momentos diferentes, mas elas podem ser feitas dentro do sistema, não fora dele.... Eu esperaria que a política fosse algo diferente do que apenas o oposto do que nós fizemos” (CFR, 2001[a]).

Apesar de ter também participado da administração Clinton, Warren Christopher assume uma postura mais cautelosa nesse debate, destacando as posições teóricas e políticas da equipe do governo e as dificuldades para emitir juízos categóricos tendo em vista o pouco tempo transcorrido desde a posse de Bush. Suas previsões sobre as tendências da política externa e o destaque dado ao terrorismo antecipam os movimentos posteriores aos atentados de 11 de setembro em Nova York e Washington.

“O Presidente reuniu um time muito experiente na área de política externa. Eles são internacionalistas.... Eu espero que quando nós olharmos para trás nesse período vejamos um compromisso crescente por parte deles. Não há nenhuma dúvida em minha mente de que nós temos que ter um maior envolvimento internacional. Tomem como exemplo o problema do terrorismo, que pode ser o problema individual mais sério que nós enfrentamos no mundo. Isso não pode ser consignado a uma única nação” (CFR, 2001[a]).

A resposta do governo Bush aos atentados vai na direção apontada por Christopher, buscando o maior apoio internacional possível para enfrentar o que considera uma nova guerra, de características diferentes a todas as anteriores, mas que está à altura dos maiores desafios enfrentados pelo país ao longo da sua história:

“Os americanos estão perguntando: Como lutaremos e ganharemos esta guerra? ... Nossa resposta envolve muito mais que retaliação imediata e batalhas isoladas. Os americanos não deveriam esperar uma batalha, mas uma campanha longa, diferente de qualquer outra que nós alguma vez tenhamos visto. Pode incluir batalhas dramáticas, visíveis na televisão, e operações encobertas, secretas até mesmo quando têm sucesso. ... Toda nação, em toda região, tem agora uma decisão a fazer. Ou está conosco, ou está com os terroristas” (Bush, 2001).

A guerra declarada ao terrorismo adquire contornos bem amplos, tanto pelo número de países onde se considera que existem núcleos de apoio –60, de acordo com as estimativas apresentadas por Bush– como pela caracterização dos grupos terroristas, que vai muito além das organizações vinculadas com o fundamentalismo islâmico. De acordo com Powell: “Qualquer organização

que esteja interessada em operações terroristas para subverter os governos legítimos, democraticamente eleitos, ou governos que representam a vontade de seu povo, é uma ameaça” (2001[c]).

Nesse novo tipo de guerra, não há uma clara definição do momento da vitória, o que lhe confere um caráter permanente: “Eu penso que nós podemos fazer um julgamento de que a guerra está sendo ganha ou foi ganha quando não vemos aquele tipo de incidente terrorista acontecendo em qualquer lugar. Agora, nós chegaremos lá algum dia? Eu não sei” (op. cit.).

A resposta dos governos latino-americanos aos incidentes foi rápida. Por iniciativa do Brasil, convocou-se reunião da OEA para discutir a aplicação do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), que considera a agressão a qualquer Estado-membro uma agressão coletiva. Na sua intervenção na reunião, Powell reafirma os princípios da convivência hemisférica definidos em fóruns anteriores:

“Há apenas 10 dias, e em um outro mundo, nós estávamos todos reunidos em Lima para uma sessão especial da OEA. Era para ser uma ocasião feliz e histórica para nosso hemisfério. Estávamos adotando nossa carta constitucional democrática em uma demonstração sem precedentes de empreendimento político compartilhado. Alguns meses antes em Quebec, na Cúpula das Américas, nossos líderes tinham definido a meta de estabelecer uma área de livre comércio que abraçaria todas as nossas democracias. Nosso hemisfério nunca tinha estado tão próximo em valores e na visão comum, naquele momento, do futuro que se configura diante de nós, conforme esperávamos de Quebec e também de Lima. E então vieram as notícias terríveis. E com súbita claridade, todos nós entendemos que a casa da democracia e da prosperidade, em que nós trabalhamos tão arduamente para construir em nosso hemisfério, estava sob ataque e deveria ser defendida” (2001[d]).

Como resultado da reunião, são acordadas medidas concretas de combate ao terrorismo no hemisfério, sinalizando para a necessidade de ampliação dos mecanismos de atuação conjunta, em consonância com os lineamentos definidos nas Cúpulas das Américas. O ponto 4 da resolução, *Fortalecimento da Cooperação Hemisférica para Prevenir, Combater e Eliminar o Terrorismo*⁶³, exorta

“... todos os Estados a reforçar a cooperação, nos planos regional e internacional, para buscar, capturar, processar, punir e, quando pertinente, acelerar a extradição dos perpetradores, organizadores e patrocinadores de atos terroristas, bem como para fortalecer a cooperação judicial recíproca e o intercâmbio oportuno de informações” (OEA, 2001).

Essas recomendações são ratificadas em junho de 2002, na 32ª Assembléia Geral realizada em Barbados, que aprova a Convenção Interamericana contra o Terrorismo, saudada por Collin Powell como primeiro tratado internacional sobre o tema assinado após os atentados de 11 de setembro⁶⁴.

A despeito do apoio internacional recebido pelos Estados Unidos na guerra contra o Afeganistão –cujo governo foi responsabilizado, junto com a rede Al Qaeda, pela autoria dos ataques ao território americano–, a rápida vitória militar contribui para fortalecer as tendências unilateralistas prévias aos atentados. No discurso anual ao Congresso sobre o Estado da União em janeiro de 2002, o Presidente Bush incorpora uma nova categoria às definições utilizadas para classificar os países de acordo com seu alinhamento internacional, acusando a Coreia do Norte, o Irã e o Iraque de constituírem o “Eixo do Mal”, fonte de sustentação do terrorismo e de ameaças para a paz mundial; portanto, sujeitos a ações militares.

A declaração de Bush é recebida com desconforto entre os principais aliados da União Européia e da Ásia. Além de considerá-la o prenúncio de uma nova etapa na chamada “luta contra o terrorismo”, em que as decisões norte-americanas tendem a prescindir de consultas aos parceiros⁶⁵, são colocados em questão os critérios de inclusão dos três países. No caso da Coreia do Norte, pelo caráter isolacionista do seu regime e pela ausência de indícios de apoio a qualquer organização terrorista. No caso do Irã, considera-se que seus laços com movimentos no exterior circunscrevem-se aos que atuam contra o Estado de Israel. Fora esse argumento, o processo de reforma política promovido pelo atual governo conta com o apoio da União Européia. No caso do Iraque, as Nações Unidas priorizam a retomada das inspeções para avaliar a capacidade de produção de armas de destruição em massa, o que tornaria contraproducente um ataque militar dos Estados Unidos.

No relatório *Patterns of global terrorism 2001*, apresentado em maio de 2002, o unilateralismo assume feições mais explícitas, com a ampliação do número de Estados na mira do governo, critérios de inclusão e sanções previstas. O documento acusa Cuba, Irã, Iraque, Líbia, Coreia do Norte, Síria, e Sudão de serem patrocinadores do terrorismo. Para esses e para futuros freqüentadores da lista, as modalidades de retaliação incluem, entre as principais, a proibição de exportações e vendas relacionadas com armas, controle de exportações de bens e serviços que possam fortalecer sua capacidade militar, proibição de assistência econômica e imposição de restrições a empréstimos junto aos organismos financeiros internacionais (U.S.D.S., 2002).

Como ocorre com toda abordagem do conflito pautada por critérios referenciados numa das partes interessadas, os argumentos esgrimidos para a elaboração da lista do Departamento de Estado carregam uma forte dose de subjetividade. No caso de Cuba, único país da América Latina e Caribe incluído entre os “Estados fora-da-lei”, o documento reconhece que seu governo condenou os atentados de 11 de setembro, subscreveu as 12 convenções das Nações Unidas e a declaração da Cúpula Ibero-americana de 2001 contra o terrorismo, e não se opôs à transferência dos prisioneiros da guerra de Afeganistão para a base de Guantánamo, situada no seu próprio território. No entanto, a condenação do país apóia-se nas históricas simpatias de Fidel Castro com a revolução armada, equiparada ao terror pelo Departamento de Estado, junto a acusações de cobertura a militantes da organização separatista basca ETA, do Exército Republicano Irlandês, das

FARC e ELN Colombianos, da Frente Patriótica Manuel Rodrigues chilena, e a fugitivos da justiça dos Estados Unidos, que teriam trânsito livre em Cuba.

Em conferência proferida na Heritage Foundation, John Bolton, subsecretário do Departamento de Estado para o Controle de Armas e Segurança Internacional, vai mais longe nas acusações contra Cuba, colocando sob suspeita –embora reconhecendo a ausência de provas consistentes– a indústria biomédica do país, que estaria sendo fonte de desenvolvimento de armas biológicas.

“Aqui está aquilo que sabemos agora: os Estados Unidos acreditam que Cuba tem, pelo menos, um limitado trabalho de pesquisa e desenvolvimento em armas biológicas ofensivas. Cuba proporcionou tecnologia de uso dual a outros Estados fora-da-lei. Nós estamos cientes de que essa tecnologia pode dar suporte a programas de armas biológicas nesses Estados” (2002).

No mês de junho, em discurso aos graduados de West Point, o presidente dos Estados Unidos apresenta de forma mais sistemática os novos direcionamentos da política externa, delineando as premissas daquela que passará a ser denominada “Doutrina Bush”.

De acordo com a nova perspectiva, a contenção e a dissuasão, que nortearam a política externa durante o período da Guerra Fria, embora continuem válidas para algumas situações, não dão conta satisfatoriamente das ameaças associadas às guerras em rede.

“Dissuasão –a promessa de retaliação maciça contra nações– não significa nada contra as sombrias redes terroristas sem nações ou cidadãos a defender. A contenção não é possível quando ditadores desequilibrados com armas de destruição em massa podem enviar aquelas armas na forma de mísseis ou fornecê-las secretamente aos aliados terroristas ... A defesa da terra natal e a defesa contra mísseis são parte de uma segurança mais forte, e são prioridades essenciais para a América. Contudo, a guerra contra o terror não será ganha na defensiva. Nós devemos dar batalha ao inimigo, destruir seus planos e confrontar as piores ameaças antes de que surjam” (Bush: 2002).

Em decorrência dessa mudança de abordagem, o desencadeamento de ações não terá como alvos apenas agressores reais do país ou dos seus aliados, mas incluirá ataques preventivos contra inimigos considerados potenciais, bastando apenas suspeitas sobre a posse de armas de destruição em massa e suporte ao terrorismo.

Como fundamento cultural das posições assumidas, Bush coloca em relevo a necessidade de defender valores considerados universais:

“O século XX terminou com um único modelo sobrevivente de progresso humano, baseado em demandas não negociáveis de dignidade humana, império da lei, limites ao poder do Estado, respeito às mulheres, à propriedade privada, à liberdade de expressão, justiça

igual e tolerância religiosa. A América não pode impor essa visão –contudo nós podemos apoiar e recompensar governos que fazem as escolhas corretas para seus próprios povos” (2002).

Na perspectiva do governo Bush, reconhece-se a existência de diferenças entre nações, mas a competição, embora inevitável no campo econômico, não deve atingir o plano militar. Desta forma, o país assume o papel de guardião das fronteiras do conflito: “a América tem, e pretende manter, forças militares ali onde esteja o desafio, tornando sem sentido a desestabilização por corridas armamentistas ou outras ações, e limitando as rivalidades ao comércio e às demais atividades pacíficas” (op. cit.).

Os lineamentos apresentados no discurso de *West Point* serão formalizados no documento *The National Security Strategy of the United States of América*, dado a conhecer pela Casa Branca no mês de setembro de 2002, num contexto fortemente influenciado pela necessidade de apresentar justificativas para atacar o Iraque.

Na caracterização dos novos inimigos, o documento oferece uma demarcação esclarecedora dos desafios que orientaram a formulação das estratégias do pós-Segunda Guerra (Doutrina Truman) e do pós-Guerra Fria (Doutrina Bush):

“As visões militantes de classe, nação e raça, que prometeram a utopia e entregaram a miséria, foram derrotadas e desacreditadas. A América é agora ameaçada menos por estados conquistadores do que por estados falidos. Nós somos ameaçados menos por frotas e por exércitos do que por tecnologias catastróficas nas mãos de uns poucos ressentidos. Nós devemos derrotar essas ameaças à nossa nação, aliados, e amigos”. (National Security Council, 2002: 1).

Além de reforçar os argumentos apresentados no discurso de *West Point*, justificando ataques preventivos contra Estados e organizações suspeitos de prepararem atos hostis contra o país e os seus aliados, o documento explicita como objetivo nacional permanente a manutenção da supremacia militar. No campo das controvérsias geradas nos temas multilaterais vinculados ao meio-ambiente e ao julgamento de acusados de crimes contra a humanidade, a resposta pauta-se pelo reforço à ação unilateral, anunciando metas próprias de corte na emissão de gases poluentes, na proporção de 18% por unidade de atividade econômica nos próximos 10 anos, e a não aceitação da jurisdição do Tribunal Penal Internacional para julgamento de cidadãos americanos.

Na área das relações hemisféricas, mantêm-se os eixos na promoção da democracia e do livre mercado através de ações que têm como parâmetro as Cúpulas das Américas. No campo das relações bilaterais, são definidos cinco países prioritários: México, Brasil, Canadá, Chile e Colômbia. Neste último caso, a atenção se dirige fundamentalmente à luta contra o terrorismo associado às drogas e ao extremismo político.

O crescente unilateralismo que assume a política externa do governo Bush pós-11 de setembro, apresentado como custo inevitável do combate às novas

formas de terrorismo, recebe fortes críticas de funcionários da administração anterior, que se posicionam em favor de uma concepção multilateral das relações internacionais. De acordo com Joseph Nye, subsecretário da Defesa no governo Clinton, o unilateralismo estaria solapando as bases do poder brando do país, pautado pela atração exercida por seus valores, instituições e ideologia, levando a uma exacerbação pouco inteligente do poder bruto, associado à capacidade de induzir determinados comportamentos.

Tomando como referência o pensamento de Gramsci, Nye valoriza “o poder que procede de definir a pauta e determinar o arcabouço de um debate.... Se eu conseguir levá-lo a *querer* fazer o que eu quero, não precisarei obrigá-lo a fazer o que você *não quer*”⁶⁶. (2002: 37). Para ele,

“os novos unilateralistas, que nos exortam a desdobrá-la descaradamente (a luta anti-terrorista) no interesse de fins globais autodefinidos, não fazem senão dar a receita para corroer de vez o nosso poder brando e estimular os outros a criarem coalizões que acabarão por nos limitar o poder bruto. Temos de ser mais inteligentes” (op. cit.: 225).

A paulatina substituição da busca do consenso em favor de posições que delimitam, *a priori*, os limites estruturais da mudança possível, busca o respaldo das audiências nacionais e globais de “ganhadores”, sob o argumento de que as hierarquias conquistadas exigem o fechamento de fileiras contra as demandas dos “perdedores”, que estariam contaminadas por uma irracionalidade com fortes componentes de ressentimento e destruição.

No campo da batalha político-partidária no interior dos Estados Unidos, as posições do governo estão obtendo resultados favoráveis. A prioridade dada ao tema da segurança ganha legitimidade nas eleições de novembro de 2002, que garantem maioria no Congresso ao partido Republicano. Na esteira dos argumentos da defesa do modo de vida ameaçado pelo terrorismo, criam-se mecanismos de vigilância e controle preventivo contra suspeitos, colocando em quarentena direitos emblemáticos da *democracia na América*. Com a formulação da Doutrina Bush e a criação do Departamento de Segurança Interna, aprovado por ampla maioria no Congresso em novembro de 2002⁶⁷, são delineados os fundamentos da autonomia do Estado para agir dentro e fora do país.

A lógica do governo Bush foi muito bem sintetizada por Paul Wolfowitz, subsecretário da Defesa, para quem os Estados Unidos estão exercendo um papel de liderança na defesa de interesses que envolvem a comunidade internacional, combatendo os países hostis que fomentam o terrorismo.

“Para nós, poder militar é muito mais um meio de defesa. A grande força dos EUA não é seu poderio militar, mas seu poder econômico. E mais potente ainda é nossa força política –aquilo que significamos. No mundo todo, mesmo em países cujos regimes nos odeiam, o povo admira o nosso sistema ... Claro que há diferença de interesses entre países, mas por causa do modo como definimos nossos interesses existe

uma compatibilidade natural de interesses entre os EUA e os outros países” (Gardels, 2002: A25).

De acordo com Wolfowitz, não há unilateralismo, mas exercício legítimo do poder por parte de um Estado, que utiliza sua força em nome do interesse geral. Para ele, o poderio militar norte-americano é “uma espécie de cerca protetora em torno da liberdade. Permite-nos fixar certas fronteiras; não admite que exércitos numerosos atravessem fronteiras” (op. cit.).

O engajamento global dos Estados Unidos no século XXI

Na seção anterior, buscamos estabelecer as linhas de continuidade da política externa dos Estados Unidos após a Guerra Fria, abordando os temas considerados fundamentais na definição da agenda internacional para além da origem republicana ou democrata do governo no poder. Os atentados de 11 de setembro de 2001 contribuíram para solidificar identidades pautadas pelo enfrentamento de um novo “Outro”, que passa a ser equiparado aos grandes inimigos do século XX. Como ilustram as divergências no debate entre multilateralistas e unilateralistas, os desacordos em relação aos meios não implicam no questionamento dos fins.

Com o objetivo de ilustrar os significados profundos das convergências no *establishment* da política externa, para além do impacto de eventos conjunturais, dedicaremos esta seção à análise do documento *Global Trends 2015*, elaborado pela CIA (Agência Central de Inteligência), que apresenta projeções sobre os cenários futuros do envolvimento internacional do país.

Em dezembro de 2000, o *National Intelligence Council*, órgão governamental ao qual está vinculado a CIA, apresentou o relatório final do estudo realizado por um grupo de especialistas de dentro e de fora do governo, convocado para analisar as tendências e cenários no horizonte dos próximos 15 anos.

O trabalho concentrou-se em sete temas: demografia, recursos naturais e meio ambiente, ciência e tecnologia, economia global e globalização, governabilidade nacional e internacional, conflitos futuros, e o papel dos Estados Unidos.

Como conclusão da análise das situações favoráveis e desfavoráveis em cada um desses temas, a governabilidade aparece como principal elemento articulador dos diversos desafios identificados. Entre as fontes das tensões a serem administradas, destacam-se as seguintes:

- 95% do crescimento da população –de 6,1 bilhões em 2000 para 7, 2 bilhões em 2015– se concentrarão no mundo em desenvolvimento;
- em termos de acesso a recursos naturais, a produção de energia e de alimentos acompanhará satisfatoriamente as demandas do crescimento populacional, afetando apenas os países com problemas econômico-sociais e políticos considerados estruturais, especialmente na África Sub-

Sahariana. A maior dificuldade identificada relaciona-se com o acesso à água: “a escassez de água e sua distribuição colocarão desafios significativos para os governos no Oriente Médio, na África Sub-Sahariana, no Sul da Ásia, e no norte da China. Tensões regionais em torno da água ganharão intensidade por volta de 2015” (CIA, 2000);

- a revolução nas tecnologias da informação terá impactos no aumento das desigualdades entre os países e regiões de acordo com sua capacidade de acompanhamento e adaptação, e favorecerão as organizações e os Estados que patrocinam o terrorismo e o crime que souberem obter proveito dos avanços tecnológicos;

- a globalização da economia será um fator que favorecerá a integração em rede e o crescimento dos países avançados e emergentes. Nestes últimos, a volatilidade financeira continuará afetando os mais dependentes de financiamento externo. Em contraste,

“regiões, países e grupos que se sentem deixados para trás enfrentarão estagnação econômica profunda, instabilidade política, e alienação cultural. Eles fomentarão o extremismo político, étnico, ideológico, e religioso, junto com a violência que freqüentemente os acompanha. Eles forçarão os Estados Unidos e outros países desenvolvidos a permanecerem focalizados nos desafios do “velho mundo” enquanto se concentram nas implicações das tecnologias do “novo mundo” (CIA, 2000).

- embora os Estados continuem sendo os principais protagonistas das relações internacionais, a presença cada vez maior de atores privados supranacionais tornará a interação entre os dois setores um fator fundamental da governabilidade global. A democracia representativa continuará sendo um sistema político em expansão, em detrimento dos regimes autoritários; no entanto, a crescente presença de interesses que atravessam as fronteiras nacionais afetará os processos decisórios;

- em termos de conflitos interestatais, as probabilidades de guerra entre países desenvolvidos são pequenas. “O potencial de conflito surgirá de rivalidades na Ásia, variando da Índia-Paquistão para China-Taiwan, como também entre adversários no Oriente Médio” (CIA, 2000).

Os conflitos intraestatais motivados por disputas étnicas, religiosas, políticas ou econômicas exigirão o crescente envolvimento das Nações Unidas e de outras organizações supranacionais, “porque os Estados mais importantes –pressionados por preocupações domésticas, percepção de riscos ou fracassos, ausência de vontade política ou recursos escassos– minimizarão seu envolvimento direto” (CIA, 2000).

- os Estados Unidos continuarão mantendo uma postura de engajamento, tornando-se cada vez mais uma referência nos cálculos de poder das outras potências.

“Alguns Estados –adversários e aliados– tentarão conferir o que eles vêem como ‘hegemonia’ americana. Embora essa postura não vá se

traduzir em coalizões anti-Estados Unidos de caráter estratégico, amplo e permanente, conduzirá a alinhamentos táticos em políticas específicas e demandas em favor de um maior papel nas instituições políticas e econômicas internacionais” (CIA, 2000).

O documento cita China, Rússia, Índia, México, Brasil e a União Européia como os atores capazes de desafiar ou consolidar a liderança dos Estados Unidos. Em relação à América Latina e ao Caribe, as perspectivas mudam de acordo com os países e regiões.

“As democracias orientadas para o mercado no México e no Cone Sul liderarão o caminho. Uma geração nova de empresários estará inclinada a favorecer maiores aberturas de mercado, mas os benefícios podem distorcer a distribuição de renda, que já é a mais injusta no mundo. Diferentemente, a região andina se confrontará com uma força de trabalho pobremente educada, governabilidade instável, e dependência de *commodities* como petróleo, cobre e narcóticos” (CIA, 2000).

A diversidade de situações regionais vai manifestar-se em dois itens importantes: população e migração. Embora se calcule uma diminuição do crescimento demográfico na maioria dos países, nos casos de Bolívia, Equador, Guatemala, Honduras, Nicarágua e Paraguai, as taxas continuarão elevadas, pressionando o mercado de trabalho e a emigração ilegal. A esse fator soma-se a instabilidade política, a pobreza e as diferenças salariais, afetando principalmente o fluxo de pessoas da América Central e do Caribe na direção dos Estados Unidos. Em termos intra-regionais, Argentina e Venezuela aparecem como principal destino da migração ilegal a partir dos países fronteiriços.

Na apresentação das tendências futuras, o documento considera quatro cenários globais: 1) Uma globalização inclusiva, que combina crescimento da economia e desenvolvimento tecnológico, com disseminação dos resultados positivos na maioria dos países, aliviando tensões e diminuindo conflitos; 2) Uma globalização perniciosa, beneficiando uma pequena elite, com aceleração das tendências de crescimento populacional, da migração, da escassez de recursos naturais, da marginalidade e do crime, aumentando as tensões e afetando a governabilidade; 3) Competição regional, ancorada na afirmação de identidades, especialmente na Europa, na Ásia e nas Américas, principais beneficiárias dos avanços econômicos e tecnológicos. Neste cenário, as principais tensões se originariam das regiões que ficam à margem desse processo, especialmente a África Sub-sahariana, o Oriente Médio e o centro e sul da Ásia; 4) Mundo pós-polar, marcado pelo declínio econômico dos Estados Unidos, a deterioração da sua aliança com a Europa, que se volta para si mesma, instabilidade na América Latina e no Caribe, fortalecimento econômico e militar da Ásia. Neste caso, a China e o Japão substituiriam os Estados Unidos na manutenção do equilíbrio militar asiático, mas entrariam num processo de competição pela hegemonia, com desdobramentos na corrida armamentista e na expansão de programas nucleares. As potencialidades de impasse presentes nesse cenário continuariam exigindo dos Estados Unidos um papel mediador.

Na conclusão do documento, manifesta-se a preocupação com o declínio da influência do país, presente nos quatro cenários:

“Em todos os cenários, exceto o primeiro, a globalização não cria uma corrente de cooperação global... Em todos os quatro cenários, os países afetados negativamente pelo crescimento populacional, escassez de recursos e maus governos não conseguem beneficiar-se da globalização; estão propensos a conflitos internos e ao risco de falência do Estado. Em todos os quatro cenários, a efetividade da governança nacional, regional e internacional e um crescimento econômico estável, mas não moderado, são cruciais. Em todos os quatro cenários, decresce a influência global dos EUA” (CIA, 2000).

A cultura do Império: balanço crítico

“O presidente George W. Bush declarou sabiamente que os ataques a Nova York e Washington equivaleram a uma declaração de guerra. E, numa guerra, não basta resistir –é essencial vencer. ... Na medida em que esses fatos penetram na consciência do mundo democrático, os terroristas já perderam uma importante batalha. Nos Estados Unidos, vão enfrentar uma população unida e determinada a erradicar o mal do terrorismo custe o que custar. Na aliança ocidental, puseram fim à discussão sobre se ainda existe uma meta comum no mundo pós-Guerra Fria”

Henry Kissinger (2001)

Os documentos governamentais analisados neste capítulo são esclarecedores das abordagens predominantes na política externa dos Estados Unidos. A defesa do engajamento vem ao encontro de uma concepção que atribui ao país o papel de posto avançado na fronteira entre o “novo” e o “velho” mundo, sempre alerta e preparado para prevenir ou debelar as ameaças de contaminação.

Os países são divididos de acordo com sua proximidade e atitude em relação ao capitalismo liberal. A democracia representativa, a liberdade de mercado e o império da lei compõem um núcleo comum cujo reconhecimento, por parte do “resto”, torna a diversidade negociável.

Nas fronteiras externas do “novo mundo”, aglomera-se um conjunto variado de países. Em primeiro lugar, estão aqueles que se esforçam por adotar o capitalismo liberal, com ganhos significativos na institucionalização dos marcos formais fundamentais ao seu funcionamento, mas ainda presos a culturas tradicionais, que travam a disseminação generalizada dos valores progressivos no cotidiano das grandes e pequenas iniciativas do conjunto da sociedade. São os países em transição. Em segundo lugar, estão aqueles em que o subdesenvolvimento apresenta-se como marca insuperável, colocando-os sob constante ameaça de colapso em itens básicos da sobrevivência como alimentação, saúde e segurança física. Nesses países, o conflito é latente, o que

os torna presa fácil do ressentimento que alimenta o fundamentalismo dos movimentos que renegam e boicotam o sistema, muitos deles patrocinados pelos “Estados fora-da-lei” que compõem a terceira e última categoria.

Na percepção do governo dos Estados Unidos, os fatores de instabilidade gerados no “velho mundo” tornam necessário e inevitável o crescente engajamento internacional. A defesa dessa postura não decorre de prioridades humanitárias, mas de interesses nacionais que vinculam a segurança com a prosperidade econômica do país, das suas empresas e dos seus cidadãos.

Nessa perspectiva, cultura e interesse são indissociáveis. A defesa de valores considerados universais faz parte do objetivo de criar um ambiente mundial livre e seguro para a circulação dos bens, serviços e cidadãos do país. Com base nessa concepção, a política externa se desdobra em três modalidades de ação: a promoção da abertura dos mercados externos; a ajuda aos países em transição e em desenvolvimento; e a intervenção militar nas regiões em processo de colapso ou que enfrentam agressões de grupos terroristas e/ou “Estados fora-da-lei”.

Em relação à primeira modalidade, os dois mecanismos principais são a negociação de acordos de livre-comércio e o fortalecimento da capacidade reguladora das instituições econômicas multilaterais. Os alvos principais da liberalização comercial são os países em transição, maior área de expansão das exportações, que combinam a pouca familiaridade com a economia de mercado e uma tradição protecionista de abrangência limitada, geralmente voltada para o amparo de oligarquias tradicionais. Essa situação fortalece a posição dos Estados Unidos, capazes de apresentar uma agenda ampla e sofisticada vinculando a abertura dos mercados com o estabelecimento de marcos reguladores da concorrência que tomam como referência sua própria legislação e a dos organismos multilaterais, nos quais sua influência é notória⁶⁸. Neste caso, a universalização da livre-iniciativa e do império da lei contribuem substancialmente para a realização das metas estratégicas associadas à expansão do investimento, do emprego e do consumo no seu território nacional.

Apesar do sucesso que vêm sendo alcançado na realização dessas metas, o caminho não está livre de obstáculos. No lado oposto da mesa, o olhar identifica um conjunto heterogêneo de países iguados na incapacidade para formular agendas de inserção internacional adequadas aos novos tempos. Para evitar ou amenizar desdobramentos catastróficos dessa ausência de perspectiva estratégica, torna-se urgente a construção de uma arquitetura que legalize, de comum acordo, parâmetros de convivência, definindo princípios, valores e normas, junto com os instrumentos de vigilância e punição. Conforme as palavras do representante dos Estados Unidos na OEA, Luis Lauredo, “o diabo está nos detalhes”.

A expansão do mercado e dos negócios pode ser dificultada de diferentes formas: pela discriminação protecionista, pelo crescimento da pobreza e da exclusão, pelos conflitos que isolam regiões das rotas do capital global e pelo clima de insegurança decorrente do aumento do terrorismo. A primeira é equacionada por acordos de liberalização de grande abrangência em termos

de atores envolvidos, recursos investidos e retornos aguardados. Em relação às outras três, as respostas buscam combinar de forma adequada injeções localizadas de ajuda preventiva, intervenções cirúrgicas de isolamento e controle de situações caóticas e ataques a alvos situados em “Estados fora-da-lei”. Conforme mostra a experiência de Afeganistão, o nível de abrangência das intervenções pode incluir a guerra e a desestabilização da ordem vigente, seguida da instalação de autoridades confiáveis.

Fazendo uma comparação entre as posturas enaltecidas da universalização do capitalismo liberal citadas no primeiro capítulo e os documentos oficiais analisados nas seções anteriores, percebem-se fortes coincidências.

A definição de prioridades nos programas do Departamento de Estado vinculados às chamadas reformas de segunda geração fundamenta-se em quatro pressupostos principais: 1) nos países em transição, a batalha ideológica contra os críticos do liberalismo está ganha; 2) as reformas estruturais são irreversíveis; 3) os principais grupos empresariais, independentemente do país de origem, atuam com base numa lógica global; 4) não existem restrições nacionais importantes –capazes de resistir a qualquer processo de negociação– em relação à livre circulação de capitais e de mercadorias.

Como consequência, muda a ênfase do discurso, da defesa irrestrita do mercado para a ponderação dos entraves sociais e culturais ao desenvolvimento. A ofensiva neoliberal em favor da abertura externa e a desregulamentação cede espaço a uma estratégia que busca gerar consensos sociais mais amplos em favor do capitalismo. O objetivo é apresentar resultados concretos no combate às faces mais críticas da pobreza, considerada fonte principal dos novos conflitos.

Após a derrota do comunismo, que colocava a classe operária no centro de um projeto emancipatório de alcance universal, o capitalismo liberal repõe as hierarquias. Como conceber um programa de desenvolvimento que tenha nos “deserdados da terra” o seu agente histórico? Quem está preso à agenda materialista da sobrevivência não pode ser portador de futuro. Esse papel tem donos inquestionáveis: entre os atores estatais, os países do Núcleo democrático, membros plenos do sistema internacional e, no campo dos atores privados, o capital global, vanguarda na expansão sem fronteiras do empreendimento, da tecnologia, da produção de riqueza, enfim, do mercado.

De temidos agentes de mudança nas relações de produção, os trabalhadores passam a ser percebidos como parte dos setores retardatários na assimilação da agenda pós-materialista. A pobreza e a exclusão preocupam, não como geradoras de projetos anti-sistêmicos, mas de barbárie.

Na pauta da ajuda, prioriza-se o investimento em programas de ação local, promovendo iniciativas que contribuam para disseminar valores e práticas que fortaleçam, na base da sociedade, as reformas estruturais implementadas pelo poder central. Nesse processo, dá-se singular atenção à educação, ao fortalecimento da sociedade civil –especialmente nas áreas mais

sensíveis da governabilidade associadas à violação da legalidade, à exclusão e à discriminação– e ao desenvolvimento sustentável.

A ajuda proposta não deve ser confundida com solidariedade desinteressada. Seguindo a lógica que combina valores e interesses, é deflagrada uma agenda social que denuncia o desrespeito às leis trabalhistas, a exploração do trabalho infantil e a discriminação das mulheres, cuja meta paralela é a busca sistemática de novos mercados pela ampliação do número de consumidores e empreendedores.

No plano macro das negociações bilaterais e multilaterais, a legislação contra o *dumping* social busca favorecer, nos Estados Unidos, a redução das diferenças salariais com os países pobres, estimulando as exportações e diminuindo a transferência de empregos. O combate às diversas formas de economia paralela no mundo em desenvolvimento tende a melhorar a competitividade das empresas que atuam na legalidade (marcadamente as multinacionais).

A agenda educacional de escolarização generalizada no ensino primário, presente nos acordos da ALCA (e nos programas do Banco Mundial), pretende fornecer aos mais pobres instrumentos básicos para disputar um mercado de trabalho crescentemente competitivo, incorporando ao seu universo cultural concepções e comportamentos que valorizem a integração na sociedade. Nessa área, a presença do Estado e a ajuda externa se justificam, diferentemente da educação superior, considerada veículo de ascensão social, nicho de mercado no qual se prioriza a expansão do setor privado.

No plano local, os programas de ajuda buscam estimular a formação de capital social, na perspectiva de consolidar, no seio da sociedade civil, valores construtivos pautados no esforço, na confiança e na cooperação. Nesse aspecto, a municipalização –com a conseqüente descentralização de processos decisórios– favorece a adoção de abordagens e métodos de trabalho que transferem às comunidades locais a principal responsabilidade pela resolução de problemas e enfrentamento de desafios.

A meta cultural estratégica desses programas é a substituição de valores “tradicionais” por valores “modernos”, promovendo a disseminação do “espírito calvinista” de quem assume os riscos e a culpabilidade pelos seus fracassos, em oposição ao escapismo irresponsável do “perfeito idiota”. A mudança de comportamento dos setores subalternos, principal retorno previsto nesse investimento, é percebida como componente estrutural da governabilidade dos países em transição: em vez de mobilizações de rua contra o desemprego atribuído à “globalização neoliberal” (agenda materialista), a expiação solitária da culpa pela incapacidade de atender às exigências do mercado.

Em relação ao desenvolvimento sustentável, percebe-se uma forte coerência entre as metas do Plano Estratégico do Departamento de Estado vinculadas à Prosperidade Econômica e aos Assuntos Globais.

Como resposta às pressões para diminuir a emissão de gases poluentes, o que tenderia a afetar negativamente o padrão de produção e de consumo do país, o governo dos Estados Unidos invoca os interesses nacionais e não

ratifica o Protocolo de Kyoto. Embora a vontade política governamental seja um fator essencial no controle dos danos ao ecossistema, a “mão invisível” do mercado está promovendo um ajuste que na prática favorece a posição oficial norte-americana de postergar um compromisso nacional mais sério com o equacionamento desse problema: os excessos consumistas no lado do capitalismo avançado são em parte compensados pelas carências no mundo em transição e em desenvolvimento.

De acordo com estudo apresentado pelo Fundo Mundial para a Natureza (WWF), no Relatório Planeta Vivo 2000, que contou com a participação do Programa das Nações Unidas para o Meio-Ambiente (Pnuma), “enquanto o estado dos ecossistemas naturais da Terra diminuiu 33% nos últimos 30 anos, a pressão ecológica que exerce o homem no planeta aumentou 50% ao longo do mesmo período e supera a capacidade de regeneração da biosfera” (WWF, 2001). A aplicação do índice de pressão ecológica por regiões mostra uma diferença de 4 para 1 no consumo de recursos nos países ricos e pobres. A unidade de pressão por pessoa na América Latina e no Caribe é de 2,46, na América do Norte 11,77, correspondendo 7,66 no Canadá e 12,22 nos Estados Unidos⁸⁹. De acordo com Garo Batmanian, da WWF Brasil, o consumo dos Estados Unidos ultrapassa o dobro da capacidade ambiental existente no seu território: “Nossa qualidade ambiental caiu para manter o padrão de consumo deles” (Angelo, 2000).

As políticas de ajuste nos países latino-americanos, que enfrentam dificuldades para fechar suas contas sem o acesso a recursos externos, subordinam o crescimento econômico ao atendimento dos compromissos com os credores, invocando a necessidade de manter a confiabilidade junto à comunidade financeira internacional. Como bem mostram as fontes analisadas nestes dois capítulos, o aumento da pobreza e da exclusão decorrentes dessas políticas acentua a dependência da ajuda e da cooperação por parte dos Estados Unidos, cujos programas promovem um modelo de “boa economia” com objetivos disciplinadores bem caracterizados.

A disciplina fiscal e monetária, pré-requisito da concessão de novos créditos por parte dos organismos financeiros, e os condicionantes que vinculam a aprovação de programas e a liberação de ajuda a um determinado perfil de desenvolvimento, conduzem a América Latina e o Caribe por um caminho de convergência com os interesses nacionais dos Estados Unidos, contribuindo para que se estabeleça um “equilíbrio” funcional entre os diferentes níveis de consumo hemisférico: a visível minoria de ricos e de setores médios afluentes latino-americanos partilha com seus vizinhos do norte o acesso às mesmas opções; o conjunto dos pobres é submetido a níveis de “ascese” cujo rigor, se aplicado aos pobres norte-americanos, inviabilizaria a manutenção da paz social entre ganhadores e perdedores “calvinistas”; abaixo da linha da pobreza, a visível massa de excluídos ascende o estado de alerta para as ameaças de conflito originárias da marginalização, dotando de maior urgência as metas estratégicas vinculadas aos chamados Assuntos Globais.

Os elogios no documento da Rand Corporation analisado no primeiro capítulo, ao falido sistema de conversibilidade argentino –apresentado como

modelo a ser seguido pelos demais países da região, deixam entrever uma perspectiva estratégica dos interesses nacionais que vai além das simples receitas de estabilização do chamado “consenso de Washington”: contrariamente ao ufanismo do discurso do “fim da história”, as limitações ambientais comprometem a universalização da sociedade de consumo. Retomando as palavras de Landes sobre os custos sociais da Revolução Industrial: o ajuste começa por aqueles com maiores dificuldades para dizer não.

Independentemente do maior ou menor apelo ideológico-propagandístico presente nas diversas abordagens analisadas, há uma convicção comum sobre as possibilidades estruturais do desenvolvimento: as conquistas obtidas pela mobilização política têm como limite de expansão a capacidade de investimento do setor privado e os ganhos de produtividade no conjunto da economia. Não há substitutos estatais à altura da iniciativa privada na liberação de energias empreendedoras e na geração de riqueza.

Com base nesse diagnóstico, a possibilidade de ressurgimento do populismo na América Latina e no Caribe, filho não desejado de uma transição incompleta, é visto como história repetida de um fracasso anunciado. Apesar do sucesso político de Hugo Chavez na obtenção de amplos poderes para reformar as instituições venezuelanas e agilizar seu plano de mudanças econômico-sociais, ele enfrenta limitações estruturais que se mostram intransponíveis. Que novas forças produtivas poderão ser liberadas pela reforma chavista? Contrariamente, o resultado visível é a retração de investimentos e fuga de capitais dos grupos econômicos desconfiados com o futuro ou penalizados por regulamentações estatais de cunho distributivo, sem que apareçam substitutos à altura dos desafios.

Para as elites tradicionais, a derrota do governo, pelos meios que forem necessários, é o único caminho para a retomada do “capitalismo liberal”: é no mercado que imperam os melhores, capazes de abrir caminhos e gerar oportunidades que, “mais cedo ou mais tarde”, beneficiarão a maioria⁷⁰.

Essa perspectiva é compatível com a “agenda positiva” dos Estados Unidos para a América Latina e o Caribe: fortalecer a livre-iniciativa, aprimorar o funcionamento das instituições que organizam a concorrência no âmbito nacional e local, atender os casos mais graves de carência sócio-econômica, e aguardar que a economia cresça e distribua os dividendos. Caso a insatisfação social com os resultados nos dois últimos itens se mostre ameaçadora para a continuidade da ordem, entra em jogo a “agenda negativa”.

As preocupações com as fontes de conflito no hemisfério colocam em primeiro plano as organizações políticas e criminosas que demonstram capacidade real ou potencial de minar o Estado de Direito, desorganizar o mercado e questionar o monopólio estatal do uso da força. Em segundo lugar, estão os governos pouco confiáveis em relação ao seu alinhamento com o “Núcleo democrático” e o compromisso com a livre-iniciativa. O maior desafio encontra-se na região andina, para a qual está sendo destinado o maior volume de recursos em ajuda externa.

Diferentemente da guerra nos Bálcãs, uma intervenção nas selvas colombianas dificultaria o uso exclusivo de bombardeios cirúrgicos, exigindo a descida ao inferno. Na abordagem dos Estados Unidos, a normalização da situação na Colômbia, evitando que se espalhe aos países vizinhos, exige a participação ativa dos principais interessados regionais.

Nesse tema, como nos demais associados à agenda interamericana, a busca de consenso regional serve-se do argumento da comunidade de valores. Na base da construção da identidade hemisférica, está a adesão do conjunto dos países ao modelo de “boa economia” e de “bom governo” proposto pelos Estados Unidos.

A identidade latino-americana: uma idéia fora do lugar

*“Borges: (Nos Estados Unidos) Há uma espécie de veneração pelos negros, não se pode falar mal deles...
Vázquez: Não existem problemas de violência com os negros?
Borges: Sim, existem, porque cometeram o erro de educá-los. Por exemplo, minha avó me dizia que os escravos negros que tinha, não sabiam que os seus avós tinham sido vendidos na Plaza Del Retiro pela família Lavallol, porque o negro não tinha memória histórica. Se nos Estados Unidos não os tivessem educado, não saberiam que são descendentes de escravos; em certa forma, os negros são como crianças”⁷¹*

Maria Esther Vazquez (1984)

Um aspecto que adquire destaque nas análises dos autores e das instituições abordados nestes dois capítulos é a preocupação com os componentes de convergência e do conflito que acompanham a relação identidade-diversidade cultural. As posturas fundamentalistas que questionam a pluralidade, estabelecendo políticas de isolamento territorial que podem levar, no limite, a processos de limpeza étnica, são percebidas como um dos principais fatores de risco para a segurança do sistema internacional. No interior dos Estados Unidos, o multiculturalismo, que prega a afirmação da diferença, demandando direito a cotas no acesso ao emprego e à educação, é percebido como germe de um fundamentalismo separatista, pautado por valores que substituem o mérito pela política. A presença desses componentes culturais nas novas ondas migratórias dos países em desenvolvimento, marcadamente da América Latina e do Caribe, é também um motivo de alerta. A assimilação dos imigrantes ao modo de vida americano, da mesma forma que a integração dos países e de setores marginais na ordem global, significa tornar mais longínquas as fronteiras com a barbárie.

Quando associada à convergência, a diversidade cultural é percebida como ampliação dos espaços de interação entre diferentes identidades que imprimem sua marca criativa e enriquecem o Ocidente. No entanto, o reconhecimento da pluralidade tem seus limites. A Nova Ordem Mundial é a realização do capitalismo liberal, utopia de origem ocidental que se tornou

universal. Não há mais espaço para outras utopias que reivindiquem a universalidade. Insistir nessa via é invocar as ameaças do “velho mundo”.

Dessa perspectiva, a América Latina e o Caribe conformam um território sem utopia. Como qualquer área geográfica, contém peculiaridades e idiosincrasias, próprias de uma trajetória histórica influenciada pela presença de diversas culturas, nas quais predominaram as de origem indígena, européia e africana. Característico da região é o convívio da diversidade. Os principais fatores de desequilíbrio originaram-se da disputa entre grupos sociais em torno de modelos ocidentais de desenvolvimento: capitalismo de Estado e de mercado, socialismos e comunismo. Finalmente, embora um pouco tarde, definiu-se um caminho comum com os vizinhos do norte, num processo de convergência em que uma parte se incorpora à outra, sem grandes traumas políticos, apenas negociações baseadas na acomodação de interesses.

De um lado, há um projeto global que delimita interesses nacionais ancorados numa definição programática dos fundamentos inegociáveis do modo de vida. Do outro, reivindicações pontuais, localizadas, mas, no essencial, afinadas com a perspectiva dos Estados Unidos. É o que demonstram os acordos resultantes das Cúpulas das Américas, encontros entre interlocutores bastante representativos da realidade hemisférica, como são os presidentes dos países, com apenas uma exceção, que não interfere no avanço das negociações.

Como marca registrada de uma história portadora de futuro, como território de definição de interesses que reivindicam um modo de vida que urge proteger e promover, a identidade latino-americana não existe. Se a sua invocação no passado provocou encarniçados debates e disputas políticas em torno da recuperação do papel do Outro no subdesenvolvimento da região, os autores e as instituições analisados nestes capítulos consideram o abandono desse caminho um claro sinal de modernização. Suas recomendações vão ao encontro das palavras de Borges em relação aos negros: a memória dos tempos da barbárie e das imposições imperiais dificulta a incorporação à civilização. Frente à ofensiva econômica, política e cultural dos Estados Unidos, que a América Latina e o Caribe sejam uma página em branco onde escrevam livremente os protagonistas da nova ordem.

Capítulo III

Identidade e desenvolvimento na América Latina e no Caribe

“Alucinados pelo progresso, acreditamos que avançar era esquecer, deixar atrás as manifestações do melhor que temos feito, a cultura riquíssima de um continente índio, europeu, negro, mestiço, mulato, cuja criatividade ainda não encontra equivalência econômica, cuja continuidade ainda não encontra correspondência política”

Carlos Fuentes (Arizpe, 2001)

Em contraposição às abordagens analisadas nos capítulos anteriores, defensoras do capitalismo liberal como expressão do mais alto grau de realização humana em termos de liberdade e prosperidade, diversos autores, centros de pesquisa, movimentos sociais e organizações não governamentais colocam em evidência os problemas econômicos, sociais, culturais e ambientais gerados pelo sistema, chamando a atenção para a necessidade de construção de caminhos alternativos.

Embora o espectro das críticas seja amplo e variado, desde aquelas que se concentram na ortodoxia liberal até as que colocam no banco dos réus o próprio capitalismo, há um alvo comum: o chamado “pensamento único”, que não admite possibilidades estruturais de desenvolvimentos fora das fronteiras da propriedade privada e da liberdade de mercado.

Na perspectiva de estabelecer um contraponto em relação a essa premissa, selecionamos algumas das abordagens que demarcam fronteiras divergentes com a Nova Ordem Mundial, organizando suas diferenças de enfoque em torno de quatro posições: a crítica do “pensamento único” com base na defesa da diversidade; a delimitação de um espaço cultural latino-americano como referência de uma integração diferente da proposta pelos Estados Unidos; a globalização como fase superior do imperialismo; a vinculação entre identidade e projetos emancipatórios.

Após a apresentação dos principais lineamentos das quatro posturas, será feito um contraste com os argumentos do centro hegemônico, verificando em que medida as perspectivas apontadas respondem ao desafio lançado pela agenda pós-Guerra Fria da política externa dos Estados Unidos, que condensamos em seis pontos:

- 1) Vitória estratégica do capitalismo sobre as utopias apoiadas na luta de classes. Ênfase no combate à marginalidade social.

- 2) Emergência da identidade cultural como motor da história. Ênfase na prevenção e resolução de conflitos étnicos.
- 3) Estratégias macro de implantação da economia de mercado e da democracia representativa no mundo em desenvolvimento. Ênfase no ajuste estrutural aos padrões de regulação global.
- 4) Estratégias micro de disseminação dos valores ocidentais de convívio humano. Ênfase nos programas de desenvolvimento comunitário pautados pela noção de auto-ajuda.
- 5) Controle dos impactos ambientais decorrentes da importação do “turbocapitalismo” no mundo em transição. Ênfase no combate à pobreza extrema sem ameaçar o ecossistema.
- 6) Capacitação do Estado para interagir na sociedade em rede, como agente catalisador de iniciativas integradas com o setor privado e a sociedade civil, capazes de promover a governabilidade sistêmica nas esferas internacional, nacional e local.

No mundo em transição, a implementação da nova agenda busca reduzir as possibilidades de sucesso de aventuras “populistas” e o aumento descontrolado das audiências sensíveis a apelos messiânicos, considerados caldo de cultura do terrorismo. Os programas de ajuste macro disciplinam o processo de desenvolvimento, impondo uma racionalidade baseada no gradualismo, na perspectiva de evitar explosões de crescimento e de consumo, produto de políticas que não levem em consideração a capacidade de financiamento do setor público, o chamado “populismo econômico”⁷². Os programas micro organizam as demandas do combate à pobreza, incorporando os valores do mérito, do empreendimento e da contabilidade de custos financeiros e ambientais.

“Pensamento único” versus diversidade criadora

“O verdadeiro problema não é querer um mundo melhor: é acreditar na utopia de um mundo perfeito. Os pensadores liberais têm razão ao apontar que uma das piores coisas não só do comunismo mas de todas as grandes causas é que elas são tão grandes que justificam todos os sacrifícios, a tal ponto que as pessoas os impõem não só a si mesmas, mas também aos outros. Esse argumento liberal é válido quando alega que apenas aqueles com expectativas modestas em relação ao mundo podem evitar infligir-lhe males e sofrimento”

Eric Hobsbawm (2000)

O relatório de 1996 da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento da UNESCO tem na defesa da diversidade uma das premissas centrais. Nessa perspectiva, há uma crítica da visão instrumental da cultura, concebida apenas como fator que favorece ou dificulta o desenvolvimento econômico:

“o protestantismo e o confucionismo têm sido apontados como incentivadores da poupança, da acumulação de capitais, do trabalho árduo, da higiene, dos hábitos saudáveis de vida e do espírito empresarial. Mais recentemente, o fundamentalismo evangélico, que se expande na Ásia Oriental, na América Latina e na África, tem sido considerado uma religião de microempresários que constituem o germe do crescimento econômico capitalista. Segundo essa visão, devem ser erradicadas algumas atitudes culturais e instituições que prejudicam o crescimento econômico” (UNESCO, 1997: 31).

Em contraposição a essa postura, sem, contudo, desconhecer a importância do crescimento econômico, o relatório preocupa-se em valorizar as possibilidades de realização das diversas comunidades que decorrem de valores, atitudes e hábitos sociais. Entre essas possibilidades destacam-se a autonomia na escolha do modo de vida, e a capacidade de satisfazer seus requerimentos materiais e de conviver com os modos de vida alternativos, criando espaços de interação motivados pela busca do enriquecimento recíproco.

A partir desses pressupostos, considera-se possível a construção de bases sólidas de convivência pacífica ancoradas no “respeito a todas as culturas cujos valores sejam tolerantes em relação aos de outras” (1997: 35). No entanto, as tendências predominantes na realidade global colocam sérios obstáculos:

“Como resultado de uma rápida mudança, do impacto da cultura ocidental, das comunicações de massa, do rápido crescimento demográfico, da urbanização, da desagregação das comunidades tradicionais e da expansão das famílias, as culturas tradicionais, que repousam freqüentemente sobre a tradição oral, têm se rompido. As culturas não são monolíticas e a cultura das elites, normalmente voltadas para a cultura mundial, tende a excluir os pobres e os fracos” (1997: 42).

Para o enfrentamento efetivo dos desafios globais, o relatório coloca em primeiro plano a necessidade de uma transformação cultural generalizada, capaz de mudar valores e atitudes em relação às prioridades sociais, econômicas e ambientais, apostando na persuasão e na construção de consensos sócio-políticos que se materializem em acordos que tenham como parâmetro de negociação uma ética universal. Nesse sentido, uma das tarefas assumidas pela Comissão é “identificar um núcleo de valores e princípios éticos comuns” (1997: 44). Como resultado, são sugeridas cinco idéias principais: 1) *Direitos humanos e responsabilidades*, que incluem “a proteção da integridade física e emocional do indivíduo contra ameaças da sociedade, a garantia de condições sociais e econômicas mínimas para uma vida decente, o tratamento justo e o acesso eqüitativo aos mecanismos de correção de injustiças, ... o direito a um meio ambiente saudável e propício ao bem-estar do homem” (1997: 53); 2) *A democracia e os componentes da sociedade civil*, cujos elementos básicos são as “eleições livres, justas e regulares, liberdade de informação, de imprensa e de associação ... complementados por salvaguardas constitucionais que protejam minorias políticas, étnicas e

outras, contra a tirania da maioria” (1997: 58); 3) *Proteção das minorias culturais*, garantindo acima de tudo seus direitos humanos; 4) *O compromisso com a solução pacífica das controvérsias e com as negociações eqüitativas*, garantindo a representação de todos os setores e seu direito a participar em todos os detalhes envolvidos nos processos decisórios relativos à solução das diferenças; 5) *A eqüidade em cada geração e entre gerações*, cujo princípio básico é o cuidado do meioambiente, tendo como perspectiva não apenas a realidade presente, mas a garantia de acesso aos recursos culturais e naturais para as gerações futuras.

Embora as cinco idéias sejam apresentadas como núcleo central de uma ética universal, o relatório faz questão de explicitar a ausência de intenções normatizadoras em termos de caminhos de desenvolvimento. “A modernização do Ocidente não precisa ser um modelo a ser copiado por todas as sociedades” (1997: 63).

Na sua parte conclusiva, o relatório define uma agenda de pesquisa e uma agenda de intervenção, com propostas para enfrentar os desafios apresentados. Entre os temas da área de pesquisa, destacamos aqueles que remetem diretamente à nossa discussão.

No campo do debate sobre o desenvolvimento econômico, há uma preocupação com a reformulação das posturas baseadas na lógica custo-benefício, buscando resgatar fatores culturais:

“recentemente, o pensamento e a pesquisa –pelo menos na área econômica– voltaram-se para a exploração das razões e dos resultados do altruísmo, da confiança, da cooperação, da lealdade, da solidariedade e até mesmo da afeição e do amor. Projetos e programas terão de ser elaborados de forma diferente a fim de empregar os resultados das pesquisas sobre tais mecanismos culturais” (1997: 347).

No campo metodológico e estatístico, assume destaque a preocupação com a formulação de indicadores culturais confiáveis. Um dos temas relevantes nessa área é a mensuração da liberdade política, relativizando as definições absolutistas sobre os sistemas partidários mais democráticos em termos de possibilidades de escolha⁷³. O papel da cultura também está presente na temática da transição e dos processos de liberalização política e econômica, avaliando seus impactos na transformação de tradições culturais, na posição social dos membros do governo, na ética e na responsabilidade pública.

No campo dos temas associados ao desenvolvimento sustentável, há uma preocupação em delimitar as especificidades dos problemas ambientais originários das situações de riqueza e pobreza.

“Os países ricos põem em risco a sustentabilidade com sua demanda ilimitada de uma produção cada vez maior, de perfil intensivo em recursos e geradora de poluição, com todos os efeitos negativos decorrentes.... Nos países pobres, a demanda de alimento e combustível de populações pobres que crescem de forma acelerada conduz ao desmatamento, à desertificação, à erosão de solos, à salinização, ao assoreamento e ao esgotamento dos

recursos hídricos. Os pobres não só contribuem para a degradação do meio ambiente local, mas são os que mais sofrem com ela” (1997: 356).

Entre as ações recomendadas na agenda de intervenção, três nos interessam particularmente, pela sua vinculação direta com a governabilidade global. A primeira, denominada *Elaboração de novas estratégias de desenvolvimento sensíveis à cultura*, tem como tema central a abordagem do conflito. Considerando o perfil predominantemente intraestatal dos novos conflitos mundiais, cuja “causa subjacente ... é a falta de desenvolvimento que resulta em crescente desespero e ira humanos” (1997: 363), o relatório recomenda uma abordagem pautada pelo desenvolvimento preventivo em detrimento das operações militares *a posteriori*. Entre os empreendimentos propostos, destacam-se:

“uma análise profissional ... no campo das novas dimensões da segurança humana (incluindo segurança econômica, política, cultural e ambiental)...; um sistema de alerta rápido ... a fim de chamar a atenção das Nações Unidas para situações de crise iminente nos países, de maneira a possibilitar diplomacia e ações preventivas a tempo; o PNUD e Unesco devem, ao lado de outras agências, liderar a assistência aos países na formulação de novas estratégias de desenvolvimento humano que preservem e enriqueçam seus valores culturais e sua herança étnica, ao invés de destruí-los” (1997: 364).

A segunda, denominada *A ética global na governabilidade mundial*, coloca a democracia e o império da lei como eixos centrais da construção de uma moralidade comum, cuja vigência deve valer também para os países ricos:

“as nações ricas devem estar dispostas a abrir suas economias e empreender ajustes estruturais na mesma medida em que pressionam as nações pobres a fazê-lo ...; os princípios do mercado devem ser incorporados à exploração do patrimônio comum da humanidade, por meio, por exemplo, de permissões negociáveis para emissões de gases ou outros produtos lançados no meioambiente ou de taxas de utilização do espaço hertziano global” (1997: 381-382).

A terceira ação, *Uma organização das Nações Unidas centrada nos povos*, coloca ênfase na emergência de novos atores nos assuntos internacionais, o que torna limitado, em termos de representatividade, o sistema baseado exclusivamente nas relações entre governos. Nessa direção, propõe-se a formação de um Foro Mundial permanente, congregando os representantes das ONGs autorizadas pela ONU.

Na mesma linha das Nações Unidas, outras instituições internacionais estão incorporando na sua agenda de discussões e programas os fatores culturais do desenvolvimento. Em março de 1999, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) realizou um seminário cujo foco foi a relação entre capital social e cultura.

Na introdução ao livro que resultou do seminário, Enrique Iglesias, presidente do BID, situa a relevância atribuída ao tema no contexto latino-americano:

“Nossa região tem sido nos últimos cinquenta anos um verdadeiro laboratório de teorias e experiências políticas, econômicas e sociais. A um período de acelerado crescimento econômico e pronunciado melhoramento social, durante os anos sessenta e setenta, seguiu-se a década perdida dos anos oitenta, marcada pela crise da dívida e pelas políticas de ajuste. A essa crise lhe sucedeu um conjunto de reformas estruturais que restabeleceram a estabilidade de preços e o crescimento econômico, mas que deixaram sem resolver graves problemas, tais como a pobreza, a distribuição desigual da renda e a atenção insuficiente às demandas da sociedade no campo dos valores” (Kliksberg e Tomassini, 2000: 7).

Para Iglesias, o enfrentamento desses problemas requer uma visão mais sofisticada sobre a diversidade de fatores que contribuem para o desenvolvimento, devendo-se avançar em relação aos enfoques simplistas que desdenham as dimensões culturais.

Na mesma linha, Bernardo Kliksberg e Luciano Tomassini, organizadores do livro, questionam as visões centradas na idéia do “fim da história e da hegemonia total de um paradigma” (2000: 12), ressaltando que a evidência empírica mostra uma realidade marcada pela diversidade de padrões de capitalismo, com trajetórias diferenciadas nas modalidades anglo-saxônica, européia continental e asiática, nas quais as peculiaridades carregam a marca das “tradições, as atitudes, os valores, as práticas ou o capital próprios de cada uma dessas realidades” (op. cit.: 12).

Kliksberg chama a atenção para uma mudança de abordagem, em importantes instituições internacionais, sobre os problemas do desenvolvimento, que estaria questionando aspectos importantes do enfoque do Consenso de Washington⁷⁴, centrado no crescimento econômico, na abertura dos mercados e na privatização.

“Junto ao crescimento econômico, surge a necessidade de obter o desenvolvimento social, melhorar a equidade, fortalecer a democracia e preservar os equilíbrios meio-ambientais. ... Variáveis excluídas ou marginalizadas como, entre outras, as políticas e as institucionais, têm alto peso na realidade e irão incidir fortemente criando cenários não previstos” (Kliksberg, 2000: 23).

Entre os exemplos mencionados, destacam-se a Unesco, o Banco Mundial⁷⁵, o próprio BID e as decisões presidenciais da Cúpula das Américas de Santiago do Chile.

Para Kliksberg, os fatores culturais que incidem no desenvolvimento estão profundamente vinculados ao acúmulo de capital social, uma das quatro modalidades básicas de capital consideradas pelo Banco Mundial⁷⁶. Na mesma linha do relatório da Unesco anteriormente analisado, o autor considera que a “cultura cruza todas as dimensões do capital social de uma sociedade. A cultura é subjacente aos componentes básicos que se consideram capital social, como a confiança, o comportamento cívico, o grau de associativismo” (op. cit.: 33).

Embora reconheça que existe uma certa ambigüidade na definição do conceito de capital social, principalmente devido ao caráter recente das pesquisas dirigidas a esse tema, Kliksberg chama a atenção para estudos que atribuem ao capital humano e social a parcela mais significativa do atual desenvolvimento econômico dos países, indicando que “ali existem chaves decisivas do progresso tecnológico, a competitividade, o crescimento sustentável, o bom governo e a estabilidade democrática” (op. cit.: 28).

Para ilustrar os efeitos combinados da relação entre capital social, cultura e desenvolvimento, Kliksberg apresenta vários exemplos bem-sucedidos que mereceram ampla repercussão internacional. Um deles é o *Grameen Bank*, experiência surgida em Bangladesh, baseada na concessão de empréstimos aos setores mais pobres da população para apoiar pequenos empreendimentos, aplicada posteriormente em diversos países. O autor refere-se também à *Villa El Salvador*, experiência desenvolvida em um município peruano construído em terras próximas à cidade de Lima, cedidas pelo Estado em 1971, após um processo de mobilização popular que invadiu áreas públicas. Com uma população estimada atualmente em 300.000 habitantes, é considerado pelas Nações Unidas exemplo de desenvolvimento baseado na capacidade de organização autônoma da comunidade. Outro exemplo citado por Kliksberg são as feiras de consumo familiar da Venezuela, que distribuem produtos alimentícios a custos reduzidos para 40.000 famílias da cidade de Barquisimeto, com base numa rede composta por produtores, associações de consumidores e pequenas empresas autogeridas. Também é lembrado o projeto de orçamento participativo da cidade de Porto Alegre, Brasil, que submete ao debate com a comunidade a destinação dos recursos orçamentários, com resultados significativos na melhoria do atendimento aos setores mais pobres da população, que acedem ao processo decisório sobre as prioridades na utilização dos recursos públicos. Essa experiência, criada pelo Partido dos Trabalhadores, passou a ser aplicada em várias prefeituras do país, recebendo reconhecimento de instituições internacionais como a ONU, o BID e o Banco Mundial.

Referindo-se à experiência de Villa El Salvador, Kliksberg reconhece que:

“Não se conseguiu solucionar os problemas de fundo que causam a pobreza, que têm a ver com fatores que excedem totalmente à experiência e formam parte de problemas gerais do país. No entanto, foram obtidos avanços consideráveis em relação a outras populações pobres, e se criou um perfil de sociedade muito particular, que mereceu a longa lista de prêmios recebidos” (op. cit.: 39).

Essa mesma apreciação é estendida às outras experiências, e responde a uma indagação inicial do autor sobre o real impacto da potenciação do capital social e da cultura no desenvolvimento das comunidades carentes: “conseguir essa potenciação não pertencerá ao reino das grandes utopias, de um porvir ainda alheio às possibilidades atuais das sociedades?” (op. cit.: 34).

Para Kliksberg, apesar do alcance localizado, essas experiências são um indicador da possibilidade de melhora da qualidade de vida tendo como

principal suporte a capacidade associativa dos membros da comunidade, tornando o desenvolvimento menos dependente do contexto político e econômico mais amplo, das limitações impostas pelo modelo global hegemônico ou pelo sistema dominante em cada país.

"Mobilizar o capital social e a cultura, como agentes ativos do desenvolvimento econômico e social, não constitui uma proposta desejável, porém incorporável a outras utopias, mas é viável, de resultados efetivos. ... A crise do pensamento econômico convencional abre uma 'oportunidade' para que, na busca de um pensamento mais compreensivo e integral do desenvolvimento, se incorporem em plena legitimidade suas dimensões culturais" (op. cit.: 48).

Para o autor, o principal desafio para o futuro é a construção de vínculos permanentes entre o Estado e a sociedade civil, capazes de dar organicidade às políticas de acúmulo de capital social.

Esse último aspecto remete diretamente para o tema das novas relações que se estabelecem, na América Latina e no Caribe, entre os condicionantes globais e os processos decisórios locais. Nesse sentido, Daniel Garcia Delgado chama a atenção para a necessidade de distinguir entre o discurso ideológico da globalização, legitimador de políticas neoliberais, e o processo de mudanças que atinge o conjunto dos países, impelindo o setor público a incorporar nas suas práticas de gestão o planejamento estratégico, capacitando-se para identificar as ameaças e as oportunidades oriundas das novas realidades.

"Este final de século parece marcado pela emergência de uma concepção da política local mais como coordenação e articulação de energias sociais e espaços descentralizados do que como confrontação ideológica. Baseada mais na capacidade estratégica e de gestão própria do que descansando na nacional e estadual, e mais vinculada à coordenação e impulso de redes sociais autônomas do que a articulação de organizações piramidais e controladas" (1998: 95).

Nesse contexto, o autor destaca os aspectos positivos do Estado catalisador, que considera uma alternativa viável ao Estado mínimo e ao de bem-estar. Para ele, não se trata de "sair de um rol passivo no campo econômico para passar a outro interventor, produtor e empregador, similar ao do Estado de bem-estar, mas de incorporar uma perspectiva de Estado 'catalisador', 'estratégico', que incorpore um rol mais ativo do município e não apenas como redistribuidor de recursos públicos" (1998: 85).

A valorização das instâncias locais como forma de resposta aos desafios da globalização favorece definições de identidades, interesses e estratégias cujas referências tendem a perder vinculação com o nacional. Como conceber, nessa dimensão das relações entre o local e o global, a construção de uma perspectiva supranacional, abarcadora da diversidade latino-americana e caribenha? As respostas a esse dilema, conforme mostraremos na próxima seção, são bastante controversas.

Cultura e integração

“Faz falta ao ibero-americanismo um pouco mais de idealismo e um pouco mais de realismo. Necessita consubstanciar-se com os novos ideais da América indo-ibérica. Necessita inserir-se na nova realidade histórica desses povos. O pan-americanismo se apóia nos interesses da ordem burguesa; o ibero-americanismo deve se apoiar nas multidões que trabalham pela criação de uma nova ordem”

José Mariátegui (1991)

Nos anos recentes, acompanhando o aprofundamento dos processos de globalização e regionalização na América Latina e no Caribe, assumem cada vez mais importância os estudos que buscam delimitar um espaço cultural latino-americano capaz de dar suporte aos próprios projetos de inserção.

Frente à ofensiva econômica, política e cultural dos Estados Unidos, analisada nos capítulos anteriores, o que apresentar como programa alternativo ou, pelo menos, como linha de defesa de interesses regionais concretos?

Para Nestor Garcia Canclini, é necessário superar a visão tradicionalista latino-americana que associa identidade cultural com patrimônio:

“Ter uma identidade seria, antes de mais nada, ter um país, uma cidade ou um bairro, uma entidade em que tudo o que é compartilhado pelos que habitam esse lugar torna-se idêntico ou intercambiável. Nesses territórios a identidade é posta em cena, celebrada nas festas e dramatizada também nos rituais cotidianos” (1997: 190).

As fortes tendências de homogeneização e hibridação cultural que acompanham o processo de globalização dos mercados tornam mais difusas as fronteiras que separam o próprio do alheio, o que é imposto de fora do que é assimilado ou recriado localmente, dificultando ações defensivas da identidade nos moldes tradicionais⁷⁷. “A afirmação do regional ou do nacional não tem sentido nem eficácia como condenação geral do exógeno: deve ser concebida agora como capacidade de interagir com as múltiplas ofertas simbólicas internacionais a partir de posições próprias” (1997: 354).

Para o autor, essa abordagem assume especial relevância nos processos de integração regional. Referindo-se aos aspectos relacionados com as políticas culturais na negociação de acordos de livre-comércio, destaca a importância estratégica dos meios audiovisuais, “como os espaços decisivos onde se organiza o gosto das massas, onde elas aprendem a pensar e a sentir” (1996: 34). Como exemplo positivo, remete à preocupação da União Européia, nas negociações de 1993 junto ao GATT⁷⁸, com a proteção da sua produção audiovisual frente à pressão em favor da livre circulação por parte de Estados Unidos, onde o setor de entretenimento ocupa o segundo lugar nas exportações, após a indústria aeroespacial. Para Garcia Canclini, a mesma preocupação deveria estar presente na América Latina, dada a crescente importância dos meios audiovisuais como veículos de transformação de identidades.

"Muitos dos que se inquietam pelo desaparecimento da identidade nacional –no México e em outros países latino-americanos– situam 'a essência' dessa identidade nas tradições indígenas e camponesas, ou num folclore nacional que fixa nelas a definição 'do próprio'. Em algumas regiões tais fontes "clássicas" continuam servindo como elementos de distinção regional e nacional. Mas dois dados estatísticos simples revelam como tem diminuído o peso das culturas tradicionais: a) o 70% das populações no México e na América Latina moram em cidades; e b) ao redor de 90% dos consumidores, incluídos os camponeses, estão conectados aos meios massivos (pelo menos rádio e televisão), cujos programas são gerados na sua maioria fora da própria sociedade e transmitem um imaginário transnacional.

As identidades se formam e se renovam cada vez menos em relação com as tradições locais" (1996: 23).

A consolidação desse processo estaria criando crescentes dificuldades para a viabilidade política dos discursos essencialistas sobre a identidade regional, que separam as influências marcantes das histórias compartilhadas com Europa e Estados Unidos. Nessa perspectiva, a identificação de um espaço cultural latino-americano passa pelo reconhecimento das especificidades e interfaces com outras regiões e tradições, e pela construção de uma agenda própria de interesses.

"Tanto o espaço cultural latino-americano como o euro-americano e o interamericano são multiculturais. Neles ocorrem intercâmbios de pessoas, bens, mensagens e capitais, co-produções e alianças, mas também concorrências e disputas que não podem ser resolvidas com invocações a nenhuma determinação biológica ou histórica que nos enlaçaria sob uma identidade comum. ... 'O latino-americano' não é um destino revelado pela terra nem pelo sangue: foi muitas vezes um projeto frustrado; hoje é uma tarefa relativamente aberta e problematicamente possível" (García Canclini, 1999[b]: 43).

A concepção desse espaço, nos moldes propostos, requer, para García Canclini, uma nova forma de interação entre Estado, mercado, organismos supranacionais (UNESCO, OEA, Convênio Andres Bello, SELA, Mercosul) e sociedade civil.

"Os órgãos estatais e supranacionais podem operar como um conjunto de atores que reconhece, para além do mercado, os direitos sociais e culturais, as reivindicações políticas das maiorias e minorias. Mas essa função do Estado e dos organismos intergovernamentais não os opõe à das empresas, porque o Estado é um lugar de articulação com as iniciativas empresariais e com as de outros setores da sociedade civil. Uma das tarefas da regulação e da arbitragem que deve exercer o Estado é não permitir que a sociedade civil se reduza aos interesses empresariais, e inclusive que os interesses empresariais no se reduzam aos dos investidores" (1999[b]: 47).

A discussão em torno da conformação de um espaço cultural latino-americano foi o tema central do seminário organizado pelo Convênio Andrés Bello e pela Junta de Andalucía, em 1998. No texto introdutório do livro resultante do evento, Manuel Garretón aponta dois aspectos importantes vinculados ao atual contexto: os impactos geoeconômicos e geoculturais da globalização, e a emergência, na América Latina e no Caribe, de uma agenda política centrada cada vez mais na cultura.

Em relação ao primeiro aspecto, considera que as novas formas de poder associadas às transformações comunicacionais deslocam do centro as dimensões territoriais e militares.

“O espaço é cada vez mais comunicação e, portanto, os modelos de apropriação do espaço comunicacional são modelos de criatividade, de inovação e de conhecimento. Se isto é assim, o espaço globalizado no século XXI vai ser dominado por aqueles que proponham modelos de criatividade, ou de modernidade, que, por sua vez, combinem racionalidade científico-tecnológica, racionalidade expressivo-comunicativa e memória histórica. E vão perder aqueles que não consigam combinar esses três elementos. Se ainda há algum sentido para o espaço nacional, é na projeção combinada dessas três dimensões” (1999: 4).

Em relação ao segundo aspecto, o autor chama a atenção para a crescente diversidade da sociedade na América Latina e no Caribe:

“No período da matriz nacional popular, a política era o principal canal de integração, de acesso a bens e serviços da modernização através do Estado, e de atribuição de sentido à vida individual e coletiva através de projetos de caráter ideológico. Hoje, a política é um dos canais e a cultura –entendida como a busca de sentidos e o conjunto de representações simbólicas, valores e estilos de vida– adquire consistência e densidade próprias, não redutíveis à política ou à economia, e penetra os seus conteúdos” (op. cit.: 25).

Entre os principais exemplos, Garretón menciona os movimentos indígenas, de mulheres e de jovens, e a presença de questões vinculadas à qualidade de vida e à sociabilidade familiar e comunitária nas reformas educacionais em curso na região.

Considerando o contexto global apresentado, a estruturação de um espaço cultural latino-americano compreende diversos processos: uma identificação de especificidades que tenha correspondência com a projeção externa da região, “um duplo movimento de reforço dos sistemas políticos nacionais, e de construção de um sistema continental”, conjuntamente com “um processo propriamente cultural” (op. cit.: 27)⁷⁹.

No entanto, como bem lembra Renato Ortiz, num dos capítulos do livro organizado por Garretón, um processo de integração pautado pela busca de uma identidade regional, mesmo no campo da política cultural, não pode prescindir de atores capazes de reivindicar a pertinência e a necessidade de

um enfoque alternativo. Nesse aspecto, pelo menos por enquanto, não se visualizam expoentes à altura dos governos e dos empresários. “Contrariamente ao ‘sonho bolivariano’, o tema da integração se manifesta hoje sob o signo do mercado. Do ponto de vista da cultura, já seja como consumo, já seja como indústria cultural” (1999: 333).

O resgate da perspectiva bolivariana, frente ao neo-pan-americanismo que norteia a proposta da ALCA, é uma das preocupações presentes em vários dos trabalhos desenvolvidos no contexto do projeto *Atlas sobre Integración Latinoamericana y Caribeña*, coordenado pela Asociación por la Unidad de Nuestra América (AUNA-Cuba).

Tomando como referência os modelos de integração pan-americano, ibero-americano⁸⁰, e latino-americano (ou bolivariano), Ignacio Medina aponta algumas similitudes e diferenças presentes nessas três abordagens:

“Em cada um deles, existe um questionamento do modelo protecionista de um único Estado-nação, embora cada estratégia difira no conteúdo e no alcance dos objetivos supranacionais. O primeiro deu tradicionalmente uma grande importância à integração econômica sob a liderança dos Estados Unidos; os dois últimos partem do fato de numa identidade cultural forjada em vários séculos para aspirar a um desenvolvimento mais equilibrado, capaz de propiciar uma melhor distribuição da riqueza nacional” (Medina, 2000[a]: 29).

Analisando o processo de discussões das Cúpulas das Américas, Medina se pergunta em que medida as decisões conjuntas em torno de objetivos permanentes de integração que vão além do livre-comércio, incluindo a democracia, os direitos humanos, a educação e o combate à pobreza, não estariam indicando a incorporação, por parte do governo dos Estados Unidos, da perspectiva bolivariana. Sua percepção é negativa, especialmente se for levada em consideração a longa lista de intervenções na América Latina e no Caribe ao longo do século XX, muitas vezes sob o argumento da defesa da democracia.

Mesmo a partir de uma postura crítica da perspectiva pan-americana presente na proposta da ALCA⁸¹, Medina reconhece que “no final do século XX ainda não é possível fazer referência concreta a um projeto político latino-americano” (op. cit. 41). No entanto, as perspectivas futuras não são desfavoráveis; para o autor, existe um crescente reconhecimento externo e interno da região como área cultural com potencialidades integracionistas.

A combinação de pessimismo com a realidade presente e otimismo com o futuro perpassa o conjunto dos autores aqui analisados, independentemente das diferenças entre as posturas que trabalham com a idéia de espaço cultural e as que retomam a noção de identidade regional. No entanto, a caracterização dos atores e das especificidades que definem a comunidade de valores são dois aspectos problemáticos na visualização de uma perspectiva latino-americana capaz de gerar projetos comuns alternativos.

Em relação aos atores, conforme chama a atenção Ortiz, o mercado e os governos estão dando o tom das negociações nos acordos de livre-comércio.

Tendo em vista que a discussão sobre as alternativas colocadas a partir dos movimentos sociais será objeto de análise das próximas seções, nos deteremos no segundo ponto, apresentando três estudos que buscam sistematizar aspectos característicos da identidade latino-americana.

Para Gregório Recondo, não existem dúvidas quanto à existência de uma identidade regional. O autor elabora uma lista exaustiva de produtos culturais que expressam a criatividade latino-americana. Tendo em vista a ampla abrangência do levantamento, que inclui realizações internacionalmente reconhecidas nas áreas da literatura, música, poesia, artes plásticas e ciências⁸², destacamos nove que consideramos diretamente vinculadas à nossa análise:

- O “realismo fantástico” na literatura
- A teoria da deterioração dos termos de troca
- A relação centro-periferia e os comportamentos diferenciais do capitalismo periférico
- A teoria da dependência
- O “populismo” como sistema político
- A Teologia da Libertação
- A escola estruturalista latino-americana
- A Pedagogia do oprimido, de Paulo Freire
- A filosofia da libertação, nos termos de Leopoldo Zea e Enrique Dussel⁸³.

A preocupação de Recondo com o resgate dos produtos da criatividade regional não está pautada por uma valoração acrítica circunscrita à origem⁸⁴. O objetivo principal é marcar a importância da contribuição da América Latina e do Caribe para a cultura universal, ponto de apoio do seu otimismo em relação ao futuro da integração da região, baseado em fortes laços de identidade com potencial de gerar projetos que promovam “o alargamento da consciência nacional de pertença” (1997: 362):

“Quando falamos dos elementos identitários afins dos nossos povos, fazemos referência à origem comum, aos vínculos de caráter histórico e geográfico, aos mútuos padecimentos históricos, às afinidades de língua e religião, à confluência de projetos análogos” (1997: 367).

A esses fatores, Recondo acrescenta outros três de especial importância na configuração de projetos integracionistas: 1) a identificação “hispanica” com base na língua espanhola; 2) os valores associados ao catolicismo; 3) a mestiçagem étnica e cultural.

Esses aspectos também estão presentes na análise de Medina, que sistematiza sete componentes que considera expressivos da identidade regional: 1) a mistura original de grupos humanos a partir do período colonial entre espanhóis, indígenas e negros, quando a língua espanhola e a religião católica aparecem como importantes desdobramentos comuns; 2) a idéia de

uma pátria comum, presente nas lutas pela independência do século XIX, mas que repercute permanentemente como objetivo compartilhado; 3) a projeção internacional da literatura latino-americana, cujo reconhecimento identifica traços comuns; 4) o questionamento do imperialismo dos Estados Unidos, o "outro" frente ao qual "nos definimos mais pelo que não somos perante o mundo anglo-saxão" (2000[b]: 163); 5) a presença indígena, principalmente a procedente das civilizações Asteca, Maia e Inca, com forte influência cultural em algumas regiões e países; 6) a busca da cooperação econômica e da integração como perspectiva de desenvolvimento regional e de defesa de interesses frente aos desafios da globalização; 7) "A utopia de uma comunidade de sociedades que aspira a um melhor nível de justiça social e a um maior respeito aos direitos fundamentais do homem em regimes que aspirem transitar para a democracia" (op. cit.).

Os principais elementos da identidade regional apresentados por Recondo e Medina são também detectados pela pesquisa *América Latina a principios del Siglo XXI: Integración, Identidad y Globalización. Actitudes y expectativas de las élites latinoamericanas*, realizada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e pelo Instituto para a Integração de América Latina e do Caribe (INTAL), pertencente ao BID.

Entre 1998 e 1999, uma equipe do INTAL entrevistou políticos, empresários e lideranças de opinião (religiosos, intelectuais e acadêmicos, jornalistas e sindicalistas) de 17 países da América Latina continental⁸⁵, consultando-os sobre suas percepções em relação à globalização, à integração e à identidade cultural comum.

Em relação ao primeiro tema, 93% consideram que o mundo tende a ser crescentemente globalizado, sendo que 88% acreditam no crescimento do comércio internacional e da sua liberalização. No entanto, 97% acreditam que esse processo envolve fortes riscos para a região. Para 81%, o principal é não conseguir concorrer, para 37%, a perda de identidade

ade ou soberania, e para 22%, os desequilíbrios sociais que poderiam ser gerados (PNUD/BID – INTAL, 2001: 60-61).

No tema da integração, embora a maioria, 77%, considere que a meta de médio prazo deva ser a integração do conjunto do hemisfério, incluindo Estados Unidos e Canadá, existem diferenças em relação à velocidade: 40% são favoráveis ao curto prazo, 37% preferem um prazo de dez ou mais anos. Essas diferenças têm uma forte expressão regional:

"Quanto mais ao norte, mais amplas são as maiorias com perspectivas de curto prazo: a maior é a mexicana, 63% de curto prazo contra 23% de longo prazo, seguida de perto por América Central. Os países andinos são um pouco menos adeptos do curto prazo, e no MERCOSUL a maioria se inverte. Em todos os países membros do MERCOSUL maiorias 'relativas' das elites têm perspectivas de longo prazo; as brasileiras são as mais tendentes ao longo prazo de todas (50%, contra apenas 22% tendentes ao curto prazo)" (op. cit.: 62).

Apesar das diferenças no que se refere à velocidade, um aspecto que sobressai nos resultados das entrevistas é a mudança de postura em relação aos Estados Unidos. Comparando com a posição das elites do MERCOSUL no início da década de 1990, quando 47% considerava que a integração devia excluir esse país, no novo levantamento, a rejeição se reduziu para 20%. Na vanguarda dessa nova postura estão os empresários, que aparecem como “os principais defensores da integração com EUA” (op. cit.: 63).

O apoio ao projeto da integração hemisférica tem como principal sustentáculo a convicção da maioria (52%) de que sua concretização beneficiará a todos os países. No entanto, para 31%, o principal beneficiário serão os Estados Unidos.

Os receios em relação ao vizinho do norte são captados nas respostas às questões sobre o tema da identidade comum. Para 78% dos entrevistados “existe alguma classe de identidade cultural latino-americana comum a todos os países de fala hispano-portuguesa” (op. cit.: 64), que teria sido forjada ao longo dos últimos cinco séculos. Na definição das clivagens culturais mais importantes, 74% consideram as que separam anglofalantes de latino-americanos e 12% as que separam os de fortes culturas pré-colombianas dos demais. Entre os principais componentes da identidade detectados pela pesquisa, destacam-se:

“as línguas ibéricas, o catolicismo, o ‘familismo’ (um acento muito pouco individualista na importância da família), a mestiçagem, especialmente nos países maiores e nos andinos (e com ele certa tolerância relativa das diferenças étnicas), e uma tradição política ibérica que, por baixo de uma roupagem republicana (e presidências ‘imperiais’), em muitos aspectos continuaria as formas da autoridade colonial” (op. cit.: 65).

A esses fatores, soma-se um componente posterior à independência, com mais de um século e meio de vida: o anti-norte-americanismo, principal marca de separação percebida entre a caracterização do “nós” e “eles”. “Esse anti-norte-americanismo não é somente parte da identidade cultural das elites: de acordo com os resultados das primeiras pesquisas de opinião pública de alcance latino-americano, esse anti-norte-americanismo goza hoje de muito boa saúde na maioria dos eleitorados” (idem).

Nas conclusões do estudo, considera-se que o contraste entre essa postura negativa em relação aos Estados Unidos e a aceitação da iniciativa da integração hemisférica indicaria uma mudança de tendência nas elites, que estaria afetando o anti-norte-americanismo tradicional, dado que o “processo que se observa hoje deve avançar, vencendo as resistências das identidades já configuradas” (idem).

As análises de Recondo e Medina e do estudo do INTAL apresentam uma síntese representativa de traços característicos de singularidades culturais latino-americanas, no entanto, o trânsito entre a delimitação do que é singular e a definição de uma identidade essencialmente regional permanece como

hipótese. Essa é uma das diferenças marcantes com as abordagens culturalistas dos capítulos anteriores, referenciadas na afirmação dos valores ocidentais.

Conforme chama a atenção Roberto Da Matta, “esse Ocidente que decreta o fim das culturas, reduzindo toda a dinâmica social a um jogo de força entre oferta e procura, produção e consumo e utilidade e obsolescência, toma medidas para preservar a sua cultura!” (2001: 177). Para ele, na discussão sobre as identidades que perpassam as relações entre o global e o local, a demarcação das diferenças é um ponto de partida necessário.

“Seria, portanto, partindo do que temos e de como somos, que poderemos calibrar melhor o que não temos e o que almejamos ser. Em outras palavras, a nossa inserção em um mundo globalizado depende de uma visão duplamente crítica. De um lado, a crítica dos pressupostos da globalização e da modernidade; de outro, uma crítica das nossas atitudes e valores” (op. cit.: 175).

Às margens do Império

“Mulheres, crianças, anciãos, jovens, indígenas, ecologistas, homossexuais, lésbicas, soropositivos, trabalhadores e todos aqueles e aquelas que não apenas ‘sobram’, senão que também ‘atrapalham’ a ordem e o progresso mundial, se rebelam, se organizam e lutam. Sabendo-se iguais e diferentes, os excluídos da ‘modernidade’ começam a tecer as resistências em contra do processo de destruição/despovoamento e reconstrução/reordenamento que leva adiante, como guerra mundial, o neoliberalismo”

Exército Zapatista de Libertação Nacional (1997)

A valorização da identidade cultural, como ponto de confluência de interesses e de construção de iniciativas capazes de fazer frente aos desafios da ordem global, está presente na análise de Manuel Castells sobre a Era da Informação, embora, diferentemente dos autores analisados nas seções anteriores, sua percepção em relação às possibilidades estruturais alternativas oriundas de projetos comunitários seja bastante pessimista.

A economia informacional, denominação de Castells para o modo de desenvolvimento característico da atual fase do capitalismo, estrutura-se em torno de redes que integram o mundo numa “unidade em tempo real, em escala planetária ... com base na nova infra-estrutura propiciada pelas tecnologias de informação e comunicação” (1999[a]: 111).

Frente ao poder de conectar e desconectar “indivíduos, grupos, regiões e até países, de acordo com sua pertinência na realização dos objetivos processados na rede” (1999[a]: 41), as resistências com base na construção de identidades comunais têm sido a principal resposta, conduzindo a uma nova bipolaridade que opõe a Rede e o Ser.

“Quando a Rede desliga o Ser, o Ser, individual ou coletivo, constrói seu significado sem a referência instrumental global: o processo de

desconexão torna-se recíproco após a recusa, pelos excluídos, da lógica unilateral de dominação estrutural e exclusão social” (1999[a]: 41).

Com base nos fatores de origem, Castells distingue três formas de identidade: legitimadora, que racionaliza a dominação das elites globais; de resistência às diversas formas de exclusão promovidas pela ordem hegemônica, que conduz à formação de comunidades; e a de projetos, que produz sujeitos. No entanto, as possibilidades de realização humana que atribui a cada uma delas são extremamente desiguais:

“... exceto para a elite que ocupa o espaço atemporal de fluxos de redes globais e seus locais subsidiários, o planejamento reflexivo da vida torna-se impossível. ... Sob essas novas condições, as sociedades civis encolhem-se e são desarticuladas, pois não há mais continuidade entre a lógica da criação de poder na rede global e a lógica de associação e representação em sociedades e culturas específicas. ... Enquanto na modernidade a identidade de projeto fora constituída a partir da sociedade civil (como, por exemplo, no socialismo, com base no movimento trabalhista), na sociedade em rede, a identidade de projeto, se é que se pode desenvolver, origina-se a partir da resistência comunal” (1999[a]: 27-28).

Para Castells, os partidos políticos e os movimentos trabalhistas perderam a capacidade de estruturar programas de transformação social. Os primeiros, pelas limitações próprias de uma esfera de atuação cuja principal referência é o Estado-nação; os segundos, pela desestruturação das bases econômicas favoráveis à construção de identidades coletivas⁸⁶. Restariam os movimentos de resistência à globalização com potencial de gerar sujeitos, nos quais o autor situa ecologistas, feministas, nacionalistas-localistas e religiosos.

Na América Latina, Castells dá destaque ao movimento zapatista, que considera exemplo bem-sucedido da combinação entre resistência comunitária e utilização dos meios informacionais. Eles “não são subversivos, mas rebeldes legitimados. São patriotas mexicanos, em luta armada contra novas formas de dominação estrangeira pelo imperialismo norte-americano” (1999[b]: 103). Seu sucesso “deveu-se, em grande parte, à sua estratégia de comunicação, a tal ponto que eles podem ser considerados o primeiro movimento de guerrilha informacional” (1999[b]: 103).

Apesar do impacto desse movimento, dentro e fora do México, como reação legítima aos desdobramentos excludentes da modernização neoliberal, bloqueando a capacidade repressiva do Estado com a utilização eficiente dos meios de comunicação, Castells coloca dúvidas em relação ao futuro, especialmente no que se refere à ultrapassagem da fase da resistência, tendo em vista a indefinição dos zapatistas sobre seu projeto político.

Esse problema é identificado pelo autor nos diversos exemplos de movimentos comunitários progressistas que apresenta. A valorização dessas formas de resposta como desencadeadoras de projetos alternativos é, conforme suas palavras, meramente especulativa. Como resultado, instala-se na sua análise a resignação com uma realidade opressiva, cuja tendência

dominante é a desestruturação das identidades coletivas, inclusive as que legitimaram a origem da Era informacional:

“Trágica ironia o fato de que, num momento em que a maioria dos países do mundo finalmente conquistou o acesso às instituições da democracia liberal (em minha opinião, a base de toda democracia), tais instituições encontram-se tão distantes da estrutura e processos realmente importantes que acabam parecendo, para a maioria das pessoas, um sorriso de sarcasmo estampado na nova fase da história À primeira vista, estamos testemunhando o surgimento de um mundo exclusivamente constituído de mercados, redes, indivíduos e organizações estratégicas, aparentemente governado por modelos de ‘expectativas racionais’” (1999[b]: 418).

Nesse mundo sem elites estáveis, o autor reconhece no Estado, especialmente nas esferas locais e regionais, uma possibilidade de resposta ao poder das redes globais:

“O Estado não desaparece ... Prolifera sob a forma de governos locais e regionais que se espalham pelo mundo com seus projetos, formam eleitorados e negociam com governos nacionais, empresas multinacionais e órgãos internacionais. A era da globalização da economia também é a era da localização da constituição política. O que os governos locais e regionais não têm em termos de poder e recursos é compensado pela flexibilidade e atuação em redes. Eles são o único páreo, se é que existe algum, para o dinamismo das redes globais de riqueza e informação” (Castells, 2000: 435).

Diferentemente de Castells, Michael Hardt e Antonio Negri descartam de forma categórica a possibilidade de construção de resistências anti-sistêmicas a partir dos Estados. Para eles, na nova ordem mundial, perdeu sentido a diferenciação entre espaços internos e externos. A fase imperialista, baseada na expansão territorial impulsionada pelos Estados-nação, deu lugar ao Império, abarcador da totalidade. Já não há lado de fora, instalou-se o reino do mercado mundial, tornando obsoletas as separações de países com base nas noções tradicionais de hierarquia dos mundos.

“Se o Primeiro Mundo e o Terceiro, o centro e a periferia, o Norte e o Sul realmente já estiveram separados por fronteiras nacionais, hoje eles claramente entornam uns nos outros, distribuindo desigualdade e barreiras ao longo de linhas múltiplas e fraturadas. Isso não quer dizer que Estados Unidos e Brasil, Inglaterra e Índia agora são territórios idênticos em termos de produção e circulação capitalista, mas sim que entre eles não existem diferenças de natureza, apenas de grau” (2001: 357).

Do ponto de vista das abordagens legitimadoras da nova realidade, o Império representa o fim da história. Nesse sentido, os autores reconhecem as bases concretas que alimentam perspectivas como a de Fukuyama, para quem desapareceram definitivamente as alternativas ao capitalismo, eliminando as bases de conflito originárias de forças externas ao sistema. Para Hardt e Negri,

que se situam entre os críticos da ordem, o Império representa um avanço em relação ao imperialismo:

“No sentido de deixar para trás qualquer nostalgia de estruturas de poder que o precederam e recusar qualquer estratégia política que implique a volta ao velho arranjo, como, por exemplo, tentar ressuscitar o Estado-nação em busca de proteção contra o capital global. Sustentamos que o Império é melhor, da mesma forma que Marx insistia que o capitalismo é melhor do que as formas de sociedade e modos de produção que o precederam” (2001: 62).

A partir desses pressupostos, é realizado um esforço de caracterização dos atores que contribuem para a consolidação do poder imperial e das forças sociais capazes de apresentar uma alternativa anti-sistêmica.

Em relação à configuração do poder, os autores identificam uma estrutura piramidal composta por três camadas. A primeira inclui, na cúspide, os Estados Unidos, detentores de legitimidade para o uso da força em “guerras justas” contra os inimigos da ordem, seguidos pelos países capitalistas avançados, cuja principal colaboração se dá no controle dos instrumentos comerciais e monetários globais, aos quais se somam um conjunto de organizações que consolidam a gestão e o controle militar e monetário. A segunda inclui as redes de empresas transnacionais que organizam os mercados, e os Estados-nação, que “captam e distribuem os fluxos de riqueza de e para o poder global, e disciplinam suas próprias populações tanto quanto possível” (2001: 332). A terceira é composta pela “multidão”, cuja representação busca ser conduzida, pelos detentores do poder, através de duas instâncias: os Estados-nação, expressão jurídica da vontade geral das populações de cada país, e organizações da “sociedade civil global”, como a mídia, as instituições religiosas e as ONGs, consideradas como as mais importantes.

As ONGs são definidas por Hardt e Negri como organizações que pretendem “representar o Povo e trabalhar em seu interesse, à parte das estruturas de estado (e geralmente contra elas)” (2001: p. 333). Entre as diversas formas de intervenção imperial, as ONGs seriam parte do instrumental de intervenções morais, especialmente as de caráter humanitário como Anistia Internacional, Oxfam, Médicos sem Fronteiras que “são de fato (ainda que isso vá de encontro às intenções dos participantes) as mais poderosas armas de paz da nova ordem mundial –as campanhas de caridade e ordens mendicantes do Império” (op. cit.: 54-55).

No campo da caracterização das forças anti-sistêmicas, dois aspectos são destacados pelos autores: 1) a concepção totalizante do Império, cuja soberania abrange o centro e as margens, circunscrevendo o terreno das lutas ao interior do sistema, ampliando as potencialidades revolucionárias pela polarização crescente entre opressores e oprimidos; 2) a transformação dos oprimidos num novo proletariado, diferente da classe operária industrial –sujeito revolucionário das fases anteriores do capitalismo– que inclui todos os trabalhadores explorados diretamente ou indiretamente pelo capital.

No entanto, apesar da nítida visibilidade da polaridade entre opressores e oprimidos, as lutas sociais perdem o sentido anterior de unidade classista. “Essa nova fase é definida pelo fato de que essas lutas não se vinculam horizontalmente, mas cada uma salta no sentido vertical, diretamente para o centro virtual do Império”⁸⁷ (op. cit.: 77). Como exemplo, os autores enumeram diversos movimentos de resistência: as manifestações na Praça de Tiananmen de 1989 na China, a intifada nos territórios árabes ocupados por Israel, as revoltas em Los Angeles em 1992 e em Chiapas a partir de 1994, as greves na França em 1995 e na Coreia do Sul em 1996.

Hardt e Negri consideram que as resistências ainda não apontam para alternativas políticas concretas ao Império, chamando a atenção para as dificuldades de interlocução entre esses movimentos, apontando como desafios a necessidade de “reconhecer um inimigo comum e inventar uma língua de luta comum” (2001: 76).

Na perspectiva de indicar linhas de ação capazes de contribuir para a construção de um projeto anti-sistêmico, os autores definem quatro demandas políticas radicais passíveis de expressarem os interesses da multidão: 1) cidadania global, reconhecendo aos trabalhadores migrantes direitos plenos nos locais em que moram, da mesma forma que o capital reivindica, e geralmente obtém, a livre circulação e localização; 2) salário social e renda básica garantida a toda a população, homens e mulheres, empregados e desempregados; 3) direito a reapropriação, que significa “ter livre acesso a, e controle de, conhecimento, informação, comunicação e afetos” (op. cit.: 430); 4) a capacidade de tornar-se sujeito, evento ainda imprevisível, e para o qual os autores não tem modelo a oferecer, transferindo essa tarefa para a criatividade da multidão.

Na vertente oposta da abordagem do *Império*, Paul Hirst e Grahame Thompson questionam as posturas que associam a globalização com o domínio inquestionável das forças de mercado, que condenam à irrelevância qualquer estratégia nacional de desenvolvimento. A valorização do papel do Estado-nação como fator de governabilidade é um dos argumentos contra o que denominam o “mito da globalização”. Para eles, cinco características presentes na atual “economia internacional” dão sustento à tese de que não existe uma nova etapa do capitalismo, mas o aprofundamento de tendências históricas.

“1. ... Em certos aspectos, a economia internacional atualmente é menos aberta e integrada do que o regime que prevaleceu de 1870 a 1914. 2. ... A maior parte das empresas tem uma forte base nacional e comercializa multinacionalmente fundada em uma maior localização nacional da produção e das vendas, e não parece haver uma maior tendência de crescimento de empresas realmente internacionais. 3. ... o investimento externo direto é altamente concentrado nas economias industriais avançadas, e o Terceiro Mundo continua marginalizado, tanto em relação aos investimentos quanto às trocas, exceto em uma pequena minoria de novos países industrializados. 4. ... os fluxos de comércio, de investimento e financeiro estão concentrados na Triade da Europa,

Japão e América do Norte, e parece que esse domínio vai continuar. 5. Portanto, essas grandes potências econômicas, o G3, têm então a capacidade, especialmente se coordenam a política, de exercer fortes pressões de governabilidade sobre os mercados financeiros e outras tendências econômicas” (1998: 15).

Em função das características apontadas, os autores atribuem ao Estado importantes funções legitimadoras e reguladoras. No primeiro caso, destacam capacidades específicas que os diferenciam de outras agências: “sua habilidade para fazer negociações, em cima porque são representantes de territórios, embaixo porque são poderes legitimados constitucionalmente” (1998: 297). No segundo caso, apontam, como aspecto crucial, o controle das populações sob a sua jurisdição, tendo em vista que a maioria das pessoas permanece vinculada ao seu território de nascimento, ao mesmo tempo em que “a riqueza e a renda não são globais, mas são nacional e regionalmente distribuídas entre os Estados mais pobres e mais ricos e as pequenas localidades” (1998: 280-81).

Hirst e Thompson buscam resgatar o significado dos Estados-nação, como poderes públicos a serviço de políticas defensoras da pluralidade e da democracia, contra a ofensiva avassaladora das forças do mercado. Sua crítica não tem como alvo apenas os ideólogos da globalização vinculados ao poder dominante, inclui também a esquerda radical, identificando um acordo implícito entre o dois extremos contra o reformismo social dentro do sistema:

“Diante do colapso do socialismo de Estado e das lutas antiimperialistas do Terceiro Mundo, a esquerda vê na globalização a continuidade da realidade do sistema capitalista mundial. Vê também a futilidade das estratégias reformistas democráticas sociais nacionais. A esquerda revolucionária pode estar enfraquecida, mas os reformistas não podem mais declarar que possuem políticas pragmáticas efetivas. A esquerda e a direita podem, assim, celebrar o fim da era keynesiana” (1998: 273).

Sem desconsiderar a veracidade dos dados quantitativos apontados por Hirst e Thompson, que acentuam algumas das tendências presentes nas fases iniciais do capitalismo monopolista⁸⁸, François Chesnais coloca em questão os pressupostos metodológicos e as opções políticas decorrentes da sua abordagem, chamando a atenção para a diferença entre mundialização da economia e mundialização do capital. Desta perspectiva, aponta na direção das mudanças qualitativas, destacando três níveis de “relações constitutivas de uma *totalidade sistêmica*”:

“O primeiro diz respeito à categoria de capital enquanto tal. Valor voltado para a autovalorização e relação social baseada na propriedade privada dos meios de produção, o capital deve, no entanto, ser pensado como uma unidade diferenciada e hierarquizada. O capital produtivo ..., o capital comercial ... e o capital-dinheiro. ... O segundo nível de análise da mundialização do capital como totalidade sistêmica é o da economia mundial compreendida como espaço de rivalidade e como conjunto de relações de dominação e de dependência política entre Estados. Aqui, a

abordagem em termos de unidade diferenciada e hierarquizada também se impõe" (Chesnais, 2001: 87-89).

O terceiro nível está relacionado com o que o autor denomina "modo de acumulação financeirizado mundial", que solidifica duas hierarquias vinculadas aos dois níveis anteriores: na dimensão do capital, o comando do processo de autovalorização do capital-dinheiro, na dimensão da economia mundial, o comando da política monetária dos Estados Unidos.

Como dados significativos da crescente "autonomia relativa" da esfera financeira, Chesnais destaca o aumento do volume de transações nos mercados de câmbio a partir de 1980, que se multiplicou por dez, chegando a atingir um volume diário de 1 trilhão de dólares em 1992 e 1,5 trilhão em 1995 –dos quais apenas 3% correspondem ao comércio internacional de mercadorias–, e o crescimento dos ativos financeiros, duas vezes e meia mais rápido do que a formação de capital fixo. Desta forma, "em 1992, os ativos acumulados eram o dobro do que o PNB acumulado de todos os países da OCDE juntos, e treze vezes mais do que suas exportações totais"⁸⁹ (1996: 244).

Outra tendência característica do processo de mundialização destacado pelo autor é o grau de concentração das atividades econômicas no campo das trocas comerciais e da propriedade dos meios de produção. Em relação ao primeiro aspecto:

"Estima-se que as empresas multinacionais estão envolvidas (enquanto matrizes, filiais ou firmas receptoras em acordos de subcontratação transfronteiras) em mais de 2/3 das trocas internacionais de bens e serviços. Assinala-se que cerca de 35% do comércio mundial pertencem à categoria 'intragrupos'" (1996: 85).

Em relação à propriedade dos meios de produção, Chesnais destaca a concentração do investimento estrangeiro direto (IED) nos países capitalistas avançados (80% nos anos 1980), sendo que 3/4 desse investimento são destinados a fusões e aquisições de empresas. Em termos da concentração da IED por empresas, em 1990, 1/3 do total mundial correspondia às 100 maiores multinacionais, que "possuíam ativos de valor acumulado da ordem de 3,2 trilhões de dólares, sendo cerca de 40% situados fora do país de origem" (1996: 72).

Para Chesnais, o novo regime de acumulação apresenta três efeitos críticos principais: 1) baixos ritmos de crescimento na maioria das regiões do mundo; 2) aumento do desemprego combinado com a equiparação dos níveis salariais e dos regimes de trabalho na direção dos países com maiores níveis de exploração; 3) aumento das desigualdades entre países e, no âmbito interno de cada um, das desigualdades entre setores sociais.

Como resposta política à mundialização do capital, o autor confere aos movimentos grevistas franceses de 1995 e às manifestações de trabalhadores alemães de 1996 um papel relevante. Nesse aspecto, explicita suas diferenças com a perspectiva de Hirst e Thompson, centrada no fortalecimento da capacidade reguladora dos Estados-nação, que vincula com a do Partido Socialista Francês, que "vê os acordos de Maastricht e a moeda única europeia

como 'passagem obrigatória' para uma 'regulação' (*governance*) mundial exercida por um G3, do qual a França participaria ... por intermédio de um Banco Central Europeu independente!" (2001: 82).

Sua proposta valoriza a criação de uma Europa Social, que congregue os movimentos anti-mundialização do capital em torno de um programa supranacional comum centrado nos seguintes pontos: 1) repúdio da dívida pública ou moratória; 2) expropriação e estatização do sistema bancário europeu; 3) protecionismo comercial e financeiro em relação ao exterior; 4) controle sobre o movimento de capitais; 5) criação de um direito único nos âmbitos do trabalho, proteção social e aposentadoria; 6) elaboração de um orçamento comum que permita a obtenção de altos rendimentos fiscais, favorecendo políticas de alcance europeu nas áreas de obras e serviços públicos, meioambiente, e ajuda aos países em desenvolvimento; 7) adoção de uma política externa comum.

A expansão financeira retratada por Chesnais é um dos elementos importantes da caracterização que Giovanni Arrighi e Beverly Silver fazem da atual fase do capitalismo, que estaria passando por um processo de mudança sistêmica, que vinculam com o declínio da hegemonia dos Estados Unidos. Analisando os períodos de transição hegemônica holandês-britânico e britânico-norte-americano, os autores apontam para a existência de padrões comparáveis de crise e reorganização marcados por "três processos distintos mas estreitamente relacionados: a intensificação da concorrência interestatal e interempresarial; escalada dos conflitos sociais; e o surgimento intersticial de novas configurações de poder" (2001: 39).

Independentemente das especificidades de cada situação histórica, as três crises hegemônicas apresentam como elemento comum as expansões financeiras:

"São o momento em que o líder de uma grande expansão do comércio e da produção mundiais que está chegando ao fim colhe os frutos de sua liderança, sob a forma de um acesso privilegiado à liquidez hiperabundante que se acumula nos mercados financeiros mundiais. Esse acesso privilegiado permite que a nação hegemônica em declínio barre, por algum tempo, as forças que desafiam a continuidade de sua dominação" (op. cit.: 42).

O atual contexto de expansão financeira, que tem como centro os Estados Unidos, representa para os autores um sinal de crise hegemônica que, no entanto, apresenta algumas peculiaridades em relação às fases anteriores:

- a potência em declínio não tem concorrentes no campo militar, mas tornou-se dependente, na administração do seu poder, de recursos financeiros de outros centros de acumulação de capital, marcadamente Europa Ocidental e o Japão;
- diferentemente do processo de globalização das últimas décadas do século XIX, em que os Estados-nação eram protagonistas fundamentais da internacionalização do capital, há uma diminuição do seu poder em detrimento do setor privado transnacional;

- em comparação ao aumento dos conflitos sociais que acompanhou os períodos de transição holandesa e britânica, especialmente os vinculados à luta antiescravista e ao movimento operário, os autores identificam uma perda conjuntural de poder dos movimentos sociais. No entanto, consideram que os efeitos estruturais desagregadores da atual configuração global tendem a criar novas fontes de conflito para as quais não existe capacidade adequada de resposta. Neste aspecto, assumem a mesma perspectiva de Immanuel Wallerstein, para quem “o capitalismo mundial, tal como instituído na atualidade, não tem como acolher o conjunto das demandas do Terceiro Mundo (de relativamente pouco por pessoa, mas para muitas pessoas) e da classe trabalhadora ocidental (para relativamente poucas pessoas, mas de muito por pessoa)” (Arrighi e Silver, 2001: 294);

- nas transições hegemônicas anteriores, a emergência de uma nova potência precipitou o desmoronamento do antigo poder: Inglaterra em relação à Holanda, Estados Unidos em relação à Inglaterra. “Mas a hegemonia só é solidamente conquistada pela vitória em uma ‘guerra mundial’ de trinta anos –a Guerra dos Trinta Anos, de 1618 a 1648, as Guerras Napoleônicas, de 1792 a 1815, e as longas guerras eurásianas de 1914 a 1945” (op. cit.: 33).

Embora os autores coloquem em evidência a crescente expansão econômica do Leste da Ásia, isso não configura uma ameaça ao poderio militar estadunidense. Essa situação impõe uma marca peculiar a atual mudança no sistema mundial, cujo desfecho poderá ser mais ou menos problemático dependendo da atitude dos Estados Unidos.

“essa nação tem uma capacidade ainda maior do que teve a Grã-Bretanha, cem anos atrás, para converter sua hegemonia decrescente em uma dominação exploradora. Se o sistema vier a entrar em colapso, será sobretudo pela resistência norte-americana à adaptação e à conciliação. E, inversamente, a adaptação e a conciliação norte-americanas ao crescente poder econômico da região do Leste da Ásia é condição essencial para uma transição não catastrófica para uma nova ordem mundial” (Arrighi e Silver, 2001: 298).

As respostas do governo dos Estados Unidos aos atentados de 11 de setembro representaram um teste importante para os argumentos da crise de hegemonia. Sem rejeitar completamente as teses de Arrighi e Silver, Ana Esther Ceceña sustenta que “a hegemonia estadunidense está em decadência ao mesmo tempo em que se encontra mais forte e consolidada do que nunca antes na história” (2002: 181).

Em apoio dessa afirmação aparentemente contraditória, Ceceña destaca os fatores que sustentam e comprometem a manutenção da posição hegemônica. Paralelamente à supremacia militar apontada por Arrighi e Silver, adquirem relevância as dimensões econômica e cultural.

No plano econômico, verifica-se a:

“Superioridade tecnológica em quase todos os campos estratégicos da concorrência...; superioridade no controle de fontes naturais de recursos estratégicos; rede produtiva de maior amplitude e densidade no mundo; manejo do mercado de trabalho mais diverso do ponto de vista cultural, geográfico e de níveis e tipos de conhecimento; capacidade de controle dos mecanismos de organização econômica mundial tais como políticas gerais (BM, OMC e outros), dívida (FMI, FED e outros), protocolos de regulamentação, etc.” (op. cit.: 168-169).

No âmbito cultural, reconhece a:

“Capacidade para generalizar, ainda que com contradições, um paradigma cultural correspondente ao *american way of life* –e ao que este significa traduzido a outras situações e culturas– que coincide com a homogeneização de mercados, a estandarização da produção e a uniformização das visões sobre o mundo” (op. cit.: 169).

Em relação aos fatores limitantes da hegemonia, há coincidência com Arrighi e Silver na caracterização dos impasses sociais gerados pelo sistema, não deixando aos setores populares outra alternativa fora da sua negação. “Um sistema sem opções, sem saídas, sem soluções para as imensas maiorias negadas que não têm maneira de se sustentar e cria, como dizia Marx, as condições da sua autodestruição” (op. cit.: 182).

A *tomada de consciência do insuportável*⁹⁰, por parte dos excluídos, está assumindo formas diversas: fundamentalismo anti-ocidental, movimentos sociais contra a globalização neoliberal, fortalecimento de partidos críticos da ordem nos eleitorados do “terceiro mundo”, com possibilidades concretas de alcançar o poder governamental (Brasil). Frente a este cenário, a percepção do caráter irremediável e irreversível da polarização entre países e setores sociais (pelo menos no curto e médio prazo), conduz o governo dos Estados Unidos a uma opção pela explicitação dos limites que demarcam as fronteiras do sistema, deflagrando uma campanha de amplo espectro destinada a diminuir níveis de incerteza, combatendo os “novos bárbaros” que se disseminam pelos territórios do império.

Frente à polarização provocada pelos Estados Unidos e pelo terrorismo de Al Qaeda, que busca capitalizar em seu favor o descontentamento mundial gerado pela hegemonia norte-americana, onde se situa a esquerda?

Para Emir Sader, o fim da União Soviética e a crise do chamado campo socialista trouxeram como uma das suas conseqüências “o desaparecimento da alternativa anti-capitalista e socialista do horizonte histórico contemporâneo” (2002: 151).

Se, por um lado, a oposição do fundamentalismo islâmico à nova ordem mundial coloca como alvo o poder imperial dos Estados Unidos, sem questionar a lógica econômica do capitalismo, a crítica da esquerda coloca como eixo a democratização do sistema, centrada na luta contra a exclusão e em favor da ampliação da cidadania. Dessa perspectiva, o movimento contra a globalização neoliberal deve avançar tanto no plano das discussões

estratégicas como na construção de forças políticas de expressão tanto local como internacional.

“Nossa corrida se faz em duas pistas: uma contra o neoliberalismo e sua expressão na hegemonia norte-americana no mundo, outra, contra as alternativas religiosas, que terminam enfraquecendo o caráter anti-capitalista que precisa ter a alternativa ao neoliberalismo” (op. cit.: 154).

Para um número crescente de intelectuais que partilham das preocupações de Sader, a experiência dos movimentos anti-mundialização está apontando um caminho promissor, embora incipiente, na direção de uma organização de alcance global.

Tomando como marco o primeiro encontro do Fórum Social, realizado em Porto Alegre em 2001, que se transforma rapidamente em contraponto do tradicional Fórum Econômico Mundial, que reúne anualmente as elites orgânicas do capital global; José Seoane e Emilio Taddei (2001) elaboraram uma genealogia das resistências mundiais e seus principais momentos organizativos. Entre os eventos apresentados, destacam os seguintes: 1) o Primeiro Encontro Intercontinental pela Humanidade e contra o Neoliberalismo, convocado pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional e realizado entre os dias 27 de julho e 3 de agosto de 1996, em Chiapas, reunindo mais de 3000 participantes originários de mais de 40 países; 2) a divulgação, no início de 1997, por parte de organizações não-governamentais, das negociações no âmbito da OCDE (Organização para o Comércio e o Desenvolvimento Econômico) do Acordo Multilateral de Investimentos (AMI), destinado a estabelecer marcos (des) regulatórios globais para a livre circulação de capitais, o que gerou um movimento de protesto cujo resultado foi a retirada de pauta do acordo; 3) a criação de ATTAC (Associação para uma Taxação de Transações Financeiras de Ajuda aos Cidadãos), em junho de 1998, por iniciativa do jornal francês *Le Monde Diplomatique*, com o objetivo principal de conseguir a aprovação internacional para a aplicação da taxa Tobin⁹¹ às transações financeiras especulativas, cuja arrecadação seria transferida para organizações internacionais e revertida para o combate à pobreza; 4) a “Batalha de Seattle”, local da reunião da OMC para o lançamento da Ronda de Negociações do Milênio para a liberalização comercial, onde um forte movimento de protesto impulsionado por ONG’s, sindicatos e movimentos sociais de vários países do mundo –com forte presença de representantes dos Estados Unidos– inviabilizou a iniciativa, ao mesmo tempo em que tornou visível para as diversas platéias mundiais a heterogênea resistência organizada contra o “pensamento único”. A partir desse evento, o itinerário dos protestos passará a acompanhar de forma sistemática o calendário de reuniões de organismos multilaterais, cúpulas presidenciais e demais fóruns nos quais os destinos das populações de países e regiões entram em pauta.

A criação do Fórum Social representa um momento qualitativamente especial, dada a confluência de movimentos com preocupações organizativas e programáticas. Para Manuel Monereo, estaríamos frente à emergência de

um novo sujeito político, com fôlego para tornar-se uma versão contemporânea da Primeira Internacional. Nesse sentido, dada a debilidade e relativo isolamento dos movimentos nacionais, recomenda uma postura que transite do geral para o particular:

“Não deveríamos pensar que a nossa única possibilidade é, nesta fase histórica, começar pelo internacional para sermos mais fortes no nacional? São tempos de refundações. Penso e imagino uma Internacional, como a Primeira, na qual pudéssemos conviver, atuar e lutar comunistas, socialistas, libertários e democratas radicais unidos por um programa e uns estatutos, e transversais às esquerdas realmente existentes em cada um dos nossos países” (2001: 189).

O processo de construção do novo sujeito político a partir da convergência da diversidade de movimentos e posturas teóricas que colocam no seu horizonte comum de luta a “globalização neoliberal” não está isento de controvérsias, especialmente no que se refere à delimitação das linhas divisórias entre opressores e oprimidos. Essa preocupação está presente na análise de Atilio Boron, que critica as teses de Castells e de Hardt/Negri. Em relação ao primeiro, coloca em questão a noção de “elite global”, que deixa de fora os principais expoentes da coalizão dominante, as corporações multinacionais, dando destaque às organizações multilaterais, aos países do G-7 e aos fóruns que reúnem os intelectuais orgânicos do capital. Na mesma linha de Chesnais, Boron explicita a natureza de classe da estrutura de poder:

“Aquilo que (Castells) denomina ‘elite global’ é, na realidade, uma classe dominante mundial constituída por gigantescos monopólios que controlam crescentemente os mais diversos setores da produção, as finanças, o comércio, os meios de comunicação de massas e toda uma amplíssima gama de serviços, e cuja lógica de acumulação condena a crescentes segmentos da população do mundo à miséria e ao despotismo dos mercados” (2001[a]: 35-36).

Em relação a Hardt e Negri, a crítica ressalta a noção de “império sem imperialismo”, que deixa transparecer um aparente desconhecimento da continuidade entre as lógicas das duas fases por eles demarcadas. Neste sentido, Boron destaca a articulação existente entre os governos dos países do capitalismo avançado, sob o comando dos Estados Unidos, as instituições multilaterais e os mercados no estabelecimento de “relações imperialistas de dominação”:

“Hardt e Negri parecem não ter percebido de que os atores estratégicos são os mesmos, as grandes empresas transnacionais, mas de base nacional, e os governos dos países industrializados; que as instituições decisivas continuam sendo aquelas que marcaram de forma ominosa a fase imperialista que eles já dão por terminada, como o FMI, o Banco Mundial, a OMC e outras similares; e que as regras de jogo do sistema internacional continuam sendo as que ditam principalmente os Estados Unidos e o neoliberalismo global, e que foram impostas coercitivamente durante o apogeu da contrarrevolução neoliberal dos anos oitenta e

começos dos noventa... Estaríamos mais perto da verdade se, parafraseando Lênin, disséssemos que o império é a 'etapa superior' do imperialismo" (2002: 137-138).

Como apoio à sua argumentação, Boron faz referência a teóricos conservadores como Huntington, que, conforme analisamos no primeiro capítulo, sistematiza de forma exemplar o caráter imperialista da política externa dos Estados Unidos.

Em termos de propostas capazes de desmontar o atual sistema de dominação, ele apresenta cinco iniciativas que considera passíveis de implementação imediata⁹²: 1) aplicação da Taxa Tobin, que geraria, tomando como referência os recursos que circulam pelas praças financeiras de Nova York e Londres, 200 bilhões de dólares ao ano; 2) elaboração de um marco regulatório para acompanhamento e controle das finanças internacionais, tendo como uma das medidas importantes a eliminação dos chamados "paraisos fiscais", facilitadores da evasão de divisas e lavagem de dinheiro de fontes ilegais; 3) anulação da dívida externa do Terceiro Mundo, que corresponde a apenas 10% da dívida total dos países, os 90% restantes pertencem ao mundo desenvolvido; 4) estabelecimento de marcos regulatórios do comércio internacional que contrabalancem a deterioração dos termos de troca dos países pobres, dependentes da exportação de *commodities*; 5) penalização dos governos e empresas que atentem contra o meio ambiente, e fixação de normas internacionais contra a exploração do trabalho infantil e demais formas de *dumping* social.

Para Boron, a viabilização dessas iniciativas exige dos movimentos anti-mundialização um forte protagonismo, capaz de influenciar favoravelmente os processos decisórios nos governos do G7. O aprofundamento da tendência iniciada em Seattle, que sinaliza para um processo de mudança na correlação de forças, deverá ser capaz de gerar a necessária vontade política em favor dessas mudanças.

As novas práticas emancipatórias e os dilemas do pensamento social

"... a noção de mais-valia me produziu um choque quando eu tinha dezoito ou dezenove anos. Compreendi verdadeiramente a exploração, a injustiça, de uma maneira que só pressentia vagamente, já que via bem que havia ricos, pobres, explorados etc. Ali pude ver como era sistematizado. Isso me impressionou muito"

Simone de Beauvoir (1990)

Uma primeira aproximação ao conjunto das análises apresentadas na seção anterior revela importantes coincidências básicas: chamado de atenção para a existência de um sistema de dominação global, promotor de graus inéditos de polarização social, que desperta um incipiente, mas crescente,

processo de mobilização dos setores afetados. Ao nos adentrarmos nos detalhes de cada abordagem, o panorama se complica. As diferenças na caracterização da nova configuração das relações internacionais e seus atores relevantes, dos mecanismos de exploração e de exercício do poder, dos setores dominantes e subalternos, da viabilidade estrutural do sistema, compõem um quadro de dificuldades para o objetivo, comum à maioria dos autores, de formulação de uma alternativa sistêmica capaz de incorporar a experiência originária dos movimentos sociais.

Marta Harnecker pontua aspectos relevantes para a compreensão dos problemas acima apontados. Referindo-se à esquerda latino-americana, identifica uma crise de três dimensões: 1) teórica, vinculada à “sua incapacidade histórica de elaborar um pensamento próprio, que parta da análise da realidade do subcontinente e de cada país, das suas tradições de luta e das suas potencialidades de mudança” (2000: 319), e à crise do marxismo, produto da dogmatização da sua herança, exigindo um novo esforço de sistematização das suas contribuições, especialmente no campo dos estudos sobre a especificidade atual do capitalismo e da caracterização do sujeito da transformação social; 2) programática, em que se percebe “um excesso de diagnóstico e uma ausência de terapêutica” associados às “dificuldades para conceber um projeto transformador que possa assumir os dados da nova realidade mundial e que permita fazer confluir num único feixe todos os setores sociais afetados pelo regime imperante” (2000: 333); 3) orgânica, associada à crise dos partidos como instrumentos políticos de atração, mobilização e aglutinação das lutas anti-sistêmicas, em que aponta para a necessidade de abandonar o reducionismo classista, ampliando a perspectiva em relação à caracterização dos sujeitos reais e potenciais da emancipação.

“Além dos problemas de classe, a organização política deve preocupar-se com os problemas étnico-culturais, de raça, de gênero, de sexo, de meio ambiente. Deve ter presente não só a luta dos trabalhadores organizados, mas também a luta das mulheres, dos indígenas, negros, jovens, crianças, reformados, deficientes, homossexuais, etc.”. (2000: 363).

Entre as experiências destacadas por Harnecker como expressivas das novas alternativas que surgem de práticas inovadoras, estão algumas iniciativas adotadas pela esquerda em municípios da região, marcadas pela valorização do papel do Estado no atendimento das necessidades da população mais carente e pela busca de integração entre a gestão e a mobilização popular. Entre os exemplos positivos, menciona a atuação do Partido dos Trabalhadores no Brasil, da Frente Ampla no Uruguai e da ex-Causa R na Venezuela. No campo dos movimentos sociais, destaca o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), que considera emblemático de uma nova cultura política de esquerda, que “não se propõe a conquistar o poder pelas armas e também não se propõe a lutar como partido político ao lado de outros partidos políticos tradicionais para ocupar lugares no governo; sua proposta é a construção ascendente de uma sociedade cooperativa e solidária”⁹³ (2000: 106).

Num quadro de crise como o apontado pela autora, a recuperação do conjunto de experiências alternativas é um aspecto central da construção de uma nova força social anti-sistêmica. “Para a esquerda, a política deve consistir, então, na arte de descobrir as potencialidades existentes na situação concreta de hoje *para tornar possível amanhã o que no presente parece impossível*” (2000: 337).

A incapacidade histórica da esquerda para elaborar um pensamento próprio, um dos aspectos levantados por Harnecker, é também um tema de destaque na reflexão de Anibal Quijano sobre a colonialidade, de base eurocentrista, que perpassa o debate teórico e político em torno do desenvolvimento latino-americano, influenciando uma visão parcial e distorcida da realidade. Para ele, tanto a “teoria da modernização” como a “teoria do imperialismo capitalista”, as duas vertentes mais influentes na região a partir da Segunda Guerra Mundial, caracterizam-se por um reducionismo pautado, respectivamente, pela “cultura”⁹⁴ e pelo “capital”, que desconsidera as especificidades locais em detrimento da absolutização de etapas de desenvolvimento consideradas típicas da trajetória do capitalismo europeu.

“Dado que na ‘teoria da modernização’ em nenhum caso se tentou explicar porque certos grupos tinham uma ‘cultura’ em lugar de outra, de alguma maneira essa categoria aparece mais como um modo de se referir às diferenças ‘naturais’ entre os ‘desenvolvidos’ e os ‘subdesenvolvidos’. E no materialismo histórico⁹⁵ se atribui ao capital ... características imanentes que atuam para além e por cima das ações das pessoas, e de cujos traços provêm o ‘imperialismo’ e a própria ‘dependência’ externa ou estrutural. Assim, uma mistificada categoria de ‘cultura’ foi confrontada com outra não menos mistificada de ‘capitalismo’” (2000[a]: 18).

Para Quijano, a teoria e a prática socialistas pautadas no materialismo histórico sustentam-se em fundamentos falsos, cuja influência no pensamento hegemônico da esquerda contribuiu para a derrota dos projetos revolucionários do século XX.

“Primeiro, a idéia de uma sociedade capitalista homogênea, no sentido de que só existe o capital como relação social e, como consequência, a classe operária industrial assalariada é a parte majoritária da população... Segundo, a idéia de que o socialismo consiste na estatização de todos e cada um dos âmbitos de poder e da existência social, começando pelo controle do trabalho, porque desde o Estado pode-se construir uma nova sociedade” (2000[b]: 241).

Como alternativa a essa postura, retoma o pensamento de José Carlos Mariátegui, propondo a “socialização do poder”, que identifica o socialismo com a luta contínua e sistemática pela “redistribuição entre as pessoas, na sua vida cotidiana, do controle sobre as condições da sua existência social” (op. cit.: 242).

A ampliação da noção de sujeito anti-sistêmico para além da classe operária, e a busca de referentes programáticos e organizativos capazes de

aglutinar os explorados e excluídos, são pontos sobre os quais não existe grande controvérsia no campo da esquerda. Para além desses desafios, o processo de elaboração de um pensamento crítico se debruça, na América Latina e no Caribe, com uma realidade plena de paradoxos: continuidade do processo de liberalização econômica, independentemente das crises financeiras inauguradas pela desvalorização do peso mexicano e da crescente polarização social; alternância no poder condicionada pela credibilidade frente ao “mercado” dos partidos de maior densidade eleitoral, convocados a explicitar seus compromissos com os fundamentos da livre-iniciativa; forte desinteresse de boa parte dos setores mais atingidos pelo crescimento da pobreza e da exclusão em relação à política institucional⁹⁶; emergência de amplas mobilizações de rua que colocam em questão a classe política, capazes de inviabilizar, conforme as experiências vivenciadas pelo Equador em 2000, e pela Argentina em 2001, a continuidade dos governos eleitos.

Refletindo sobre a qualidade dos regimes políticos latino-americanos, Carlos Vilas questiona-se sobre a possibilidade da democracia em sociedades não democráticas:

“A fragmentação social derivada de desigualdades profundas não é incompatível com a manutenção das instituições e os procedimentos da democracia representativa, mas degrada a qualidade do regime democrático. Atores sociais polarizados fazem demandas polarizadas e formulam propostas cujos conteúdos são de harmonização problemática” (2000: 120).

Nos debates da década de 1980, na fase inicial do processo de transição, embora a questão da qualidade levantada por Vilas fizesse parte da agenda, predominava um discurso que valorizava a estabilidade política como meta importante e até prévia a qualquer discussão em torno da ordem econômica e social. Naquele contexto, a contradição autoritarismo-democracia aparecia como dilema fundamental de experiências que abarcavam desde os países do Terceiro Mundo até o Leste Europeu, levando à conclusão de que a consolidação do novo sistema político era a tarefa inicial obrigatória (Przeworski, 1984)⁹⁷.

De acordo com esse discurso, a tendência em condicionar o êxito da transição ao cumprimento de metas nos planos econômico e social (crescimento, distribuição de renda, etc.) poderia trazer sérios riscos, já que a democracia deve ser pensada como questão particular, cujo destino não depende necessariamente das condições adversas ou favoráveis nas outras áreas. A atenção tem de estar voltada prioritariamente para o fortalecimento das formas institucionais de competição (Hirschman, 1986)⁹⁸.

Esse discurso incorporou-se como elemento constitutivo das práticas políticas dos atores principais nos processos de democratização, tornou-se força material, configurando-se como dado político importante nas próprias análises relativas à transição.

No campo do debate da época em torno da compatibilidade entre democracia e mudanças sistêmicas, dois aspectos assumem destaque na

valorização dos regimes democráticos: 1) como palco privilegiado em que interesses contrários disputam a hegemonia na representação política, dependendo desse fator –quem detém a hegemonia– a definição do caráter liberal ou socialista da democracia (Weffort, 1985)⁹⁹; 2) como melhor alternativa possível às ditaduras –sejam em nome do modo de vida ocidental ou do socialismo– já que, pelo menos, oferecem a incerteza parcial sobre o futuro, abrindo espaços para a ação política transformadora (Przeworski, 1984)¹⁰⁰.

Dessa perspectiva, o respeito pelas regras do jogo, tanto por parte dos conservadores como por parte dos progressistas, torna-se a principal garantia das possibilidades de mudança estrutural.

Os debates dos anos 1980 sobre as transformações na direção de uma sociedade alternativa estão crescentemente influenciados pela emergência dos movimentos sociais, fenômeno que, tanto nos países desenvolvidos como na América Latina e no Caribe, é associado ao questionamento do sistema partidário como forma privilegiada de mediação entre sociedade e Estado.

Como características peculiares desses movimentos, Klaus Offe enumera duas:

“1) seus projetos e demandas se baseiam não numa posição contratual coletiva em relação a bens ou mercados de trabalho, como foi o caso, por exemplo, dos partidos e movimentos de classe tradicionais. Ao invés disso, o denominador comum da sua organização e atuação é um certo sentido de identidade coletiva ...

2) eles não exigem uma representação através da qual seu status de mercado poderia ser melhorado ou protegido, mas sim autonomia” (1983: 38).

O fenômeno dos movimentos sociais, conforme já apontamos, continua estimulando controvérsias sobre o seu papel dentro de uma estratégia de transformação que supere o atual impasse da esquerda. Entre as indagações colocadas por esse debate, destacamos duas: 1) se o poder deixa de ser alvo central da luta política e não existem sujeitos definidos *a priori* da prática social, como se daria a articulação entre a esfera dos movimentos, que expressam formas localizadas, particulares, de permanência associada à conquista de reivindicações pontuais, e a esfera política institucional da democracia representativa?; 2) quais são as potencialidades transformadoras de práticas que não apontam necessariamente para a conquista do Estado, valorizando as transformações cotidianas decorrentes do combate às diversas manifestações do poder no âmbito mais amplo da sociedade?

Analisando o importante papel dos movimentos sociais no processo de democratização brasileiro, Evelina Dagnino destaca sua contribuição “para dar novo significado às relações entre cultura e política” (2000: 80), concebendo uma nova cidadania que busca diferenciar-se da concepção neoliberal de democracia. A autora aponta aspectos essenciais que explicitam a diferença:

- a noção de direito como “direito a ter direitos”, tanto no plano da busca da igualdade como do respeito da diferença. “O direito à autonomia sobre o próprio corpo, o direito à proteção do meio-ambiente, o direito à moradia, são exemplos (intencionalmente muito diferentes) dessa criação de direitos novos” (op. cit.: 86);
- a desvinculação em relação às estratégias de combate à exclusão originárias das classes dominantes e do Estado, definindo sua própria agenda;
- a transcendência do conceito liberal de “reivindicação ao acesso, inclusão, participação e pertencimento a um sistema político já dado. O que está em jogo, de fato, é o direito de participar na própria definição desse sistema... isto é, a invenção de uma nova sociedade” (op. cit.: 87);
- a ampliação da cidadania, numa perspectiva igualitária que vai além da obtenção de direitos formais caracterizados pelo sistema político-jurídico;
- diferentemente da visão liberal, “a cidadania não está mais confinada dentro dos limites das relações com o Estado, ou entre Estado e indivíduo, mas deve ser estabelecida no interior da própria sociedade” (op. cit.: 89).

Para Dagnino, a atuação dos movimentos sociais, além de contribuir para a renovação da esquerda, deixa marcas permanentes na cultura política latino-americana:

“Ao politizar o que não é concebido como político, ao apresentar como público e coletivo o que é concebido como privado e individual, eles desafiam a arena política a alargar seus limites e ampliar sua agenda. Para além da consideração dos sucessos ou fracassos que possam resultar deles, os efeitos culturais de tais esforços sobre essa disputa e sobre o imaginário social devem ser reconhecidos como políticos” (op. cit.: 95).

A perspectiva da “nova cidadania” adotada por Dagnino, da mesma forma que a “socialização do poder” proposta por Quijano, expressam um questionamento da concepção etapista da transformação social, originária da Terceira Internacional¹⁰¹, centrada na idéia de revolução como momento único de ruptura entre dois mundos radicalmente diferentes, simbolizado pela conquista do poder estatal. A perspectiva adotada pelos autores valoriza um processo contínuo e sem limites pré-fixados de aprofundamento da democracia, inclusivo e respeitoso da diversidade e do pluralismo. Neste último aspecto, pensando na democracia como pacto de incertezas, no qual nenhum tema está vedado e os conflitos se resolvem com base na correlação de forças, mas respeitando as regras de jogo definidas em comum acordo, como se abordariam os níveis de disputa que envolvem o questionamento da estrutura de classes?

Conforme assinala Vilas, é possível a convivência da democracia representativa com a desigualdade social, embora isso comprometa sua qualidade. Até agora, a transição política latino-americana conviveu sem grandes traumas com a transformação de parcela significativa dos

trabalhadores em excluídos; poderá também conviver com decisões majoritárias que, em nome do bem comum, afetem a situação de classe dos proprietários dos meios de produção^{102?}

Essas questões estão presentes nos debates em torno da caracterização do potencial emancipatório do movimento zapatista. Para exemplificar alguns dos principais eixos da discussão, abordaremos três textos escritos no contexto da marcha do EZLN que culminou com a entrada na Cidade do México, em 11 de março de 2001.

Na edição número 4 do Observatório Social de América Latina (OSAL), publicação do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais, John Holloway e Atilio Boron polemizam sobre as concepções zapatistas nos temas do poder, do Estado e da ruptura revolucionária.

Para Holloway, “o núcleo do que é novo no Zapatismo é o projeto de mudar o mundo sem tomar o poder”, quebrando o “vínculo entre revolução e controle do estado”:

“A ilusão estatal é apenas parte de uma ilusão maior, que se pode chamar de ilusão de poder. Essa ilusão refere-se à idéia de que para mudar a sociedade temos que conquistar posições de poder, ou pelo menos temos que ser poderosos de alguma maneira. A mim me parece que o projeto zapatista é muito diferente. Não é um projeto de nos fazermos poderosos, senão de dissolver as relações de poder” (2001[a]: 174).

Boron põe reparos a essa afirmação, apontando o papel crescente do Estado como fiador das relações de dominação capitalista, o que limitaria a ação dos movimentos que optam por desconhecer o caráter relevante dessa instância. Pensando no caso específico da região de Chiapas, se pergunta:

“como se dissolvem essas cristalizadas relações de poder que ... condenaram os povos originários a mais de quinhentos anos de opressão e exploração? É razoável supor que os beneficiários de um sistema incorrigivelmente desumano e injusto –os latifundiários, os paramilitares, os caciques locais, etc.– aceitarão nobremente sua derrota no plano da sociedade civil e a dissolução das suas estruturas de poder sem opor uma encarnçada resistência?” (Boron, 2001[b]: 182).

A argumentação de Boron conduz a controvérsia para outros dois temas, as noções de democracia e de sociedade civil do EZLN. Para ele, a dimensão inclusiva de palavras de ordem como a “humanidade contra o neoliberalismo”, a “democracia de todos”, e a “sociedade civil nacional”, dificulta a distinção entre o campo dos opressores e dos oprimidos.

“A proposta zapatista de construir um movimento que subverta a ordem desde baixo é inquestionável e tem uma longa e venerável tradição no pensamento socialista desde Marx e Engels em diante. Mas sua obstinação em não discutir a problemática do poder e do estado, ou seus ambíguos diagnósticos sobre a sociedade civil e a democracia, são muito preocupantes” (op. cit.: 185).

Em resposta às objeções de Boron, Holloway relativiza a centralidade do Estado, questionando a obrigatoriedade de lutar contra a opressão no terreno definido pelos opressores, que é o do poder estatal e o tecido institucional construído no seu entorno. “O capital nos convida o tempo todo a nos colocarmos no seu terreno de luta: se aceitarmos, já perdemos antes de começar” (2001[b]: 188).

Referindo-se às contribuições do movimento zapatista para a luta contra a ordem hegemônica, Boaventura de Sousa Santos toca em pontos importantes vinculados ao tema em questão. Para ele, o EZLN traz para a política três novidades:

1) Uma concepção do poder e da opressão centrada na idéia de exclusão, embora não desconheça a exploração dos trabalhadores. “No centro da luta zapatista, por isso, não está o explorado, mas o excluído; não está a classe, mas a humanidade” (2001: A 3).

2) A igualdade na diferença.

“As diferenças veiculam visões alternativas de emancipação social, cabendo aos grupos que são titulares delas decidir até que ponto pretendem se hibridizar. ... As 11 reivindicações zapatistas, individualmente, nada têm de transcendente: trabalho, terra, habitação, alimentação, saúde, educação, independência, liberdade, democracia, justiça e paz. É o conjunto que faz delas uma proposta alternativa ao neoliberalismo” (2001: A 3).

3) A noção de democracia e conquista do poder.

“O acento tônico não está na destruição do que existe, mas na criação de alternativas. São tão variadas as lutas e as propostas de resistência que nenhuma vanguarda as pode unificar... O que está em causa é uma globalização contra-hegemônica em que caibam vários mundos e várias concepções de emancipação social” (2001: A 3).

Idéias e força material

O debate em torno dos zapatistas ilustra bem algumas das principais fontes de controvérsia em torno da construção de caminhos alternativos ao sistema. Para alguns autores, as posturas que, em nome da esquerda, desconsideram como ultrapassada a luta de classes e a revolução social, concentrando seus esforços intelectuais –e às vezes políticos– no enaltecimento das virtudes da democracia liberal, expressa uma identificação, nem sempre explicitada, com os fundamentos básicos do sistema.

Referindo-se ao Brasil dos anos 1980, sob a presidência de José Sarney –importante dirigente político do regime militar– Francisco de Oliveira chama a atenção para a crescente onda de adesões por parte da comunidade científica –marcadamente os cientistas sociais– ao novo oficialismo pós-ditadura. A sua explicação enfatiza o argumento da situação de classe.

“No capitalismo contemporâneo, em que as ciências comparecem como elementos constitutivos das forças produtivas, não há expansão econômica sem desenvolvimento científico. E, no caso brasileiro, houve uma enorme expansão no período autoritário.... A expansão capitalista aguardou os intelectuais na curva.... Cresceram em número, tiveram seus salários e rendas aumentados mais que a média dos trabalhadores ... subiram de status.... tornaram-se, pois, solidários com o êxito do sistema capitalista no Brasil. Neste, desempenham um papel central, além de outras razões, constituem o núcleo mais importante das classes médias, cuja centralidade no capitalismo de hoje deslocou a antiga centralidade operária. Converteram-se em atores privilegiados da mídia política, e elevam suas demandas específicas ao nível de demandas gerais da sociedade. Por esse complexo de razões, se dessolidarizam com o destino das classes sociais dominadas” (1985: 23).

Analisando o novo contexto político e intelectual de inserção da revista *New Left Review*, marcado fundamentalmente pela consolidação da hegemonia neoliberal na década de 1990, Perry Anderson destaca as condições desfavoráveis que funcionam como obstáculo à renovação do pensamento de esquerda, que para ele, enfrenta uma derrota histórica:

“O capital repeliu ponto por ponto todas as ameaças contra o seu domínio, as bases de cujo poder, as pressões da concorrência, por cima de tudo, foram persistentemente subvalorizadas pelo movimento socialista. As doutrinas da direita que teorizaram o capitalismo como uma ordem sistêmica conservam todo o seu implacável vigor; em comparação, as atuais tentativas de engalanar suas realidades por parte de um pretense centro radical não passam de frouxa operação de relações públicas” (2000: 14).

Piorando o cenário, a direita demonstra forte capacidade de renovação e popularização do seu discurso, contando com importantes intelectuais dotados de estilos de argumentação que atingem amplas platéias do mundo não acadêmico. Citando como exemplo alguns dos autores que abordamos no primeiro capítulo, como Fukuyama, Brzezinski, Huntington e Luttwak, Anderson considera que “esse gênero confiado, em que até o presente momento os Estados Unidos ostentam praticamente o monopólio, não tem equivalentes na esquerda” (op. cit.: 16).

Como resposta a esse cenário, o autor realça a importância da adoção, por parte da *New Left Review*, de uma postura de “realismo intransigente”: “negando-se a qualquer composição com o sistema imperante e rejeitando toda piedade e eufemismo que possam subvalorizar seu poder” (op. cit.: 12).

Analisando o mesmo contexto, mas de forma menos pessimista, James Petras direciona o foco da sua crítica à crescente desvinculação entre o mundo intelectual e a prática revolucionária. Tomando como exemplo a América Latina e o Caribe, destaca o surgimento de uma nova esquerda, que se diferencia cada vez mais das outras formas de oposição ao neoliberalismo.

“Pode-se distinguir três tendências: a dos ‘projetos locais alternativos’, propostos por intelectuais que trabalham com as ONGs; a da reforma pragmática, que propõe o retorno à intervenção estatal como forma de brechar os excessos do livre mercado; e por último a radical, ou revolucionária, que se opõe ao livre mercado, às privatizações e aos planos de austeridade, advogando por formas coletivas de propriedade, por uma maior equidade social e pelo desenvolvimento do mercado interno” (2000: 25).

Para Petras, a nova esquerda tem como principal cenário de atuação as zonas rurais, onde se destacam movimentos em favor da reforma agrária em Brasil, Bolívia, Paraguai, México, Equador, Colômbia e El Salvador. O mais importante, na sua avaliação, é o Movimento dos Sem Terra (MST) brasileiro, que conseguiu assentar mais de 225.000 famílias (aproximadamente um milhão de pessoas), transformando antigas terras ociosas em empreendimentos agrícolas cooperativos com capacidade de comercialização dos seus produtos no mercado¹⁰³. Nesse sentido, o MST

“está desenvolvendo uma estratégia contra-hegemônica eficaz e construindo um poderoso bloco político que integra o campo e a cidade. O que ainda é matéria de debate é a possibilidade de que esse bloco tenha continuidade se o MST avança além da sua agenda atual orientada para a reforma agrária e se lança a lutar pela transformação socialista” (2000: 39).

No que se refere ao vínculo entre a liderança do movimento e sua base social, Petras mostra que a grande maioria (79%), provém das famílias de pequenos proprietários, das cooperativas ou trabalhadores sem terra. (2001: 45).

Para ele, alguns dos movimentos camponeses latino-americanos contam com apoio de organizações armadas, como é o caso das FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia). Tendo em vista o processo de crise que vive a Colômbia, onde o poder da elite está sendo desafiado pela crescente capacidade de mobilização da guerrilha, o país “poderia protagonizar a primeira revolução camponesa vitoriosa desde a Guerra de Vietnã” (2000: 54).

No caso do México, destaca a proliferação de vários movimentos camponeses, concentrando a análise no mais visível, o zapatista, cujo perfil difere dos outros na “conjugação da análise marxista com as práticas indígenas e a ligação do pensamento estratégico de âmbito nacional e internacional com o apoio de bases locais comunitárias” (2000: 59).

Petras destaca as mudanças de rumo por que passou o movimento desde o seu início, quando a luta armada foi concebida como uma primeira fase, “um meio de obter reconhecimento social, obter um espaço de diálogo com o governo e avançar para a fase atual: a solução política” (2000: 68). Junto com a transição da ação armada para a negociação, há uma redução nos objetivos do movimento –em boa parte influenciada pelo cerco militar implementado pelo governo mexicano e pela necessidade de ampliar o apoio da opinião pública nacional e internacional– na qual a ênfase passa da transformação da estrutura sócio-econômica para a “democratização”, “desmilitarização” e “transição política”. O

resultado, em termos do crescimento do respaldo internacional para a causa do movimento, foi positivo, embora isso implique em custos importantes, especialmente no que se refere à caracterização da alternativa proposta:

"A indefinição ou incerteza, por parte dos dirigentes zapatistas, na hora de delinear o marco global do seu programa tem permitido que cada grupo possa ler o próprio nas práticas do EZLN: dessa forma pode-se explicar que alguns intelectuais franceses considerem que os zapatistas reencarnam o republicanismo cívico do século XIX, ao mesmo tempo em que os anarquistas espanhóis os comparam com os exércitos camponeses organizados por Durruti durante a Guerra Civil espanhola de 1936-39. Por outro lado, os progressistas mexicanos contemplam os zapatistas como a alavanca que pode forçar a abertura do sistema político" (2000: 66).

Para Petras, a percepção dos zapatistas por parte dos progressistas mexicanos é reveladora da postura de uma corrente intelectual que floresce nos espaços deixados pela derrota da esquerda radical e reformista (populistas, nacionalistas e religiosos vinculados à teoria da libertação): o pós-marxismo.

Entre os aspectos mencionados pelo autor na sua crítica das proposições teóricas e das formas de atuação dessa corrente, destacaremos dois que consideramos diretamente vinculados à análise desenvolvida neste capítulo: o questionamento da perspectiva classista na abordagem das transformações sociais e a prioridade atribuída às ONGs na viabilização de soluções para os problemas do subdesenvolvimento.

Em relação ao primeiro aspecto, o autor aponta as principais linhas de ataque dos pós-marxistas:

"Acusam a análise de classe de 'reduccionismo econômico' e de não ser capaz de explicar o peso das diferenças no interior das classes ... defendendo que essas 'diferenças' definem a natureza da política contemporânea. A segunda linha de ataque contra as análises de classe consiste em tomar as classes como meros construtos intelectuais, essencialmente como fenômenos subjetivos culturalmente determinados ... A terceira linha de ataque argumenta que as tremendas transformações na economia e na sociedade apagaram as velhas distinções de classe" (2000: 86-87)¹⁰⁴.

A partir dessa concepção da realidade econômica, social, cultural e política do capitalismo contemporâneo, o eixo da ação transformadora valorizado pelos pós-marxistas seria o combate às diversas formas de exclusão, priorizando o trabalho através de organizações não governamentais, às quais vinculam-se profissionalmente como dirigentes, pesquisadores ou assessores. Numa perspectiva similar a de Hardt e Negri, Petras considera a maioria das ONGs como instrumentos da ordem, cujo objetivo é esvaziar os componentes anti-sistêmicos dos movimentos sócio-políticos.

Embora situadas no campo político da esquerda, as análises desses três autores não diferem, no essencial, do estudo da Rand Corporation sobre as guerras em rede e o movimento zapatista apresentado no primeiro capítulo,

que reflete a perspectiva do *establishment* da política externa dos Estados Unidos (Ronfeldt et al., 1998). Para Petras:

“As ONGs concentram sua atividade em projetos, não em movimentos; ‘mobilizam’ as pessoas para fazê-las produzir nas margens, não para que lutem pelo controle dos meios de produção e da riqueza; preocupam-se pela assistência técnica e financeira que faça viáveis seus projetos, mas não com os condicionamentos estruturais que definem a vida cotidiana do povo. As ONG se servem da linguagem da esquerda ao se apropriar de expressões como ‘poder popular’, ‘capacitação’, ‘igualdade de gênero’, ‘desenvolvimento sustentável’, ‘liderança de base’, etc. O problema é que essa linguagem está vinculada a um marco de colaboração com doadores e agências governamentais que subordina a atividade prática a uma política de não confrontação” (2000: 106).

A metodologia de trabalho embutida nas exigências formais de apresentação, desenvolvimento e prestação de contas dos projetos, traz consigo elementos culturais de aprofundamento do colonialismo e da dependência, tendo em vista que “os projetos são desenhados, ou ao menos aprovados, de acordo com os ‘critérios’ de prioridade dos centros imperiais e das suas instituições” (2000: 108).

De acordo com Petras, os efeitos nocivos da liberalização econômica estão criando as bases objetivas para uma nova política revolucionária. Para enfrentar a vantagem estratégica do neoliberalismo, capaz de articular interesses de classe, concepção de mundo, programa e ação política, o principal terreno da luta passa pelo fator subjetivo, com destaque para as áreas da ideologia, da cultura, da conscientização e da ética. Nesse sentido, atribui aos novos movimentos um potencial de questionamento das linhas mestras do capitalismo liberal:

“O novo radicalismo contempla o Estado como uma agência para a redistribuição dos recursos entre os setores populares da sociedade civil. Os movimentos sociais que trabalham pela mudança radical rejeitam as distinções plenas entre o Estado e a sociedade civil...Rejeitam a ideologia da ‘política de identidade’ sem classe e respaldam a integração da luta pela igualdade entre os gêneros, as raças e as etnias numa perspectiva de luta de classes... Dentro desse contexto, a economia nacional se considera como o ponto de partida para qualquer confrontação política com as forças dos capitalistas neoliberais e seus aliados internacionais... Entre as novas medidas alternativas encontram-se o controle dos capitais, a socialização dos meios de produção e a autogestão por parte dos trabalhadores” (2000: 258).

Em relação à caracterização do papel dos intelectuais, Petras propõe a integração dos conceitos de solidariedade e de intelectual orgânico:

“O conceito marxista de solidariedade gira ao redor da *ação comum* dos próprios *membros* da classe, que são os que *compartilham uma situação econômica comum* e lutam pela melhora coletiva da mesma. Isso pode

incluir aos intelectuais que escrevem e falam para os movimentos sociais em luta e que se comprometem a compartilhar as conseqüências políticas da sua ação. O conceito de solidariedade liga-se ao de intelectual 'orgânico', ou seja, aquele que basicamente atua como parte do movimento e o provê de um importante recurso: as análises e a educação política para a luta de classes" (2000: 99).

Os fatores econômico-sociais que definem o lugar do intelectual na sociedade contemporânea, conforme a análise de Oliveira, junto com a crise da esquerda, redefinição de valores, comportamentos e alinhamentos políticos, enfatizados por Anderson e Petras, fornecem elementos para a compreensão do predomínio dos discursos que valorizam a estabilidade do sistema político em detrimento da transformação social.

Quais são, entre as sociedades "realmente existentes", as que permitem ao intelectual melhores perspectivas de inserção em termos de autonomia de pesquisa, condições materiais de vida e influência política? Os regimes de partido único ou as democracias representativas? Lembremos do papel de destaque desempenhado durante a Guerra Fria pelas uniões de escritores da Hungria e da Tchecoslováquia, ou do Comitê de Autodefesa Operária (KOR) na Polônia, nas revoltas contra o monopólio político e cultural dos Partidos Comunistas. Se o socialismo real está longe de ser a utopia da maioria dos intelectuais, o realismo político alimenta o conformismo com uma situação privilegiada que certamente não estimula ímpetus revolucionários. Por esse caminho, a redenção dos humildes deixaria de ser ponto de aglutinação de uma frente política comum de emancipação, tornando-se uma opção ética de ajuda aos excluídos.

Apesar das bases reais que alimentam essa perspectiva, não há como reduzir os intelectuais a um grupo social monolítico ao qual o capitalismo oferece plenas oportunidades de ascensão, nem limitar sua atividade à produção de conhecimentos a serviço das classes produtoras (burguesia ou proletariado)¹⁰⁵. Nas análises apresentadas reconhece-se também uma fase opositora, anti-sistêmica, mas que não se define pela negação da própria identidade e a fusão indiferenciada no campo popular, senão a partir da valorização da sua especificidade: a reflexão, a sistematização de experiências, a crítica, capazes, como dizia Marx, de "tornar a opressão real mais opressiva, acrescentando-lhe a consciência da opressão" (1977: 4).

Considerações finais: as fronteiras difusas da hegemonia

"O inimigo não deve saber onde tenho intenção de livrar batalha. Porque se não sabe onde tenho intenção de livrar batalha, deverá se preparar numa grande quantidade de lugares. E, quando se prepara em uma grande quantidade de lugares, serão poucos aqueles com quem terei que lutar em cada lugar."

Sun Tzu (1998)

A partir das últimas décadas do século XX, a mundialização do capital alcança dimensões inéditas, tendo na liberalização dos mercados nos países

“em transição” um dos principais fatores de impulso. Acompanhando o processo de formação de uma base econômica de alcance global, constrói-se uma superestrutura política, jurídica e cultural. A promoção da democracia liberal, do império da lei e do espírito capitalista torna-se ingrediente necessário do programa de universalização do modo de vida ocidental.

No ordenamento do mundo à imagem e semelhança do capitalismo avançado, aplicam-se severamente as três regras do sistema calvinista enunciadas por Luttwak. Os países do “Núcleo Democrático”, exemplos do reino da liberdade e da prosperidade, além de manterem mais viva do que nunca a vocação da busca sistemática do lucro, preocupam-se com a superação das condições mais extremas da pobreza nas regiões subdesenvolvidas, promovendo programas de cooperação orientados pelo princípio da auto-ajuda. Os países “em transição” são convocados a assumirem suas culpas históricas como perdedores, reorientando seu comportamento para a emulação do caminho de sucesso das nações mais ricas. Ambos se unem na condenação e punição dos “Estados fora-da-lei”, considerados os principais instigadores da instabilidade no sistema internacional.

A idéia de que o mundo vive uma fase pós-utópica é uma das fontes importantes que sustentam o consenso entre ganhadores e perdedores “calvinistas”. Dessa perspectiva, o encaminhamento de soluções para os problemas que afetam a governabilidade global, especialmente os que se originam das carências enfrentadas pela população mais pobre, não passa pelo questionamento dos fundamentos estruturais do capitalismo, mas pela atuação coordenada e sistemática dos países ricos, dos governos nacionais e locais, das instituições internacionais e das organizações da sociedade civil, dirigida a ampliar o raio de ação da democracia, da inclusão econômica e do império da lei, tanto no plano dos valores que orientam a conduta cotidiana, como dos mecanismos formais que institucionalizam sua vigência.

No decorrer deste capítulo, apresentamos diversas análises que se pretendem críticas da nova ordem. O objetivo foi confrontar as premissas centrais da abordagem acima descrita. O título desta última seção sintetiza as conclusões que resultam do contraste realizado, mostrando as fronteiras difusas que separam a perspectiva hegemônica em relação a boa parte dos seus opositores.

Um elemento focal do questionamento do neoliberalismo como teoria e como prática, presente na maioria das análises, é a proclamação do seu caráter único. Como resposta, valoriza-se a pluralidade de abordagens e de mundos possíveis. Ao viés uniformizante, opõe-se a coexistência dos contrários.

Para evitar que a política se deteriore em guerra, a diversidade deixa de ser percebida como oposição estrutural. Modos de vida diferentes podem conviver, tanto no sistema internacional, como no interior dos espaços nacionais, desde que todos os participantes se reconheçam como interlocutores e pautem seu comportamento pelo respeito a regras estabelecidas de comum acordo.

Essa perspectiva está presente nas análises dos organismos internacionais e dos autores apresentados na primeira seção. Frente à força avassaladora do

Ocidente, busca-se o reconhecimento da pluralidade de modos de vida, de orientações e prioridades nas políticas públicas –especialmente na área social e econômica– cujo princípio norteador é a ampliação dos espaços de cidadania.

Nessa abordagem, coloca-se em primeiro plano a necessidade de uma ação coordenada entre o Estado, o setor privado e a sociedade civil como agentes articuladores da diversidade. No caso da América Latina e o Caribe, são ressaltadas algumas experiências locais bem-sucedidas no combate à extrema pobreza, mas que ainda não podem ser consideradas como referentes de uma perspectiva de significado regional.

Essa última limitação também aparece nas análises sobre cultura e integração da segunda seção. Tomando como referência os três eixos que orientaram a seleção de autores: 1) delimitação de um espaço cultural próprio; 2) sistematização de produtos expressivos de especificidades regionais; 3) combinação original de aspectos históricos, étnicos, religiosos e lingüísticos que identificam uma comunidade de interesses; a perspectiva da identidade latino-americana como elemento inspirador de projetos de integração e de inserção na ordem global continua em aberto.

Nos resultados da pesquisa do INTAL junto a elites latino-americanas, a percepção de uma identidade comum, que explicita a demarcação de fronteiras culturais em relação a um “outro” (Estados Unidos), não se traduz em iniciativas integracionistas que tenham como marco de referência o conjunto da região. Para a maioria dos entrevistados, o mérito do projeto da ALCA não está em questão, as diferenças de perspectiva referem-se basicamente à velocidade do processo.

Como bem sintetiza a citação de Carlos Fuentes que abre este capítulo, a América Latina e o Caribe enfrentam os desafios próprios de uma região “cuja criatividade ainda não encontra equivalência econômica, cuja continuidade ainda não encontra correspondência política”.

Diferentemente do governo dos Estados Unidos, que define com clareza seus interesses e objetivos no hemisfério, os governos latino-americanos carecem de uma abordagem regional dos desafios da nova ordem. Na ausência de uma perspectiva originária dos atores estatais, qual a alternativa?

Em contraste com os fortes consensos gerados no passado, a identificação dos setores com interesses estratégicos, capazes de mobilizar recursos para formular e liderar empreendimentos de alcance regional, está longe de ser óbvia. A idéia da América Latina e do Caribe como comunidade de destino em que confluem interesses governamentais, empresariais e do mundo do trabalho está mais próxima do mito do que da utopia.

Os esforços analíticos para identificar atores e projetos anti-hegemônicos obtêm resultados mais concretos nos estudos sobre a caracterização dos mecanismos globais de dominação e das respostas originárias de diversos movimentos sociais.

Na seção dedicada ao debate sobre o imperialismo, destacamos algumas análises que antevêm dificuldades para a manutenção da hegemonia norte-

americana, com base em três argumentos principais: 1) a exacerbação do poder duro, apesar de eventuais ganhos conjunturais, tende a comprometer a posição de supremacia no médio e longo prazo; 2) a administração do status de única superpotência global torna-se cada vez mais dependente de respaldo financeiro externo, num contexto de crise da economia e fortalecimento crescente do setor privado transnacional; 3) o aprofundamento das desigualdades promovido pelo modelo econômico vigente, incapaz de responder às demandas da maioria dos excluídos do sistema, está cristalizando um impasse social.

No entanto, a despeito das limitações estruturais apontadas, o que se verifica no momento é uma ofensiva conservadora que identifica no terrorismo o argumento permanente para a ampliação da vigilância e do controle em relação aos movimentos críticos do sistema. Conforme analisamos no capítulo 2, após o 11 de setembro, o governo dos Estados Unidos passa a colocar em primeiro plano o tema da segurança, obtendo significativo apoio político interno. A conjuntura econômica desfavorável alimenta a mudança de perspectiva, mascarando a ausência de alternativas para os que mais sofrem os efeitos da crise com um chamamento nacional e global para a defesa da civilização contra a barbárie.

Essa radicalização não deve ser associada ao abandono do consenso hegemônico decorrente da aceleração de uma crise de caráter estrutural que impõe a dominação aberta como única alternativa. Na sua cruzada contra o terrorismo, o governo Bush entra em campo na disputa pelo apoio político dos “ganhadores” da nova ordem, deixando claro que se o momento é de guerra, a defesa das conquistas históricas contra o crescente ativismo dos “perdedores” se antepõe a perdas conjunturais e localizadas de liberdade e bem-estar material.

Entre os atores estatais, não se verificam posicionamentos que ameacem bloquear o unilateralismo norte-americano, as principais reações provêm do movimento social. Para as abordagens da “sociedade informacional” e do “Império”, que decretam a obsolescência das identidades de projeto que reivindicam filiações territoriais de alcance nacional e regional, essa situação seria um indicador da perda de relevância das perspectivas orientadas pela lógica do Estado-nação.

No mundo visualizado por essas abordagens, é cada vez mais difícil pensar globalmente fora dos fluxos das redes de poder (ou dos contornos do Império). Nas margens, aglomera-se uma multidão heterogênea que, em tese, pode-se constituir em sujeito anti-sistêmico, mas não como classe para si, portadora de projeto histórico de alcance universal, mas através de respostas localizadas passíveis de serem globalmente articuladas a partir de pontos programáticos comuns.

Para Hardt e Negri –assim como para a maioria dos autores analisados na seção dedicada às novas práticas emancipatórias– a emergência dos movimentos sociais coloca em questão não apenas o reducionismo classista do marxismo ortodoxo, mas a concepção liberal de democracia. A atuação dos

movimentos estaria pautada pela ampliação dos espaços de cidadania, sem limites definidos *a priori* em termos de formulação de reivindicações. A luta por um mundo onde caibam todos os mundos, pelo direito a ter direitos, pela valorização da diversidade criadora, pela diluição das relações de poder, aponta para a constituição de um sistema político capaz de reconhecer o pluralismo, garantir as liberdades fundamentais de organização e expressão, e de estabelecer mecanismos formais de regulação da competição entre as partes.

A percepção do movimento zapatista nos parece ilustrativa dessa concepção. Nas diversas análises apresentadas, o que se coloca em evidência em relação à luta do EZLN é seu caráter inclusivo, respeitoso da pluralidade, em favor do direito à existência do modo de vida dos povos indígenas da região de Chiapas¹⁰⁶, junto aos outros modos de vida, questionando uma vertente radicalmente excludente do capitalismo, o neoliberalismo, considerado principal obstáculo à vigência plena do princípio da igualdade na diferença¹⁰⁷. A amplitude difusa dos apelos à sociedade civil e à humanidade expressaria uma estratégia de isolamento de um inimigo também difuso, tornando possível a conquista de apoios entre o amplo espectro daqueles que, por diferentes motivos, condenam o neoliberalismo.

Tendo em vista que na América Latina e no Caribe as formas institucionais da democracia indireta (partidos, sindicatos, parlamentos) mantêm seu predomínio na organização e expressão dos interesses da sociedade, as posturas que colocam num segundo plano a política institucional, na perspectiva de fortalecer pólos alternativos de organização popular, se defrontam com um inimigo que conta com a capacidade de organizar consensos em torno da sua agenda prioritária, desqualificando como utópico o que não se subordina à sua lógica.

A dificuldade para articular a diversidade de movimentos com projetos político-partidários ligados ao setor popular confere um grande espaço de manobra para o oficialismo, que consegue gerir o processo de liberalização econômica sem os riscos de um questionamento efetivo da ordem, favorecendo a legitimação do discurso liberal ancorado na defesa do mercado, da democracia e do império da lei.

Nas abordagens centradas na luta de classes, há uma preocupação com a caracterização do sujeito anti-sistêmico, sua organização política e seu projeto histórico. De acordo com James Petras, os diversos movimentos de oposição radical ao neoliberalismo na América Latina e no Caribe fariam parte de um processo de emancipação com potencialidades de enveredar pelo caminho do socialismo. No entanto, seu registro dos exemplos que melhor demarcam essa tendência coloca na vanguarda os movimentos camponeses, cujo alvo principal de questionamento não é o capitalismo, mas a distribuição da propriedade da terra¹⁰⁸.

Em contraste com a perspectiva classista, as posturas orientadas pela noção de pluralidade de sujeitos não colocam no centro das suas preocupações a delimitação pormenorizada de atores, organizações e projetos de sociedade alternativa, mas a garantia de condições institucionais que favoreçam o fluxo reivindicatório e o livre acesso à informação e ao conhecimento por parte dos

movimentos sociais. Nesse aspecto, as diferenças com as abordagens conservadoras dos capítulos anteriores em relação aos marcos institucionais de funcionamento da democracia não são de caráter antagônico. Os principais pontos de atrito localizam-se na valoração qualitativa de prioridades sociais, de direitos fundamentais, de conquistas essenciais, de fronteiras e limites ao exercício da cidadania. Dessa forma, a disputa pela hegemonia entre diversas organizações da sociedade civil, críticas ou favoráveis à ordem vigente, se dá no interior do mesmo sistema político, que não é imutável. A qualidade da democracia reflete a correlação de forças entre os vários mundos que reivindicam seus espaços. No que se refere às relações de poder associadas à propriedade dos meios de produção, a orientação central atribuída aos movimentos é o combate à exclusão, abrindo espaço para a existência de outras formas de organização da produção. O objetivo é liberar energias sociais criativas para a viabilização de empreendimentos comunitários como Villa El Salvador, o Orçamento Participativo e as cooperativas do MST em terras desapropriadas pela reforma agrária¹⁰⁹.

Independentemente da diversidade de enfoques, há uma coincidência no conjunto das análises em apontar o caráter incipiente dos esforços organizativos que buscam dar maior articulação aos movimentos críticos da “globalização neoliberal”. Entre as principais carências desse processo, situamos a caracterização do sujeito global anti-sistêmico.

Conforme deixam claro algumas das abordagens culturalistas analisadas no capítulo 1, o desconhecimento em relação ao que se é dificulta a definição de objetivos estratégicos. Ao mesmo tempo, sem uma clara definição do Outro, perde-se uma referência fundamental da busca da identidade.

Tomando como exemplo os documentos e relatórios de organismos oficiais e centros de pensamento estratégico dos Estados Unidos, percebe-se como, a partir do reconhecimento da crescente importância da sociedade em rede, procede-se à reavaliação de posturas teóricas e práticas tradicionais para dar resposta aos imperativos de um dos objetivos permanentes atribuídos ao Estado: a defesa do interesse nacional.

Frente à emergência de desafios globais de diversa natureza, oriundos da sociedade civil, do crime organizado, do terrorismo, das crises financeiras, dos conflitos sociais, étnicos ou militares, o Estado se estrutura para estar presente em todos os lugares em que se percebem ameaças à segurança do sistema. Assumindo a impossibilidade prática de levar a cabo individualmente essa tarefa, lidera a formação de redes que incorporam, em cada situação específica, os diversos setores que compartilham objetivos similares, podendo incluir organizações não-governamentais, governos nacionais e municipais, sindicatos, empresas, instituições religiosas e partidos políticos. Não há exclusões definidas *a priori* das situações em questão, no entanto, há sempre um comando, que não necessariamente precisa ser explicitado, a não ser que se insinuem mudanças de rumo em direções indesejáveis.

Na promoção ou na defesa dos interesses nacionais definidos pelo Departamento de Estado, o critério da construção de alianças não responde a compromissos fixos com determinados atores e posições, mas aos

requerimentos de uma agenda variada e dinâmica, explicitamente vinculada a objetivos estratégicos: expansão do livre comércio; combate ao terrorismo, ao narcotráfico, à corrupção, ao trabalho infantil, à discriminação da mulher; promoção do desenvolvimento sustentável nas comunidades carentes, com proteção do meio-ambiente, ampliação do acesso à propriedade urbana e rural, à educação básica, à qualificação profissional; fortalecimento da sociedade civil e da liberdade de imprensa nos processos de democratização.

Nesse cenário, onde se situam, nas lutas cotidianas, as diferenças de agenda entre os movimentos críticos da mundialização e a política externa dos Estados Unidos? Dependendo dos objetivos de cada rede, pode haver confluência ou conflito de interesses. Nas redes de liberalização dos mercados estruturadas em torno de governos, organizações multilaterais e empresas transnacionais, a divergência de agenda é notoriamente visível nas reivindicações dos movimentos sociais e nos confrontos de rua paralelos às reuniões das elites orgânicas do capital. Nas redes de promoção do desenvolvimento local, que não apresentam vetos explícitos à participação de organizações da sociedade civil, setor privado e organismos governamentais (USAID incluída), as demarcações de interesses são difusas. O mesmo acontece com as redes de combate ao terrorismo, à corrupção, à lavagem de dinheiro, ao narcotráfico, à exploração do trabalho infantil, abertas a todos os governos, instituições e setores que se posicionem contra essas práticas, independentemente da filiação ideológica, partidária, religiosa e de origem social. A diluição de fronteiras é ainda maior nas redes de combate às diversas formas de discriminação social e de exclusão política com base em julgamentos ideológicos ou pré-conceitos de origem étnica, racial ou sexual.

A “última superpotência” pode estar presente em todas essas redes, como parte interessada e militante, como fator de boicote e esvaziamento ou como observadora à distância, o que depende basicamente da percepção do rumo.

Epílogo: Sendeiros que se bifurcam, convergências para um mundo diferente

“Enquanto o mundo estiver politicamente organizado em forma de nações, o interesse nacional constitui a última palavra na política mundial. Quando o Estado nacional tiver sido substituído por outra forma de organização, a política externa deverá então proteger o interesse de supervivência dessa nova organização”

Hans Morgenthau (2001)

“Na mesma medida em que seja abolida a exploração de um indivíduo por outro; será abolida a exploração de uma nação por outra. Simultaneamente ao antagonismo das classes no interior das nações, desaparecerá a hostilidade das nações entre si”

Marx e Engels (1999)

Num mundo que enfrenta limitações ambientais à expansão irrestrita do bem-estar material nos padrões característicos do *American way of life*, o

controle de recursos de poder econômico, militar e científico-tecnológico mantém claramente sua vigência na proteção dos Estados-nação do capitalismo avançado contra as demandas redistributivas do “resto”. No interior dos espaços nacionais, os Estados permanecem como fiadores das relações sociais dominantes e, nas relações internacionais, são os interlocutores privilegiados na administração da ordem hegemônica. No centro do Império, o Estado norte-americano afirma identidades, define interesses, demarca fronteiras e tece sua rede de poder, seu imperialismo.

A hegemonia tem um centro e uma utopia mobilizadora: o fim das utopias. A contra-hegemonia busca seu eixo, seu centro e seu projeto.

Sem desconhecer essas dificuldades, podemos visualizar, nas análises apresentadas sobre os movimentos anti-sistêmicos, esforços de formalização programática que combinam reivindicações de caráter imediato com objetivos de alcance estratégico. Destacaremos os aspectos que consideramos mais relevantes da mudança qualitativa em andamento:

- 1) A criação, a partir do primeiro encontro de Porto Alegre, de um fórum permanente de convergência dos diversos atores e experiências, é um indicador da passagem do estágio das lutas isoladas para a formalização de uma instância de articulação contra-hegemônica.
- 2) A pressão sobre os países do capitalismo avançado, para que se posicionem em favor da aplicação da Taxa Tobin, permite criar uma rede de isolamento em torno do setor financeiro, cujo principal significado estratégico é ampliar as bases de legitimação das lutas pela redistribuição dos lucros do capital especulativo.
- 3) O questionamento da dívida dos países menos desenvolvidos e o estabelecimento de marcos regulatórios que favoreçam suas exportações, permitem criar uma rede de isolamento em torno do capitalismo avançado, cujo principal significado estratégico é ampliar as bases de legitimação do combate às relações desiguais entre países.
- 4) A reivindicação de uma renda mínima para todos os trabalhadores, empregados e desempregados, homens e mulheres (salário social) e da livre mobilidade com direitos plenos nos lugares em que moram para os trabalhadores migrantes (cidadania global), permitem criar uma rede de isolamento em torno do sistema capitalista, cujo principal significado estratégico é ampliar as bases de legitimação do questionamento das desigualdades sociais.
- 5) O horizonte econômico dessas lutas é a melhoria das condições de vida dos setores mais pobres da população mundial. O horizonte político é a mudança na correlação de forças numa direção favorável aos excluídos das redes de poder, tornando possível pensar a globalidade a partir de outras posições, de outras redes e de outros centros.
- 6) Nesse processo, abrem-se espaços de luta e de reflexão em torno das necessidades e anseios das maiorias, que podem resultar, dependendo da

capacidade de formulação teórica e de articulação institucional, na construção de projetos que sejam capazes de definir, integrar e harmonizar interesses e identidades.

Nos pontos acima levantados, não há uma discriminação *a priori* de instâncias. Dependendo do alvo das lutas, há pressão sobre Estados, mas também alianças com Estados, sem que isso signifique perda de independência por parte dos movimentos.

Figuras representativas do *establishment* conservador dos Estados Unidos e teóricos críticos do capitalismo coincidem em reconhecer que o mundo transita na direção de um sistema em que os Estados-nação deixam de ser atores centrais. Nessa longa caminhada, e dependendo dos interesses em jogo, as estratégias diferem. O Império concentra forças no aprimoramento da capacidade operativa do seu Estado, “capitalista coletivo ideal”, dotado das atribuições e meios adequados ao cumprimento da última etapa do seu destino manifesto: a consolidação da primazia do “modo de vida ocidental”. No campo oposto, fortalecem-se as convergências favoráveis à construção de uma nova organização, cujo programa e política externa possam tornar-se referência de uma transição diferente.

Condenar à irrelevância a possibilidade de pensar o todo a partir dos movimentos sociais condena à irrelevância as possibilidades de convívio humano fora dos parâmetros ditados pelo Império.

Bibliografia

- Abrams, Elliot 1993 "The American Hemisphere After the Cold War", em *Working Paper, John M. Olin Institute for Strategic Studies, Harvard University* (Cambridge), Nº 5.
- Albright, Madeleine 2000[a] "Press Briefing", Office of the Spokesman, U.S. Department of State (Washington, D.C.), 20 de dezembro, em <<http://secretary.state.gov/www/statements/2000/001220.html>>.
- Albright, Madeleine 2000[b] "Focus on the Issues Strengthening Civil Society And the Rule of Law", Public Information Series, United States Department of State, Bureau of Public Affairs (Washington, D.C.), janeiro, em <www.state.gov/www/focus_index.html>.
- Albright, Madeleine 1999 "Remarks to the Council of the Americas, 4 de maio. Focus on the Issues: The Americas", United States Department of State, Bureau of Public Affairs (Washington, D.C.), março, em <www.state.gov/www/focus_index.html>.
- Albright, Madeleine 1998 "The OAS and the Road to Santiago: Building a Hemispheric Community In the Americas", em *Dispatch* (Washington, D.C.), março.
- Albright, Madeleine 1997 "Fast-Track Trade Negotiating Authority: Essential for America", em *Dispatch* (Washington, D.C.), novembro.
- Anderson, Perry 2000 "Renovaciones", em *New Left Review* (Madrid), Nº 2, maio/junho.
- Angelo, Claudio 2000 "Relatório afirma que consumo de recursos naturais ultrapassou capacidade de renovação da biosfera em 42,5%", em *Folha de São Paulo* (São Paulo), 21 de outubro.
- Arizpe, Lourdes 2001 "Cultura, creatividad y gobernabilidad", em Mato, Daniel (comp.) *Estudios Latinoamericanos sobre cultura y transformaciones sociales en tiempos de globalización* (Buenos Aires: CLACSO-Asdi).
- Arrighi, Giovanni e Silver, Beverly 2001 *Caos e Governabilidade no Moderno Sistema Mundial* (Rio de Janeiro: Contraponto - Editora UFRJ).
- Ayerbe, Luis 2001 *Los Estados Unidos y la América Latina, la construcción de la hegemonía* (La Habana: Casa de las Américas).
- Ayerbe, Luis 1998 *Neoliberalismo e Política Externa na América Latina. Uma análise a partir da experiência argentina recente* (São Paulo: Editora da UNESP).
- Aznárez, Juan 2001 "La sombra de la dictadura bolivariana", em *El País* (Madrid), 9 de dezembro.
- Beauvoir, Simone 1990 *A Cerimônia do Adeus* (Rio de Janeiro: Nova Fronteira).

- Bell, Daniel et al. (comp.) 1995 *Towards Illiberal Democracy in Pacific Asia* (New York: Macmillan Press).
- Bolton, John 2002 “Beyond the Axis of Evil: Additional Threats from Weapons of Mass Destruction” (Washington, D.C.), 6 de maio, em <www.state.gov/t/us/rm/9962pf.htm>.
- Boron, Atilio 2002 *Império & Imperialismo* (Buenos Aires: CLACSO).
- Boron, Atilio 2001[a] “El nuevo orden mundial y como desmontarlo”, em Seoane e Taddei (comp.) *Resistencias Mundiales [De Seattle a Porto Alegre]* (Buenos Aires: CLACSO).
- Boron, Atilio 2001[b] “La selva y la polis. Reflexiones en torno a la teoría política del zapatismo”, em *Observatório Social de América Latina* (Buenos Aires), Nº 4, junho.
- Boron, Atilio 2000 *Tras el Búho de Minerva. Mercado contra democracia en el capitalismo de fin de siglo* (Buenos Aires: CLACSO - Fondo de Cultura Económica).
- Brant, Maria 2001 “Regime democrático perde respaldo na América Latina”, em *Folha de São Paulo* (São Paulo), 6 de agosto.
- Brzezinski, Zbigniew 1998 *El gran tablero mundial. La supremacía estadounidense y sus imperativos geoestratégicos* (Buenos Aires: Paidós).
- Bush, George W. 2002 “President Bush Delivers Graduation Speech at West Point” (West Point, New York), 1 de junho, em <www.whitehouse.gov/news/releases/2002/06/print/20020601-3.html>.
- Bush, George W. 2001 “President’s Address to a Joint Session of Congress and the American People”, United States Capitol (Washington, D.C.), 20 de setembro, em <www.state.gov/s/ct/index.cfm?>.
- Carlucci, Frank et al. 2000 *Taking Charge: A Bipartisan Report to the President Elect on Foreign Policy and National Security* (Santa Monica: RAND).
- Castells, Manuel 2000 *Fim de Milênio* (São Paulo: Paz e Terra).
- Castells, Manuel 1999[a] *A Sociedade em Rede* (São Paulo: Paz e Terra).
- Castells, Manuel 1999[b] *O Poder da Identidade* (São Paulo: Paz e Terra).
- Ceceña, Ana Esther 2002 “La batalla de Afganistán”, em Ceceña Ana Esther e Sader, Emir (coord.) *La Guerra Infinita. Hegemonía y Terror Mundial* (Buenos Aires: CLACSO-Asdi).
- CFIA (Center for International Affairs) 1996 *Annual Report 1994-1995*, Harvard University, Cambridge: CFIA.
- Chauí, Marilena 1983 “Três perguntas à Marilena Chauí”, em *Revista Presença* (São Paulo), Nº 1.

Chesnais, François 2001 “Um programa de ruptura com o neoliberalismo”, em Heller, Agnes et al. *A crise dos Paradigmas em Ciências Sociais e os Desafios para o Século XXI* (Rio de Janeiro: Contraponto/Corecon-RJ).

Chesnais, François 1996 *A Mundialização do Capital* (São Paulo: Xamã).

Christopher, Warren 1997 “Address and Q&A Session on “Investing in American Leadership””, Foreign Affairs of the United States on CD-Rom, U.S. Department of State, Bureau of Public Affairs (Washington, D.C.), Vol.5, N 1, 15 de janeiro.

CIA (Central Intelligence Agency) 2000 “Global Trends 2015”, em <www.cia.gov/cia/publications/globaltrends2015/index.html>.

Cohen, William 2001 “Secretary of Defense, Annual Report to the President and the Congress”, em <www.dtic.mil/execsec/adr2001/index.html>.

Cooper, Robert 2000 “Depois do Primeiro Ato”, em *Folha de São Paulo* (São Paulo), 7 de maio.

Cope, John 2001 “The Western Hemisphere”, em INSS *Strategic Challenges for the Bush Administration* (Washington, D.C.: National Defense University Press).

Cope, John 1999 “The Western Hemisphere: Rethinking a Strategic Relationship?”, em INSS *Strategic Assessment 1999. Priorities for a Turbulent World* (Washington, D.C.: U.S. National Defense University/Government Printing Office).

Council on Foreign Relations (CFR) 2001[a] *A Conversation with Former Secretaries of State: Kissinger, Shultz, Christopher, Albright* (New York: CFR).

Council on Foreign Relations (CFR) 2001[b] *A Letter to the President and a Memorandum on U.S. Policy Toward Brazil* (New York: CFR).

Courela, Pedro 2002 “Eixo do Mal. Discórdias Transatlânticas”, em *O Mundo em Português*. (Lisboa), Ano 3, Nº 30, março.

Dagnino, Evelina 2000 “Cultura, cidadania e democracia. A transformação dos discursos e práticas da esquerda latino-americana”, em Alvarez, Sonia et al. (comp.) *Cultura e Política nos Movimentos sociais Latino-Americanos. Novas leituras* (Belo Horizonte: Editora UFMG).

Da Matta, Roberto 2001 “Globalização e Identidade Nacional: Considerações a partir da Experiência Brasileira”, em Mendes, Candido e Soares, Luiz (comp.) *Pluralismo Cultural, Identidade e Globalização* (Rio de Janeiro: Record).

Desch, Michael 1995 “War and Strong States; Peace and Weak States? A Theory of the Post-Cold War State”, em *Working Paper, John M. Olin Institute for Strategic Studies, Harvard University*, (Cambridge), Nº 12.

- Dobriansky, Paula 2001 “Under Secretary of State for Global Affairs. Statement on Global Climate Change” (Bonn, Germany), 19 de julho, em <www.state.gov/g/oes/climate/index.cfm?>
- Dornbusch, Rudiger e Edwards, Sebastián 1991 “O populismo econômico na América Latina”, em Bresser Pereira, Luiz (comp.) *Populismo Económico. Ortodoxia, desenvolvimentismo e populismo na América Latina* (São Paulo: Nobel).
- Dougherty, James e Pfaltzgraff, Robert 1993 *Teorías en Pugna en las Relaciones Internacionales* (Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano).
- Duroselle, Jean-Baptiste 1998 *Todo imperio perecerá* (México D.F.: Fondo de Cultura Económica).
- Dziedzic, Michael 1999 “Troubled States: How Troubling, How Manageable?”, em INSS *Strategic Assessment 1999. Priorities for a Turbulent World* (Washington, D.C.: U.S. National Defense University/ Government Printing Office).
- EZLN (Exército Zapatista de Libertação Nacional) 1997 *7 piezas sueltas del rompecabezas mundial*, em <<http://www.ezln.org/documentos/1997/199708xx.es.htm>>
- EZLN (Exército Zapatista de Libertação Nacional) 1998 *Resolución sobre política internacional del EZLN*, 15 de marzo, em <www.ezln.org>.
- Foucault, Michel 1981 *Microfísica do Poder* (Rio de Janeiro: GRAAL).
- Freedom House 2001 *Press Freedom Survey*, em <www.freedomhouse.org>
- Frost, Ellen 1999 “Economic Globalization: Stability or Conflict? ”, em INSS *Strategic Assessment 1999. Priorities for a Turbulent World* (Washington, D.C.: U.S. National Defense University/ Government Printing Office).
- Fukuyama, Francis 1996 *Confiança, as virtudes sociais da prosperidade* (Rio de Janeiro: Rocco).
- Fukuyama, Francis 1992 *O Fim da História e o último homem* (Rio de Janeiro: Rocco).
- García Canclini, Néstor 1999[a] *La globalización imaginada* (Ciudad de México: Paidós).
- García Canclini, Néstor 1999[b] “Políticas culturales: de las identidades nacionales al espacio latinoamericano”, em García Canclini, Néstor e Moneta, Carlos (comp.) *Las industrias culturales en la integración latinoamericana* (Buenos Aires: Editorial Universidad de Buenos Aires).
- García Canclini, Néstor 1997 *Culturas Híbridas* (São Paulo: Edusp).
- García Canclini, Néstor (comp.) 1996 *Culturas en Globalización* (Caracas: Nueva Sociedad).
- García Delgado, Daniel 1998 *Estado- nación y globalización* (Buenos Aires: Ariel).

- Gardels, Nathan 2002 "EUA 'O poderio americano, uma cerca protetora da liberdade'", em *O Estado de São Paulo* (São Paulo), 5 de maio.
- Garnett, Sherman 1999 "Transition States: New Destinies?", em *INSS Strategic Assessment 1999. Priorities for a Turbulent World* (Washington, D.C.: U.S. National Defense University/ Government Printing Office).
- Garretón, Manuel (comp.) 1999 *América Latina: un espacio cultural en el mundo globalizado* (Santa Fé de Bogotá: Convenio Andrés Bello).
- Gramsci, Antonio 2002 (1934 - 1935) "O problema da direção política na formação e no desenvolvimento da nação e do Estado moderno na Itália", em Coutinho, Carlos (comp.) *Antonio Gramsci Cadernos do Cárcere* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira), Vol. 5.
- Grondona, Mariano 1999 *Las condiciones culturales del desarrollo económico* (Buenos Aires: Ariel-Planeta).
- Gutiérrez, Lino 2000 "Remarks at the Miami Conference on the Caribbean and Latin America" (Miami, Florida), 8 de dezembro, em <www.state.gov/www/policy_remarks/2000/001208_gutierrez_ccla.html>.
- Haass, Richard 2000 "Humanitarian Intervention", em Carlucci, Frank et al. (comp.) *Taking Charge: A Bipartisan Report to the President Elect on Foreign Policy and National Security* (Santa Monica: RAND).
- Hardt, Michael e Negri, Antonio 2001 *Império* (Rio de Janeiro: Record).
- Harnecker, Marta 2000 *Tornar Possível o Impossível. A Esquerda no Limiar do Século XXI* (São Paulo: Paz e Terra).
- Harrison, Lawrence 2000 "Promoviendo um cambio cultural progresista", em Huntington, Samuel e Harrison, Lawrence (comp.) *La Cultura es lo que Importa. Como los valores dan forma al progreso humano* (Buenos Aires: Ariel-Planeta).
- Harrison, Lawrence 1997 *The Pan-American Dream* (New York: Basic Books).
- Harrison, Lawrence 1992 *Who Prospers? How Cultural Values Shape Economic and Political Success* (New York: Basic Books).
- Hirschman, Albert 1986 "A Democracia na América Latina: Dilemas", em *Novos Estudos CEBRAP* (São Paulo), Nº 15.
- Hirst, Paul e Thompson, Grahame 1998 *Globalização em questão* (Rio de Janeiro: Ed. Vozes).
- Hobsbawm, Eric 2000 *O novo século* (São Paulo: Companhia das Letras).
- Hobsbawm, Eric 1981 *A Era das Revoluções* (Rio de Janeiro: Paz e Terra).
- Holloway, John 2001[a] "El zapatismo y las ciencias sociales en América Latina", em *Observatório Social de América Latina* (Buenos Aires), Nº 4, junho.

- Holloway, John 2001[b] “La asimetría de la lucha de clases. Una respuesta a Atilio Boron”, em *Observatório Social de América Latina* (Buenos Aires), Nº 4, junho.
- Houtart, François e Polet, François (comp.) 1999 *L' Autre Davos. Mondialisation des résistances et des luttes* (Paris/Montreal: L'Harmattan).
- Huntington, Samuel 2000 “A superpotência solitária”, em *Política Externa* (São Paulo), Vol. 78, Nº 2, março-maio.
- Huntington, Samuel 1997[a] “A Erosão dos Interesses Nacionais dos Estados Unidos”, em *Foreign Affairs, Edição brasileira, Gazeta Mercantil* (São Paulo), 12 de setembro.
- Huntington, Samuel 1997[b] *O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial* (São Paulo: Objetiva).
- Interamerican Foundation (IAF) 2000 “Programa de desenvolvimento local da Fundação Interamericana”, em <www.iaf.gov/port/si-crit.htm>.
- Imaz, José 1989 “Los estilos de pensar”, em *Integración Latinoamericana* (Buenos Aires), Nº 149-150, setembro.
- Inglehart, Ronald 2000 “Globalization and Postmodern Values”, em *The Washington Quarterly* (Washington D.C.), inverno.
- Inglehart, Ronald 1998 *Modernización y posmodernización. El cambio cultural, económico y político en 43 sociedades* (Madrid: CIS-Siglo XXI).
- Inglehart, Ronald e Carballo, Marita 1997 “Does Latin America Exist? (And is There a Confucian Culture?): A Global Analysis of Cross-Cultural Differences”, em *Political Science & Politics* (Washington, D.C.), março.
- Institute for National Strategic Studies (INSS) 2001 *Challenges to the global century. Report of the project on Globalization and National Security* (Washington, D.C.: National Defense University Press).
- Institute for National Strategic Studies (INSS) 1999 *Strategic Assessment 1999. Priorities for a Turbulent World* (Washington, D.C.: U.S. National Defense University/ Government Printing Office).
- Jetin, Bruno 2001 “Controlar los flujos de capitales ... Si que es posible!”, em Cassen, Bernard et al. *ATTAC Contra la dictadura de los mercados* (Barcelona: Icaria).
- Kauppi, Mark 1998 “Terrorism and National Security”, em *National Security Quarterly* (Washington, DC.), outono.
- Kennedy, Paul 1989 *Ascensão e Queda das Grandes Potências* (Rio de Janeiro: Campus).
- Khalilzad, Zalmay 2000 “U.S. Grand Strategy: Setting a New Direction”, em Carlucci, Frank et al. *Taking Charge: A Bipartisan Report to the President Elect on Foreign Policy and National Security* (Santa Monica: RAND).

- Khalilzad, Zalmay e Lesser, Ian 1998 *Sources of Conflict in the 21st Century. Regional Futures and U.S. Strategy* (Santa Monica: RAND).
- Kipper, Judith 2001 “We Ignore Anti-Americanism at Our Peril”, em *Newsday* (Washington DC), 17 de setembro.
- Kissinger, Henry 2001 “Ataque terrorista exige nova resposta”, em *Folha de São Paulo* (São Paulo), 20 de setembro.
- Kissinger, Henry 2000 “American Politics and American Foreign Policy”, em *Dialogue* (New York), Nº 54.
- Kliksberg, Bernardo 2000 “El rol del capital social y de la cultura en el proceso de desarrollo”, em Kliksberg Bernardo e Tomassini, Luciano (comp.) *Capital social y cultura: claves estratégicas para el desarrollo* (Buenos Aires: BID - Fondo de Cultura Económica).
- Kliksberg, Bernardo e Tomassini, Luciano (comp.) 2000 *Capital social y cultura: claves estratégicas para el desarrollo* (Buenos Aires: BID - Fondo de Cultura Económica).
- Kugler, Richard 1999 “Global Political Trends: Integration or Disintegration?”, em INSS *Strategic Assessment 1999. Priorities for a Turbulent World* (Washington, D.C.: U.S. National Defense University/ Government Printing Office).
- Kugler, Richard e Simon, Jeffrey 1999 “The Democratic Core: How Large, How Effective?”, em INSS *Strategic Assessment 1999. Priorities for a Turbulent World* (Washington, D.C.: U.S. National Defense University/ Government Printing Office).
- Landes, David 1998 *A Riqueza e a Pobreza das Nações* (Rio de Janeiro: Campus).
- Lauredo, Luis 2001[a] “Toward the Quebec City Summit, remarks to the Institute of the Americas”, (Washington, D.C.), 29 de março, em <www.state.gov/p/wha/rt/soa/> <www.state.gov/p/wha/rt/soa/>.
- Lauredo, Luis 2001[b] “Building Hemispheric Democracy. Address at Trinity College” (Washington, D.C.), 22 de janeiro, em <www.state.gov/p/wha/rt/soa/>.
- Lauredo, Luis 2000 “Remarks at the Conflict Prevention and Resolution Forum”, (Washington D.C.), 12 de setembro, em <www.state.gov/p/wha/rt/soa/>.
- Le Bot, Yvon 1997 *Subcomandante Marcos. El sueño zapatista* (México, D.F: Plaza & Janés).
- Leite Neto, Alcino 2001 “Para Attac, protesto não deve ser violento”, em *Folha de São Paulo* (São Paulo), 19 de agosto.
- Lesser, Ian 2001 “O novo terrorismo”, em *Veja* (São Paulo), 19 de setembro.

- Lind, Michael 1993 "New Modes and Orders: State and Statecraft in a Changing World", em *Working Paper, John M. Olin Institute for Strategic Studies, Harvard University*, (Cambridge), Nº 1.
- Luttwak, Edward 2001 *Turbocapitalismo. Perdedores e Ganhadores na Economia Globalizada* (São Paulo: Nova Alexandria).
- Mariátegui, José 1991 (1925) "El iberoamericanismo y el panamericanismo", em Quijano, Aníbal (comp.) *José Carlos Mariátegui. Textos Básicos* (Lima: Fondo de Cultura Económica).
- Martins de Carvalho, Horacio 2002 "A emancipação do movimento no movimento de emancipação social (resposta a Zander Navarro)", em Sousa Santos, Boaventura (comp.) *Produzir para viver. Os caminhos da produção não capitalista* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira).
- Marx, Karl 1977 "Crítica da Filosofia do Direito de Hegel - Introdução", em *Temas de Ciências Humanas*, (São Paulo), Nº 2.
- Marx, Karl e Engels, Friedrich 1999 *El Manifiesto Comunista* (Barcelona: Edicomunicación).
- Medina, Ignacio 2000[a] "Diversos caminos para la integración", em Juarez Nuñez, José e Comboni Salinas, Sonia (comp.) *Integración Cultural de América Latina y el Caribe: desafíos para el III Milenio* (Morelia: AUNA-Universidad Michoacana San Nicolás de Hidalgo).
- Medina, Ignacio 2000[b] "La Identidad Latinoamericana: la visión de los literatos", em Juarez Nuñez, José e Comboni Salinas, Sonia. (comp.) *Integración Cultural de América Latina y el Caribe: desafíos para el III Milenio* (Morelia: AUNA-Universidad Michoacana San Nicolás de Hidalgo).
- Mendoza, Plinio et al. 1997 *Manual do Perfeito Idiota Latino-Americano* (Rio de Janeiro: Bertrand Brasil).
- Mendoza, Plinio et al. 1998 *Fabricantes de Miseria. Políticos, curas, militares, empresarios, sindicatos* (Barcelona: Plaza & Janés).
- Miranda, José 1997 "Dinâmica financeira e política macroeconômica", em Tavares, Maria e Fiori, Jose (comp.) *Poder e Dinheiro. Uma economia política da globalização* (Rio de Janeiro: Editora Vozes).
- Monereo, Manuel 2001 "De Porto Alegre a Porto Alegre: la Emergencia del Nuevo Sujeto Político", em Seoane, José e Taddei, Emilio (comp.) *Resistencias Mundiales [De Seattle a Porto Alegre]* (Buenos Aires: CLACSO).
- Montbrial, Thierry 2000 "Global Governance and the International System", em *Trialogue* (New York), Nº 54.
- Morgenthau, Hans 2001 (1952) "Otro <Gran Debate>: El Interés Nacional de los Estados Unidos", em Barbé, Esther *Hans J. Morgenthau. Escritos sobre política internacional* (Madrid: Tecnos).

Morrison Taw, Jennifer e Hoffman, Bruce 1994 "Operations other than War", em Davis, Paul (comp.) *New challenges for Defense Planning. Rethinking How much is enough* (Santa Monica: RAND).

Mouffe, Chantal 2001 "*Identidade Democrática e Política Pluralista*", em Mendes, Candido e Soares, Luiz (comp.) *Pluralismo Cultural, Identidade e Globalização* (Rio de Janeiro: Record).

Mouffe, Chantal 1999 *El Retorno de lo Político* (Barcelona: Paidós).

Murphy, Raymond 1988 *Social Closure: The Theory of Monopolization and Exclusion* (Oxford: Clarendon Press).

National Security Council 2002 "The National Security Strategy of the United States of America", (Washington D.C.), 17 de setembro, em <www.whitehouse.gov/nsc/nss.html>

Natsios, Andrew 2001 "Testimony before the Senate Appropriations Committee", Subcommittee on Foreign Operations, 8 de maio, em <www.usaid.gov/press/spe_test/testimony/2001/ty010508.html>.

Nye, Joseph Jr. 2002 *O Paradoxo do Poder Americano* (São Paulo: Editora UNESP).

Organização dos Estados Americanos (OEA) 2001 "Fortalecimento da Cooperação Hemisférica para Prevenir, Combater e Eliminar o Terrorismo", Resolução aprovada na primeira sessão plenária, realizada em 21 de setembro, vigésima Reunião de consulta de Ministros das Relações Exteriores (Washington, D.C.) em <www.oas.org/defaultpt.htm>.

Offe, Claus 1983 "A Democracia Partidária Competitiva e o Welfare State Keynesiano: Fatores de Estabilidade e Desorganização", em *DADOS* (Rio de Janeiro), Vol. 26, Nº 1.

Oliva Campos, Carlos 2000 "Estados Unidos-América Latina y el Caribe: entre el panamericanismo hegemónico y la integración independiente", em Crisorio, Carolina et al. *Historia y Perspectiva de la Integración Latinoamericana* (Morelia: AUNA - Universidad Michoacana San Nicolás de Hidalgo).

Oliveira, Francisco 1985 "Aves de Arribação: a migração dos intelectuais", em *Lua Nova* (São Paulo), Vol. 2, Nº 3, outubro-dezembro.

Ortiz, Renato 1999 "Identidades, Industrias Culturales, Integración", em Garretón, Manuel (comp.) *América Latina: un espacio cultural en el mundo globalizado* (Santa Fé de Bogotá: Convenio Andrés Bello).

Petras, James 2001 *Jame Petras en Argentina* (Buenos Aires: Instituto Salesiano).

Petras, James 2000 *La izquierda contraataca. Conflicto de clases en América Latina en la era del neoliberalismo* (Madrid: Akal).

PNUD/BID-INTAL 2001 *América Latina a principios del Siglo XXI: Integración, Identidad y Globalización* (Buenos Aires: BID-INTAL).

Poulantzas, Nicos 1978 *As classes sociais no capitalismo de hoje* (Rio de Janeiro: Zahar).

Powell, Collin 2002 “Remarks at the Organization of American States General Assembly”, Sherbourne Conference Center Bridgetown (Barbados), 3 de junho, em <www.state.gov/secretary/rm/2002/10646.htm>.

Powell, Collin 2001[a] “Remarks at the Council of the Americas’ 31st Washington Conference”(Washington, D.C.), 7 de maio, em <www.state.gov/secretary/rm/2001/>.

Powell, Collin 2001[b] “Testimony to House Appropriations Subcommittee on Foreign Operations, Export Financing” (Washington, D.C.), 10 de maio, em <www.state.gov/secretary/rm/2001/>.

Powell, Collin 2001[c] “Interview by BBC, Secretary Colin L. Powell” (Washington, D.C.), 21 de setembro, em <state.gov/secretary/rm/2001/index.cfm?>.

Powell, Collin 2001[d] “Remarks to the Special Session of the Organization of American States. Secretary Colin L. Powell”, Organization of American States Building, (Washington, D.C.), 21 de setembro, em <state.gov/secretary/rm/2001/index.cfm?>.

Przeworski, Adam 1984 “Ama a incerteza e serás democrático”, em *Novos Estudos CEBRAP* (São Paulo), Nº 9.

Quijano, Aníbal 2000[a] “El fantasma del desarrollo en América Latina”, em Acosta, Alberto (comp.) *El Desarrollo en la Globalización. El reto para América Latina* (Caracas: ILDIS-Nueva Sociedad).

Quijano, Aníbal 2000[b] “Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina”, em Lander, Edgardo (Comp.) *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas* (Buenos Aires: CLACSO).

Quijano, Aníbal 2002 “Sistemas Alternativos de Produção?”, em Sousa Santos, Boaventura *Produzir para viver. Os caminhos da produção não capitalista* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira).

Rabasa, Angel 2000 “Challenges in Latin America Confronting the Next Administration”, em Carlucci, Frank et al. *Taking Charge: A Bipartisan Report to the President Elect on Foreign Policy and National Security* (Santa Monica: RAND).

Recondo, Gregorio 1997 *Identidad, Integración y Creación Cultural en América Latina* (Buenos Aires: UNESCO/Editora de Belgrano).

Rojas Aravena, Francisco 2000 “Rol y evaluación de la diplomacia de cumbres. Construyendo el multilateralismo cooperativo”, em Rojas Aravena, Francisco (comp.) *Multilateralismo. Perspectivas latinoamericanas* (Caracas: Nueva Sociedad).

- Romero, Peter 2000 "U.S. Policy in the Western Hemisphere in the New Century. Fourth Annual Americas Conference" (Miami, Florida), 15 de setembro, em <www.state.gov/www/policy_remarks/2000/000915_romero_whpolicy.html>.
- Ronfeldt, David et al. 1998 *The Zapatista Social Netwar in México* (Santa Monica: RAND).
- Sader, Emir 2002 "Hegemonia e contrahegemonia em tempos de Guerra e recessão", em Ceceña Ana Esther e Sader, Emir (coord.) *La Guerra Infinita. Hegemonía y Terror Mundial* (Buenos Aires: CLACSO-Asdi).
- Santilli, Márcio 2001 "Clima de confronto no planeta Terra", em *Folha de São Paulo* (São Paulo), 16 de setembro.
- Schake, Kori 1999 "Rogue States and Proliferation: How Serious is the Threat?", em INSS *Strategic Assessment 1999. Priorities for a Turbulent World* (Washington, D.C.: U.S. National Defense University/ Government Printing Office).
- Seoane, José e Taddei, Emilio 2001 "De Seattle a Porto Alegre. Pasado, presente y futuro del movimiento anti-mundialización neoliberal", em Seoane e Taddei (comp.) *Resistencias Mundiales [De Seattle a Porto Alegre]* (Buenos Aires: CLACSO).
- Sousa Santos, Boaventura (comp.) 2002 *Produzir para viver. Os caminhos da produção não capitalista* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira).
- Sousa Santos, Boaventura 2001 "O novo milênio político", em *Folha de São Paulo* (São Paulo), 10 de abril.
- Steinberger, Michael 2001 "EUA devem impedir que conflito se torne um choque de civilizações, diz Huntington", em *The New York Times* (New York), 20 de outubro.
- Szayna, Thomas, S. (comp.) 2000 *Identifying Potential Ethnic Conflict. Application of a Process Model* (Santa Monica: RAND).
- Tellis, Ashley et al. 1997 *Anticipating Ethnic Conflict* (Santa Monica: RAND).
- Tzu, Sun 1998 *El Arte de la Guerra* (México D.F.: Ediciones Coyoacán).
- UNESCO 1997 *Nossa Diversidade Criadora* (Campinas: UNESCO - Papirus).
- USAID 2001 "FY 2000 Performance Overview, U.S. Agency for International Development", Center for Development Information and Evaluation (Washington, D.C.) abril, em <www.usaid.gov/pubs/>.
- USAID 2000[a] "Strategic Plan", em <www.usaid.gov/pubs/>.
- USAID 2000[b] "Congressional Presentation FY 2000, Overview of Latin America and the Caribbean", em <www.usaid.gov/pubs/cp2000/lac/>.
- USAID 2000[c] "Congressional Presentation FY 2000, Latin America and the Caribbean Presentation", em <www.usaid.gov/pubs/cp2000/lac/>.

U.S.D.S. (U.S. Department of State) 2002 "Patterns of Global Terrorism - 2001", release by the Office of the Coordinator of Counterterrorism, em <<http://www.state.gov/s/ct/rls/pgtrpt/2001/>>.

U.S.D.S. (U.S. Department of State) 2001[a] "Patterns of Global Terrorism - 2000", release by the Office of the Coordinator of Counterterrorism, em <www.state.gov/s/ct/rls/pgtrpt/>.

U.S.D.S. (U.S. Department of State) 2001[b] "Plan Colombia", fact Sheet, Bureau of Western Hemisphere Affairs (Washington, D.C.), 14 de março, em <www.state.gov/p/wha/rt/plncol/index.cfm?docid=1042>.

U.S.D.S. (U.S. Department of State) 2001[c] "What is the International Affairs Budget?", 21 de janeiro, em <www.state.gov/m/fmp/index.cfm?docid=2342>.

U.S.D.S. (U.S. Department of State) 2001[d] "Report to Congress Pursuant to the International Anticorruption and Good Governance Act (Public Law 106-309)", 16 de abril, em <www.state.gov/g/inl/corr/index.cfm?docid=2327>.

U.S.D.S. (U.S. Department of State) 2000[a] "Strategic Plan", em <www.state.gov/www/budget/stratplan_index.html>.

U.S.D.S. (U.S. Department of State) 2000[b] "Final Report from The White House Conference on Culture and Diplomacy", released by the Bureau of Educational and Cultural Affairs, (Washington, D.C.), 28 de novembro, em <http://www.state.gov/r/whconf/final_rpt.html>.

U.S.D.S. (U.S. Department of State) 1999[a] "Background on International Affairs Resources", fact sheet released by the Bureau of Public Affairs, 15 de dezembro, em <www.state.gov/www/budget>.

U.S.D.S. (U.S. Department of State) 1999[b] "Resources for American Prosperity", fact sheet released by the Bureau of Public Affairs, 15 de dezembro, em <www.state.gov/www/budget>.

U.S.D.S. (U.S. Department of State) 1999[c] "Resources for American Values", fact sheet released by the Bureau of Public Affairs, 15 de dezembro, em <www.state.gov/www/budget>.

U.S.D.S. (U.S. Department of State) 1999[d] "America's Overseas Presence in the 21st Century", novembro, em <www.state.gov/r/pa/rls/dos/index.cfm?docid=221&clid=694>.

Vazquez, Maria 1984 *Borges, sus días y su tiempo* (Buenos Aires: Javier Vergara).

Vilas, Carlos 2000 "Entre a Desigualdade e a Globalização: A Qualidade de Nossas Democracias", em *Contexto Internacional* (Rio de Janeiro), Vol. 22, Nº 1, janeiro/junho.

Weffort, Francisco 1985 *Por que Democracia?* (São Paulo: Brasiliense).

WWF (World Watch Fund) 2001 *Informe Planeta Vivo*
<www.panda.org/livingplanet/lpr00>.

Zakaria, Fareed 1997 “A Ascensão da Democracia Não-Liberal”, em *Foreign Affairs, Edição brasileira, Gazeta Mercantil* (São Paulo), 12 de setembro.

Zoellick, Robert 2001 “Free Trade and the Hemispheric Hope”, prepared Remarks (Washington, D.C.), 7 de maio, em <www.ustr.gov>.

Notas

1 Fukuyama (1992) e Harrison (1992) são dois autores que adotam de forma explícita essa perspectiva.

2 Utilizamos essa denominação com base na definição de Mariano Grondona: “A visão do culturalismo não aponta às estruturas econômicas e políticas da sociedade, mas à mentalidade dos que nela operam; não ao que acontece ‘fora’ dos atores sociais, condicionando-os, mas ao que acontece ‘dentro’ deles, no mundo íntimo das idéias, crenças e valores através dos quais percebem a realidade e se motivam frente a ela. Do ângulo de mira do culturalismo, um mesmo modelo econômico e uma mesma instituição política funcionam de maneiras diferentes, às vezes opostas, se a mentalidade dos que o interpretam e o aplicam é distinta. O dado decisivo não está nas estruturas, mas nas mentes. É um dado de natureza *cultural*” (1999: 94).

3 De acordo com Landes, “até data recente, ao longo dos dois mil e tantos anos desse processo que a maioria das pessoas encara como progresso, o fator essencial –o elemento dinâmico– tem sido a civilização ocidental e sua disseminação: o conhecimento, as técnicas, as ideologias políticas e sociais, para melhor ou para pior” (1998: 580).

4 Na definição de Harrison, “cultura é um conjunto de valores e atitudes que guiam as ações dos indivíduos e a interação das pessoas dentro de uma sociedade. Valores são idéias ou normas de comportamento para as quais a sociedade atribui importância. Atitudes são modos através dos quais as pessoas aprendem a responder a fatos, circunstâncias, e assuntos” (1997: 31).

5 Conforme assinala Hobsbawm, “a certa altura da década de 1780, e pela primeira vez na história da humanidade, foram retirados os grilhões do poder produtivo das sociedades humanas, que daí em diante se tornaram capazes da multiplicação rápida, constante, e, até o presente, ilimitada” (1981: 44). Os dados apresentados por Landes em relação à Europa dão uma forte indicação das diferenciações de trajetórias entre Ocidente e Oriente: “em 1750, a diferença entre a renda *per capita* da Europa ocidental (excluindo a Grã-Bretanha) e da oriental era em torno de 15%; em 1800, um pouco mais de 20%; em 1860, subira para 64%; na década de 1900 era de quase 80%” (1998: 216). Em termos de participação na produção manufatureira mundial, Kennedy mostra a seguinte evolução: em 1750, Europa participava com 23,2%, Inglaterra 1,9% e China 32,8%; em 1860, correspondia, respectivamente, a 53,2%, 19,9% e 19,7%; em 1900, 62%, 18,5% e 6,2% (1989: 148).

6 Ver especialmente Kennedy (1989) e Landes (1998).

7 Ver Landes (1998) especialmente os capítulos 2, 3 e 15.

8 Diferenciamos estrutural de conjuntural em referência a casos como o dos Estados Unidos após a independência, e do Japão e Alemanha na

segunda metade do século XIX, quando a intervenção do Estado foi fator importante do desenvolvimento industrial. Embora existam diferenças entre o “capitalismo organizado” associado aos dois últimos casos em relação ao “capitalismo liberal” anglo-saxônico, em ambas as variantes são os interesses do capital privado que dão sustento estratégico ao sistema. Quando nos referimos a modelos de desenvolvimento nos quais o Estado é estruturalmente o ator econômico central, os exemplos são as experiências voltadas para a busca da equidade social a partir do controle estatal dos meios de produção e dos mecanismos de distribuição da riqueza.

9 Fukuyama, retomando a interpretação de Kojève das idéias de Hegel, atribui ao reconhecimento um papel central no processo histórico: “todo ser humano deseja ver sua dignidade reconhecida (isto é, apreciada pelo seu devido valor) por outros seres humanos. Na realidade este anseio é tão profundo e fundamental que é um dos principais motores de todo o processo histórico humano” (1996: 21).

10 Grondona critica a postura de condenação do passado a partir de valores do presente. “Tem que buscar colocar-se na cabeça dos nossos antecessores quando apreciavam como um valor o que no nosso tempo julgamos um não-valor. Hoje nos repugna a escravidão, mas no momento em que ela foi instituída resultou um progresso porque veio a substituir a habitual degola dos vencidos na guerra, lhes oferecendo a alternativa de sobreviver em cativeiro se decidiam se render” (1999: 226).

11 A Pesquisa Mundial de Valores, realizada em várias etapas a partir de 1981, cobre todos os continentes, com uma amostra que abarca mais de 60 sociedades, representando 75% da população mundial.

12 De acordo com Landes, “a diferença em termos de renda per capita entre a mais rica nação industrial, a Suíça, e o mais pobre país não-industrial, Moçambique, é de cerca de 400 para 1. Há 250 anos, esse hiato entre o mais rico e o mais pobre era, talvez, de 5 para 1. ... O hiato ainda está aumentando? Nos extremos, claramente sim. Alguns países não estão só *não* ganhando, estão cada vez mais pobres, relativamente, e, por vezes, em termos absolutos. Outros mal conseguem manter-se onde estão. Outros se esforçam por recuperar o atraso” (1998: xx).

13 Luttwak, pesquisador sênior do Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais de Washington, é membro do National Security Study Group do Departamento da Defesa.

14 “Permitir que o turbocapitalismo avance sem resistência fragmenta as sociedades em uma pequena elite de vencedores, uma massa de perdedores de afluência variada ou pobreza e rebeldes contraventores ... Mas resistir à mudança turbocapitalista e às suas eficiências destrutivas em uma economia mundial competitiva só pode resultar em um empobrecimento relativo progressivo para a nação como um todo.... Esse, portanto, é o grande dilema da nossa época. Até agora, quase nenhum governo ocidental teve uma idéia melhor do que permitir que o

turbocapitalismo avance sem limites, tendo, ao mesmo tempo, esperanças de que o crescimento mais rápido remediará todos os seus defeitos. A possibilidade de que isso acelere a divisão de suas sociedades em heróis do Vale do Silício e vales do desespero é sugerida por todos tipos de lógica, mas ignorada pela política institucional” (Luttwak, 2001: 277).

15 Luttwak estabelece uma relação curiosa entre a obesidade e o sentimento anônimo da culpa gerado por situações que indicam fracasso individual: “Muitos levam vida de calado desespero, procurando distrações, ansiosos por imergir em qualquer coisa que afaste suas mentes do fracasso, de religião à esporte. Outros encobrem o desespero com o vício de bebida, drogas e comida acima de tudo, o único vício completamente legal, e, portanto, bem difundido” (op. cit.: 41).

16 Fizeram parte do Comitê Assessor do projeto coordenado por Huntington, Elliott Abrams, do Hudson Institute; Jagdish Bhagwati, da Columbia University; Zbigniew Brzezinski, do Center for Strategic and International Studies; Eliot Cohen, da Paul H. Nitze School of Advanced International Studies, John Hopkins University; Devon Cross, Donner Canadian Foundation; Steven David, Johns Hopkins University; Aaron Friedberg, Princeton University; Robert Gates, ex-Diretor da Agência Central de Inteligência; Samuel Huntington; Robert Jervis, Columbia University; Josef Joffe, *Suddeutsche Zeitung*; Michael Joyce, Lynde and Harry Bradley Foundation; Ethan Kapstein; Paul Kennedy, Yale University; Robert Keohane, Harvard University; Charles Krauthammer, *Time Magazine*; James Kurth, Swarthmore College; Bernard Lewis, Princeton University; Andrew Marshall, na época funcionário da Secretaria da Defesa; John Mearshimer, University of Chicago; Joseph Nye, na época assessor do Conselho de Inteligência Nacional; William Odom, Hudson Institute; Susan Pharr, Harvard University; Bruce Porter, Brigham Young University; Stephen Rosen; Donald Rumsfeld, General Instrument Corporation, ocupando o cargo de Secretário da Defesa na administração de George W. Bush; Robert Scalapino, University of California, Berkeley; James R. Schlesinger, Center for Strategic and International Studies; William Schneider, American Enterprise Institute; and Fareed Zakaria, *Foreign Affairs* (Extraído de CFIA, 1996: 71-72).

17 Para Huntington, “Civilização e cultura se referem, ambas, ao estilo de vida em geral de um povo, e uma civilização é uma cultura em escrita maior” (1997[b]: 46). “Uma civilização é assim o mais alto agrupamento cultural de pessoas e o mais amplo nível de identidade cultural que as pessoas têm daquilo que distingue os seres humanos das demais espécies. Ela é definida por elementos objetivos comuns, tais como língua, história, religião, costumes, instituições e pela auto-identificação subjetiva das pessoas” (1997[b]: 47).

18 Para uma discussão sobre a abordagem de Brzezinski, ver Ayerbe (2001) capítulo 1.

19 Lind apresenta alguns exemplos de abordagens catalisadoras na política externa dos Estados Unidos: “O esforço americano para obter

financiamento japonês e europeu para a Iniciativa das Américas e para a Guerra do Golfo, e recursos iranianos e árabes para o esforço dos Contras (Nicarágua), refletem a mesma abordagem catalisadora” (1993: 22).

20 Referindo-se aos países do leste da Ásia, Daniel Bell et al. definem três aspectos principais que caracterizam as democracias não liberais: “primeiro, uma compreensão do Estado como não-neutro; segundo, a evolução de uma tecnocracia racionalista e legalista que administra o Estado desenvolvimentista como um empreendimento corporativo; finalmente, o desenvolvimento administrado da sociedade civil” (1995: 163). “Realmente, uma característica notável de democracia não liberal consiste na existência de procedimentos democráticos formais sem política” (1995: 166). Para os autores, essa forma de democracia não representa um desvio de rota em relação ao modelo liberal, mas é expressão da identidade cultural da região. Diferentemente, Zakaria considera que esses países estão transitando na direção de padrões ocidentais de democracia. Para ele, é questionável a legitimidade das modalidades não liberais que se disseminam pelo mundo em desenvolvimento, em que a participação cidadã se limita basicamente ao processo de escolha dos governantes: “Líderes populares, como o russo Boris Yeltsin ou o argentino Carlos Menem, desconsideraram seus parlamentos e governam por meio de decretos presidenciais, solapando assim os fundamentos das práticas constitucionais.... Existe, evidentemente, todo um espectro de democracia não-liberal, que vai desde transgressores moderados como a Argentina, passando por países como a Romênia e Bangladesh, até quase-tirânias como o Cazaquistão e Belarus. Em quase todo esse espectro, porém, as eleições raramente são livres e imparciais como no Ocidente atual, ainda que efetivamente reflitam a participação do povo na política e seu apoio aos eleitos” (1997: 3).

21 Esse é um dos fundamentos da abordagem realista, para a qual a multiplicidade de atores com capacidade de utilizar o recurso da força, em função de objetivos considerados vitais para a nação, é o principal fator inibidor da construção de uma ordem mundial em que prevaleça o império da lei. É justamente essa ausência de ordem (anarquia) que justifica a busca do poder, associado à capacidade dos Estados de garantir a segurança e defender os interesses nacionais. Ver Dougherty e Pfaltzgraff (1993) cap. 3.

22 A Comissão Trilateral caracteriza-se, desde a sua origem, em 1973, pelo esforço integrador de elites orgânicas da “tríade” Estados Unidos, Europa e Japão.

23 Ver <www.trilateral.org/annmtgs/trialog/trlgtxts/t54/mon.htm> Ao longo do livro, são reproduzidos diversos textos extraídos da internet que não têm numeração nas páginas, dificultando a localização exata da citação.

24 A *RAND Corporation*, criada em 1948, assessora as Forças Armadas em áreas relacionadas com pensamento estratégico e sistemas de armamento.

Khalilzad é Assistente Especial do Presidente George W. Bush, e Diretor Sênior do Conselho de Segurança Nacional para o Golfo Pérsico, Sudoeste da Ásia e Outros Assuntos Regionais.

25 “Curiosamente, a guerra em rede Zapatista, tida como esquerdista por natureza, nunca se beneficiou, nem obteve proveito, do que os esquerdistas tradicionais vêem como a mais ‘legítima’ força de mudança política e eleitoral no México: o Partido Revolucionário Democrático (PRD). O PRD suportou nacionalmente, junto com outros partidos, as atividades dos Zapatistas cujos líderes, notavelmente Marcos, recusaram-se a identificar o EZLN com o apoio a qualquer partido político e, ao invés disso, chamaram à sociedade civil para assumir o papel principal na condução da mudança social no México” (Ronfeldt et al.: 103). O debate gerado na esquerda por essa característica do movimento zapatista será abordado no capítulo 3.

26 Para uma análise desse contexto, ver Ayerbe (2001).

27 Texto extraído da internet

<www.trilateral.org/annmtgs/trialog/trlgtxts/t54/kis.htm>.

28 De acordo com o autor, “dadas as forças domésticas em favor da heterogeneidade, diversidade, multiculturalismo e divisões raciais e étnicas, os Estados Unidos, mais do que a maioria dos países, talvez necessitem de um outro a quem se opor para que consigam manter-se unidos. Dois milênios atrás, em 84 a.C., quando os romanos completaram a conquista do mundo derrotando os exércitos de Mitrídates, Sula colocou a mesma questão: ‘Agora que o universo não nos proporciona mais nenhum inimigo, qual será o destino da República?’. A resposta veio logo em seguida, com o colapso da república poucos anos depois” (Huntington, 1997[a]: 13).

29 De acordo com dados apresentados pelos autores, “Entre 1990 e 2025, o crescimento populacional será mais rápido nos países menos desenvolvidos do mundo, que experimentarão 143 por cento de aumento na população. No resto do mundo em desenvolvimento, a população crescerá 75 por cento no mesmo período, enquanto as regiões desenvolvidas terão só 2 por cento de aumento.... Na virada do século, 264 das 414 cidades do mundo com um milhão ou mais pessoas estarão localizadas nas partes menos desenvolvidas do mundo” (Morrison Taw e Hoffman, 1994: 225).

30 Esses conflitos podem adquirir forma insurrecional, embora diferenciada da que predominou na América Latina nos anos 1960, dadas as melhores possibilidades de inserção oferecidas atualmente pelas aglomerações urbanas, especialmente nas periferias pobres. “As guerrilhas urbanas têm os mesmos benefícios e vantagens de que desfrutaram em áreas rurais: controle sobre o território, a submissão (voluntária ou sob coerção) de uma parte considerável da população do país, inacessibilidade a forças de segurança, e uma base razoavelmente

segura de operações em torno do coração do governo e sua infra-estrutura administrativa e comercial. Eles também têm mais oportunidades para cobertura de mídia e atenção internacional que não seriam acessíveis em selvas isoladas ou montanhas” (Morrison Taw e Hoffman, 1994: 228).

31 Morrison Taw e Hoffman tomam o caso da Somália como representativo desse dilema: “conflitos como o da Somália –caracterizado por componentes humanitários, combate urbano e rural, movimentos de refugiados, estruturas sociais fracionadas, infra-estruturas dilapidadas ou destruídas, e governos frágeis ou não existentes– são crescentemente prováveis no mundo em desenvolvimento onde o crescimento exponencial da população, taxas sem precedentes de urbanização, e migração volumosa afluem combinados para criarem uma situação volátil na qual os governos não podem satisfazer as necessidades de seu povo..... Onde e quando os Estados Unidos proverão ajuda ou intervirão é difícil de prever” (op. cit.: 231).

32 Os autores utilizam o conceito weberiano de “fechamento”, que definem, citando a Murphy, como “o processo de subordinação por meio do qual um grupo monopoliza vantagens fechando oportunidades a outro grupo” (1988: 8).

33 Kauppi atua no Programa de Treinamento em Antiterrorismo do Departamento da Defesa.

34 O *Council on Foreign Relations*, instituição fundada em 1921, é pioneira entre os centros privados de articulação hegemônica vinculados à política externa dos Estados Unidos.

35 Kipper (2001). Texto extraído da internet <www.cfr.org>.

36 Texto extraído da internet (www.uol.com.br).

37 Harrison foi, junto com Huntington, um dos organizadores desse evento.

38 Grondona identifica três modalidades de expressão dos valores resistentes: a resignação, a esperteza e o escapismo, apresentando exemplos da música, da literatura e da política latino-americana: “A primeira dessas características foi ilustrada pela letra dos tangos, cujo protagonista é o estóico ‘varão’ que agüenta firmemente em pé os sabores da vida. O segundo foi ilustrado no *Martín Fierro* pelo astuto e dissimulado *Viejo Vizcacha* alguém que por ‘estar de volta’ das vicissitudes da vida, há aprendido a se resignar ou a trapacear. O terceiro se encarna no ‘realismo mágico’ da literatura latino-americana e no guerrilheiro que vai para a selva em busca de uma utopia. O ‘Che’ Guevara é um exemplo. As vezes o povo marcha em peso atrás da utopia que lhe oferece um caudilho redentor: Perón, Evita, e tantos outros” (1999: 328-329).

39 De acordo com Mendoza et al. “O antiianquismo latino-americano flui de quatro origens distintas: a cultural, ancorada na velha tradição

hispano-católica; a econômica, consequência de uma visão nacionalista ou marxista das relações comerciais e financeiras entre o império e as colônias; a histórica, derivada dos conflitos armados entre Washington e seus vizinhos do sul; e a psicológica, produto de uma mistura doentia de admiração e rancor a fincar raízes num dos piores componentes da natureza humana: a inveja" (1997: 219-220).

40 No prefácio à edição brasileira do *Manual do Perfeito Idiota Latino-Americano*, Campos apresenta uma síntese de cada um: "O nacionalismo, útil na fase de formação das nacionalidades, gradualmente tornou-se um obstáculo à importação de capitais e tecnologia. O populismo degenerou na proliferação de subsídios e na formação de custosas e ineficientes burocracias assistencialistas. Do estatismo resultou o Estado Empresarial, negligente em suas funções clássicas e invasor da esfera natural da atividade privada. O estruturalismo, ao subestimar o componente monetário da inflação, levou a políticas monetárias e fiscais permissivas, criando pressão inflacionária crônica e ocasionais hiperinflações. O protecionismo obliterou o princípio das vantagens comparativas e sancionou a criação ou sobrevivência de setores não competitivos" (Mendoza et al., 1997: 7-8).

41 Durante o governo Reagan, Elliot Abrams desempenhou o cargo de Subsecretário do Departamento de Estado para o Hemisfério Ocidental.

42 De acordo com os dados apresentados no *Assessment*, "os 40 por cento da população mais pobre recebem só 10 por cento da renda anual da região, enquanto o 20 por cento mais ricos recebem 60 por cento da renda" (Cope, 1999: 176).

43 "O Brasil permanece a oitava maior economia no mundo, \$750 bilhões em 1995, igual à China e maior que Canadá, que é o maior parceiro comercial dos E.U.A" (Cope, 1999: 172).

44 "A prosperidade dos Estados Unidos depende agora de forças econômicas globais, incluindo aquelas que se originam nos países em desenvolvimento mais avançados da região. As nações da América Latina e do Caribe são mais industrializadas e oferecem mercados em expansão para os bens de capital dos E.U.A. Os governos têm obtido empréstimos de forma extensiva de bancos dos E.U.A. e de instituições internacionais, que amarram significativamente o sistema financeiro dos Estados Unidos a esse continente. Para evitar potenciais repercussões econômicas negativas nos Estados Unidos, Washington já interveio três vezes nos últimos quatro anos para estabilizar as principais economias latinas. Finalmente, assuntos regionais, como migração, tráfico de drogas e degradação ambiental, afetam o bem-estar de sociedade americana" (Cope, 1999: 184).

45 Na mesma linha da análise de Cope, o Council on Foreign Relations apresenta um estudo ao presidente Bush destacando a relevância estratégica do Brasil: "O Brasil é um importante poder econômico e é um

líder entre os mercados emergentes mais avançados. A economia do Brasil é duas vezes maior que a da Rússia, quase tão grande quanto a da China, e duas vezes a da Índia. O Brasil é o ator principal na América do Sul, com mais da metade do PIB e da população da região. O Brasil é o segundo maior mercado no mundo para jatos executivos e helicópteros; o segundo para telefones celulares e máquinas de fac-símile; o quarto para geladeiras; o quinto para discos compactos; e o terceiro para refrigerantes". "Se nós quisermos ampliar a Área de Livre Comércio da América do Norte para a América do Sul, o Brasil vai ser a nação crucial. Se nós quisermos tentar resolver os problemas das drogas em todo o hemisfério, o Brasil é chave para conseguir a organização. Se nós quisermos sustentar a democracia, isto não acontecerá se a democracia falhar no Brasil. Nenhuma destas políticas fundamentais para os Estados Unidos funcionará sem o Brasil. Brasil é o ponto de apoio" (CFR: 2001[b] em <www.cfr.org>).

46 De acordo com Fukuyama, "O capital social difere de outras formas de capital humano na medida em que é geralmente criado e transmitido por mecanismos culturais como religião, tradição ou hábito histórico" (1996: 41).

47 Utilizamos a expressão "capitalismo democrático" na acepção dos autores do *Manual do Perfeito Idiota Latino-Americano*. Essa denominação é também utilizada por Atilio Boron, embora a partir de uma perspectiva diferente, como alternativa a "democracia burguesa", terminologia mais usual entre a esquerda. Para ele, "uma expressão como 'capitalismo democrático' recupera com maior fidelidade que a frase 'democracia burguesa' o verdadeiro significado da democracia ao sublinhar que seus traços e notas definidoras –eleições livres e periódicas, direitos e liberdades individuais, etc.– são, apesar da sua inegável importância, formas políticas cujo funcionamento e eficácia específica não bastam para eclipsar, neutralizar nem muito menos dissolver a estrutura intrinsecamente antidemocrática da sociedade capitalista" (Boron, 2000: 163).

48 O orçamento com Assuntos Internacionais inclui os fundos para as atividades e programas desenvolvidos pelo Departamento de Estado e para aqueles que envolvem prioridades de política externa da qual participam outras instituições governamentais. Ver U.S.D.S. (2001[c]).

49 O relatório do Departamento de Estado *Patterns of Global Terrorism - 2000*, define terrorismo como "Violência premeditada e politicamente motivada perpetrada contra alvos não combatentes através de grupos subnacionais ou de agentes clandestinos, normalmente utilizados para influenciar uma audiência. O termo 'terrorismo internacional' significa terrorismo que envolve cidadãos ou o território de mais de um país. O termo 'grupo terrorista' significa qualquer grupo que pratique, ou que mantêm subgrupos significativos que praticam o terrorismo internacional" (U.S.D.S, 2001[a]).

50 Os fatores atribuídos à origem dos conflitos não diferem daqueles apresentados pelos estudos analisados no capítulo 1: "Alguns desses conflitos resultaram de busca de poder ou de seu abuso; outros, do

nacionalismo extremo ou da reaparição de ressentimentos étnicos há muito tempo submersos. Alguns foram causados por uma quebra na autoridade agravada pela urbanização, degradação descontrolada do ambiente, ou a disponibilidade de armas baratas e mortais. E alguns foram causados por uma combinação desses e de outros fatores” (Albright, 2000[b]: 21-22).

51 De acordo com o documento da agência, “O desenvolvimento sustentável resulta de: implementação de políticas e instituições econômicas abertas, orientadas pelo mercado; políticas sociais que aumentam a capacidade humana e as oportunidades para que os indivíduos melhorem suas vidas; instituições políticas abertas e acessíveis e processos que encorajem o compromisso ativo de todos os membros da sociedade; políticas ambientais e práticas que sustentam a base de recursos naturais do país e do mundo, e a colaboração de instituições e grupos públicos e privados, especialmente em nível local” (USAID, 2000[a]).

52 A análise baseia-se no documento USAID (2001) capítulo 2.

53 As referências à “sociedade civil” nos documentos do governo dos Estados Unidos são bastante ambíguas, especialmente no que se refere à participação do setor empresarial. Uma caracterização bastante sistemática das terminologias utilizadas nos programas de ajuda externa dos Estados Unidos é a da Fundação Interamericana (IAF), instituição governamental voltada para a América Latina e o Caribe. De acordo com a IAF, “Sociedade civil refere-se a organizações não-governamentais (ONGs), organizações comunitárias, associações de bairro, organizações religiosas, associações profissionais, entidades privadas sem fins lucrativos, organizações de base e instituições privadas de todo tipo, como fundações, escolas, universidades e centros de pesquisa”. O conceito difere do de “Setor Privado”, que inclui as “empresas com fins de lucro, orientadas para o mercado, associações comerciais, grupos empresariais (câmaras de comércio), cooperativas, empresas de propriedade dos trabalhadores e outras empresas comunitárias”. No entanto, como a própria instituição reconhece, “às vezes, essas categorias se sobrepõem, como no caso de uma empresa comunitária, que pode ser encarada ao mesmo tempo como “sociedade civil” e “setor privado” (IAF, 2000).

54 O documento USAID (2000[b]) apresenta uma boa síntese das diferenças entre a primeira e segunda geração de reformas: “As reformas de primeira geração, que concentrou-se em dismantelar a intervenção governamental inapropriada na economia e fortalecer políticas fiscais, monetárias e cambiais, têm obtido êxito. Uma maior consolidação dessa primeira geração de reformas é necessária ao mesmo tempo em que esses países se encaminham para a ‘segunda geração’ de reformas de governança para transformar as funções essenciais do Estado. As reformas críticas incluem o fortalecimento dos governos locais e a descentralização de responsabilidades, recursos e poder. Elas também envolvem revisões fundamentais na administração da lei, na real

independência do judiciário; assim como também a regulação prudente das instituições financeiras (incluindo aquelas que servem aos pobres), e resolução judicial rápida e efetiva de disputas comerciais”.

55 “Em 1998, a USAID apoiou a criação de uma ‘Conexão Especial para a Liberdade de Imprensa’ na Organização dos Estados Americanos (OEA) para ajudar a proteger os direitos humanos e civis de jornalistas e fortalecer a liberdade de imprensa. Com o apoio da USAID, a Corrente de Democracia Interamericana alcançou durante o último ano um marco importante e significativo em seu trabalho para fortalecer mais de 88 organizações ao longo da região, com os sócios da rede avançando do aprendizado de metodologias para participação cívica à implementação ativa de atividades por seus próprios meios” (USAID, 2000[b]).

56 De acordo com Peter Romero, Subsecretário para Assuntos do Hemisfério Ocidental durante a administração Clinton, que se manteve interinamente no cargo no início do governo Bush: “Ao começar o século 21, o Hemisfério Ocidental permanece como uma região em transição, mas mantendo-se como a maior promessa para os E.U.A. Nesta transição, os E.U.A. tiveram sucessos consideráveis. Nos últimos quatro anos nós desenvolvemos as melhores relações com nossos parceiros hemisféricos do que em qualquer outro momento em nossa história” (2000).

57 A exceção é Cuba, excluída pelos Estados Unidos com base no argumento de que a vigência da democracia representativa constitui um pré-requisito da participação nas cúpulas.

58 Entre as principais determinações da Convenção Interamericana contra a corrupção destacam-se as possibilidades de penalizar criminalmente funcionários públicos que solicitem ou recebam benefícios ou às diversas partes envolvidas no ato de oferecimento, promessa ou entrega de subornos em troca de atitudes ou omissões no desenvolvimento das responsabilidades a cargo do agente estatal; as penalidades tomam como referência a United States Foreign Corrupt Practices Act (FCPA), que define procedimentos de cooperação, especialmente em assuntos como extradição (U.S.D.S., 2001[d]).

59 Conforme salienta o novo diretor da USAID, Andrew Natsios, na apresentação do novo orçamento ao senado, “As duas tendências mais características do mundo desde a queda do Muro de Berlim foram a globalização e o conflito. A expansão da internet, da abertura do comércio e do sistema financeiro internacional, a expansão do capitalismo democrático como o modelo preferido de desenvolvimento político e econômico, contrastam notavelmente com o aumento no número de Estados falidos, ou em processo de falência, e o número crescente de guerras civis, muitas de enorme brutalidade” (2001).

60 O programa do presidente Pastrana prevê um total de recursos de 7.5 bilhões de dólares, dos quais 4 bilhões provêm do governo da Colômbia, contando com o apoio internacional para completar o restante. Os

recursos dos Estados Unidos destinam-se a cinco áreas: apoio ao sistema judiciário e às organizações não governamentais no combate à corrupção, lavagem de dinheiro, seqüestros e desrespeito dos direitos humanos; apoio à expansão das operações anti-narcóticos no sul do país na forma de treinamento e equipamento para as forças armadas; apoio à substituição da agricultura voltada para a indústria de narcóticos, estimulando atividades vinculadas à economia legal; melhoria da capacidade de interdição pela modernização do sistema de comunicações dos militares e dos serviços de inteligência; treinamento e fornecimento de equipamento para as forças policiais (U.S.D.S., 2001[b]).

61 Esses recursos complementam os 153 milhões de dólares destinados pelo Departamento da Defesa dentro do pacote do ano anterior para o Plano Colômbia. Ver Cohen (2001: 17).

62 Dados apresentados por Santilli (2001: A5) com base no World Resources Institute.

63 De acordo com a resolução, além dos aspectos humanitários, "os atos terroristas e o clima de insegurança que geram têm efeitos altamente prejudiciais para o comércio internacional, a indústria do turismo e a manutenção de fluxos de capital para o investimento, e também constituem uma ameaça à estabilidade econômica e financeira, ao progresso e à paz social nos países de nosso hemisfério" (OEA, 2001).

64 "A OEA foi a primeira organização a condenar os ataques de 11 de setembro. Eu nunca esquecerei esse dia; nós estávamos todos juntos no Peru. Desde então, os países das Américas têm aprimorado o controle financeiro e das fronteiras, e a colaboração de inteligência. Hoje, com a Convenção Inter-americana contra o terrorismo, a OEA produz o primeiro novo tratado internacional desde 11 de setembro, dirigido a incrementar nossa capacidade para combater o terrorismo" (Powell, 2002).

65 Conforme destaca Pedro Courel (2002: 27), "A irritação dos europeus com o discurso presidencial americano foi formulada de forma bem clara pelo Ministro francês dos Negócios Estrangeiros, Hubert Védrine, que classificou a nova postura de Washington como um 'unilateralismo utilitário', ou seja, uma abordagem através da qual os parceiros não são consultados e que usa alianças esporádicas conforme as necessidades do momento, lado a lado com uma recusa de se envolver em negociações multilaterais que possam de alguma forma limitar a sua soberania ou a sua liberdade de ação". Para Chris Patten, comissário europeu para as relações externas, além de notória liderança do partido conservador britânico e tradicional aliado dos Estados Unidos, "Nos dias imediatos aos ataques, parecia que os Estados Unidos tinham redescoberto a necessidade de aliados para enfrentar uma ameaça comum. O notável e inesperado sucesso da campanha militar no Afeganistão constituiu um tributo à capacidade americana. Mas tal sucesso terá possivelmente reforçado certas idéias perigosas: que a projeção do poder militar é a única base da verdadeira segurança; que os Estados Unidos só podem

contar consigo próprios; que os aliados podem ser uma opção extra mas que os Estados Unidos são suficientemente grandes e fortes para lidar com os problemas sem aqueles”. (Excertos do artigo “Jaw-Jaw, not War-War”, publicado no Financial Times de 14 de fevereiro de 2002, reproduzido em Courela (2002: 28).

66 De acordo com a célebre definição de Gramsci, “a supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como ‘domínio’ e como ‘direção intelectual e moral’. Um grupo social domina os grupos adversários, que visa a ‘liquidar’ ou a submeter inclusive com a força armada, e dirige os grupos afins e aliados. Um grupo social pode e aliás, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental ...; depois, quando exerce o poder e mesmo se o mantém fortemente nas mãos, torna-se dominante mas deve continuar a ser também ‘dirigente’” (2002: 62-63).

67 O Departamento de Segurança Interna (DSI), com um orçamento de 40 bilhões de dólares, passará a ter sob seu comando 170 mil funcionários e 22 agências governamentais atualmente vinculadas a outras áreas. Sua criação é considerada a maior reforma da estrutura federal do Estado desde a lei de segurança nacional de 1947, responsável, entre outras medidas, pela instituição do Conselho de Segurança Nacional e da CIA. Tendo como principal objetivo o combate ao terrorismo no interior dos Estados Unidos, o DSI tem poderes para limitar, caso considere necessário, as liberdades civis.

68 Analisando a diplomacia de cúpulas presidenciais, que adquire crescente importância a partir dos anos 1990, Rojas Aravena destaca as dificuldades de adaptação dos Estados latino-americanos para acompanhar a execução das iniciativas aprovadas em cada encontro. Somando os acordos e propostas aprovadas entre 1990 e 1999 nas cúpulas das Américas (295), das cúpulas ibero-americanas (471), do Grupo do Rio (347) e da APEC para a cooperação na bacia do Pacífico (84), chega-se a um total de 1.197 iniciativas. No caso dos países avançados, marcadamente Estados Unidos, que contam com um quadro permanente de negociadores especializados nos diversos temas da agenda, é possível o acompanhamento sistemático dos processos decisórios. No caso dos países latino-americanos, a estrutura dos ministérios das relações exteriores carece desse nível de profissionalização, comprometendo a elaboração de estratégias nacionais capazes de vincular os objetivos macro com o detalhamento de propostas no âmbito das comissões técnicas que elaboram as iniciativas a serem discutidas nos encontros presidenciais. Ver Rojas Aravena (2000).

69 O índice de pressão ecológica do homem “mede o consumo de alimentos, materiais e energia das populações, em função da área de terra ou mar biologicamente produtiva necessária para produzir esses recursos e absorver os detritos correspondentes” (op.cit). Os dados sobre as diferenças de consumo foram extraídos da Tabela 2 do documento.

70 No dia 13 de novembro de 2001, o governo da Venezuela apresentou publicamente o conteúdo da sua reforma econômica, anunciando 49

decretos-lei. Entre o conjunto de regulamentações definidas, duas provocaram forte reação dos principais grupos empresariais do país, a Lei de Terra e Desenvolvimento Agrário, que autoriza a expropriação de propriedades que excedam as 5000 hectares e subordina as terras privadas à chamada "função social alimentaria", pela qual devem adequar sua produção aos planos nacionais definidos pelo governo; e a Lei Orgânica de Hidrocarburetos, "que aumenta a tributação dos investidores estrangeiros de 16% a 30% e reserva ao Estado a decisão e ao menos o 51% das ações das sociedades mixtas" (Aznárez, 2001: 3). Frente à reação dos empresários, que organizaram uma paralização nacional contra as novas medidas, vinculando-as à instauração de um modelo de Capitalismo de Estado, os defensores do governo questionam a autoridade dos setores que pregam a "livre-iniciativa", que consideram responsáveis pela dilapidação, durante os anos em que dominaram a política do país, dos recursos originários do setor petrolífero. De acordo com dados insuspeitos apresentados no Manual do Perfeito Idiota Latino-Americano, a Venezuela, "entre os anos 70 e 90, recebeu a 'insignificante' cifra de US\$ 250 bilhões!. O que fez com esse dinheiro?" (Mendoza et al. 1997: 95).

71 Entrevista de Jorge Luis Borges a Maria Esther Vazquez e Eduardo Gudiño Kieffer, em Vazquez (1984: 246-247).

72 A expressão "populismo econômico" tornou-se comum a partir dos anos 1980 em trabalhos críticos das políticas econômicas latino-americanas das décadas posteriores à Segunda Guerra, que buscavam diminuir (ou eliminar) a influência do capital estrangeiro, na perspectiva de promover o desenvolvimento industrial sob o impulso de agentes locais. Rudiger Dornbusch e Sebastian Edwards, dois autores representativos dessa crítica, associam essa forma de "populismo" a "uma abordagem à economia que enfatiza o crescimento e a redistribuição de renda e desconsidera os riscos de inflação e o financiamento inflacionário do déficit, as restrições externas e a reação dos agentes econômicos a políticas agressivas que não se valham dos mecanismos de mercado" (1991: 151).

73 De acordo com o documento, "o fato de haver mais de um partido é freqüentemente considerado como um indicador de escolha política. Será que isso significa que quanto maior o número de partidos, melhor? Será que a existência de apenas um partido, mas que possibilite a escolha entre diferentes candidatos, é suficiente para a liberdade democrática? A interpretação de qualquer um desses indicadores e sua avaliação qualitativa ainda estão largamente inexploradas" (1997: 349).

74 Para uma discussão sobre o contexto histórico da emergência do Consenso de Washington e o conteúdo das políticas recomendadas, ver Ayerbe (1998) cap. 1.

75 Para ilustrar a nova postura do Banco Mundial, Kliksberg cita as palavras do seu presidente, Wolfensohn, no documento *Las Instituciones Cuentan*: "Devemos ir além da estabilização financeira. Devemos abordar os problemas do crescimento com equidade a longo prazo, base da

prosperidade e do progresso humano. Devemos prestar especial atenção às mudanças estruturais necessárias para a recuperação econômica e o desenvolvimento sustentável. Devemos nos ocupar dos problemas sociais. Devemos fazer tudo isso. Porque se não temos a capacidade de fazer frente às emergências sociais, se não contamos com planos de mais longo prazo para estabelecer instituições sólidas, se não conseguimos uma maior equidade e justiça social, não haverá estabilidade política. E sem estabilidade política, por mais recursos que consigamos acumular para programas econômicos, não haverá estabilidade financeira” (op. cit.: 27).

76 As outras três são “o capital natural, constituído pela dotação de recursos naturais com que conta um país, o capital construído, gerado pelo ser humano, que inclui diversas formas de capital (infra-estrutura, bens de capital, financeiro, comercial, etc.); o capital humano, determinado pelos graus de nutrição, saúde e educação da sua população” (op. cit.: 28).

77 “A globalização pode ser vista como um conjunto de estratégias para realizar a hegemonia de macro-empresas industriais, corporações financeiras, *majors* do cinema, televisão, música e informática, para apropriar-se dos recursos naturais e culturais, do trabalho, o ócio e o dinheiro dos países pobres, subordinando-os à exploração concentrada com que esses atores reordenaram o mundo na segunda metade do século XX. Mas a globalização é também o horizonte imaginado por sujeitos coletivos e individuais, ou seja, por governos e empresas dos países dependentes, por realizadores de cinema e televisão, artistas e intelectuais, a fim de reinserir seus produtos em mercados mais amplos” (García Canclini, 1999[a]: 31-32).

78 Acordo Geral de Tarifas e Comércio, substituído, após a conclusão da Ronda Uruguai, pela OMC (Organização Mundial de Comércio). De acordo com García Canclini, “em 1992, as produtoras norte-americanas enviaram a Europa programas de entretenimento e filmes por um valor de mais de 4.600 milhões de dólares. No mesmo período, os europeus exportaram a Estados Unidos 250 milhões de dólares” (1996: 34).

79 Entre os elementos básicos que poderiam compor esse processo, Garretón aponta os seguintes exemplos: “A integração, tanto no que se refere à interculturalidade, em geral e, em particular, de povos indígenas, desenvolvimento de indústrias culturais, coordenação de aparelhos institucionais, papel dos intelectuais na definição de cenários e contribuições à elaboração de pensamentos e imaginários coletivos” (1999: 28).

80 Vinculado às Cúpulas Ibero-Americanas, fórum anual de encontros iniciado em 1991, por iniciativa da Espanha, do qual participam todos os chefes de Estado dos países de língua espanhola e portuguesa da América e da Europa.

81 Num dos trabalhos do Projeto Atlas sobre a Integração Latino-americana e Caribenha, Carlos Oliva Campos caracteriza a atual política externa dos Estados Unidos para a América Latina e o Caribe como neo-

pan-americanista, cujos eixos articuladores são os seguintes: "(a) Interdependência econômica global-regional. (b) Consensos essenciais entre as agendas geopolítica y geo-econômica hemisféricas. (c) Desenvolvimento de um processo interativo Estados Unidos-América Latina e o Caribe que, tendo como base o NAFTA e como instrumento os tratados de livre comércio, estimula os diversos esquemas de integração sub-regional, tais como o CARICOM, o Sistema de Integração Centro-americano (SICA), a Comunidade de Países Andinos (CPA) e o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). (d) Generalizado consenso em torno da criação de uma Área de Livre Comércio para as Américas (ALCA). (e) Consensos essenciais entre os governos, as oligarquias nacionais e as grandes multinacionais" (2000: 279-80)

82 Ver Recondo (1997) capítulo 11.

83 Os seis primeiros tomam como referência o trabalho do sociólogo Jose Luis de Imaz os demais, o do antropólogo Edgar Montiel.

84 Em relação à cautela na valoração da criatividade regional, vale a pena mencionar as ponderações de Imaz sobre alguns dos itens da lista que orientou o levantamento de Recondo, eqüidistantes da afirmação positiva de tudo o que é autóctone e do negativismo presente nas abordagens culturalistas analisadas no primeiro capítulo. Imaz identifica como aspectos comuns da produção cultural latino-americana sua fonte original européia e a posterior reelaboração influenciada pela realidade local, capaz de gerar uma nova perspectiva. Nesse processo, configura-se um estilo cognitivo e expressivo peculiar da região: "tem as mesmas formas de pensar, necessita descer do todo para chegar às partes" (1989: 12), influenciando comportamentos pautados pela "vocação de rotular as coisas antes de fazê-las, ... predomínio da palavra sobre os fatos" (1989: 10). Essa postura estaria presente no realismo fantástico, no qual "a especificidade latino-americana radica em que a nossa instalação num mundo em que acontecem fatos anormais é ... mais normal (do que na Europa) porque o surpreendente, o inesperado e o ilógico estão tão incorporados às nossas vidas que sua constatação não nos provoca assombro" (1989: 4). Nas abordagens sobre o subdesenvolvimento, considera que "ao 'corpus' teórico dependentista poderia ser-lhe formulada a mesma observação que à teoria dos termos de troca: a fraqueza da sua verificação empírica. Com uma vantagem: a inquestionável nitidez das relações de dependência" (1989: 8). No caso do populismo, julga sua viabilidade tão efêmera quanto a base real de sustentação das políticas econômicas expansivas do consumo popular: "apenas resultou imaginável num estado da evolução social, e foi expressão de sociedades que se permitiram viver *ex ante*, a partir do trigo, da carne, do cobre, do café, das bananas e do petróleo futuros" (1989: 9).

85 A amostra, de acordo com o perfil de "elite" definida pela pesquisa, incluía 750 entrevistados, 100 de cada um dos países grandes (Brasil, México e Argentina), 50 dos países médios (Colômbia, Chile, Peru e

Venezuela) e 25 dos países pequenos (istmo centro-americano, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua e Panamá, além de Bolívia, Equador, Paraguai e Uruguai), divididos por categorias de acordo com os seguintes critérios: “uns 40% de políticos e funcionários de confiança política (isto é: não selecionados por razões exclusiva ou principalmente técnicas), uns 40% de empresários, e uns 20% de lideranças de opinião (entre os quais a proporção média devia ser, aproximadamente, 4% de religiosos, 6% de intelectuais e acadêmicos, 4% de jornalistas, e 6% de sindicalistas” (PNUD/BID-INTAL, 2001: 9).

86 “As redes convergem para uma meta-rede de capital que integra os interesses capitalistas em âmbito global e por setores e esferas de atividade: não sem conflito, mas sob a mesma lógica abrangente. Os trabalhadores perdem sua identidade coletiva, tornam-se cada vez mais individualizados quanto às suas capacidades, condições de trabalho, interesses e projetos” (1999[a]: 502-503).

87 “Primeiro, cada luta, por intermédio de condições locais firmemente arraigadas, salta imediatamente para o nível global e ataca a constituição imperial em sua generalidade. Segundo, todas as lutas eliminam a distinção tradicional entre conflitos políticos e econômicos. As lutas são ao mesmo tempo econômicas, políticas e culturais” (2001: 75).

88 “Hirst e Thompson sustentam que os indicadores habituais de multinacionalização (percentagem da atividade no exterior, número de filiais etc.) dos grupos industriais não mostram um salto nos anos 80. É exato para certos países como os Estados Unidos ou a Grã-Bretanha, mas muito menos para outros (por exemplo a França). Porém, isso apenas tangencia o essencial, ou seja, as mutações qualitativas ocorridas na configuração dos grupos, sua organização interna e externa e a origem de seus resultados” (Chesnais, 2001: 90-91).

89 José Carlos Miranda apresenta outros dados significativos sobre o crescimento do estoque de ativos financeiros: “As famílias detêm hoje US\$ 29 trilhões, as corporações transnacionais US\$ 13 trilhões, os bancos US\$ 8,5 trilhões, as seguradoras US\$ 6,7 trilhões e os fundos de pensão US\$ 6,5 trilhões de ativos financeiros” (1997: 243).

90 Para Jean-Baptiste Duroselle, a *tomada de consciência do insuportável* é uma das forças motoras do nascimento e da morte dos impérios, própria das comunidades que se percebem como vítimas de um sistema de dominação. Entre os fatores desencadeantes, destaca a *degradação de uma situação econômica*, decorrente de mudanças que afetam diretamente o modo de vida, como a rápida deterioração das condições de trabalho; *evolução do sistema de valores*, pelo surgimento de uma consciência de opressão em relação a uma situação anteriormente percebida como componente inevitável da existência; *maturação de um fenômeno demográfico*, provocando reações contra a presença de “estrangeiros”, associados a outras etnias, raças ou nacionalidades; *ação do estrangeiro contra uma comunidade pacífica*, gerando resistência contra os invasores do território (1998: 185).

91 Proposta por James Tobin, economista dos Estados Unidos ganhador do Prêmio Nobel em 1972. ATTAC calcula que, se fosse cobrada uma taxa de 0,05% sobre os 1,5 bilhão de dólares que circulam diariamente pelos mercados financeiros, haveria uma arrecadação anual de 100 bilhões de dólares (Leite Neto, 2001: A 20). Para Bruno Jetin, membro do conselho científico de ATTAC-França, a taxa Tobin teria outros efeitos benéficos: “uma taxa internacional uniforme de 0,05% sobre as transações em divisas seria extremamente dissuasiva para os especuladores que efetuam várias idas e vindas por semana, incluso por dia, de uma moeda a outra. No entanto, penalizaria muito pouco as operações comerciais e o investimento produtivo no estrangeiro, as quais não efetuam tais idas e vindas incessantes” (2001: 72-73).

92 Na elaboração da lista de iniciativas, Boron toma como referência o livro organizado por Houtart e Polet (1999).

93 A postura dos zapatistas em relação ao tema do poder, conforme veremos mais adiante, gera bastante polêmica entre os cientistas sociais; nesse sentido, vale a pena reproduzir alguns dos argumentos originários do próprio movimento. De acordo com o subcomandante Marcos, porta-voz do EZLN, em entrevista a Yvon Le Bot: “Em termos de composição social, somos um movimento indígena, ou majoritariamente indígena, armado; em termos políticos, somos um movimento de cidadãos em armas com demandas cidadãs. Nós colocávamos como exemplo que não há cidadão que se queixe da polícia e que proponha como solução tornar-se policial. Se a polícia não serve, o cidadão não aspira a ser policial, senão que ponham uma polícia que sirva. É um pouco a colocação do EZLN. Nós criticamos o poder, mas nossa proposta não é substituí-lo, senão que haja um poder que sirva à sociedade, assim como o bombeiro e o funcionário público” (Le Bot, 1997: 302). Em carta ao Exército Popular Revolucionário (EPR), organização armada mexicana, Marcos reforça esse argumento: “Vocês lutam pela tomada do poder. Nós, por democracia, liberdade e justiça. Não é a mesma coisa. Ainda que vocês tenham êxito e conquistem o poder, nós continuaremos lutando por democracia, liberdade e justiça. Não interessa quem esteja no poder, os zapatistas estão e estarão lutando por democracia, liberdade e justiça” (Le Bot, 1997: 376).

94 De acordo com Quijano, a teoria da modernização “outorgou à cultura a condição de sede e fonte das explicações das diferenças entre os grupos humanos em relação ao ‘desenvolvimento’... Os ‘desenvolvidos’ eram ‘tradicionais’, não-protestantes, com racionalidade pré-moderna, quando não francamente ‘primitivos’” (2000[a]: 17).

95 Quijano considera o Materialismo Histórico como uma das correntes que toma como referência a Marx, iniciada por Engels e alguns teóricos da social-democracia alemã como Bernstein e Kautsky, transformada, a partir da morte de Lênin, sob a forte influência do stalinismo, no dogma “marxo-positivista” conhecido como marxismo-leninismo (op. cit.).

96 Conforme dados apresentados por Vilas, no caso do México, uma pesquisa de alcance nacional realizada pela UNAM no início da década de 1990 mostra que 29% dos entrevistados são totalmente indiferentes em relação à política, sendo que a incidência atinge 52% entre os que não têm escolaridade, 49% entre os que têm educação elementar incompleta e 47% entre os de nível econômico inferior. No caso da Argentina, estudo de 1999 “revela que os níveis mais altos de envolvimento ocorrem entre pessoas economicamente mais abastadas (51% contra 43% de nível médio e 31% de nível baixo) e na população com maior grau de educação formal: 52% no nível alto e 42% no nível médio, contra 31% na população com educação básica” (2000: 106). Numa pesquisa sobre o apoio à democracia na América Latina, realizada pelo instituto chileno Latinobarômetro em 2001, tomando como base 17 países da região, verifica-se uma queda de 12 pontos percentuais em relação ao ano anterior, de 62 a 48%. Além do apoio aos regimes democráticos, a pesquisa incluiu entre as questões a preferência, em certas circunstâncias, por regimes autoritários. O aumento da porcentagem, embora modesto na média, de 18 para 19%, é significativo em alguns países: na Argentina, de 16 para 21%, no Equador, de 12 para 23%, na Nicarágua, de 6 a 22%. Em outros, a porcentagem diminui: Brasil, de 24 a 18%, Colômbia, de 23 a 16%, Venezuela, de 24 a 20% (Brant, 2001: A 9).

97 Przeworski afirma estar “convencido de que a lógica da transição para a democracia –as alternativas presentes nos diferentes estágios e as condições sob as quais a democracia é possível– pode ser analisada utilizando-se termos similares, ainda que se esteja falando da Europa Oriental” (1984: 44).

98 Hirschman, um dos defensores dessa tese, considera a possibilidade de uma “disjunção” entre condições políticas e econômicas: “Dada a existência de duas metas altamente desejáveis como a de uma sociedade com instituições democráticas consolidadas e a de uma economia mais próspera, onde a riqueza seja repartida de modo mais equitativo, é concebível que uma determinada sociedade somente possa, em certos momentos, deslocar-se numa dessas direções desejáveis à custa de perder terreno na outra. Desde que o movimento se inverta mais tarde, é possível realizar progressos em ambas as direções, mas num dado momento só se pode obter progresso numa direção à custa de um retrocesso na outra” (1986: 88).

99 Conforme as palavras de Weffort: “Temos todo o direito de buscar assegurar a hegemonia burguesa ou lutar pela hegemonia dos trabalhadores. Mas essa luta de partidos, grupos de interesse, classes sociais em torno do sentido da democracia só pode existir quando se vai além do seu significado meramente instrumental. Na própria luta dos divergentes e dos contrários em torno do sentido da democracia, está a afirmação da democracia como um valor geral. Um valor que é de todos, espaço irrenunciável de realização da dignidade humana” (1985: 59).

100 Przeworski chama a atenção para o tema da incerteza referencial, que considera aspecto essencial da democracia: “numa democracia, os resultados do processo político são, em certa medida, indeterminados no que diz respeito às posições que os participantes ocupam no conjunto das relações sociais, incluindo as relações de produção e as instituições políticas... Numa democracia, todas as forças devem lutar reiteradamente para a realização dos seus interesses, uma vez que nenhuma delas está protegida pelo simples mérito de sua posição” (1984: 37).

101 Marilena Chauí sistematiza bem a crítica a essa concepção no contexto da transição democrática latino-americana dos anos 1980: “não penso que a história dá saltos, mas isso não quer dizer que ela vai por etapas. A noção de etapa é positivista, mecanicista, não é dialética. Se baseia nas noções de linearidade, progressão, continuidade, finalidade externa e previsibilidade... ‘etapa’ pressupõe uma teoria prévia que conhece de antemão o caminho inteiro que a prática só fará devagarinho (a prática perde a dimensão criadora de si mesma e de sua teoria); ... o etapismo é um pseudo realismo que justifica todas as concessões ao poder vigente, ao estabelecido, ao velho em vez de trabalhar no sentido de fazer com que cada prática seja, aqui e agora, uma prática contra o velho” (Chauí, 1983: 106).

102 Refiro-me à situação de classe como determinação estrutural, no sentido definido por Poulantzas: “A classe social é ... um conceito que designa o efeito de estrutura na divisão social do trabalho (as relações sociais e as práticas sociais). Esse lugar abrange assim o que chamo de determinação estrutural de classe, isto é, a própria existência da determinação da estrutura –relações de produção, lugares de dominação-subordinação política e ideológica– nas práticas de classe: as classes só existem na luta de classes.... Essa determinação estrutural das classes, que só existe então como luta das classes, deve, entretanto, ser distinguida da posição de classe na conjuntura: conjuntura que constitui o lugar onde se concentra a individualidade histórica sempre singular de uma formação social e, enfim, a situação concreta na luta das classes” (1978: 14).

103 De acordo com dados mais recentes apresentados por Horácio Martins de Carvalho, “até o final do ano 2000 havia aproximadamente 250.000 famílias em cerca de 1.500 assentamentos que se identificavam com o MST. Isso significou uma área libertada do poder dos capitalistas de sete milhões de hectares. Nesses assentamentos, até junho de 2001, foram constituídas e estão em operação 49 Cooperativas de Produção Agropecuária - CPA (regime coletivista) abrangendo 2.299 famílias, 32 Cooperativas de Prestação de Serviços - CPS envolvendo 11.174 famílias e mais sete cooperativas, sendo duas de crédito, duas de trabalho e três de pequenos produtores, totalizando esse conjunto de cooperativas 13.473 famílias envolvidas. Estão em operação nesses assentamentos 70 unidades agroindustriais do SCA (Sistema Cooperativo de Assentados), e mais 27 em fase de projeto” (2002: 251).

104 Chantal Mouffe, uma autora representativa das abordagens que se assumem como “pós-marxistas”, questiona o reducionismo de classe com base no que denomina “crítica do essencialismo”: “A psicanálise tem demonstrado que, longe de ser organizada em torno da transparência de um ego, a personalidade está estruturada em um número de níveis que estão fora da consciência e da racionalidade dos agentes. Portanto, descreditou a idéia do caráter necessariamente unificado do sujeito” (2001: 412). Essa tese tem, para a autora, desdobramentos políticos concretos: “A democracia só pode existir quando nenhum agente social está em condições de aparecer como dono do fundamento da sociedade e representante da totalidade. Portanto, é preciso que todos reconheçam que não há na sociedade lugar algum onde o poder possa eliminar-se a si mesmo numa sorte de indistinção entre ser e conhecimento. Isto significa que não pode considerar-se democrática a relação entre os diferentes agentes sociais senão sob a condição de que todos aceitem o caráter particular e limitado das suas reivindicações. Em outros termos, é necessário que reconheçam que suas relações mútuas são relações das quais é impossível eliminar o poder” (1999: 19).

105 Foucault apresenta argumentos que vão ao encontro dessa perspectiva. Para ele, “o intelectual tem uma tripla especificidade: a especificidade de sua posição de classe (pequeno burguês a serviço do capitalismo, intelectual ‘orgânico’ do proletariado); a especificidade de suas condições de vida e de trabalho, ligadas à sua condição de intelectual (seu domínio de pesquisa, seu lugar no laboratório, as exigências políticas a que se submete, ou contra as quais se revolta, na universidade, no hospital, etc.); finalmente, a especificidade da política de verdade nas sociedades contemporâneas.... Há um combate ‘pela verdade’ ou, ao menos, ‘em torno da verdade’ –entendendo-se ... por verdade ... ‘o conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder’” (1981: 13).

106 Conforme destaca o estudo de Ronfeldt et al., a base social do Exército Zapatista “consiste principalmente de indígenas de grupos de idioma maia e comunidades conhecidas como Tzotzil, Tzeltal, Tojolabal, e Chole. Há outros grupos maias, mas são aqueles cuja migração para as terras baixas do leste e cuja presença histórica nas terras altas centrais significaram que eles acabaram exatamente na zona de recrutamento do EZLN” (1998: 27).

107 De acordo com os zapatistas: “El EZLN sabe que sua luta é parte do novo movimento internacional que se opõe ao neoliberalismo e se propõe a contribuir nessa grande batalha, desde seu país, à vitória de todos os povos do planeta em favor da humanidade e contra o neoliberalismo, pela construção de um mundo onde caibam muitos mundos”. (EZLN, 1998)

108 A estrutura da propriedade predominante nos assentamentos do MST, principal movimento citado por Petras, não é o coletivismo. Conforme ressalta Aníbal Quijano, analisando os dados apresentados por Martins de

Carvalho (op. cit.), a cooperativização envolve 13.473 famílias de um total de 250.000. Para ele, "Na documentação sobre a experiência brasileira das cooperativas associadas ao Movimento dos Sem Terra (MST), não parece que as tendências ou resultados materiais as tornem muito diferentes das que são organizadas nos setores industriais e nas atividades urbanas da economia quanto aos seus êxitos econômicos ou às relações com os trabalhadores" (2002: 501).

109 Ver a esse respeito Sousa Santos (2002) Introdução.

Publicaciones de CLACSO

- **Mollis**
Las universidades en América Latina: ¿reformadas o alteradas?
La cosmética del poder financiero
- **Gadotti, Gómez y Freire**
Lecciones de Paulo Freire
Cruzando fronteras: experiencias que se completan
- **Briceño-León**
Violencia, sociedad y justicia en América Latina
- **Levy**
Crisis y conflicto en el capitalismo latinoamericano: lecturas políticas
- **Schorr, Castellani, Duarte y Debrott Sánchez**
Más allá del pensamiento único
Hacia una renovación de las ideas económicas en América Latina y el Caribe
- **Singer**
Izquierda y Derecha en el Electorado Brasileño: la identificación ideológica en las disputas presidenciales de 1989 y 1994
- **López Maya**
Protesta y cultura en Venezuela: los marcos de acción colectiva en 1999
- **Mato**
Estudios y otras prácticas intelectuales latinoamericanas en Cultura y Poder
- **Boron**
Imperio & Imperialismo
Una lectura crítica de Michael Hardt y Antonio Negri
- **Boron y de Vita**
Teoría y filosofía política
La recuperación de los clásicos en el debate latinoamericano
- **Alimonda**
Ecología política
Naturaleza, sociedad y utopía
- **Gambina**
La globalización económico-financiera
Su impacto en América Latina

- **Ceceña y Sader**
La guerra infinita
Hegemonía y terror mundial
- **Ivo**
Metamorfoses da questão democrática
Governabilidad e pobreza
- **de la Garza Toledo y Neffa**
El futuro del trabajo
El trabajo del futuro
- **de la Garza Toledo**
Los sindicatos frente a los procesos de transición política
- **Barrig**
El mundo al revés: imágenes de la Mujer Indígena
- **Torres**
Paulo Freire y la agenda de la educación latinoamericana en el siglo XXI
- **Lanzaro**
Tipos de presidencialismo y coaliciones políticas en América Latina
- **Mato**
Estudios latinoamericanos sobre cultura y transformaciones sociales en tiempos de globalización 2
- **Mato**
Estudios latinoamericanos sobre cultura y transformaciones sociales en tiempos de globalización
- **de Sierra**
Los rostros del Mercosur
El difícil camino de lo comercial a lo societal
- **Seoane y Taddei**
Resistencias Mundiales
De Seattle a Porto Alegre
- **Sader**
El ajuste estructural en América Latina
Costos sociales y alternativas
- **Ziccardi**
Pobreza, desigualdad social y ciudadanía
Los límites de las políticas sociales en América Latina

- **Midaglia**
Alternativas de protección a la infancia carenciada
La peculiar convivencia de lo público y privado en el Uruguay
- **Giarraca**
¿Una nueva ruralidad en América Latina?
- **Boron**
Teoría y filosofía política
La tradición clásica y las nuevas fronteras
- **Boron**
Tras el búho de Minerva
Mercado contra democracia en el capitalismo de fin de siglo
- **Balardini**
La participación social y política de los jóvenes
en el horizonte del nuevo siglo
- **Boron**
La filosofía política clásica
De la Antigüedad al Renacimiento
- **Boron**
La filosofía política moderna
De Hobbes a Marx
- **Várnagy**
Fortuna y Virtud en la República Democrática
Ensayos sobre Maquiavelo
- **Torres Ribeiro**
Repensando la experiencia urbana en América Latina:
cuestiones, conceptos y valores
- **Gentili y Frigotto**
La Ciudadanía Negada
Políticas de exclusión en la educación y el trabajo
- **de la Garza**
Reestructuración productiva, mercado de trabajo
y sindicatos en América Latina
- **Alabarces**
Peligro de Gol
Estudios sobre deporte y sociedad en América Latina
- **Lander**
La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales
Perspectivas latinoamericanas

- **Boron, Gambina y Minsburg**
Tiempos Violentos
Neoliberalismo, globalización y desigualdad en América Latina
- **Strasser**
Democracia & Desigualdad
Sobre la "democracia real" a fines del siglo XX
- **Observatorio Social de América Latina / OSAL**
Revista sobre conflictos sociales en América Latina
Último ejemplar publicado: N° 9 - Enero 2003
- **Feijoó**
Mujer y sociedad en América Latina
- **Feijoó**
Tiempo y espacio: las luchas sociales
de las mujeres latinoamericanas
- **Rivera**
Voces femeninas y construcción de identidad
- **Rivera**
Mujer, trabajo y ciudadanía

Este livro foi impresso na oficina de
Gráficas y Servicios S.R.L.
Santa María del Buen Aire 347,
no mês de março de 2003.
Primeira impressão, 500 exemplares

Impresso na Argentina